

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Patrícia de Oliveira Portela

NAÇÃO, NACIONALISMO E TERRITÓRIO A PARTIR DA COLUNA PRESTES: uma
construção epistemológica geográfica crítica

Uberlândia

2024

Patrícia de Oliveira Portela

NAÇÃO, NACIONALISMO E TERRITÓRIO A PARTIR DA COLUNA PRESTES: uma
construção epistemológica geográfica crítica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.

Linha de Pesquisa 3: Educação Geográfica e Representações Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa.

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Soares.

Uberlândia

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P843n
2024 Portela, Patrícia de Oliveira, 1959-
Nação, nacionalismo e território a partir da Coluna Prestes [recurso eletrônico]: uma construção epistemológica geográfica crítica / Patrícia de Oliveira Portela. - 2024.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia.

Orientador: Tulio Barbosa.

Coorientadora: Eliane Soares.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5507>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Nacionalismo. 3. Brasil - História - Coluna Prestes, 1924-1927. 4. Prestes, Luís Carlos, 1898-1990. I. Barbosa, Tulio, 1979- (Orient.). II. Soares, Eliane, 1975- (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. IV. Título.

CDU:910.1

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária Documentalista – CRB6/1925



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------|-----------------------|------------|
| Programa de Pós-Graduação em: | GEOGRAFIA | | | | |
| Defesa de: | Tese de Doutorado Acadêmico, Número 273, PPGGEO | | | | |
| Data: | 20 de agosto de 2024 | Hora de início: | 14h:00min. | Hora de encerramento: | 18h:00min. |
| Matrícula do Discente: | 12013GEO020 | | | | |
| Nome do Discente: | PATRÍCIA DE OLIVEIRA PORTELA | | | | |
| Título do Trabalho: | NAÇÃO, NACIONALISMO E TERRITÓRIO A PARTIR DA COLUNA PRESTES: uma construção epistemológica geográfica crítica | | | | |
| Área de concentração: | DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS | | | | |
| Linha de pesquisa: | EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | | | | | |

Reuniu-se no Campus Santa Mônica Sala 14 (Online - [Plataforma Zoom](#)) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [GEOGRAFIA](#), assim composta: Professores Doutores: [Vitor Koiti Miyazaki - ICHPO-UFU](#); [Laís Ribeiro Silva - IG-UFU](#); [Sergio Aparecido Nabarro - UEL-PR](#); [Adelino José de Carvalho Dias - UNIUBE-MG](#) e [Túlio Barbosa - IG-UFU](#) (orientador da candidata). Os membros participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, [Professor Túlio Barbosa - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Aparecido Nabarro, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laís Ribeiro Silva, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 20/08/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/08/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adelino José de Carvalho Dias, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Presidente**, em 21/08/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5493714** e o código CRC **268AD778**.

Patrícia de Oliveira Portela

NAÇÃO, NACIONALISMO E TERRITÓRIO A PARTIR DA COLUNA PRESTES: uma
construção epistemológica geográfica crítica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.
Linha de Pesquisa 3: Educação Geográfica e Representações Sociais.

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Soares.

Uberlândia, 20 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Laís Ribeiro Silva
Universidade Federal de Uberlândia
(IG/UFU)

Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki
Universidade Federal de Uberlândia
(IG/UFU)

Prof. Dr. Sérgio Aparecido Nabarro
Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR)

Prof. Dr. Adelino José de Carvalho Dias
Universidade de Uberaba (Uniube-MG)

Prof. Dr. Tulio Barbosa – Orientador
Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU)

Aos tenentistas, especialmente Luiz Carlos Prestes, o meu tributo.
Ao povo brasileiro, o meu respeito.

AGRADECIMENTOS

Durante a minha marcha desde o início do doutorado até o momento atual, contei com grandes companheiros de luta, a quem agradeço imensamente por/pela:

iluminar-me e não me deixar fraquejar nos momentos de incerteza e desalento, a Deus;

oportunidade de cursar essa pós-graduação que tanto me acrescentou e me permitiu obter discernimento sobre a realidade em que estou inserida, ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);

concessão de afastamento do trabalho a fim de dedicar-me a elaboração dessa tese, à direção do Sistema de Bibliotecas da UFU – Gestão 2021/2025;

incentivarem o meu interesse pelo tema de pesquisa e me encorajarem a perseverar nele, ao professor Tulio Barbosa e à minha colega de setor na Biblioteca Central Santa Mônica da UFU, Ilze Arduini de Araújo;

compartilharem valorosos conhecimentos ao ministrarem as disciplinas que cursei, aos professores Antônio Carlos Freire Sampaio, Beatriz Ribeiro Soares, Elivelton da Silva Fonseca, Guilherme Resende Corrêa, João Cleps Junior, Manfred Fehr, Marlene Teresinha de Muno Colesanti *in memoriam*, Rita de Cássia Martins de Souza, Tulio Barbosa e William Rodrigues Ferreira;

necessárias considerações na minha banca de defesa de projeto de pesquisa, aos professores Eliane Soares, Marlene Teresinha de Muno Colesanti *in memoriam*, e Tulio Barbosa;

imprescindíveis contribuições durante a minha banca de qualificação, aos professores Mirlei Fachini Vicente Pereira do Instituto de Geografia da UFU e Sérgio Aparecido Nabarro da Universidade Estadual de Londrina (UEL), juntamente com meu orientador e coorientadora, bem como aos professores Adelino José de Carvalho Dias da Universidade de Uberaba (Uniube), Laís Ribeiro Silva do Instituto de Geografia da UFU e Vitor Koiti Miyazaki do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da UFU que se incorporaram à banca de defesa, para avaliação final da tese;

fundamental colaboração e atenção quanto às particularidades do curso, ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, João Fernandes da Silva;

inestimável compreensão das minhas ausências e apoio ao longo desses quatro anos, à minha família, colegas de trabalho e amigos;

participação nesse meu ofício não só quanto à competência e primorosa instrução na pesquisa, mas ainda pelos ensinamentos de generosidade, comprometimento e altruísmo, ao meu orientador, professor Tulio Barbosa.

[...] Inaugurada em 1924, a Coluna Prestes foi o resultado de uma mobilização de um grupo de jovens oficiais das patentes médias do Exército brasileiro, indignados e insatisfeitos com o que se tinha na república velha, chamado de coronelismo que era o poder dos latifundiários que manipulavam os votos através do voto de cabresto e transformavam o Estado brasileiro de maneira patrimonialista em uma extensão dos seus interesses econômicos, sociais e políticos. [Seu ícone], Luiz Carlos Prestes foi o maior líder comunista da história. Enquanto líder comunista, [suscitava] a luta pelo esclarecimento das massas, a luta pelos direitos dos trabalhadores e a luta pela capacidade de conscientização das massas populares. Sua luta por um mundo mais justo, um mundo idealizado em torno da ideologia que ele, Prestes, seguia e que ele acreditava que fosse eliminar as tensões sociais, as diferenças sociais e [fosse] criar um mundo justo e solidário, esse é o grande legado de Luiz Carlos Prestes (Catani, 2014)¹.

¹ Transcrição de dizeres do professor Fábio Catani, no vídeo disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3169600/>

RESUMO

A Coluna Prestes tem amplo significado político e cultural para a sociedade brasileira. Luiz Carlos Prestes constitui sujeito histórico importante na formação de ideias patriotas que são organizadas no sentido nacionalista. Desta forma, a presente tese consorcia a capacidade crítica do pensamento geográfico à fundamentação política do movimento da Coluna Prestes. Partimos da tese de que a Coluna Prestes tem asseverado uma constituição nacionalista na direção da esquerda a partir dos direitos humanos, ampliação da democracia e defesa do território nacional. O nacionalismo de Prestes se distancia da direita e da extrema-direita se organizando a partir das necessidades da classe trabalhadora e da modernização do país. A Coluna Prestes se consolida como veículo de divulgação da própria identidade territorial brasileira por meio de sua movimentação, uma vez que seu deslocamento permitiu a compreensão da própria dimensão territorial do Brasil pelo seu povo, através das notícias de rádio, jornais impressos e a construção do imaginário do Cavaleiro da Esperança pela literatura. A importância desse trabalho está na construção de um sentido crítico à própria ideia de nacionalismo e sua forma empreendida pela Coluna Prestes por meio de uma leitura epistemológica oriunda do materialismo histórico e dialético pela ciência geográfica. A tese busca compreender as contradições do nacionalismo a partir da própria Coluna Prestes e, da constituição do Estado brasileiro. A temática aborda a relação entre a Coluna Prestes, o nacionalismo e o espaço. Destacamos a importância de consorciar a Geografia como uma ciência crítica com a Coluna Prestes e o papel de Luiz Carlos Prestes na promoção do nacionalismo. O objetivo central da tese é compreender como e por que o sentimento nacionalista de esquerda, se manifestou entre os participantes da Coluna Prestes, bem como qual foi o papel desse nacionalismo de esquerda dentro do próprio movimento e seu impacto mais amplo na sociedade brasileira da época. Assim, buscamos compreender as características geográficas do processo histórico nacional que envolve a formação e as consequências da Coluna Prestes de 1922 até 1927. A Coluna Prestes tem grande significado na composição da relação nação, nacionalismo e território, visto que suas mobilizações de lutas interferiram nas formas e no conteúdo dos movimentos da classe trabalhadora e no sentido do próprio nacionalismo. Assim, o nacionalismo presente na Coluna Prestes foi organizado para defender a nação e o povo brasileiro por meio dos valores culturais, sociais e a formação de um espírito nacional, por meio de uma ‘raça brasileira’, com isso as ações nacionalistas se voltaram para o território brasileiro e para a nação. Forjou, deste modo, a jornada da Coluna como campo de

identificação e de sentimento nacional através da luta contra a opressão da classe dominante nacional e das forças colonizadoras estrangeiras.

Palavras-chave: Geografia; Coluna Prestes; nacionalismo; movimentos revolucionários.

ABSTRACT

Coluna Prestes (Prestes Column) bears a deep political and cultural meaning for Brazilian society. Luiz Carlos Prestes is a historical figure of importance for the development of patriotic feelings. For this reason, this doctoral dissertation associates the critical thinking in geography with the political grounds of the Coluna Prestes movement. We assume that Coluna Prestes encourages a leftist, nationalist constitution based on human rights, the spread of democracy, and homeland defense. Prestes' nationalist ideas differ from those of the right-wing parties and they focus on the needs of the working class and on the modernization of the country. As it moves, Coluna Prestes becomes a way of communicating Brazil's territorial identity. Moving from place to place helped people realize Brazil's territorial extent, as news came through the radio and newspapers and the literature shaped the image of the Knight of Hope. The present study is justified by framing critically the very concept of nationalism as stated by Coluna Prestes, by means of an epistemological reading based on dialectical and historical materialism in geography. The contradictions in the nationalism by Coluna Prestes and the Constitution of Brazil are also pointed out. The study relates the Coluna Prestes to nationalism and space. More specifically, it emphasizes the importance of associating Geography as critical thinking with Coluna Prestes and the role Luiz Carlos Prestes played in promoting nationalism. The research aimed at understanding how and why left-wing nationalist feeling was aroused among the members of Coluna Prestes. It also aimed at realize the role of the left-wing nationalism for the movement itself and its major effects on the Brazilian people at that time. Thus, we seek to point out the geographical features in the Brazilian historical process that comprises the organization and the effects of the Coluna Prestes from 1922 to 1927. Coluna Prestes had great importance to the relation nation-nationalism-territory, since its mobilization had an influence on the form and content of the working class movements and on the meaning of nationalism itself. Thus the Coluna's nationalism both protected the nation and the Brazilian people, by means of social and cultural values, and aroused a nationalist feeling, by means of a "Brazilian race". The nationalist acts aimed at both Brazilian territory and nation. The Coluna's journey provided something one could identify with and a nationalist feeling by fighting against oppression that came from both the local ruling class and the foreign colonizing forces.

Keywords: Geography; Coluna Prestes; nationalism; revolutionary movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|-----|
| Gráfico 1 | Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por grau acadêmico..... | 29 |
| Gráfico 2 | Quantidade de publicações referentes à coluna prestes por ano de defesa..... | 30 |
| Gráfico 3 | Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por Programas de Pós-Graduação..... | 30 |
| Gráfico 4 | Quantidade de publicações referentes à nacionalismo e geografia por grau acadêmico..... | 31 |
| Gráfico 5 | Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto aos termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (Teses Capes) | 32 |
| Gráfico 6 | Quantidade de publicações referentes à nacionalismo e Geografia por ano de defesa nos últimos 5 anos | 32 |
| Gráfico 7 | Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto os termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (BDTD)..... | 33 |
| Figura 1 | Memorial Coluna Prestes..... | 46 |
| Figura 2 | Crime de lesa-pátria..... | 61 |
| Figura 3 | Localização das cidades percorridas pelos revoltosos paulistas até Foz do Iguaçu no Paraná..... | 62 |
| Figura 4 | Croqui da localização dos revolucionários no sudoeste paranaense.. | 63 |
| Figura 5 | Mapa da região dos levantes tenentistas no Rio Grande do Sul..... | 64 |
| Figura 6 | Rebeldes paulistas antes de se juntarem à Coluna Prestes | 65 |
| Figura 7 | Rebeldes paulistas e gaúchos na fronteira com o Paraguai..... | 65 |
| Figura 8 | Trajeto da Coluna Prestes..... | 74 |
| Figura 9 | Anel de ferro..... | 79 |
| Figura 10 | Cemitério de Separação..... | 81 |
| Figura 11 | Cruzeiro em homenagem aos mortos na fazenda Zeca Lopes no município de Perolândia, Goiás..... | 83 |
| Figura 12 | Laço húngaro..... | 85 |
| Figura 13 | Combatentes da Coluna Prestes na Bolívia..... | 86 |
| Figura 14 | Soldado da Coluna Prestes..... | 87 |
| Figura 15 | Recorte do Diário do Rio de Janeiro – 15 de maio de 1871..... | 88 |
| Figura 16 | Luiz Carlos Prestes perante a eleição de Tancredo Neves para a | 182 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| | Presidência da República | |
| Figura 17 | Marcha Nacional Lula Livre entre os dias 10 e 15 de agosto de 2018..... | 185 |
| Figura 18 | Neta de Carlos Prestes nas fileiras da coluna que o homenageia..... | 188 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AHI | Arquivo Histórico do Itamaraty |
| AIB | Ação Integralista Brasileira |
| AIE | Aparelho Ideológico do Estado |
| ANL | Aliança Nacional Libertadora |
| BDTD | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações |
| BN | Biblioteca Nacional |
| BOC | Bloco Operário Camponês |
| CADEM | Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCR | Companhia Carbonífera Rio-Grandense |
| CEFMSJ | Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo |
| CJPI | Comissão Jurídica e Popular de Inquérito |
| CNOP | Comissão Nacional de Organização Partidária |
| CNT | Conselho Nacional do Trabalho |
| DEM | Partido Democratas |
| EDS | EBSCO Discovery Service |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUA | Frente Única Antifascista |
| FUG | Frente Única Gaúcha |
| GPNR | Governo Popular Nacional Revolucionário |
| IBESP | Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política |
| IC | Internacional Comunista |
| ISEB | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| LC | Liga Comunista |
| LCI | Liga Comunista Internacionalista |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MMC | Movimento das Mulheres Camponesas |
| MSE | Movimento Socioespacial |
| MST | Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTIC | Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |

| | |
|------|---|
| PDS | Partido Democrático Social |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PRL | Partido Republicano Liberal |
| PRM | Partido Republicano Mineiro |
| PRP | Partido Republicano Paulista |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PSPB | Partido Socialista Proletário do Brasil |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SMAR | Sindicato dos Mineiros de Arroio dos Ratos |
| SSA | Secretariado Sul-Americano (IC) |
| UNAG | Unión Nacional de Agricultores Ganaderos |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| UTG | União dos Trabalhadores Gráficos |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 | A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DA COLUNA PRESTES | 45 |
| 2.1 | República Velha..... | 49 |
| 2.2 | Movimento tenentista como movimento social..... | 53 |
| 2.3 | O que foi a Coluna Prestes..... | 68 |
| 2.4 | Composição da Coluna Prestes | 77 |
| 2.5 | Êxitos e fracassos da Coluna Prestes | 78 |
| 2.6 | Força do movimento e percepção das populações | 89 |
| 3 | NAÇÃO E NACIONALISMO A PARTIR DA COLUNA PRESTES | 96 |
| 3.1 | Nação – definição e identificação | 96 |
| 3.2 | Nacionalismo – do conceito à emergência de novas formas | 101 |
| 3.3 | Nacionalismo brasileiro – análise e contradições | 115 |
| 3.4 | Aspectos históricos do nacionalismo brasileiro | 131 |
| 3.5 | O nacionalismo da Coluna Prestes e de Prestes..... | 143 |
| 4 | ANÁLISE DA HERANÇA DA COLUNA PRESTES: A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA | 159 |
| 4.1 | Fatos da política externa brasileira relacionados à Coluna Prestes | 162 |
| 4.2 | Partido Comunista Brasileiro e Luiz Carlos Prestes | 166 |
| 4.3 | Da Frente Única Antifascista a uma frente mais ampla | 172 |
| 4.4 | A Aliança Nacional Libertadora e o antifascismo no Brasil | 175 |
| 4.5 | A perspectiva de Luiz Carlos Prestes sobre a Constituição de 1988 | 180 |
| 4.6 | Mobilização social homenageia a Coluna Prestes | 184 |
| 5 | CONCLUSÃO | 193 |
| | REFERÊNCIAS | 200 |
| | APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DE GRÁFICOS | 217 |
| | ANEXO A – IMAGENS HISTÓRICAS ADICIONAIS | 219 |

1 INTRODUÇÃO

*“[...]Cavaleiro da Esperança
Luiz do proletário carleando a nação
Enfrentou adversários
Fez do verbo o seu canhão[...]*”
(G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, 2003-2024).

O objeto de estudo desta tese esteve latente por muitos anos, ou melhor, não se originou como objeto de estudo, mas de pura admiração. A partir do enternecimento que a leitura do livro ‘Olga’ de Fernando Morais, logo em uma de suas primeiras edições proporcionou-me, comecei a me interessar pela história de Olga Benário e de Luiz Carlos Prestes, e a questionar o dono do livro, meu pai, Paulo Fonseca Portela, a respeito. Ele atuou como meu primeiro orientador nesse documentário, indo mais além, ou seja, voltando um pouco no tempo e narrando os fatos da Coluna Prestes da forma como ele tomou conhecimento, através de jornais e do livro ‘Cavaleiro da Esperança’ de Jorge Amado. Desde então, qualquer menção a Prestes, que fosse em livro, revista ou televisão me despertava a curiosidade por conhecer mais sobre esse ícone nacional, pela sua índole, integridade e compromisso com o povo brasileiro. No entanto, jamais imaginei que um dia fosse me dedicar ao estudo sistemático do movimento que ele liderou, a Coluna Prestes.

Ao iniciar os estudos no curso de doutorado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, ainda como aluna especial, cursei com o professor Tulio Barbosa, meu efetivo orientador, duas disciplinas: ‘Teoria do Conhecimento Anticolonial e Educação Geográfica’ e ‘Cultura Marginal, Contracultura e Formação dos Professores de Geografia’. O conteúdo de resistência e de negação às formas de opressão aliado à maneira de abordagem, serviu como catalisador para a exploração de um tema naquela linha conceitual. E assim, ao compreendermos o nacionalismo presente no movimento da Coluna Prestes, buscamos aprofundar esse entendimento.

Esta tese estuda a Coluna Prestes enquanto movimento político-social e sua relação com o nacionalismo, por meio de uma leitura geográfica. Análise, que vai partir necessariamente de uma narrativa do materialismo histórico-dialético, ou seja, uma narrativa crítica na qual os processos que são construídos naquele período da história são organizados para se pensar o presente.

O termo ‘nacionalismo’ assim como outros derivados da palavra ‘nação’ sugerem significados imprecisos. Os vocábulos nacionalismo e internacionalismo, geralmente considerados opostos em termos de perspectivas políticas e ideológicas, possuem cada um interpretações distintas (Domingos; Martins, 2006). É caracterizado nacionalista “[...] aquele

que defende a afirmação de identidades nacionais, que lidera movimentos anti-imperialistas, que pugna pelo desenvolvimento de seu país ou aquele que se empenha pelo domínio de seu grupo étnico sobre os eventuais concorrentes” (Domingos; Martins, 2006, p. 81). Já o internacionalismo, conforme Domingos e Martins (2006), que desde o século XIX, atrai simpatias devido às suas promessas de compreensão, desenvolvimento e camaradagem entre as sociedades humanas, também rotula condutas contraditórias. É considerado internacionalista tanto “[...] o que procura estabelecer bases morais e jurídicas para o capitalismo quanto o que luta por sua completa destruição” (Domingos; Martins, 2006, p. 82).

No sistema capitalista, a classe dominante é quem direciona o país, o que pode propiciar em grande parte das vezes uma construção nacionalista burguesa. Em contrapartida, o nacionalismo não burguês acontece quando se tem a classe trabalhadora no poder, tendo em conta que o poder de direito é diferente do poder de fato. Em princípio, o nacionalismo que tem a classe capitalista no poder é burguês, portanto, conservador, e será assim, mesmo sendo progressista, porque ele não vai ferir a classe dominante.

O nacionalismo que aqui tratamos é o nacionalismo não-burguês, nacionalismo que se origina da contradição do capitalismo e não da afirmação do modo de produção, isto é, as contradições do capitalismo promovem o anti-capitalismo. A tese que construímos tem como centralidade o nascimento de um nacionalismo em terras brasileiras orientadas pelas contradições do capitalismo e o desejo em superá-las.

Historicamente o caráter burguês do nacionalismo pode ter como uma de suas explicações a prática do estabelecimento de fronteiras entre as nações, visando garantir a liberdade das instituições, a estabilidade do comércio e o controle global de circulação de pessoas, com pouca probabilidade de alterações devido a alianças da nobreza (Domingos; Martins, 2006). Na sua construção liberal, o nacionalismo tem duas particularidades, em que uma delas defende o livre mercado, com intervenção mínima do Estado e a outra enfatiza a importância de um nacionalismo que trabalhe em conjunto com o mercado, ou seja, identidade nacional e política econômica interligadas.

Quando se tem um movimento nacionalista contrário aos interesses da burguesia, tendo como fundamento o Estado nacional, pode ser conceituado também como movimento patriótico, na acepção da pátria e do sentimento. Porém, nem todo ideal patriótico é necessariamente positivo, pois existem movimentos patrióticos que são também racistas ou discriminadores. No entanto, o movimento nacionalista que estamos buscando compreender é um movimento que tem as suas contradições, portanto ele não tem uma delimitação unidirecional, em vista disso é contraditório. A tese busca compreender as contradições desse

nacionalismo a partir da própria Coluna Prestes e, da constituição do que é o Estado brasileiro a partir do movimento reivindicatório da Coluna.

Neste sentido, o nacionalismo tem uma característica fundamental na qual ele vai buscar a unidade das pessoas em prol de um sentido de nação, muitas vezes, organizado pela classe dominante. Assim, segundo Chasteen (2021, p. 177):

As nações, para serem internamente unidas, precisam saber quem são: precisam de uma sensação clara e positiva de identidade nacional. Quatro séculos de transculturação latino-americana – o processo criativo de trocas culturais – deram origem a uma profusão de diferenças no discurso, nos costumes, nas atitudes.

Devemos salientar que a Coluna Prestes trouxe uma herança das lutas do Estado brasileiro, assim, constituiu um caminho dentro da guerra e do conflito como solução única dos problemas nacionais a partir dos conflitos internacionais como a Guerra do Paraguai e o sufocamento de rebeliões e tentativas de revoluções no Brasil. Essas lutas históricas promovidas pelo Estado contra o povo brasileiro tiveram uma leitura diferente da Coluna Prestes que não se adequou aos procedimentos da violência do Estado contra o povo brasileiro, ao contrário a Coluna buscou construir outra relação com as exigências que se fizeram como motivadoras do movimento.

A Coluna Prestes destoa da classe dominante porque ela vai buscar outras questões nacionais em bases populares, cujo nacionalismo demanda a subtração do poder da classe dominante. Na Coluna Prestes, o nacionalismo vai sendo construído não como uma política do Estado, mas como uma política popular, uma ideia com a qual o povo necessita se identificar. Quando se pensa em nacionalismo evidenciado na Coluna Prestes, é preciso pensar em contradição dentro do processo de produção capitalista. O nacionalismo da Coluna Prestes não revela um programa formal, mas seus atos e sua constituição enquanto movimento salienta a luta para que, conforme Anderson (1993), qualifique a nação.

Desta forma, o nacionalismo da Coluna Prestes, conforme a mesma, é uma oportunidade para que a nação seja qualificada a partir das exigências sublinhadas pelo movimento. Trata-se, portanto, de um nacionalismo que busca qualificar a nação em conformidade às exigências da Coluna.

O nacionalismo, mesmo muitas vezes associado à classe dominante, pode se revelar em manifestações populares, assim como a Coluna Prestes ou o movimento pelas ‘Diretas Já’. Este último pressionava a aprovação da Emenda Dante de Oliveira pelos parlamentares brasileiros, em 1984, objetivando alterar a Constituição Federal de 1969, no sentido de restabelecer as eleições diretas para presidente da república, após uma abstenção de vinte anos. A campanha foi um momento histórico de grande mobilização popular na construção de

um sentimento nacional traduzido em bandeira democrática e aspiração por liberdade. Por seu lado, a Coluna Prestes foi um movimento surpreendente, sem igual na história. Teve um impacto significativo na consolidação do movimento tenentista e com isso o heroísmo, atribuído pela população brasileira, dos tenentistas ficou marcado na memória popular da época. A marcha levou a mensagem de rebeldia a regiões mais remotas do Brasil, onde a população desconhecia os direitos básicos de cidadania; assim, a Coluna buscou qualificar o Estado brasileiro e torná-lo mais próximo da realidade do povo. O governo essencialmente conservador, buscou efetivar a derrota do movimento por meio de diversas formas de repressão pelas autoridades, variando desde o emprego de forças regulares até a utilização intensiva de grupos armados ligados aos latifundiários (Sodré, 1985).

Como movimento contraditório, o nacionalismo por vezes, apresenta as contradições do capitalismo. Essas contradições acontecem num dado momento em que a classe dominante necessita exercer uma influência maior e vai dotar a classe trabalhadora de valores nacionalistas que reflitam a condição da esfera dominante. A classe dominante busca prevalecer, convencer ideologicamente a classe trabalhadora do sentimento nacionalista a favor da primeira. Esse comportamento pode ser comprovado no período da ditadura militar no Brasil, em que os militares usaram de propagandas nacionalistas para convencer a população de que aquele regime era positivo e que a população precisava apoiá-lo. Para isso, divulgaram alguns *slogans* como: ‘Brasil, ame ou deixe-o’, ‘Ninguém segura este país’, ‘Pra frente Brasil.’

O nacionalismo como ideologia contraditória e conservadora na sua origem, torna-se de difícil compreensão. O impasse reside no fato de que fomos ensinados a amar o país como uma figura mítica que é o Brasil, uma entidade jurídica, e não valorizarmos os interesses globais da nação. Ideologicamente o nacionalismo é usado de forma a favorecer a classe dominante, uma vez que a classe dominante exerce o poder. Enquanto se tem essa ideia de nacionalismo vigente, se tem a construção burguesa.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

O nacionalismo da Coluna Prestes evidencia uma busca pela qualificação do Estado, visando seu aperfeiçoamento e a promoção de um movimento inédito para alcançar o povo brasileiro nas mais diversas regiões; assim, a rebeldia como qualificadora nacional é o ponto de partida e de chegada da Coluna.

Evidenciamos nesta tese três aspectos diferentes de nacionalismo: o primeiro deles como construção cultural de pertencimento a uma nação, o segundo atrelado aos interesses da burguesia, apresentando atitudes oportunistas, antidemocráticas e fascistas e um terceiro, tendo em vista seu caráter controverso, um nacionalismo de ideal democrático em conexão com a soberania popular. Guibernau (1997, p. 9) distingue três abordagens principais de explicação para o nacionalismo:

A primeira focaliza o caráter imutável da nação, e a ela me referirei como essencialismo. [...] A busca por modernização, o desenvolvimento de novos modelos de comunicação e a ênfase em fatores econômicos estão entre os elementos que a segunda abordagem traz consigo. A terceira desenvolve teorias psicológicas associadas às necessidades que os indivíduos têm de se envolverem numa coletividade com a qual possam identificar-se.

Estruturalmente esta tese está organizada em quatro partes. A organização desta primeira parte tem como fundamento caracterizar posicionamentos nacionalistas e traçar a correlação entre o nacionalismo e a Coluna Prestes, bem como a organização dessa Coluna no imaginário e no sentido da própria cientificidade política.

Na segunda parte, trazemos a História e a Geografia da Coluna Prestes, em que abordamos a República Velha e o tenentismo, descrevendo as condições que propiciaram a marcha da Coluna Prestes. Partindo para a caracterização da própria Coluna, apresentamos sua composição e estratégias de luta, assinalando êxitos e insucessos, bem como a reação da população frente ao movimento, seus atos de heroísmo, suas convicções, visto em muitos lugares como perspectiva de tempos melhores.

Na terceira parte, discorremos sobre os conceitos de nação e nacionalismo, apresentando as abordagens de vários teóricos sobre o assunto, culminando na exposição dos aspectos históricos do nacionalismo brasileiro. Identificamos o nacionalismo presente na Coluna Prestes e o nacionalismo como vertente de ruptura desse movimento histórico.

A quarta parte versa sobre a influência da Coluna Prestes de forma direta e indireta na luta contra a opressão do Estado brasileiro e a construção da democracia. Dessa forma, destacamos fatos da política externa brasileira relacionados à Coluna, atuação de Luiz Carlos Prestes no Partido Comunista Brasileiro e na Aliança Nacional Libertadora, assim como seus posicionamentos em defesa da justiça social durante a Constituinte e formulação da Constituição de 1988. Ainda apresentamos nesta seção relatos da mobilização social: ‘Marcha

Nacional Lula Livre’ que resgatou batalhas históricas, simbolizando a luta do povo na construção de novas formas de organização e enfrentamento, sendo uma das caravanas participantes denominada de ‘Coluna Prestes’.

A tese aborda a compreensão da Coluna Prestes, associada ao nacionalismo, dada a necessidade de entendermos a construção da nossa realidade. A composição da realidade passa pelos processos históricos e sua herança no tempo presente é materializada espacialmente, com isso conseguimos compreender os processos históricos dentro das urgências do tempo presente, mas o tempo presente é também ferramenta metodológica para compreender a dinâmica dos processos históricos que foram espacializados.

Tratamos, na presente tese, de questões fundamentais para a compreensão do espaço no qual estamos inseridos, isso implica em movimentar a relação histórica com as questões do agora. O agora como fundamento metodológico nos coloca diante de uma espacialidade construída como herança e, também como ruptura. O processo de herança não é tão fácil de mapear, mas é importante compreender que essa herança é contínua em vários aspectos da nossa realidade. A Coluna Prestes movimentou a construção de uma espacialidade como herança e como ruptura desse processo. Tal herança está nos movimentos sociais e a ruptura está diretamente construída pelo próprio movimento de destruição da memória e das narrativas que fazem o povo efetuar as revoltas e as reformas necessárias para seu bem-estar, enquanto classe trabalhadora. A Coluna Prestes foi o primeiro movimento que articulou todo o país nas suas bandeiras de lutas, dentre tais um país melhor, mais justo e melhor administrado.

Quando ‘falamos’ de realidade, estamos convergindo os processos dialéticos da história com as necessidades do tempo presente. A compreensão pelo materialismo histórico e dialético da nossa realidade faz com que tenhamos a responsabilidade em compreender a história como processo que se renova na espacialidade do presente. A partir da compreensão da Coluna Prestes em seus processos históricos, espaciais, sociológicos e políticos focalizamos a contradição do nacionalismo e assim, este trabalho ganha sustentação.

A organização desse tema tem grande relevância por nos permitir a compreensão dos processos históricos de luta que são apagados propositadamente. A forma como uma sociedade lembra ou esquece eventos históricos contribui para a construção de sua identidade coletiva. Certos eventos podem ser destacados e moldados para reforçar narrativas que sustentam uma visão específica daqueles que detém o poder, como estratégia de controle social. Segundo Bosi (2004, p. 23), “A memória de eventos pode ser cooptada por estereótipos que nascem no interior da própria classe ou de instituições dominantes como a

escola, a universidade que são instâncias interpretativas da História”. E ainda, nessa linha de pensamento, “Há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicativa e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (Bosi, 2004, p. 18).

Nosso objeto de estudo permite a compreensão de conceitos e categorias geográficas a partir da relação entre um movimento revolucionário brasileiro e sua composição no território nacional; assim, sublinhamos as categorias território e espaço como centralidade da composição do presente trabalho, seguidas de elementos geográficos que nos permitem conceituar os processos históricos, dentre esses elementos, a nação, o nacionalismo e as táticas de guerra utilizadas por Luiz Carlos Prestes. Também destacamos a necessidade da elaboração de mapas a partir das potreadas e deste modo a configuração cartográfica do Brasil a partir das necessidades revolucionárias da Coluna.

Assim, apresentamos alguns conceitos e categorias que nos permitem compreender as questões centrais da Coluna na composição de seu movimento no território e na influência política:

- a) a palavra nação, em termos objetivos, é considerada tradicionalmente a coletividade de indivíduos que possuem vínculos comuns de raça, cultura, habitando determinado território, sob um sistema de governo comum. Em termos subjetivos, somente se constitui uma nação quando existe o projeto político de fundá-la e mantê-la (Jaguaribe, 2013);
- b) o nacionalismo refere-se ao sentimento relacionado à pátria, e à identificação de membros de determinada comunidade com os símbolos, as crenças, os valores e os ideais de uma nação. Possui um caráter controverso, que em certos casos é associado a condutas preconceituosas e violentas, em outros casos defende a aspiração dos povos pelo direito à autonomia (Guibernau, 1997);
- c) as potreadas eram pequenos grupos de soldados que se adiantavam da tropa em busca de cavalos para a montaria, gado para alimentação, informações ao comando sobre a movimentação inimiga e detalhes da região percorrida para que se pudesse elaborar mapas traçando a tática da Coluna (Prestes, Anita, 1991)²;
- d) a guerrilha tem como principal estratégia o movimento, uma luta em que o atacante aparece, se retira e reaparece em outra localização. Na guerra de movimento não se

² Nas citações de Anita Leocádia Prestes neste trabalho, utilizaremos Anita Prestes para diferenciar de seu pai, líder da Coluna, Luiz Carlos Prestes.

- adota uma postura defensiva aguardando recursos materiais da retaguarda (Farias, 1981);
- e) o laço húngaro caracterizou operações praticadas em alguns trajetos da Coluna pelo retorno em marcha rápida, na forma de uma extensa curva até atingir o caminho percorrido antes, resultando na operação militar conhecida por esse nome ou ‘oito de contas’ que se assemelhava ao ornamento em forma de laço, vistoso e dourado, do uniforme do Exército (Gomes; Montenegro, 2010);
 - f) o Estado e o governo na estrutura administrativa da sociedade capitalista sempre têm a direção da classe dominante, deste modo, a Coluna Prestes entende que é necessário mudar o governo para que o Estado seja efetivamente transformado a partir dos interesses da classe trabalhadora. O Estado é a estrutura e a superestrutura identificadora dos limites que efetivam a nação, e o governo é a dinâmica que potencializa a organização e reprodução das relações estabelecidas pelo Estado (Barbosa, 2023);
 - g) A estrutura do Estado representada pelo governo nas suas dinâmicas tem sua forma representada pelo território nacional, deste modo, o território é o lócus delimitado de um poder administrativo, bélico, cultural e social organizado pelo Estado. A Coluna Prestes vai além dessa territorialidade e avança no espaço nacional como construção de práticas revolucionárias que marcaram a composição pelo embate das forças territorializadas do Estado. A marcha, portanto, conseguiu combater o território como algo inerte e já definido, pois a Coluna movimentou as forças contrárias ao governo e ao Estado na promoção de outras territorialidades, ou seja, o território como instância do poder foi afetado por um contra-território materializado na Coluna e pela mesma (Sodré, 1985; Barbosa, 2023).

Articulamos esses tópicos centrais no consórcio da Geografia enquanto ciência crítica na promoção do nacionalismo e na edificação da espacialidade brasileira, por meio das condições sociais, políticas, jurídicas, militares e econômicas. Compreender as categorias e conceitos geográficos por uma visão crítica tem grande impacto no entendimento da realidade na qual estamos inseridos. Assim, a presente tese busca fornecer à ciência geográfica elementos conceituais a partir do movimento da Coluna Prestes.

A tese, portanto, tem como objetivo central compreender como e por que o sentimento nacionalista de esquerda, se manifestou entre os participantes da Coluna Prestes, bem como qual foi o papel desse nacionalismo de esquerda dentro do próprio movimento e seu impacto mais amplo na sociedade brasileira da época.

Assim, buscamos compreender as características geográficas do processo histórico nacional que envolve a formação e as consequências da Coluna Prestes de 1922 até 1927. Também sinalizamos a compreensão do tenentismo como movimento de luta no período histórico no qual as oligarquias estavam em evidência na construção de novas representatividades dentro do Estado, buscando alcançar novas formas de exploração do povo e do Estado brasileiro. Nesse sentido, a relação do entendimento da nação e do nacionalismo como fundamento central na estrutura do Estado passa pela formação do território nacional e pelos objetivos da classe dominante e, conseqüentemente, da contradição dessa mesma ao ter que enfrentar a Coluna Prestes.

A Coluna Prestes, portanto, tem grande significado na composição da relação nação, nacionalismo e território no tempo presente, visto que suas mobilizações de lutas interferiram nas formas e no conteúdo dos movimentos da classe trabalhadora. Assim, é fundamental identificar o nacionalismo presente na Coluna Prestes e, dessa forma, evidenciar o nacionalismo de ruptura e a herança da Coluna Prestes. Justificamos a presente tese pela importância dos temas aqui destacados e pela significativa construção do maior movimento de mobilização política do mundo com centralidade no sujeito Prestes. Trazemos, em seguida, sua trajetória de vida.

Luiz Carlos Prestes nasceu em 3 de janeiro de 1898 em Porto Alegre, filho de Antônio Pereira Prestes, capitão do Exército, abolicionista e republicano e de Leocádia Felizardo Prestes, professora de escola pública. Irmão de Lygia, Clotilde, Eloíza e Lúcia, veio a ficar órfão de pai ainda criança. Estudou no Colégio Militar e na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, diplomando-se em 1920 como engenheiro militar, indo servir na 1ª Companhia Ferroviária de Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro (Carrion, [2014]).

Em 1922, Prestes foi transferido para o Rio Grande do Sul, aproximando-se do movimento dos tenentes insatisfeitos com os rumos oligárquicos da República Velha. Atuou ativamente na preparação do levante tenentista de 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, 'Levante dos Dezoito do Forte de Copacabana', embora não tenha participado presencialmente por se encontrar com tifo na época. Em decorrência de um novo levante iniciado em 5 de julho de 1924, em São Paulo, contra o presidente da república no período, Artur Bernardes, Prestes e os tenentes Aníbal Benévolo, Mário Portela Fagundes e João Pedro Gay rebelaram-se com o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo e o 3º Regimento de Cavalaria de São Luiz Gonzaga, além de outras unidades militares do Rio Grande do Sul, em outubro de 1924 (Carrion, [2014]).

Em abril de 1925, as tropas gaúchas comandadas por Prestes juntaram-se aos rebeldes paulistas em Benjamin Constant, no estado do Paraná, passando a percorrer o país a pé, e a cavalo, em mais de 25 mil quilômetros levando a mensagem revolucionária (Lima, 1979). Além da derrubada do presidente da época, Artur Bernardes, a Coluna propunha pautas democráticas para o país descritas na mensagem de Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa aos revolucionários de Pernambuco, em janeiro de 1926. A mensagem publicada em ‘O 5 de Julho’, continha os ideais da revolução, como: voto secreto, moralização da política, integridade administrativa, obrigatoriedade e reformas no ensino, entre outras demandas (Costa; Prestes, Luiz Carlos³ *apud* Prestes, Anita, 1991).

No final de 1926, com o término do governo de Artur Bernardes, os revoltosos decidiram encerrar a Coluna. Chegaram à conclusão de que aquela marcha não iria resolver a situação de miséria do povo brasileiro e deslocaram-se para Mato Grosso, exilando-se na Bolívia, em fevereiro de 1927 (Prestes, Anita, 1991).

A Coluna Prestes constituiu grande expressão de descontentamento com a organização política vigente da República Velha, trouxe uma cultura de contestação e de luta nacional, para se pensar o país de outra forma. A sua persistência foi fundamental para inspirar outros movimentos em diversos pontos do Brasil, que embora derrotados, mantiveram o cenário revolucionário oportuno para o declínio da República Velha. O tenentismo e as oligarquias⁴ dissidentes excluídas do pacto entre Minas Gerais e São Paulo atuaram como suporte para a vitória da chamada Revolução de 1930 (Prestes, Anita, 1991). Mesmo não sendo vitoriosos na Coluna Prestes, os tenentes influenciaram a cultura que veio depois.

Em 1931, Prestes mudou-se para a União Soviética onde estudou o marxismo. No governo de Getúlio Vargas, foi preso por ocasião do movimento antifascista de 1935; perdeu sua companheira Olga Benário na câmara de gás após ser entregue à Alemanha nazista, no sétimo mês de gravidez. Prestes foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro de 1943 a 1980; foi eleito senador pelo mesmo partido em dezembro de 1945. Faleceu em 7 de março de 1990 no Rio de Janeiro, com 92 anos de idade (Prestes, Anita, 2006).

A pertinência de nossa análise está no fato de a Geografia não tratar do tema ‘Coluna Prestes’ e dispor de poucos estudos recentes que investigam e debatem o tema nacionalismo.

³ Nas citações de Luiz Carlos Prestes neste trabalho, utilizaremos seu nome completo para diferenciar de sua filha, Anita Leocádia Prestes.

⁴ Oligarquia indica uma forma de governo. Originada do grego, significa governo de poucos. Foi definida por Platão em sua obra ‘A República’ como uma forma que se opunha ao bom governo. Para Platão era o governo dos ricos, ávidos por poder e dinheiro. Com o tempo a palavra foi ganhando conotação mais social e passou a designar também um grupo, uma elite detentora do poder político e econômico (Oligarquia, 2010).

Há uma defasagem nos estudos geográficos que abordam processos históricos do Brasil relacionados aos movimentos nacionalistas.

Para fins de comprovação, realizamos uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁵, recuperando um total de 32 documentos (26 de mestrado e 6 de doutorado) de nosso principal objeto de estudo ‘Coluna Prestes’, no período de 1987 a 2023 (Gráficos 1 e 2); porém nenhum documento é proveniente de programa de Pós-Graduação em Geografia (Gráfico 3). Um dos trabalhos recuperados, embora apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais e Humanidades, engloba ‘Geografia cultural’ e ‘Coluna Prestes’ entre outras palavras-chave. Salientamos que essa base de dados disponibiliza trabalhos defendidos desde 1987 (Brasil, [2024]).

Similarmente, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)⁶ que trouxe 22 trabalhos (14 de mestrado e 8 de doutorado) referentes ao nosso objeto de estudo (Gráficos 1 e 2), também no período de 1987 a 2023 e novamente nenhum documento originado de programa de Pós-Graduação em Geografia (Gráfico 3); mas, trouxe também o mesmo trabalho com as palavras-chave ‘Geografia cultural’ e ‘Coluna Prestes’ (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2024]). Além dessas fontes, pesquisamos também o Portal de Periódicos Capes⁷, a Biblioteca Nacional⁸, o EBSCO

⁵ O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes traz referências e resumos das teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu do país, com o objetivo de facilitar o acesso a essas informações. A base disponibiliza trabalhos defendidos de 1987 em diante com dados atualizados semanalmente (Brasil, [2024]). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/info>.

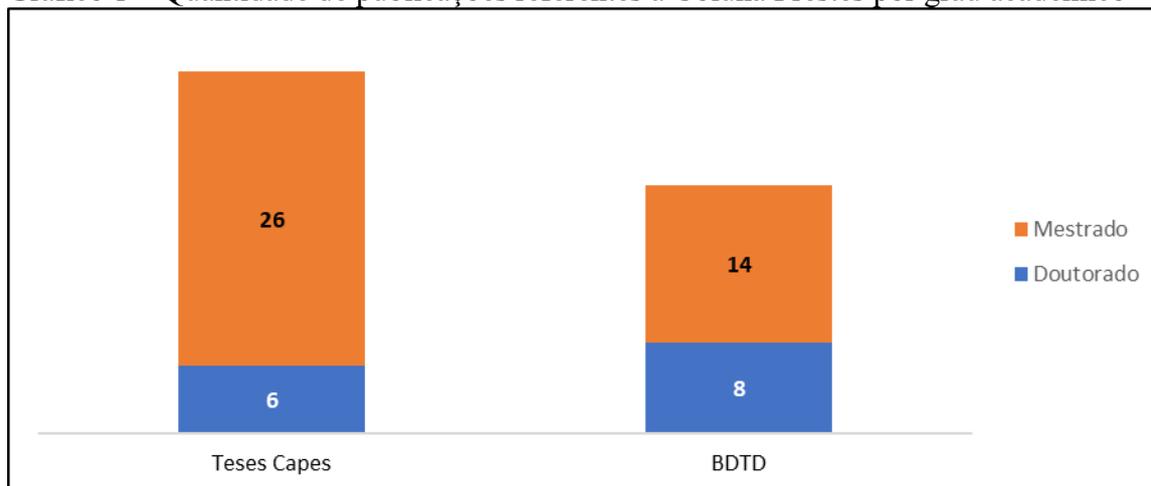
⁶ A BDTD integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa e estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2024]). Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁷ O Portal de Periódicos Capes reúne e disponibiliza conteúdos produzidos no país e conteúdos de editoras internacionais, assinados para instituições de ensino e pesquisa do Brasil, veiculados em periódicos, bases de dados de conteúdo diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (Brasil, 2020). Disponível em: <https://www-periodicos-capes.gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

⁸ A Biblioteca Nacional (BN) com mais de 200 anos de história é a mais antiga instituição cultural brasileira. Tem a missão de coletar, registrar, salvar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país (Fundação Biblioteca Nacional, 2020). Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br>.

Discovery Service (EDS)⁹ e o Google Acadêmico¹⁰. Exceto, o Portal de Periódicos Capes que trouxe nove artigos, duas resenhas e um livro (Brasil, 2020), as demais bases trouxeram um número considerável de documentos, não só especificamente de produção acadêmica, contudo, incluindo cada uma na sua particularidade – livros, artigos de periódicos, resenhas, mapas, fotografias entre outros.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por grau acadêmico

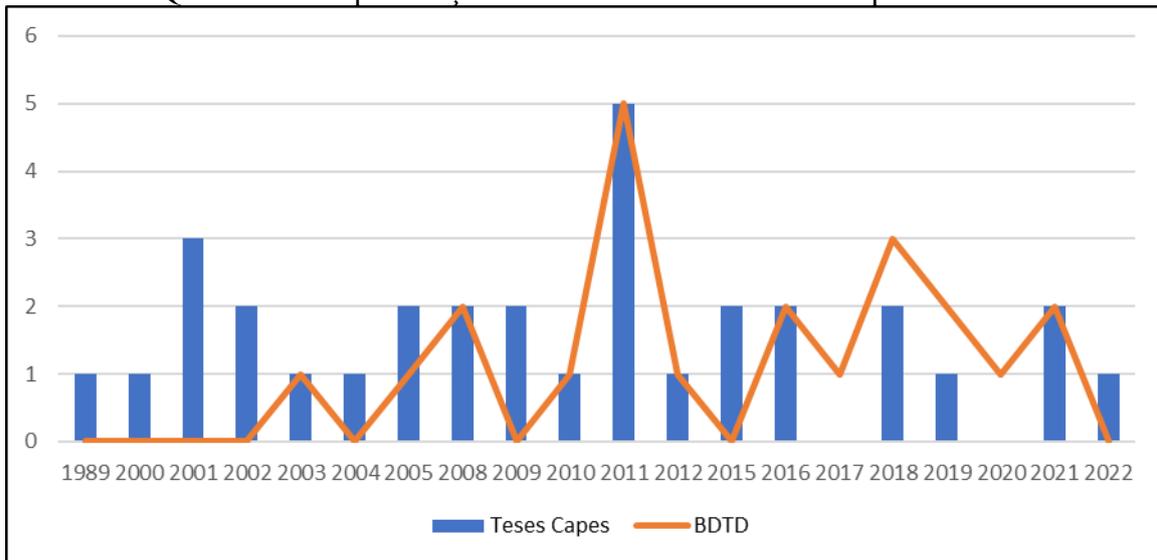


Fonte: dados da pesquisa.

⁹ O EBSCO Discovery Service (EDS) – Serviço de Descoberta - UFU (EDS) é um serviço de busca integrada assinado e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas UFU. A ferramenta propicia a busca em todas as possibilidades de pesquisa que as bibliotecas UFU oferecem, de uma só vez, e em uma única interface. A ferramenta integra fontes institucionais e externas, permite a interoperabilidade entre plataformas, integrando Catálogo das Bibliotecas UFU, Repositório Institucional UFU, as plataformas de E- books, plataformas de bases de dados assinadas pelas bibliotecas e Portal Capes (Universidade Federal de Uberlândia, [2024]). Disponível em: <https://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/s5277907/searchbox/>.

¹⁰ O Google acadêmico é uma plataforma do Google que oferece ampla literatura acadêmica, em que se pode pesquisar disciplinas e fontes em: artigos, teses, livros, resumos e pareceres judiciais, editoras acadêmicas, sociedades profissionais, repositórios on-line, universidades e outros sites (GOOGLE [...], [2024]). Disponível em: <https://scholar.google.com/intl/en/scholar/about.html>

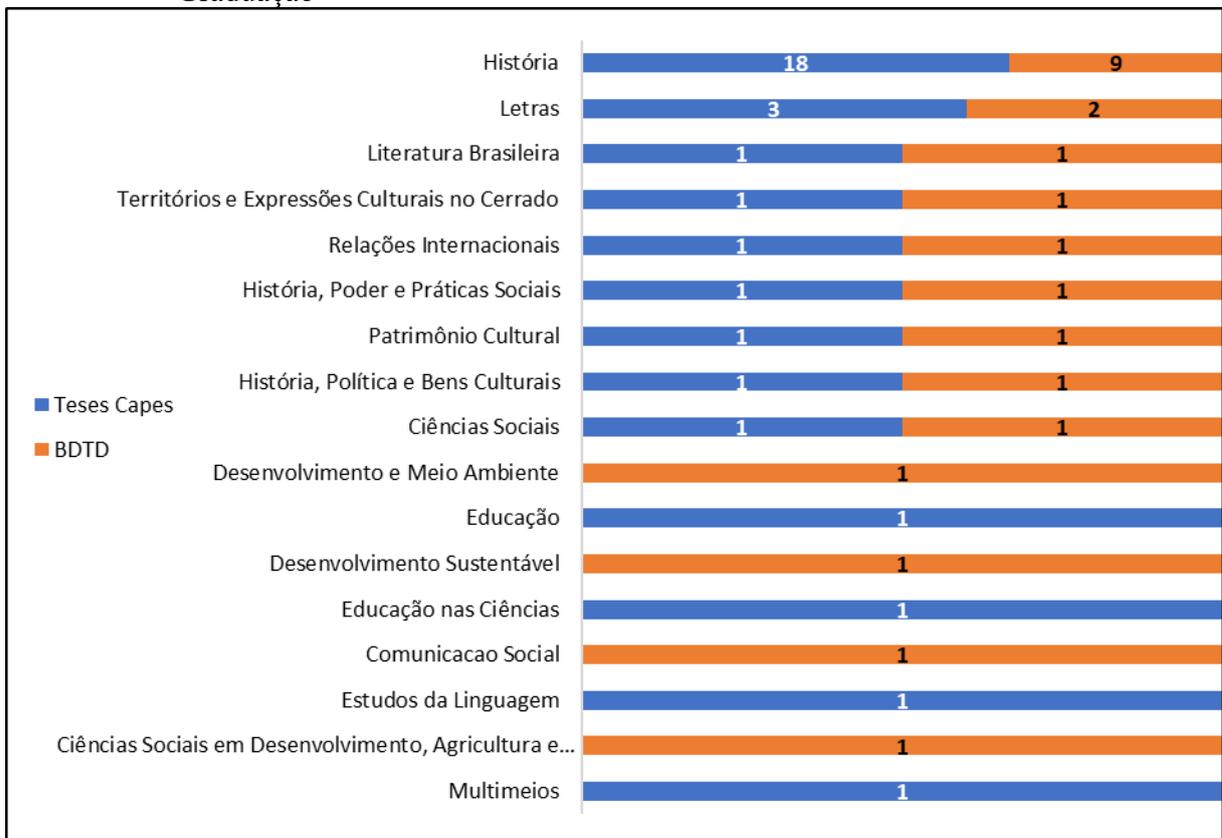
Gráfico 2 – Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por ano de defesa



Fonte: dados da pesquisa.

Nota: descrição textual completa no Apêndice A.

Gráfico 3 – Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por Programas de Pós-Graduação



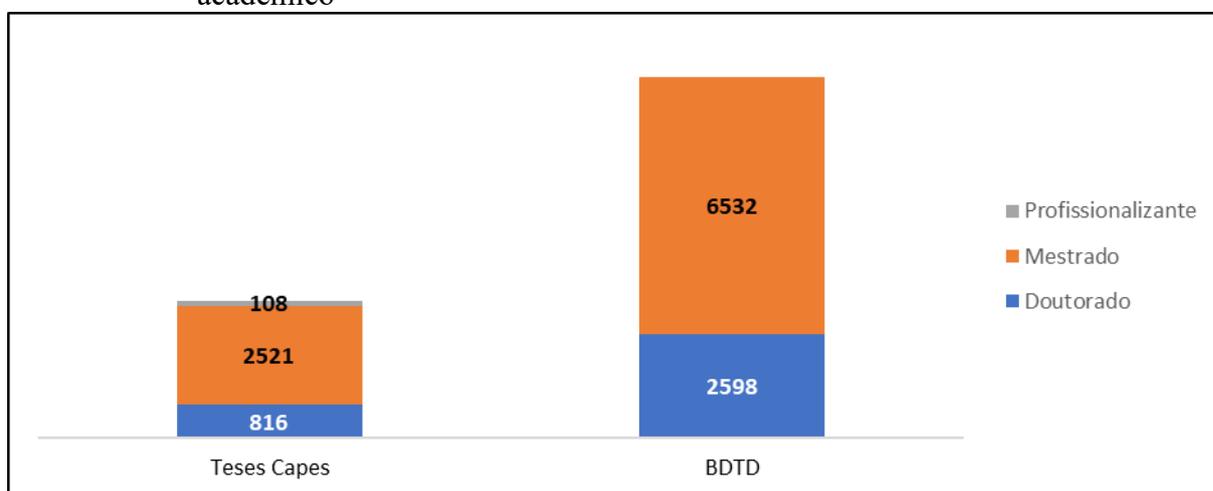
Fonte: dados da pesquisa.

Nota: descrição textual completa no Apêndice A.

Partindo para investigação quanto ao nacionalismo relacionado à Geografia, os termos ‘nacionalismo’ e ‘Geografia’ foram pesquisados juntos, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o que resultou em 3.445 documentos (108 de curso profissionalizante, 2.521 de mestrado e 816 de doutorado) no período de 1987 a 2023, sendo 1.459 trabalhos defendidos em programas de Pós-Graduação de Geografia. Seguindo uma linha de raciocínio, destacamos os cinco anos mais recentes desses resultados com a respectiva quantidade de trabalhos defendidos, como: 41 documentos no ano de 2019; 35 no ano de 2020, 38 no ano de 2021, 25 no ano de 2022 e 46 no ano de 2023 (Brasil, [2024]) (Gráficos 4, 5, e 7). Ressaltamos uma inconsistência nesses resultados, levando em conta que ao analisarmos as respostas da pesquisa, detectamos que o sistema não buscou apenas trabalhos referentes a ‘Geografia’, que tratam do tema ‘nacionalismo’, mas apresentou também aqueles que trazem o termo ‘nacional’ nos resultados. Dessa forma, acreditamos que o resultado real seja menor.

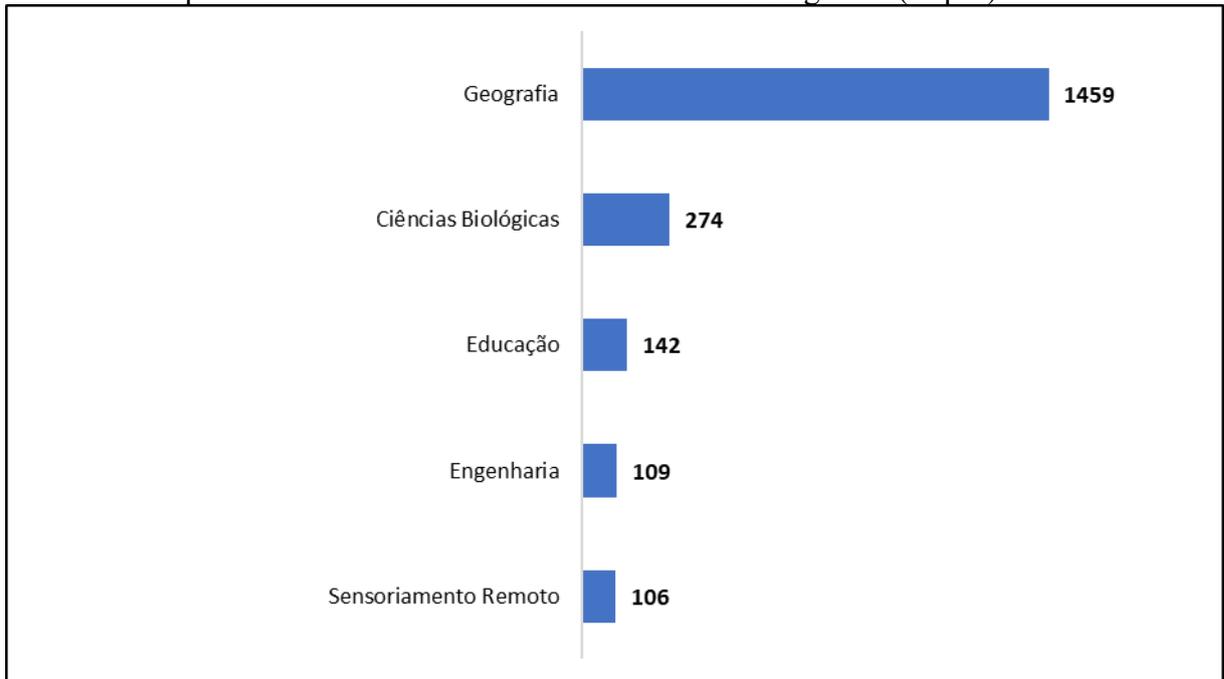
A mesma pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações obtendo 9.130 documentos (6.532 de mestrado e 2.598 de doutorado), no período de 1987 a 2023, sendo 582 trabalhos defendidos em programas de Pós-Graduação de Geografia. Também destacamos os cinco anos mais recentes desses resultados com a respectiva quantidade de trabalhos defendidos, como: 821 documentos no ano de 2019; 571 no ano de 2020, 574 no ano de 2021, 508 no ano de 2022 e 389 no ano de 2023. Foi também observada a mesma característica do resultado da Capes, ou seja, o sistema também recuperou trabalhos com conteúdo que constam o termo ‘nacional’ e não só ‘nacionalismo’ (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [2024]) (Gráficos 4, 6 e 7). Essas consultas foram realizadas em 10 de maio de 2024.

Gráfico 4 – Quantidade de publicações referentes à nacionalismo e Geografia por grau acadêmico



Fonte: dados da pesquisa.

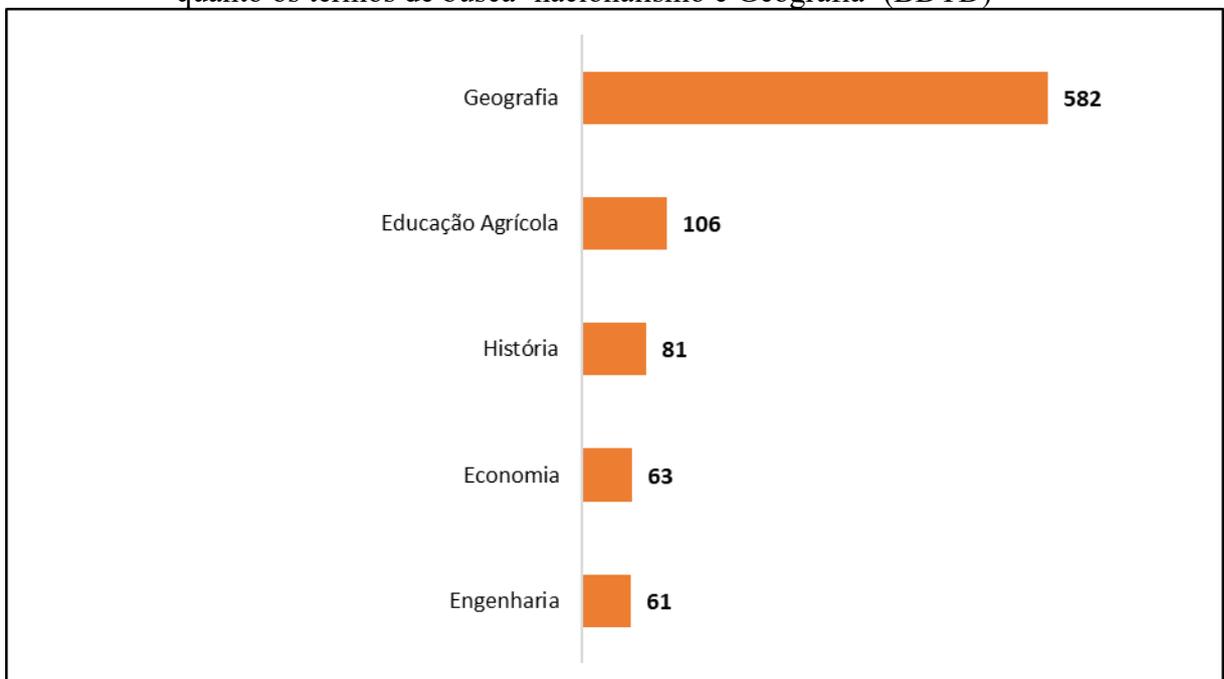
Gráfico 5 – Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto aos termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (Capes)



Fonte: dados da pesquisa.

Nota: descrição textual completa no Apêndice A.

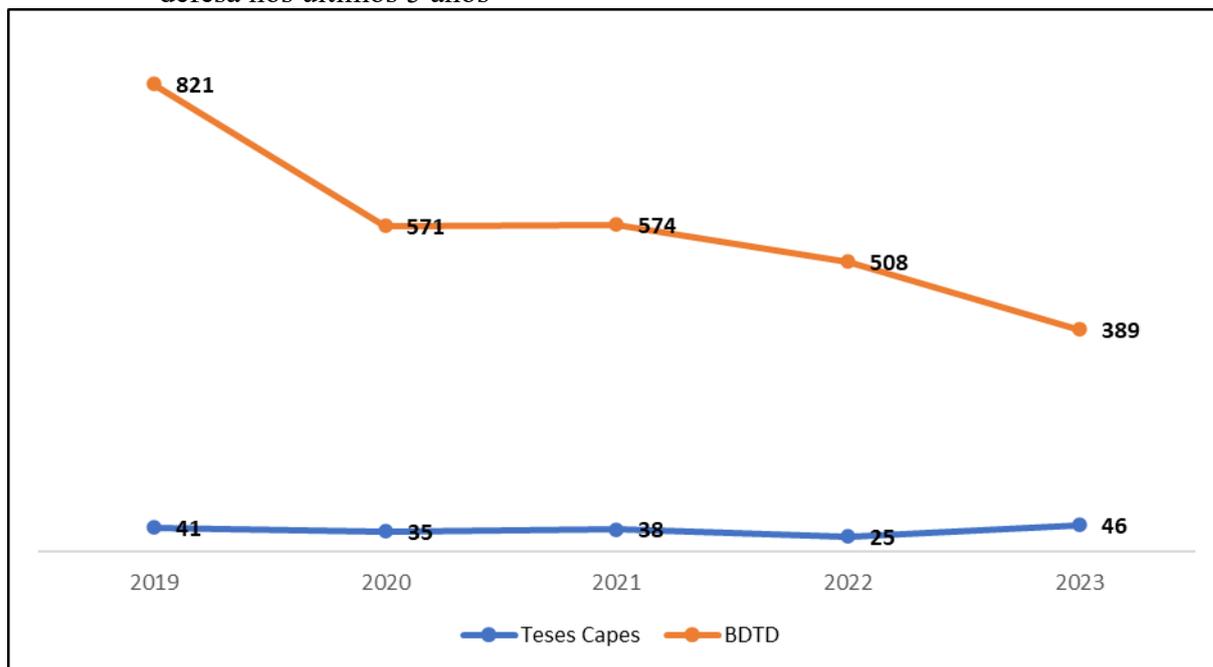
Gráfico 6 – Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto os termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (BDTD)



Fonte: dados da pesquisa.

Nota: descrição textual completa no Apêndice A.

Gráfico 7 – Quantidade de publicações referentes à nacionalismo e Geografia por ano de defesa nos últimos 5 anos



Fonte: dados da pesquisa.

O nosso estudo organiza o entendimento do que seja o nacionalismo e os movimentos revolucionários do Brasil que vão buscar o elemento contraditório do nacionalismo, assim como a Coluna Prestes. Esse movimento que, ainda compreendendo militares em suas fileiras, afrontava o Exército brasileiro e ao mesmo tempo, o nacionalismo vigente.

A Coluna Prestes tem o movimento de organização do espaço, é o primeiro movimento que traz o entendimento do domínio espacial, que organizou uma estratégia de dominação espacial, de organização territorial, porque se locomoveu sobre o território nacional. Foi um movimento social de massa, de continuidade, um movimento sem interrupção. É a primeira vez que se tem um movimento no Brasil com essa particularidade, pois quando se tem as revoltas regenciais, as revoltas quilombolas, se tem a tentativa de organização de um território.

A Coluna Prestes é um movimento de reivindicação de uma espacialidade, os rebeldes estavam se movimentando pelo país no sentido de construção de uma nacionalidade, ou seja, de uma propriedade imaterial. Inicialmente, eles não tinham consciência disso, eles começaram com uma série de questões materiais, mas a partir do momento que eles iam avançando, iam construindo no imaginário das pessoas, pela mídia daquela época (rádio e jornal), uma representação de espacialidade nacional, de reivindicação e de luta. O movimento reivindicava melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, melhorar as condições de vida dos profissionais do Exército, e combater a corrupção. Os rebeldes faziam

um movimento espacial que não era um movimento de fixação, mas um movimento de organização, de reivindicação e de convencimento.

A construção deste trabalho tem como centralidade promover uma epistemologia do nacionalismo consorciada às questões teóricas da Geografia. Essa epistemologia não busca um diálogo de um conjunto de teóricos que se distanciam do tema revolução, mas daqueles que tratam diretamente da relação entre nacionalismo e processos revolucionários. Os processos revolucionários são fundamentais para entender a dinâmica sociopolítica e econômica do país. E, portanto, da própria constituição do território brasileiro. Há inúmeros processos de tentativa de revolução e, a Geografia se distancia dessa construção; a partir de então, trazemos alguns exemplos.

As revoltas regenciais, como exemplo de processo revolucionário, ocorreram no período de 1831 a 1840. Iniciaram-se no ano da abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de cinco anos de idade, D. Pedro II, sob a tutoria de José Bonifácio de Andrada. Esse período de nove anos até a maioridade de D. Pedro II, com o país governado por regentes, foi marcado por grande instabilidade política, em que se deflagraram as revoltas regenciais, principalmente nas províncias (Freitas *et al.*, 2020). De acordo com Barrio (2022, p. 233), estão entre as principais revoltas regenciais: “[...] a Revolta dos Malês, em Salvador (1835); a Cabanagem, no Grão-Pará (1835 a 1840); a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835 a 1845); e a Balaiada, no Maranhão (1838 a 1841)”.

Como um segundo exemplo de processo revolucionário, estão as revoltas quilombolas, em que a própria formação de quilombos, muitas vezes, resultava de fugas coletivas iniciadas por revoltas, como foi o caso de Palmares. Para os senhores de escravos e governantes, nenhum outro quilombo além de Palmares deveria prosperar, porque cada novo quilombo poderia transformar-se em nova revolta. Seria o caso da suposta conspiração escrava de 1756, em Minas Gerais, liderada por quilombolas. Havia a integração de quilombos em levantes escravos, como na revolta de fevereiro de 1814, estado da Bahia, quando quilombolas se uniram a escravos das armações pesqueiras próximas a Itapoã. No mesmo ano, houve uma conspiração de escravos haussás numa combinação com quilombos de Salvador. A revolta quilombola mais famosa ocorreu em 1826, iniciada pelo Quilombo do Urubu, que levantou os escravos urbanos para o ataque a Salvador. Em 1876, escravos do Quilombo de São Benedito do Céu sublevaram-se, ocupando fazendas na comarca de Viana, estado do Maranhão (Reis, 1995/1996).

Por fim, a greve geral de 1917 de São Paulo constitui outro exemplo de processo revolucionário que envolveu mais de cinquenta mil trabalhadores apoiados por outros

milhares de cidadãos, vindo a paralisar a cidade. Essa greve teve raízes no bairro da Mooca, zona leste de São Paulo, no Cotonificio Crespi, em 8 de junho de 1917, como uma das várias paralisações setoriais que vinham ocorrendo desde 1915. A partir de 9 de julho daquele ano, a paralisação até então limitada a algumas empresas evoluiu para transformar-se em uma greve geral, com tentativas de ocupação de fábricas por grupos de trabalhadores e militantes. Vários motivos interligados impulsionaram a mudança de um movimento localizado para uma greve geral, incluindo a grave deterioração dos salários e condições de trabalho; a inflação; a inflexibilidade da maioria dos empresários; e a violência repressiva do Estado contra os grupos políticos anarquistas e socialistas, e contra os sindicatos já existentes (Biondi; Toledo, 2018).

A Geografia não busca elementos do processo revolucionário para compreendê-los. É como se não existisse na Geografia do Brasil movimentos contrários ao poder estabelecido. Ou seja, a Geografia não parte da contestação do que está posto no sentido da construção de um caminho revolucionário. Os elementos, as categorias, os conceitos não fazem sentido para a Geografia quando esses rompem com a realidade, quando procuram um caminho crítico, na transformação da realidade; ela se distancia desse processo.

Em contraste com as práticas geográficas tradicionais, principalmente da França, país de onde originaram significativas contribuições para o ensino da Geografia no mundo, Jean Jacques Élisée Reclus, geógrafo anarquista também francês, em sua publicação ‘A evolução, a revolução e o ideal anárquico’ traz uma abordagem que difunde a Internacional dos Trabalhadores e as greves do período, como demonstrações de que a experiência da Comuna de Paris continuava perceptível (Reclus, 2021). A concepção desse autor oferece uma crítica profunda à visão tradicional ainda em curso da Geografia.

A Internacional dos Trabalhadores criada no século XIX no mundo do trabalho teve início quando trabalhadores ingleses, franceses, alemães se reuniram para promover interesses comuns de diversos países e lutar por melhorias nas condições de trabalho e justiça social, não contando com nenhuma contribuição das classes dirigentes. Leis de países europeus proibiram a Internacional, assim como a Itália, França e Portugal, neste último não se podia nem mesmo pronunciar o nome da organização. Mesmo sob nome disfarçado, a Federação Internacional dos Trabalhadores continuou existindo e se desenvolvendo. Os legisladores e seus cúmplices proibiram a Internacional, mas não puderam proibir o acordo natural e autêntico dos trabalhadores unidos por solidariedade, contra os parasitas de diversas nações e de diversas classes (Reclus, 2021).

O autor fala das greves como armas que os trabalhadores possuem para as reivindicações, que muitas vezes parecem ridículas, precisando retornarem ao trabalho sob a ameaça dos patrões. A disputa não acontece entre iguais, de um lado os trabalhadores que possuem seus músculos, seus direitos e esperanças de vitória e do outro o capitalista bem-disposto fisicamente, sem preocupação de perder sua prosperidade, além de ter o poder do Estado a seu favor e policiais disponíveis para protegerem a ‘liberdade do trabalho’. O autor relata que nesses casos algum milagre acontece, com um ou outro patrão cedendo à exigência, reconhecendo-se equivocado. Segundo Reclus (2021), a estatística anual das greves naquela época provava que esses conflitos entre desiguais aniquilavam cada vez mais os operários grevistas. E os empregadores por sua vez eram cientes da eventualidade de utilização de estratégias financeiras capazes de aumentar seu poder econômico, da atuação policial a seu favor e da convicção de exploração social perpetuada pelos poderosos.

Embora as greves não apresentassem oportunidade de transformação social, importava estudar o poder de reconhecer no movimento dos trabalhadores a confirmação do assalariamento, e a subordinação dos operários aos contratantes de trabalho. Esses movimentos deixaram de ser apenas manifestações de repúdio ou insurreições afrontosas para se tornarem incômodos para os capitalistas. Como os assalariados das grandes potências entendiam naquela época que em um único dia poderiam recusar o trabalho e ocupar as fábricas para seu benefício coletivo, compreendiam também que seriam capazes de exercer essa prática futuramente, especialmente com o apoio dos soldados em greve. Segundo o autor, quando a maioria dos soldados se conscientizasse da necessidade da greve, a oportunidade de realizá-la surgiria. Nesse contexto, o entendimento de Reclus (2021) sobre a revolução é que ela seria um processo intenso e prolongado, envolvendo uma luta contínua entre forças opostas e culminando em uma integração das mudanças graduais e radicais. “Virá o dia em que a Evolução e a Revolução, sucedendo-se imediatamente, do desejo ao fato, da ideia à realização, irão se confundir em um único e mesmo fenômeno” (Reclus, 2021, p. 126).

De acordo com Castro e Alves (2013), embora as maiores contribuições à sistematização do pensamento geográfico tenham partido da Alemanha, tendo como representantes Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel, geógrafos de outros países contribuíram significativamente para o ensino da Geografia, assim como Élisée Reclus que foi considerado o precursor da Geografia crítica social. Paul Vidal de La Blache, também francês, pelas suas ideias desenvolvidas nas últimas décadas do século XIX, junto ao grupo de universitários que dirigia, propiciou à França tornar-se o centro da produção de conhecimento geográfico voltado para suas dinâmicas colonizadoras, imperialistas e genocidas. A ampla

aceitação e o impacto da obra de La Blache, na França e no mundo, fundamenta-se no fato de sua Geografia atender aos interesses do Estado colonizador francês, justificando a exploração intensiva exercida pela França em suas colônias, extraindo riquezas dos países subjugados.

A partir de um dos pilares conceituais de La Blache, gênero de vida, ele irá justificar o colonialismo francês, dizendo que era necessário a ocupação de um país desenvolvido tecnologicamente, culturalmente, em um país pouco desenvolvido para que o contato entre essas nações levasse o ‘progresso’ ao país atrasado (Castro; Alves, 2013, p. 71).

A obra de Reclus foi criticada por La Blache e, conseqüentemente pelos neolablacheanos, por ser considerada excessivamente descritiva e carregada de conceitos políticos e sociais. La Blache minimizava a relevância política e social que Reclus atribuía à Geografia, bem como sua abordagem da relação simbiótica entre o homem e a natureza. A Geografia de Reclus era alinhada para o futuro e conectada à teoria social crítica mais recente de sua época, com o objetivo de construir uma sociedade igualitária, moderna e humana. Assim como os geógrafos Piotr Kropotkin, Léon Metchnikoff e outros, Reclus foi negligenciado em um campo geográfico dominado por uma visão ortodoxa e convencional. Esses pensadores, portanto, não obtiveram reconhecimento no ambiente acadêmico predominante da época, em uma Geografia que seguia uma linha mais conservadora estabelecida (Cirqueira, 2016).

O que a Coluna Prestes ensina para a Geografia é a capacidade de questionamento da própria realidade. A Coluna aponta para a História um processo que sempre precisa ser considerado: a quebra de paradigmas estruturantes. A estrutura do que entendemos hoje como nacionalismo tem sua repercussão na ignorância quanto ao próprio caminho dado pela Coluna: um nacionalismo que se forma pelo movimento, pela desestruturação de uma condição de vida e de uma reorganização do Estado.

A Geografia, epistemologicamente, não entende esse processo, identifica a Coluna Prestes, ora como um movimento de massas, ora como um movimento de insurgência do Exército, mas não como um movimento dialético de compreensão dessa realidade. Durante a Coluna, Luiz Carlos Prestes ainda não era comunista, tornou-se comunista ao vivenciar a necessidade de justiça social no país. Fundamentando em Marx, “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência” (Marx, 1977, p. 24).

A relevância deste trabalho está em demonstrar que, os processos de construção nacionalista diante da Coluna Prestes têm fundamentos epistemológicos que nos fazem

romper com a realidade burguesa na qual estamos inseridos. Permite que se compreenda os processos de construção de rupturas teóricas e epistemológicas voltadas diretamente para a luta de classe. Assim, a construção do processo nacionalista nesta tese parte necessariamente da compreensão do que seja um movimento revolucionário, a partir de uma classe trabalhadora necessariamente vinculada ao perfil militar. Esse perfil se constitui como fundamento de um sentido de nação, que se propaga ainda hoje.

Justificamos a presente tese levando-se em conta que o nacionalismo não tem que necessariamente ser compreendido a partir do militarismo, mas quando compreendido a partir dele, justifica-se enquanto instituição burguesa. Diante dos argumentos apresentados, chegamos a duas questões fundamentais – até que ponto existe um nacionalismo na Coluna Prestes? Até que ponto esse nacionalismo pode ser compreendido como revolucionário? Entendemos que há uma construção nacionalista na Coluna Prestes, e que essa construção apresenta as contradições da própria Coluna e do nacionalismo.

Nesse sentido, partimos da questão quanto ao nacionalismo e à Coluna, isto é, como se dá o processo de construção do nacionalismo na Coluna Prestes a partir de suas contradições no processo histórico e sua conformidade ao tempo presente. Buscamos evidenciar historicamente as consequências para a espacialidade na qual estamos inseridos; assim, procuramos entender a Coluna Prestes como uma organização de um movimento nacionalista, obviamente, com suas particularidades quanto ao momento histórico que tinha singularidades do processo do que era um Estado, uma nação e um povo.

O nacionalismo encontrava-se em curso na sua construção contrária ao sentido monopolista e oligárquico daquele momento, pois os ideais libertários ecoados pelo comunismo soviético e pelo liberalismo estadunidense trouxeram outra composição teórica do próprio sentido de Estado e de nação. O nacionalismo, portanto, estava como conceito e como realidade em disputa, não havia nada fechado quanto ao tema, mas as composições da realidade do Estado brasileiro, naquele período histórico, mostravam uma nação vinculada ainda às singularidades do escravismo. Prestes propõe outra nação, portanto, outro nacionalismo, logo outro Brasil.

A reflexão sobre a complexidade da Coluna Prestes evidencia uma temática e abordagem que merecem atenção pela dimensão que representa. A Coluna, enquanto grupo questionador da ordem vigente da época, não foi estudada amplamente, e sua relevância está nos movimentos reivindicatórios de caráter nacionalistas, produtores de conhecimento e motivadores de comportamentos investigativos.

No intuito de conduzir uma discussão epistemológica sobre o tema, utilizamos um conjunto teórico iniciado pelas considerações de Carvalho (1990), Firmino (2003), Gois (2001), Nora (1993) e Reis (2010), quando abordamos a materialização de um processo histórico, neste caso, o Memorial Coluna Prestes localizado no estado de Tocantins. Pelo entendimento de Moraes e Costa (1999), que para o materialismo histórico-dialético, a compreensão de qualquer fenômeno deve se basear na sua gênese, seguimos com a caracterização da República Velha com obras de Forjaz (1977), Souza (1977) e Sodré (1980, 2010), e ainda trazemos a exposi o sobre coronelismo, de Leal (1976) e Martins (1981).

Relativo   participa o de militares em movimentos políticos, incluímos contribui es de Anita Prestes (1991), Forjaz (1977), Sodré (2010) e Vitor (2021); chegando à abordagem do tenentismo com obras de Anita Prestes (1991), Brum (1994), Castro (2013), Gomes e Montenegro (2010), Konrad (2022), Lima (1979), Sodré (1980) e Vitor (2019); e ainda trazemos um artigo do jornal Correio Paulistano publicado na cidade de São Paulo em 5 de agosto de 1924 (Crime [...], 1924).

A Coluna Prestes reuniu militares e civis voluntários que investiram na marcha visando moralizar o sistema político vigente, resultante de uma estrutura econômica e política baseada na permanência de oligarquias regionais poderosas que monopolizavam o Estado brasileiro. Para tratar especificamente da Coluna Prestes, recorremos a Anita Prestes (1991, 2006), Brum (1994), Carrion [2014], Drummond (1985), Farias (1981), Forjaz (1977), Gomes e Montenegro (2010), Lima (1979), Macaulay (1977), Matos (2004), Meirelles (1995), Prado Junior (1979), Silva (1971), (Sodré, 1980¹¹, 2010), Souza (2010), Vitor (2021) e Weizenmamm (2011).

Dos estudos que abordam na o que a definem e identificam, utilizamos Anderson (2008), Calikevstz e Monastirsky (2018), Hobsbawm (2004) e Meihy (2007). Carvalhais (2019) apontou conceitos, surgimento e novas formas de nacionalismo revisitando estudos modernistas e primordialistas, sinalizando que o discurso nacionalista separa o Estado-Comunidade do Estado-Aparelho. Nesse sentido, Althusser (1980) separa os Aparelhos Repressivos de Estado dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), revelando que ambos funcionam simultaneamente pela violência e pela ideologia. Exploramos a análise de Jaguaribe (2013) referente ao nacionalismo brasileiro em que são apresentadas as

¹¹ Recorte de jornal apresentado na Figura 1 do Anexo A, que corresponde a uma matéria de ‘O Estado do Maranhão’, datada de 7 de junho de 1980, intitulada ‘A Coluna Prestes’, escrita por Edmundo Moniz. Esta matéria aborda a obra de Nelson Werneck Sodré sobre a Coluna Prestes.

considerações deste autor sobre o surgimento, a sociologia e a psicologia do nacionalismo, bem como, suas contradições em pontos de vista econômico, social, cultural e político.

Jaguaribe (2013) sinaliza que o Brasil, induzido a produzir para o consumo interno como consequência da Primeira e Segunda Guerra Mundial e da crise de 1929, experimentou a construção de uma estrutura social a partir de suas próprias classes sob a pressão de forças sociais. Essas forças estão ligadas à pressão da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, que Pereira (2014) avalia como resultado de um processo de transformação em Portugal, traçando uma retrospectiva para o entendimento da emergência e da trajetória dos movimentos sociais naquele país. Sobre as transformações políticas iniciadas no governo de Getúlio Vargas, após a Primeira República, formalizadas na Constituição de 1934, Cabral (2017) analisa o impacto dos novos direitos do trabalho registrando a reação e a atuação de trabalhadores pelas novas regras constitucionais em um caso concreto ocorrido em 1934.

Para elucidar os aspectos históricos do nacionalismo brasileiro, trouxemos Sodré (1960) que analisou três processos: a Independência, a República e a Revolução Brasileira e ainda, Martins (1979, 1981) e Costa (1977) que abordaram fatos históricos sobre a questão agrária, como a Lei de Terras, Registro Paroquial e trabalho livre relacionados com o enfoque de Sodré ao trabalho escravo. A ruptura da tradição agrícola escravocrata criou tensões significativas, institucionalizando a crise política nacional.

Sobre a crise política dos anos 1920, recorremos a Fausto (1973) que indicou um afastamento da categoria militar da vida política do país a partir de 1894 e o seu reaparecimento efetivo na campanha presidencial de 1909. O autor elucidou também o salvacionismo; as cartas falsas de 1921; as eleições de 1922 e a influência do tenentismo na vida política brasileira.

Conferimos a materialização da Coluna Prestes como movimento socioespacial pela contribuição de Martin (1997), que caracteriza dessa forma os movimentos sociais que têm o espaço como trunfo.

Ao explorarmos a herança da Coluna Prestes na construção de democracia, trazemos diversas contribuições, assim como a obra de Anita Prestes (2006) que delinea a trajetória de Luiz Carlos Prestes engajado em iniciativas libertadoras, nacionalistas e revolucionárias pós-Coluna, pela transformação da sociedade brasileira. Nos fatos referentes à política externa brasileira influenciados pela Coluna Prestes, temos Garcia (2006), Meirelles (1995) e Xavier (2011).

Na abordagem sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o próprio Luiz Carlos Prestes (2020) que atuou por quase quarenta anos como secretário-geral do PCB relata a

contribuição dos comunistas na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, além de exposições de Vianna (2007). Para conter o avanço do fascismo no Brasil, a Frente Única Antifascista (FUA) da Liga Comunista Internacionalista (LCI) e o Comitê Antiguerreiro do PCB disputavam a liderança nesse cenário político em que Castro (2002) conduz um relato. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), que teve Luiz Carlos Prestes como presidente de honra, desempenhou um papel fundamental na formação de uma consciência antifascista, anti-imperialista e antilatifundista no Brasil conforme Anita Prestes (2008) apresenta, além de trazerem esclarecimentos sobre o levante comunista de 1935 abordados por Pandolfi (2004).

As advertências de Prestes acerca da Assembleia Constituinte e da Constituição de 1988 visavam garantir a consolidação dos avanços democráticos no Brasil, conforme destacado por Anita Prestes (2018), Cantalice (1985) e o próprio Luiz Carlos Prestes (1979, 1983, 1988). Abordado por Azevedo (2018), Albuquerque (2018) e Pacheco (2018), o movimento social ‘Marcha Nacional Lula livre’, organizado pelos integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina, levou para as ruas caravanas cujos nomes homenageavam lutadores do povo, inclusive ‘Coluna Prestes’

Com essa fundamentação teórica, buscamos compreender a Coluna Prestes a partir de sua espacialização e, portanto, a categoria espaço como central nesse processo. A construção de uma paisagem pela Coluna ocorreu por meio das contradições do poder do Estado, uma vez que esse poder impulsionou a configuração da Coluna, como movimento. A paisagem da Coluna teve impacto considerável como processo de integração das contradições e das perspectivas políticas, econômicas e militares; ela constituiu um processo de construção da paisagem material e cultural, em uma tentativa de organização de um Estado mais justo.

A presente tese constou de uma investigação exploratória a partir de abordagem qualitativa por descrever, compreender e responder acerca do processo histórico, social e espacial em que o fato pesquisado se apresentou (Silveira; Córdova, 2009). A metodologia desenvolvida neste estudo correlaciona o materialismo histórico-dialético com a pesquisa bibliográfica que foi realizada em livros, periódicos científicos, teses, dissertações e jornais disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que esteja tratando de uma construção *a priori*.[...] o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 1983, v. 1. t. 1, p. 20).

A reflexão e análise para a construção do texto tiveram embasamento na revisão bibliográfica, com especial ênfase na pesquisa em jornais e revistas da época. E com o intuito de aprofundar na temática, buscamos vídeos de programas de entrevista com Luiz Carlos Prestes, como Roda Viva¹² gravados em 1986; Jô Soares Onze e Meia¹³, gravado em 1989; vídeos de palestras e entrevistas com Anita Leocádia Prestes¹⁴; entrevista de jornal com Luiz Carlos Prestes publicada em blog¹⁵; museu virtual ‘Memorial da Democracia’¹⁶; cursos de extensão sobre movimentos sociais e sindicalismo; minicursos com os temas fascismo, autoritarismo, ditaduras militares, neofascismo e extrema direita. Para completar nossa construção como sujeito investigador desta pesquisa, participamos de um grupo de estudo do livro ‘O Capital’, autoria de Karl Marx.

Partimos da relação entre os processos históricos e a materialização desses na composição da estrutura política nacional. Entendemos que o processo estruturado dialeticamente na organização nacional tem influência dos movimentos contestatórios e revolucionários ao longo da constituição formativa nacional.

A continuidade do processo histórico dá-se por meios diretos e indiretos e suas consequências são organizadas e repercutidas a partir do papel efetivado pelos movimentos contestatórios e revolucionários. Assim, a presente tese evidencia o entendimento de que os processos formativos políticos nacionais não têm origem apenas na composição da elite nacional, visto que essa elite foi ao longo do processo pressionada pela população por meio de diversos movimentos e lutas.

É fundamental compreendermos que as questões indiretas do processo histórico não são menores, pois as condições de lutas materializadas em outros tempos constituem avanços significativos. Os movimentos de lutas, num primeiro momento, parecem se distanciar da realidade, todavia, como processo contínuo da história, esses movimentos são organizadores de pautas que revelam a atualidade como concretização dessas lutas.

O movimento da Coluna Prestes também é responsável pela organização de temas, questões e estrutura política de nossa sociedade; mesmo passados 100 anos da Coluna, seus ideais ainda repercutem no processo de formação política nacional, bem como sua luta pelos

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=7IekOx6TMf8&t=11s>

<https://www.youtube.com/watch?v=f1qQCauNB3c>

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=C-WUVfGfjig&t=19s>

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=P2sK6n7aCeI&t=84s>

https://www.youtube.com/watch?v=Gc_OfeZq2ic

¹⁵ <https://histormundi.blogspot.com/2018/08/entrevista-com-luiz-carlos-prestes-o.html>

¹⁶ <http://memorialdademocracia.com.br/>

ideais de liberdade, materializados, por exemplo, na nossa Constituição Federal. Desse modo, o movimento direto dá-se no processo indireto, em movimento para o tempo presente.

As questões epistemológicas geográficas são fundamentais para a compreensão de movimentos de luta e de suas espacializações. Desse modo, a espacialização, como condição categórica no processo direto da Coluna, é evidenciada pelo percurso e pelas suas repercussões naquele momento, promovendo na atualidade, a condição histórica para a memória da Coluna.

A relação entre a epistemologia geográfica e os processos históricos são evidenciados na presente tese por meio da Coluna Prestes, como composição da realidade política que vivemos. Os ideais da Coluna através de processos espacializantes, durante o período de 1924 a 1927, repercutem ainda no momento presente por sua direção democrática, nacionalista e igualitária.

A Coluna Prestes, como grande movimento organizado de luta, tanto qualitativa como quantitativamente, tem repercussões na política nacional ainda hoje, mesmo que não explícito, esse fato é trabalhado nesta tese. O seu impacto é considerável a partir da memória de luta e ideais apresentados. O processo inaugurado pela Coluna foi de grande relevância para fundamentar o caminho de luta pela democracia e, pela organização do sentido nacional, isto é, a Coluna efetivou um caminho prático para pensar a democracia e o sentido dessa, em um país como o Brasil, assim dizendo, repleto de contradições organizadas pelo próprio Estado.

As repercussões da Coluna perduram na contemporaneidade pela capacidade de realização, de construção das leis, de entendimento das fronteiras e do Exército. Luiz Carlos Prestes inverte a situação – quando se torna comunista, ele é mal visto pelo Exército, mas a Coluna Prestes de maneira geral não é mal vista. Há uma separação entre a figura do Prestes e a Coluna. A Coluna é maior que Luiz Carlos Prestes, ela representava parte considerável do Exército que a apoiava naquele momento histórico, tal apoio foi rompido quando Prestes se torna comunista.

E ainda, entendemos que a palavra democracia na Coluna não aparece de forma direta, como bandeira de luta, mas os processos e as reivindicações são democráticos. Prestes em vários momentos utiliza democracia como herança de sua formação na luta contra os desmandos das classes superiores no Exército e pela composição do processo histórico da Primeira República. A democracia, como força antagônica aos desmandos do autoritarismo das elites, surge em conjunto com outra questão que não aparece diretamente, mas efetiva o próprio sentido da Coluna: o nacionalismo.

O nacionalismo, como questão apresentada na tese, tem sua leitura por meio do materialismo histórico-dialético e, à vista disso, buscamos compreendê-lo por suas contradições e afirmações no tempo presente. O nacionalismo tem diversas formas de atuação no cotidiano e múltiplas leituras epistemológicas, assim sendo, pode ter uma composição de direita ou de esquerda. A leitura de Prestes, por meio da Coluna, coloca-nos diante de um sujeito histórico, cujas reivindicações e lutas nasceriam como nacionalismo.

O nacionalismo de Prestes, portanto, não toma forma como conceito imediato pelo mesmo, mas identificamos a Coluna composta, sobretudo, pela defesa da nação e de seu povo. A interpretação da Coluna, quanto ao nacionalismo, parte do próprio movimento como necessário para constituir um caminho que permitisse melhorar a vida do povo brasileiro, desse modo, nação e nacionalismo ecoam na perspectiva do povo. Povo como objeto de reivindicação de uma nação que precisa ser aperfeiçoada por meio dos ideais de liberdade e igualdade.

O nacionalismo ecoa na qualidade de força popular, enquanto condição de liberdade associada à força democrática. Desse modo, metodologicamente, a leitura do nacionalismo é acompanhada das questões nacionais como problemas brasileiros e a solução dos mesmos como eficácia política na organização democrática.

2 A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DA COLUNA PRESTES

*“Cada soldado na estrada
Escreve a história da revolução
Valentes guerreiros de lenços vermelhos
Usando a palavra, melhor munição[...].”
(S.B.C.R Imperatriz Dona Leopoldina, 2003-2024).*

A história, enquanto processo ininterrupto, pelo método materialista histórico-dialético identifica os pontos de continuidade dos processos passados no tempo presente, e tal continuidade pode ser identificada como condição direta ou indireta. Os movimentos sociais constituem materialidades indiretas, em sua maioria, mas tal organização traz para o tempo presente condição que materializa os ideais dos movimentos de lutas.

A materialidade a que nos referimos é uma construção histórica que vai sendo processada ao longo do tempo. Ela cria uma paisagem, uma perspectiva que não é direta, vai ao longo do tempo mudando, transformando, exercendo influência. Os ideais de um movimento social podem não se concretizar na sua ocorrência, mas sim, muito tempo depois.

Exemplificando o enunciado anterior, apresenta-se um contexto de materialidade indireta na construção do Memorial Coluna Prestes na cidade de Palmas, estado de Tocantins, há 23 anos. Luiz Carlos Prestes passou naquele estado há 100 anos, quando na época, ainda era Goiás. Somente foi criado o monumento pelo fato de sua passagem se tornar um marco daquele processo (Figura 1).

Figura 1 – Memorial Coluna Prestes



Fonte: Memorial [...], [2015].

Nota: Constan na foto - o Memorial Coluna Prestes, obra do arquiteto Oscar Niemayer; o ‘Monumento aos 18 do Forte’, assinado pelo escultor Maurício Bentes e uma estátua de bronze lembrando Luiz Carlos Prestes, na obra ‘O cavaleiro da luz’, de autoria do artista plástico Maurício Bentes.

Quando a Coluna Prestes estava passando pelas localidades, ela estava também construindo uma paisagem em movimento, o qual evidenciava o acontecimento. A paisagem criada pela Coluna foi levando uma construção dela mesma, ao mesmo tempo que foi obtendo informações da população local. Na medida em que as pessoas interagem com a Coluna, passavam a entender o movimento. Tem-se a construção de uma paisagem a partir daquilo que está visível, e daquilo que se entende a partir da visualização e da participação.

O monumento da Coluna Prestes traz a materialização de um processo histórico que transformou uma paisagem. A visualização da paisagem da Coluna traz alguns aspectos importantes, como o aspecto de intervenção direta no espaço. Ela estava se especializando, construindo ideais. Ela teve a capacidade de espacialização, ou seja, ela se avolumou no território brasileiro e compôs outra territorialidade. Nessa expansão, ela foi ao mesmo tempo constituindo paisagens, que se materializaram no imaginário das pessoas, imaginário que foi corroborado pela mídia da época.

Na época, os jornais eram uma das principais fontes de informação, as reportagens e editoriais influenciavam diretamente na percepção pública dos acontecimentos. Além de serem lidos durante os programas de transmissão radiofônica. Dessa forma, a participação dos noticiários na construção das narrativas da Coluna Prestes não apenas documentou o movimento, mas também, desempenhou um papel ativo na formação da memória histórica do episódio. Os jornais contribuíram para a consolidação da notoriedade da Coluna no

imaginário popular, como possibilidade de transformação da realidade, a partir dos ideais defendidos por ela.

A ideia em relação aos locais onde a memória se cristaliza está relacionada a um momento específico da história, caracterizado por uma consciência de ruptura com o passado e uma sensação de memória esfacelada, mas que ainda desperta indícios do fato ocorrido. O sentimento de continuidade está nos vestígios ou resíduos que esses lugares podem carregar como testemunhas de um passado rompido (Nora, 1993). O memorial da Coluna em Palmas, no estado de Tocantins, é uma paisagem histórica, que tem uma contradição. O monumento inaugurado no ano 2000, foi uma iniciativa de um governo do Partido da Frente Liberal (PFL), considerado na época, o principal partido de direita política do Brasil, atualmente denominado como União Brasil, que resultou da fusão do Partido Democratas (DEM), sua antiga designação, com o Partido Social Liberal (PSL).

Segundo Gois (2001), Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes foi contra a construção do memorial da Coluna no estado de Tocantins, conforme suas colocações: “Esse governador Siqueira Campos’ foi um anticomunista ferrenho. Não dá para aceitar que ele homenageie Prestes” (Gois, 2001)¹⁷. Para Anita, desde o centenário de nascimento do líder comunista, houve uma tentativa de torná-lo aceitável por todos os brasileiros (Gois, 2001). De acordo com Gois, (2001) Anita ainda adverte: "Isso esvazia seu conteúdo revolucionário. Ele foi um homem que rompeu com as classes dominantes. Não foi um líder de todos os brasileiros, mas apenas dos oprimidos".

O Memorial Coluna Prestes e o Monumento aos 18 do Forte, assim como outros lugares de memória, foram erguidos na cidade de Palmas, criada para tornar-se a capital do estado, no intuito de conceber uma identidade tocantinense e uma história do Tocantins, para em suma, afirmar o estado como unidade da federação brasileira (Reis, 2010). Dessa forma, é salientada a ação da direita conservadora reivindicando a memória da Coluna.

A Praça dos Girassóis, localizada no centro cívico do plano urbanístico da cidade, abriga os principais prédios governamentais de Palmas em um encontro de símbolos do governo de Siqueira Campos, indo de uma edificação religiosa, como o Monumento à Bíblia, a uma construção indígena, como a Praça Krahô (homenagem aos grupos indígenas do Tocantins) (Reis, 2010). O Memorial Coluna Prestes juntamente com a escultura de seu líder, localizados nessa mesma praça, representam a rememoração da passagem de Prestes e seus seguidores no solo tocantinense, reforçando a imagem de um estado em busca de

¹⁷ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u25424.shtml>

modernização conforme discurso oficial, assemelhando-se à busca dos tenentes. Com infraestrutura de rodovias, energia e saneamento, o Tocantins estaria se preparando para um futuro promissor em conformidade com as esperanças defendidas pelos tenentes (Firmino, 2003).

O Monumento aos 18 do Forte de Copacabana, também presente na Praça dos Girassóis, que representaria um confronto para o governador do Tocantins, é uma homenagem aos tenentes do levante de Copacabana de 1922. Embora a Coluna tenha passado por aquele território, essa obra não tem relação direta com a história de Tocantins (Reis, 2010). O homônimo entre o Tenente Antônio de Siqueira Campos (um dos líderes do movimento), com o governador do Tocantins da época, José Wilson Siqueira Campos, corrobora a abordagem de Firmino (2003, p. 123): “[...] a estratégia de evidenciar a presença dos tenentes (da Revolta de Copacabana) na história do Tocantins é utilizada para manter Siqueira Campos eternamente presente nessa história”. Segundo Firmino (2003), a homenagem ao ‘Siqueira Campos’ integrante do movimento do Forte de Copacabana, posicionando-o no monumento como o primeiro rebelde a empunhar a bandeira nacional, gera uma confusão com o Siqueira Campos governador, atribuindo-lhe uma importância histórica duradoura.

Segundo Reis (2010), a homenagem de Siqueira Campos a um ex-membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (escultura de Prestes) e às representações do Movimento Tenentista, posicionados próximos à sede do governo estadual, é de causar estranhamento, cabendo mencionar as observações de Carvalho (1990, p. 10):

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.

O Memorial Coluna Prestes surge com o objetivo de construir uma memória e uma narrativa sobre a identidade do estado de Tocantins, representando uma expressão relevante de nacionalidade. Mediante espírito nacionalista, representado pelo combate, pela força e união dos estados promovidos por Prestes no movimento de percorrer todo o país, a Coluna realiza esse processo. Isso se traduz como uma manifestação tangível da aplicabilidade pelo governador na intenção de demonstrar aos tocantinenses que o estado compartilhava os princípios de defesa da federação, união e nacionalismo a partir da figura de Prestes.

Para o entendimento da materialidade indireta do processo histórico, trouxemos o exemplo do monumento de Palmas alusivo à Coluna Prestes. Na sequência, buscando a origem desse objeto tratado, corroboramos Moraes e Costa (1999) para quem, a compreensão

de qualquer fenômeno deve partir de sua gênese e desenvolvimento, segundo o materialismo histórico-dialético. Dessa forma, a República Velha e o tenentismo serão abordados como prenúncios da Coluna Prestes.

2.1 República Velha

A Primeira República ou República Velha, que corresponde ao período comandado pelas oligarquias regionais no Brasil, iniciou-se com a Proclamação da República em 1889, finalizando com a Revolução de 1930. Conforme Souza (1977), a sociedade agrária brasileira, sob a hegemonia econômica da produção cafeeira, utilizou-se do advento da república para monopolizar o poder. A estrutura política flexível, recém-conquistada, facilitava a renovação dos dirigentes, legitimando-os. Para Forjaz (1977), a democracia da época não passava de formalidade e a representação política fora das oligarquias era bastante restrita, com que Sodré (1980) corrobora, salientando que as crises da estrutura oligárquica nas sucessões presidenciais evidenciavam o regime republicano como disfarce.

Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo experimentou um período de crises em vários aspectos, como alteração de padrões e valores, em que algumas contradições desapareceram e outras surgiram. Sodré (1980) apresenta a distribuição das entidades políticas mundiais da época, nas categorias: grupo dos países capitalistas, inclusive os vencidos na guerra; grupo dos países dependentes, submetidos ao imperialismo, ainda que dotados de autonomia política; e o grupo de áreas coloniais, em atraso escravista ou feudal, despojadas de autonomia.

Para além de enquadrar o Brasil como país de estrutura dependente, em que as relações capitalistas se alastravam e a burguesia passava a disputar participação no poder, Sodré (1980) apresenta dados estatísticos do censo de 1920 no país:

- a) 648.153 estabelecimentos rurais, com produção de 275,512 contos de réis;
- b) 13.336 estabelecimentos industriais, resultado da aplicação de 1.815,156 contos de réis;
- c) 27 milhões de habitantes aproximadamente;
- d) menos de 1 milhão de toneladas de exportação em volume – 35 quilos *per capita*;
- e) 463.879 estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares (média de 33,95 hectares correspondendo a 9,9% da área total de 15.717.994 hectares);

- f) 157.959 estabelecimentos com área entre 100 e 1000 hectares (média de 307 hectares correspondendo a 30,6% da área total de 48.555.545 hectares);
- g) 26.318 estabelecimentos enquadrados no conceito de latifúndio com área entre 1.000 e 25.000 hectares cada (média de 4.060 hectares correspondendo a 59,5% da área total de 94.668.870 hectares de latifúndios).

Em 1920, grande porcentagem das terras brasileiras pertencia à categoria latifúndio, representando 60% do total “[...] considerando apenas as propriedades com área superior a 5.000 hectares, havia 1.010, em Goiás; 741, em Mato Grosso; 395, no Rio Grande do Sul; 394, em Minas; 313, no Pará; 287, no Amazonas; 191 em São Paulo; 130, na Bahia” (Sodré, 1980, p. 12).

Na época da Primeira Guerra Mundial, com o predomínio do latifúndio, a cultura extensiva do café apresentava crescimento pela abertura de novas áreas, e dispunha de ferrovias em expansão. Porém, essa cultura sofreu um abalo na produção, com redução de 10,1 milhões de sacas no decênio de 1911-1920 em relação ao decênio de 1901-1910, por motivo de pressão imperialista, entre outros obstáculos. Ainda em época de produção reduzida, houve elevação do valor entre os períodos, passando de 4.180.00 para 6.446.400 contos de réis, e de 244.146 para 364.842 libras-ouro, o que estimulou a expansão territorial da cultura, no decênio 1921-1930 (Sodré, 1980).

A crise mundial da década de 1920 afetou as estruturas dependentes derrubando o preço do café, provocando revolta nos políticos da classe dominante brasileira contra a pressão imperialista que impunha prejuízos ao Brasil pelo capitalismo estrangeiro. Taunay (1945, p. 369) elucida que a crise das cotações de anos anteriores “[...] só encontrava explicação na especulação estrangeira, ávida de reconstruir, e por baixo preço, os estoques desaparecidos durante a guerra”. Em Sodré (1980), é possível certificar exemplo dessa exploração, considerando que, em agosto de 1919, o café cru era cotado nos mercados norte-americanos a 19 centavos por libra, e o vendiam torrado a 50 centavos, vindo a despencar para 14 centavos em junho de 1920, representando prejuízo de quase 20 dólares ao Brasil por saca de café exportado.

Sodré (1980) afirma que o Brasil, como país de estrutura econômica dependente, vivenciava as consequências das crises cíclicas do capitalismo comprometendo a acumulação interna e prolongando a vigência das relações pré-capitalistas e das organizações políticas oligárquicas. Embora, 1920 tenha sido um ano de déficit para o Brasil nas trocas externas de mercadorias, houve saldo positivo nos resultados de 1913 a 1920, representando mudanças significativas na economia brasileira, assinalada pelo desenvolvimento industrial. No período

entre 1914 e 1919, o valor da produção industrial alcançou altos índices, havendo significativa ascensão de novos estabelecimentos da categoria, o que foi reprimido pela crise de 1920.

Após a Primeira Guerra Mundial, os interesses no Brasil, conforme Sodré (1980), que anteriormente eram em ferrovias, transporte urbano e terras, passam para eletricidade, outros serviços urbanos, indústria e produtos de consumo; com o governo concedendo favores a investimentos estrangeiros e a classe dominante realizando empréstimos externos arriscados. As crises acirradas da década de 1920 são reveladas em vários âmbitos: importação superando exportação; queda acentuada do câmbio; déficit na balança comercial com os Estados Unidos; especulação bancária; e alta do dólar com consequente aumento do custo de vida.

Como resultado de uma estrutura econômica e social despropositada, exercida pelo poder privado que controlava a população rural, surgia na República Velha a prática do coronelismo, que de acordo com Leal (1976), envolvia um conjunto de particularidades da política municipal brasileira. O vocábulo ‘coronelismo’ foi introduzido há muitos anos na língua portuguesa, especialmente no Brasil, originário do sentido transportado dos legítimos coronéis da antiga Guarda Nacional, usado também pelos sertanejos para designar os chefes políticos da época.

A Guarda Nacional, que se fazia presente em cada um dos municípios brasileiros, foi criada em 18 de agosto de 1831, subordinada ao Ministério de Justiça, na época ocupado pelo Padre Diogo Antônio Feijó, sendo desmobilizada em 1922. O regimento da Guarda Nacional nos municípios era de responsabilidade dos chefes políticos das localidades, representados por fazendeiros mais influentes ou comerciantes e industriais mais abastados que recebiam o título de coronel (Leal, 1976).

Leal (1976) conceitua ‘coronelismo’ como um sistema político resultante do compromisso entre dois poderes, o privado decadente e público fortalecido. A Abolição da Escravatura, a instauração da República e consequente ampliação da cidadania que eliminavam a exigência de renda mínima para participação política tanto na elegibilidade quanto na condição de eleitor, contribuíram para a valorização do voto dos trabalhadores rurais. Assim, surgia a influência dos donos de terras nesta parcela inculta e abandonada do eleitorado, herdeira da exploração escravocrata no sistema colonial, conduzida a votar nos candidatos governistas em eleições estaduais e federais.

A prática dos ‘currais eleitorais’ oportunizou o fortalecimento do ‘coronelismo’ facilitando aos dirigentes políticos do interior a dominação do município. O regime federalista por sua vez, ao tornar eletivo os cargos de governadores possibilitando aos estados a montagem das máquinas eleitorais, propiciava a instituição da ‘política dos governadores’ que

se assegurava no apoio coronelista. Os estados possuíam sustentação legal para dominar a política nacional sem intervenção da União, que em contrapartida, apoiavam a subsistência do presidente no poder (Souza, 1977). A ‘política dos governadores’ iniciou-se na presidência de Campos Sales (1898 e 1902), implantando as oligarquias estaduais, constituídas segundo Costa (1956 *apud* Sodré, 2010) por muitos elementos dos antigos partidos monárquicos.

O coronelismo praticado com os chefes políticos do interior sustentava a presidência da república e governadores envolvendo um sistema de trocas pela nomeação de funcionários, designação de autoridades policiais e judiciais, facilidade na concessão de terras e realização de obras públicas. Muitas vezes, os coronéis ou chefes políticos além de fazendeiros eram comerciantes e negociavam produtos com os moradores da sua região, constituindo assim o clientelismo político, em que o cliente político era também o cliente comercial (Martins, 1981).

O coronelismo como troca de interesses entre o poder público fortalecido na época, e os chefes locais, muitas vezes donos de fazendas, tinham a estrutura agrária como base de sustentação evidenciando o poder privado no interior do país. Qualquer que fosse o chefe municipal, o ‘coronel’ era quem comandava arbitrariamente os votos de cabresto, como prestígio político de sua confortável situação econômica e social de proprietário de terras. Na sua esfera de influência, o coronel representava as instituições sociais da região. Em caráter oficial ou não, podia desempenhar funções policiais e se desvencilhar das mesmas em casos de ascendência social resultante de sua pura qualidade de proprietário rural, além de ser respeitado na sua esfera de dominação independentemente de agir com arbitrariedade ou não (Leal, 1976).

O fazendeiro, dito coronel, pelo fato de possuir em sua sede o conforto usual, além dos meios para obter financiamentos, era visto pelo trabalhador rural como ‘rico’ em comparação com sua pobreza extrema. Esse trabalhador, quase sempre analfabeto, sem conhecimento de seus direitos, reconhecia no coronel seu benfeitor que o ajudava nas suas dificuldades, vendendo-lhe a prazo para pagamento na colheita ou concedendo-lhe empréstimo para outras necessidades. Enfim, o trabalhador rural recebia ‘favores’, do fazendeiro, no entendimento dele, e assim lutava com e pelo coronel, compondo dessa forma os votos de cabresto (Leal, 1976).

A influência política dos fazendeiros nos trabalhadores do campo é refletida pela distribuição da propriedade e composição da sociedade rural do Brasil da época, sendo que a concentração de terra era (é) fato dominante no meio rural. De acordo com Borges (1945 *apud* Leal, 1976), entre os anos de 1920 e 1940, nas regiões Norte, Nordeste, Leste e Centro-

Oeste, havia maior concentração agrária, diferente da região sul, onde mais ocorreu a colonização. Os proprietários de pequenas glebas, principalmente daquelas próximas das grandes propriedades, acabavam por se submeter aos coronéis pelas suas dificuldades com solos de baixa produtividade, dificuldades de financiamento, entre outras questões.

No compromisso dos estados com a ‘Política dos governadores’, São Paulo e Minas Gerais ocupavam os lugares de maior importância assegurando o controle político do país. A aliança entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) favorecia a política de revezamento na presidência da República, chamada ‘política do café com leite’. São Paulo destacava-se no setor agrário como grande produtor de café e Minas Gerais, como grande produtor de leite e detentor do maior colégio eleitoral do país na época (Leal, 1976). Por rememorarem o florianismo¹⁸, as forças políticas latifundiárias da primeira república temiam o acesso dos militares no poder, e para imporem a ditadura do latifúndio necessitavam combater o militarismo. A conduta dos militares era incompatível com a conduta oligárquica latifundiária, os militares defendiam os interesses populares, tinham propósito de realizar reformas no país e apreciavam o que era nacional (Sodré, 2010).

Como forma de prejudicar o Exército, conforme Sodré (2010), as forças latifundiárias fortaleciam as polícias militares estaduais subordinadas às oligarquias, enquanto a organização do Exército era enfraquecida tanto no sentido das promoções quanto no aparelhamento material. Entre 1915 e 1918 houve reorganização do Exército em que grupos de jovens oficiais se reuniam na pretensão de uma profunda reforma nas instituições militares. Não podendo conceber um Exército organizado, moderno e eficiente numa sociedade em que o latifúndio se destacava, em 1921 os militares se envolveram com as sucessões políticas e em 1922 se desencadeava o tenentismo (Sodré, 2010).

2.2 Movimento tenentista como movimento social

É importante compreendermos os aspectos históricos na construção do movimento tenentista e como eles têm ainda repercussões enquanto organizadores dos movimentos sociais. Visto que a organização tenentista e a Coluna Prestes promoveram uma forma inovadora de constituir os movimentos que eclodiriam durante o século XX no Brasil, por

¹⁸ Política de governo do marechal Floriano Peixoto, que objetivava consolidar a república no Brasil. Estrutura política do aparelho de Estado que a República Velha montou “[...] como exemplo modelar do grau de relação dialética entre o regime republicano – clássica expressão do domínio burguês, isto é, do capitalismo plenamente definido – e a realidade de estrutura predominantemente pré-capitalista, isto é, de capitalismo incipiente” (Sodré, 1980, p. 17).

meio da ocupação e movimentação social no espaço. É importante frisarmos que os movimentos sociais foram moldados a partir das experiências vitoriosas ou não desses movimentos que romperam com as instituições nacionais, sem abandonar o discurso do Estado qualificado para o bem de todas as pessoas.

Conforme Anita Prestes (1991), o tenentismo pode ser caracterizado como movimento social, não somente porque envolveu massas populacionais, mas também porque representava os interesses da classe média, responsável por impulsionar a luta de classes no Brasil no século XX. Os movimentos da década de 1920, organizados por indivíduos descontentes com o Estado brasileiro e participantes ativos de sua estrutura, tiveram como fundamento compreender o *status quo* e mostrar para o povo brasileiro que essa situação deveria ser transformada, visto que as condições críticas do Estado brasileiro poderiam, conforme os militares que se rebelaram, ter outras possibilidades de desempenho.

A importância da presente tese é reafirmada ao apresentar os movimentos dos anos de 1920, tenentismo e Coluna Prestes, como precursores de movimentos sociais brasileiros, visto que esses tiveram um caráter definitivo na organização da rebelião quanto à estrutura vigente, buscando outra estrutura sem qualquer forma de abolição do Estado. A estrutura desses movimentos dos anos de 1920, como força bélica e política, tem empenhado nos sujeitos posteriores um caminho de referência contínua, mesmo que alguns movimentos sociais não busquem esse referencial; é notório que suas práticas partam dessa herança histórica que passou a ser narrada e constituída como caminho, ora de rebeldia ora de revolução. Caminho que culminou nos golpes de 1930 e 1964 da direita brasileira e, por outro lado, inspirou a organização de movimentos sociais, como por exemplo, a luta dos movimentos sem-terra. As contradições dos movimentos de 1920 são fundamentais para compreendermos o tempo presente e a construção de movimentos tanto de extrema-direita, quanto de esquerda, no Brasil.

Comprovando a importância da Coluna Prestes na sociedade brasileira, o movimento teve um grande impacto nos caminhos que a história do Brasil tomou, repercutindo inclusive junto aos integralistas. A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado, foi inspirada no modelo partidário dos nazistas alemães, e teve sua influência no fascismo, movimento político fundado e liderado por Benito Mussolini, em 1922 na Itália (Abreu, 2018).

Os integralistas brasileiros eram ultranacionalistas, constituíam um grupo forte, que tinha um grande respeito pelo Exército, totalmente em oposição ao que a Coluna fez quanto à rebelião e ao movimento rebelde. A oposição dos integralistas à Coluna Prestes é fundamental

para a luta da AIB. Enquanto a AIB representava a construção de um estereótipo fascista, a Coluna representava o estereótipo do comunismo, reforçando a contradição.

De acordo com Abreu (2018), enquanto o fascismo crescia, também surgiam outros movimentos de resistência. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), lançada em 1935, foi criada com o propósito de combater o fascismo, unindo pessoas que eram contrárias ao latifúndio, ao imperialismo e ao pagamento da dívida externa. Luiz Carlos Prestes enxergava a ANL como continuação das lutas tenentistas de 1922 e 1924, a que os operários deveriam se incorporar.

A História, a partir do materialismo histórico e dialético, tem como centralidade compreender, a partir do tempo presente, os processos que o estruturaram; e como função, nos colocar diante do passado, a partir do entendimento do tempo presente e, ao mesmo tempo, nos projetar o futuro. Isso significa que, as condições dadas pelo movimento da Coluna Prestes, naquele momento, impuseram uma resposta nova para fazer o enfrentamento ao governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) e, com isso, buscar outra forma de organização interna do Estado. Desse modo, o enfrentamento dos tenentes e da Coluna não partiu das questões estruturais da esquerda, e sim, do senso de justiça, derivado do próprio Exército brasileiro na sua formação.

Mesmo tendo alguns elementos da esquerda, principalmente o anarquismo europeu, cuja essência é o desafio à ordem estabelecida, os movimentos militares da década de 1920 não podem ser classificados como tal, visto que seu discurso nacionalista buscava sempre a compreensão do território nacional como delimitação de suas questões.

Fundamentando os amotinamentos dos tenentes que objetivavam reorganizar o país, trazemos a exposição de um dos militantes do anarquismo, o geógrafo francês Jean Jacques Élisée Reclus: “Nunca qualquer progresso, seja parcial, seja geral, realizou-se por simples revolução pacífica. Ele sempre se deu pela revolução repentina” (Reclus, 2011, p. 44).

Obcecado pela relação entre o homem e a sociedade, o anarquismo tem como objetivo final a condenação e a transformação da sociedade, utilizando sempre o método de revolta social, seja ela violenta ou não (Woodcock, 2007). Assim como os anarquistas, os tenentes realizavam seus levantes para mostrar ao povo uma maneira de agir que poderia levá-lo à libertação, para além dos seus objetivos específicos. Como progresso da ação revolucionária, a Coluna Prestes resultante dos movimentos tenentistas teve um impacto significativo nas transformações ocorridas no regime político da época, influenciando os rumos da organização nacional.

Enquanto os tenentes almejam a regeneração das eleições e a implantação do voto secreto, segundo Woodcok (2007, p. 35), os anarquistas “[...] consideram votar um ato que trai a liberdade, tanto simbolicamente quanto de fato”. Por desprestigiar a soberania do povo em favor da soberania da pessoa, o anarquismo é apontado como uma forma extrema de democracia. Os anarquistas rejeitam as instituições parlamentares por acreditarem que elas implicam na abdicação da soberania individual, ao permitir que um representante tome decisões em nome do indivíduo, deixando-o sem controle sobre essas decisões (Woodcok, 2007). Em consonância com Proudhon (1975, p. 237, grifo nosso, grafia original) a quem se atribui a seguinte afirmação:

Nem a hereditariedade, nem a eleição, nem o sufrágio universal, nem a excelência do soberano, nem a consagração da religião e do tempo fazem a realeza legítima. Sob qualquer forma que se apresente, monárquica, **obligárquica**, democrática, a realeza ou o governo do homem pelo homem, é ilegal e absurdo.

A influência do anarquismo no movimento dos tenentes está na essência anarquista quando se desafia a ordem. Os adeptos do anarquismo rejeitam a estrutura estabelecida, enquanto, no contexto militar, qualquer quebra de hierarquia é estritamente proibida. Seria impensável que os rebeldes da Coluna Prestes percorressem o país sem seguir as normas preestabelecidas.

As questões geográficas que salientamos para a Coluna Prestes partem de uma espacialidade histórica e de uma luta que se organiza territorialmente, e com isso, imprime questões para compreender a produção capitalista e sua definição a partir do sentido produtivo do próprio Estado. Assim, buscamos a construção de uma epistemologia que edifique as questões centrais dos movimentos de 1920 como contraditórios, diretivos, revolucionários e conservadores. Dessa forma, esses movimentos, com destaque para a Coluna Prestes, permitiram que fosse produzida uma herança geográfica para compreender a dialética espacial.

A compreensão da dialética espacial a partir da Coluna Prestes parte da construção de um Estado que se movimentava pelas exigências de um grupo de militares e, ao mesmo tempo, fomentava outro Estado na fundação de uma sociedade que fosse mais igual em termos positivos para todas as pessoas, mas também não muito diferente. Assim, ao colocarmos a Coluna Prestes na composição do espaço brasileiro, estamos não delimitando uma área de influência, mas, sobretudo, uma espacialidade imaterial que ainda tem poder de determinação como arquétipo sobre o imaginário e a ação das pessoas, vide os golpes de 1930 e 1964.

A compreensão epistemológica da Coluna Prestes identifica os elementos históricos e como esses processaram um caminho de intervenção direta no Estado, mas sem abdicar do que era, naquele momento, o próprio Estado. Os adeptos do anarquismo, críticos da ordem social e política existente, desejam mais que substituir e moralizar o controle do Estado, eles desejam abolir o Estado por completo (Woodcock, 2007). Contrários ao autoritarismo, assim como os tenentes, os anarquistas afirmam que “[...] a revolução social não deve levar à ditadura de qualquer classe, mesmo do proletariado, mas à abolição de todas as classes” (Woodcock, 2007, p. 32). Revelam que “[...] as revoluções realizadas por meios políticos acabaram sempre em ditadura: recorrer à coerção acabou por transformá-las, fazendo com que traíssem o ideal revolucionário” (Woodcock, 2007, p. 33), foi assim que a ditadura de Vargas aconteceu no Brasil.

Retornando à compreensão espacial da Coluna Prestes, a ciência geográfica, consolida uma condição dialética pela contradição das formas, conteúdos, espaços materiais e imateriais que conduziram o pensamento nacional reivindicatório ou mesmo revolucionário a partir da identidade da Coluna Prestes; assim, movimento e ação são condições nevrálgicas para construção de qualquer movimento de luta ou movimento contrarrevolucionário no Brasil. Os elementos geográficos, para compreensão da Coluna Prestes, não podem ficar presos a uma condição conservadora, pois é preciso fazer uma associação entre a ciência da História e o cotidiano atual, isto é, associação entre tempo e espaço na formulação do Estado, seja um Estado que se efetiva como real ou como possibilidade. Assim, o espaço da Coluna Prestes, na atualidade, tem grande relevância na construção do arquétipo de um tipo de sociedade e de Estado, fundado essencialmente pelos militares.

De acordo com estudos de Vitor (2021), ainda nos anos de 1870, oficiais do Exército brasileiro já se envolviam com articulações políticas, principalmente com o movimento republicano e mais ativamente a partir da década de 1880, quando apoiaram também os movimentos antiescravagistas. Nessa época, surgia a doutrina soldado-cidadão em que os militares reivindicavam o direito de mais liberdade como cidadãos para manifestarem opiniões, participarem de reuniões, enfim, atuarem na defesa da pátria além da condição de oficiais, o que lhes concebia entender a abolição da escravatura como medida de defesa nacional.

O decreto 330 de 12 de abril de 1890 reorganizou o ensino nas escolas militares, evidenciando a necessidade de se formar cidadão armado, cooperador do progresso, dotado de educação científica e conhecedor de seus deveres militares e sociais. O regulamento baixado pelo decreto preconizava capacitar o soldado na arte da guerra sem desviá-lo dos deveres de

cidadão (Brasil, 1890). Em contrapartida, para Moraes (2005), a doutrina do soldado-cidadão, como nova orientação de formação dos militares, inspirava a classe para a desobediência e insatisfação, gerando frequente conturbação política na corporação.

O golpe militar, que fez acontecer a Proclamação da República no país, foi típico da tradição brasileira em intervenções militares na política, sendo os primeiros governos republicanos ocupados por representantes dessa classe (Prestes, Anita, 1991). A participação dos militares no movimento republicano significava, mais que o desejo de implantar um regime que trouxesse prosperidade para o Brasil, a “[...] participação do Exército nas decisões políticas do país” (Vitor, 2021, p. 41). E assim, com a Proclamação da República surgia a convicção da legitimidade de os militares liderarem as questões políticas do país, por figurarem como representantes da ordem, disciplina e moralidade que os qualificavam para intervirem nos governos civis (Vitor, 2021).

Entre as razões de os oficiais de baixa patente liderarem os movimentos de oposição, tencionando impedir posse e destituir presidentes, estava a condição institucional de membros do Exército resguardarem a situação social e política do país e o fato de pertencerem às camadas médias urbanas, considerando a condição de submissão do país à elite política e econômica apoiada pelo alto comando da categoria (Vitor, 2021). Para Forjaz (1977), os tenentes representavam, além do Exército, as camadas médias urbanas subjugadas pelas oligarquias dominantes, e eles estavam fundamentados na autonomia adquirida pelos seus cargos no Estado. Numa perspectiva mais ampla, Franco (1955 *apud* Sodré, 2010) equipara os tenentistas a um partido político renovador que, impedidos de protestar pelo voto, aliaram-se às correntes civis insatisfeitas, recorrendo-se às armas.

Anita Prestes (1991) argumenta que os tenentes reuniam características singulares que lhes facilitavam exercer a vanguarda da luta contra o domínio oligárquico da ‘política café com leite’ no país (lideranças dos estados de São Paulo e Minas Gerais). Os jovens revolucionários, além das armas, dispunham de contatos em todo o país devido à posição de servidores de instituição de caráter nacional. Possuíam nível cultural acima da média e pertenciam à categoria com maior número de oficiais dentro do Exército, o que lhes favorecia assumir lideranças de massas urbanas para solução de problemas que afligiam o país naquela época.

O movimento tenentista, de acordo com Vitor (2019), foi um movimento rebelde realizado por jovens oficiais membros das Forças Armadas, formados pela Escola Militar do Realengo, insatisfeitos com a centralização do comando da República na região sudeste do país. E estavam insatisfeitos com o processo eleitoral fraudulento e excludente, como a

eleição presidencial de 1º de março de 1922 em que os líderes dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal lançaram Nilo Peçanha e os estados de São Paulo e Minas Gerais, o candidato Artur Bernardes, que foi vencedor.

Uma das cartas atribuídas a Artur Bernardes, publicada no jornal *Correio da Manhã*, que difamava o exército brasileiro, foi assentida como autêntica em assembleia realizada no Clube Militar em dezembro de 1921, presidida pelo marechal Hermes da Fonseca. Mesmo, posteriormente, constatada como falsa, foi o estopim do tenentismo, forma de violência militar que vislumbrava o fim da política obsoleta dominante no país, considerando os meios eleitorais ineficazes naquela estrutura (Brum, 1994; Sodré, 1980).

O tenentismo abalou as velhas estruturas coloniais contestando o que elas representavam (Sodré, 1980). O primeiro grande levante do dia 5 de julho de 1922 chamado Levante do Forte de Copacabana, ou Revolta dos 18 do Forte, que segundo Vitor (2021) foi planejado para acontecer em âmbito nacional, ficou restrito à cidade do Rio de Janeiro: na Vila Militar, Escola Militar do Realengo e Forte de Copacabana. Havendo também tentativas de sublevação em Niterói, estado do Rio de Janeiro e em Campo Grande, na época estado de Mato Grosso. A unidade do Forte de Copacabana, sob a liderança de Euclides da Fonseca, Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes, foi a única que realmente se revoltou. De acordo com Konrad (2022), muitos militares que estavam no forte renderam-se e outros desistiram da marcha, enquanto dos dezoito que ficaram, a maioria foi morta em combate, sobrevivendo apenas Siqueira Campos¹⁹ e Eduardo Gomes.

Os envolvidos no levante de 1922 foram punidos na presidência de Artur Bernardes com prisões, processos e transferências para guarnições distantes, o que aumentou o clima de descontentamento com o governo. Ainda com o insucesso do movimento, mantinha-se a ideia de que os militares poderiam protestar os desmandos no poder e a tendência de conspiração continuou (Sodré, 1980; Vitor, 2019).

Dois anos após a revolta militar do Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1924, eclodiu a Revolução Paulista sob o comando do general Isidoro Dias Lopes²⁰, com apoio da Força Pública de São Paulo através do major Miguel Costa (Prestes, Anita, 1991). A escolha do nome do general Isidoro para chefiar o movimento de São Paulo entre os oficiais gerais reformados foi devido à negação dos oficiais graduados da ativa, o que demonstrava a falta de identificação das altas patentes com as aspirações da média oficialidade. O interesse dos

¹⁹ A coincidência de nomes e a postura do governador do estado de Tocantins, Siqueira Campos, impactam a disputa de narrativa da Coluna.

²⁰ Fotografia com general Isidoro e comandados demonstrada na Figura 2 do Anexo A.

tenentes seria encontrar entre as maiores autoridades do Exército um nome que legitimasse o levante como posicionamento da instituição (Forjaz, 1977). De acordo com Drummond (1985), além de desafiar o poder político civil, os tenentes rebeldes precisaram enfrentar a oposição e a indiferença da maioria dos oficiais do Exército e Marinha, sem conseguir mobilizá-los. Como condições do movimento de São Paulo, na tentativa de pacificação, Isidoro destacava:

Constituinte que manterá a República Federativa; diminuição do número de Estados; separação de Igreja e Estado; proibição dos impostos interestaduais; proibição de reeleição de presidentes e governadores; obrigação do futuro Governo Provisório de manter as atuais relações internacionais e os compromissos da União, Estados e Municípios; o voto secreto; a unificação da magistratura e do processo e reformas tributárias aduaneiras (Silva; Góis, 1934 *apud* Sodré, 1980, p. 57).

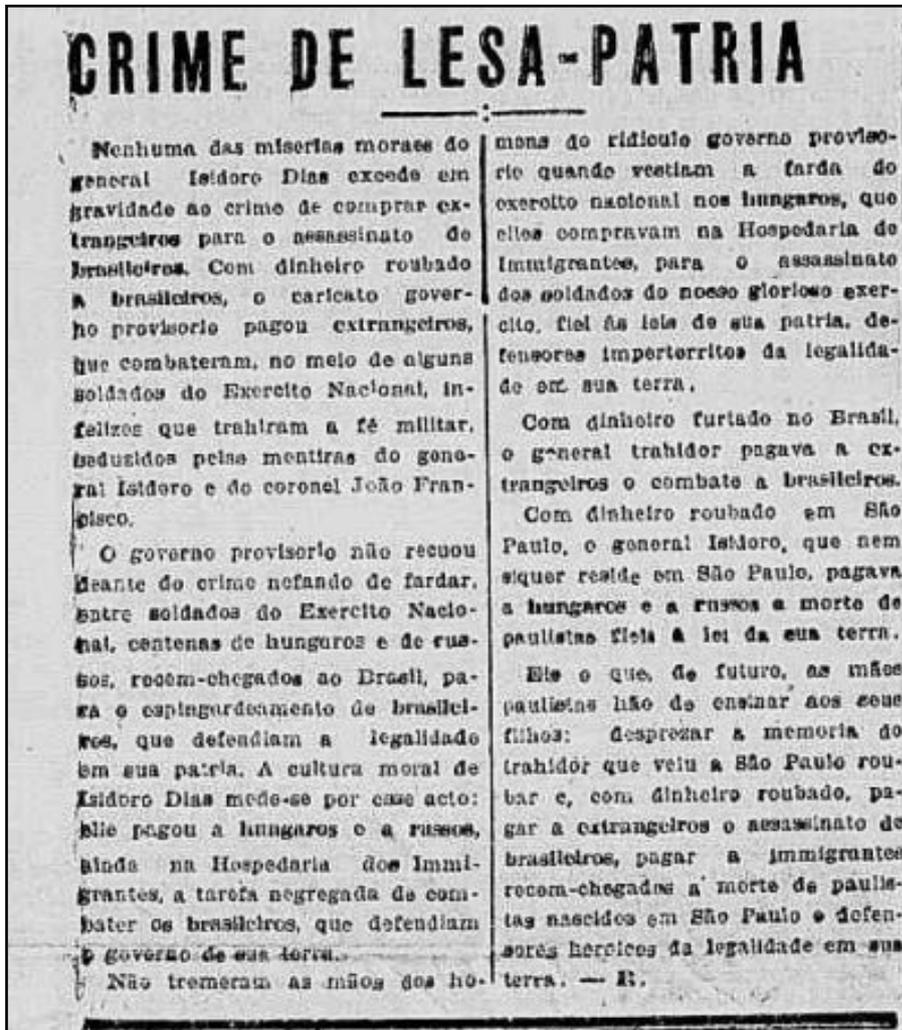
A sublevação de 1924 estava programada para a mesma data, em diversos locais do país, e aconteceu em “[...]12 de julho em Mato Grosso, 18 de julho em Sergipe, 23 em Manaus, 28 e 29 de outubro no Rio Grande do Sul [...]” (Mocelin, 1958, p. 19 *apud* Gomes; Montenegro, 2010, p. 24), facilitando a repressão pelo governo. O movimento em São Paulo persistiu por vinte dois dias com a participação de 6 mil homens, entre eles, dois mil civis mal municiados, lutando contra um total de aproximadamente 30 mil soldados das forças bernardenses que fechavam a cidade no chamado ‘Círculo de Ferro’, resultando em mais de 500 mortos, e quase 5 mil feridos (Gomes; Montenegro, 2010).

Conforme Castro (2013), os tenentes de São Paulo procuraram apoio de algumas representações da sociedade, como do proletariado do Rio de Janeiro, através do jornalista Everardo Dias, das organizações de orientações anarquistas, do partido Comunista do Brasil e da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira. Grande parte dos operários que apoiou os tenentes era estrangeira, muitos deles remanescentes da Primeira Guerra Mundial trazendo conhecimentos bélicos e outras habilidades. Formaram três batalhões estrangeiros: Húngaro, Italiano e Alemão que, no entanto, eram compostos de diversas nacionalidades como iugoslavos, austríacos, tchecoslovacos, poloneses, suíços, suecos, noruegueses, dinamarqueses, espanhóis entre outros.

O envolvimento de estrangeiros no movimento serviu de pretexto para o governo aumentar a repressão dos rebeldes na alegação de que estrangeiros estavam sendo armados para lutar contra brasileiros, além de representarem também a classe trabalhadora, alvo de ataque, do governo. Távora (1927 *apud* Castro, 2013) revela que os estrangeiros da mesma forma que os soldados brasileiros recebiam mantimentos, uma arma e uma muda de roupa. O artigo ‘Crime de lesa-pátria’ do jornal Correio Paulistano de 5 de agosto de 1924 acusa o general Isidoro de pagar estrangeiros para combaterem paulistas que defendiam a legalidade

(Figura 2) “Com dinheiro roubado em São Paulo, o general Isidoro que nem sequer reside em São Paulo pagava a húngaros e a russos a morte de paulistas fiéis à lei da sua terra” (Crime [...], 1924, p. 1).

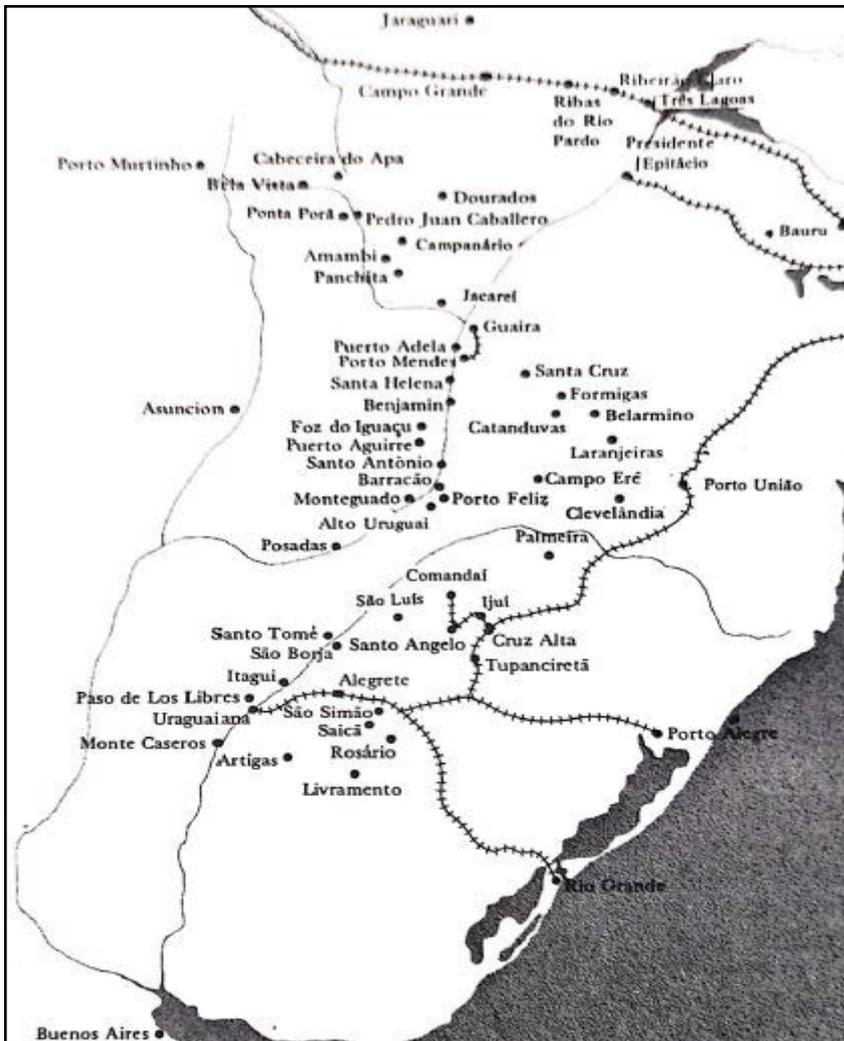
Figura 2 – Crime de lesa-pátria



Fonte: Crime [...] (1924, p. 1).

As tropas do general Isidoro Dias Lopes retiraram-se de São Paulo no dia 28 de julho, partindo da Estação da Luz, através da estrada de ferro Paulista até Campinas, depois pela estrada de ferro Sorocabana rumo a Bauru, até às margens do rio Paraná próximo a Porto Epitácio, chegando à Guaíra e Foz do Iguaçu (Figura 3). Nesse percurso de três meses de luta quase que diária perderam mais de 2 mil homens, devido a mortes, deserções, extravios e aprisionamentos (Gomes; Montenegro, 2010; Lima, 1979).

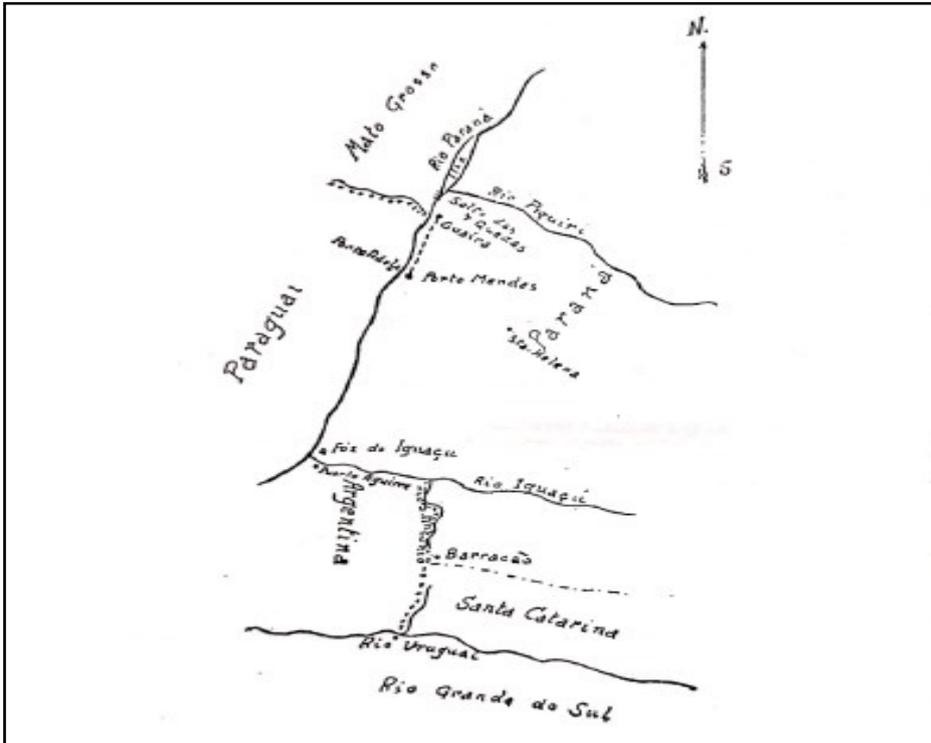
Figura 3 – localização das cidades percorridas pelos revoltosos paulistas até Foz do Iguçu no Paraná



Fonte: Macaulay (1977, p. 14).

Os combates travados com as tropas legalistas no Paraná (Figura 4), compreendendo o segundo semestre de 1924 e o primeiro trimestre de 1925, foram designados como Campanha do Paraná e Campanha do Contestado. Os rebeldes se renderam às tropas legalistas em Catanduvas, chefiadas pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon (Prestes, Anita, 1991).

Figura 4 – Croqui da localização dos revolucionários no sudoeste paranaense



Fonte: Landucci (1952, p. 59 *apud* Forjaz, 1977, p. 91).

Enquanto os paulistas combatiam no Paraná, na noite de 28 de outubro de 1924, o capitão Luiz Carlos Prestes do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, juntamente com o tenente Mário Portela Fagundes, inauguraram os levantes das tropas do sul. Seguidos de uma série de outros levantes de regimentos e batalhões, como: 3º Regimento de Cavalaria Independente, de São Luiz Gonzaga; 2º regimento de Cavalaria Independente, de São Borja; 5º Regimento de Cavalaria Independente, de Uruguaiana; Bateria do 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, de Alegrete e o 3º Batalhão de Engenharia, aquartelado em Cachoeira, conforme mapa da região representado na figura 5 (Prestes, Anita, 1991).

Figura 6 – Rebeldes paulistas antes de se juntarem à Coluna Prestes

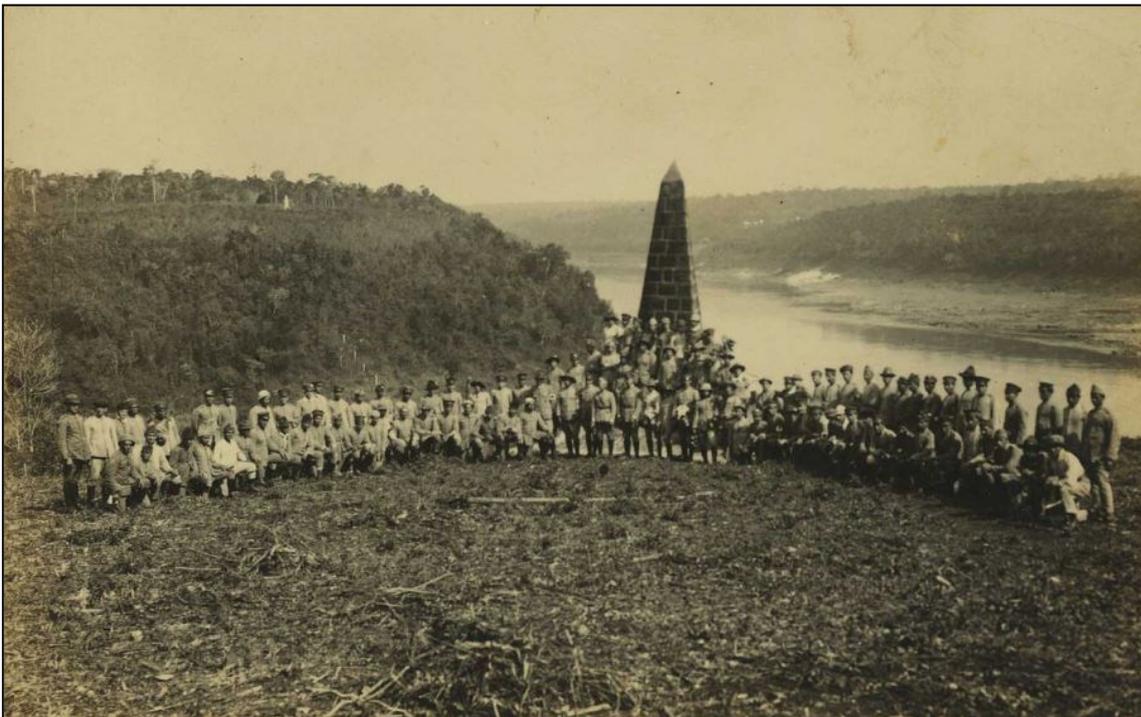


Fonte: [Dias Lopes ...] (1924).

Nota: acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926063/mss926063.jpg.

Figura 7 – Rebeldes paulistas e gaúchos na fronteira com o Paraguai



Fonte: Rebeldes [...] (1924, data informada) (1925, data correta conforme os processos históricos).

Nota: acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926071/mss926071.jpg

No dia 12 de abril de 1925, em Foz do Iguaçu, os comandantes das duas tropas reuniram-se para decidirem sobre a possibilidade de emigração. Optaram por acatar a proposta de Luiz Carlos Prestes de continuar a luta. Prestes defendia a organização de uma Coluna que adotasse a guerra de movimento com capacidade de deslocamento rápido, a fim de impedir a repressão das forças legais e que motivasse adesões nas guarnições dos estados, por onde passassem, para manter viva a chama da revolução e desencadear novas manifestações (Sodré, 1985).

Para Sodré (1980), a Coluna Prestes constituiu-se em 14 de abril de 1925 no acantonamento de Santa Helena, inicialmente dividida em duas brigadas, mais tarde reformulada, em que Prestes passou a ser o chefe de Estado-Maior da Coluna. Anita Prestes (1991) e Vitor (2021) compartilham a tese de que a Coluna Prestes se formou e iniciou-se em São Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul, em 27 de dezembro de 1924.

Isso porque foi em São Luiz Gonzaga, entre os meses de novembro e dezembro, que o efetivo revolucionário do Rio Grande do Sul se reorganizou após os levantes nas guarnições da região das Missões e fronteira oeste; onde Luiz Carlos Prestes passou a desempenhar de forma destacada sua liderança estratégica evitando a dispersão dos rebeldes; onde foram organizados os destacamentos da Coluna colocando em prática a “guerra de movimento”; e onde se rompeu o cerco imposto pelas tropas governistas, dando início à marcha, em 27 de dezembro, que percorreu o Brasil até fevereiro de 1927 (Vitor, 2021, p. 137).

As tropas vindas do Rio Grande do Sul já chegaram no Paraná como Coluna Prestes, quando saíram do Rio Grande do Sul já tinham essa denominação²¹. De acordo com Anita Prestes (2006, p. 22): “A Coluna Prestes, que nascera no Rio Grande do Sul, partiu do Paraná revigorada pela junção com os rebeldes que se haviam levantado em São Paulo, em 5/7/1924”.

A justificativa dos rebeldes para a continuidade do movimento em 1925 era as condições propícias à revolução em que se encontrava o país, considerando a insatisfação nacional generalizada com o governo Artur Bernardes (Drummond, 1985). Em 14 de abril de 1925, a Coluna Prestes se consolidou com os destacamentos de São Paulo e Rio Grande do Sul (Sodré, 1980), seguindo com a marcha pelo país

[...] saindo do Paraná adentrando o Paraguai, voltando ao Brasil por Mato Grosso e rumando a Goiás, Minas Gerais, o atual Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, retornando a Mato Grosso, pelo Pantanal, de forma invicta, [chegando] até o exílio de seus integrantes, na Bolívia, em 3 de fevereiro de 1927 (Konrad, 2022, p. 72).

²¹ Informação fornecida por Anita Leocádia Prestes durante o Ciclo de palestras ‘Diário da Coluna’, Ciclo II no dia 4 março de 2023.

De acordo com Anita Prestes (1991), Miguel Costa comandava todas as tropas e Prestes atuava como chefe do Estado-Maior na reorganização da 1ª Divisão Revolucionária da Coluna. Formada por oitocentos componentes da coluna gaúcha que somada aos paulistas não chegava a mil e quinhentos combatentes, que lutando pela liberdade, se sentiam coparticipantes.

Os soldados da Coluna eram entusiastas com o movimento, e a liderança era fundamental. A liderança de Prestes deu-se pelo exemplo, como na execução das atividades diárias na Companhia Ferroviária de Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro. Trabalhando lado a lado de seus subordinados, Prestes ministrava aulas nas escolas que ele próprio criou; escola de alfabetização, escola de cabos e de sargentos (Prestes, Anita, 2015b). O mesmo aconteceu quando foi transferido para o 1º Batalhão Ferroviário (1º BF) de Santo Ângelo, no cargo de chefe de construção, trazendo a experiência pedagógica da Companhia Ferroviária de Deodoro, Prestes criou escolas:

Em três meses, estavam todos já assinando o nome. Fizemos até uma festa para entrega de diploma aos que ficaram alfabetizados. Fizemos uma bandeira brasileira com as assinaturas, com uma dedicatória para mim, que eles me davam. E os outros graus [...] **eu fiz um primeiro e um segundo grau, preparando os soldados para poderem fazer exame para cabo, com o objetivo de elevar o nível de instrução desse grupo que eu pretendia levar à revolução, queria levar para a luta armada** (Prestes, Luiz Carlos *apud* Prestes, Anita, 2015b, p. 10).

Durante sua atuação na Coluna, Prestes comandava a tropa estimulando a disciplina militar, a iniciativa e a compreensão dos soldados sobre o motivo da luta, garantindo assim “[...] a sobrevivência de uma força armada diferente: não havia soldo, nem pagamento de qualquer espécie, ou vantagens de qualquer tipo, e se exigia, para permanecer em suas fileiras, um grande espírito de sacrifício e muita disposição de luta” (Prestes, Anita, 2006, p. 23).

Desde o início da revolução tenentista, Prestes utilizou o mesmo tipo de relacionamento das experiências anteriores com os soldados, o que foi também adotado por Mario Portela Fagundes, Antônio de Siqueira Campos, João Alberto e Cordeiro de Farias. “Cientes de que o exemplo dos chefes desempenharia um papel fundamental nessa empreitada, [...] levavam a mesma vida que os soldados, dormindo no chão, comendo a mesma comida, sem admitir qualquer privilégio” (Prestes, Anita, 2015b, p. 11). Durante toda a marcha da Coluna, a prioridade na distribuição de alimentos, roupas, montaria e medicamentos era dos soldados, principalmente os feridos. Dessa forma, criou-se um padrão de comportamento do combatente da Coluna, que lutava por um ideal sem medir sacrifícios (Prestes, Anita, 2015b).

2.3 O que foi a Coluna Prestes

A Coluna Prestes²², próxima a completar cem anos, foi apagada do panorama brasileiro, fato que se explica, em primeiro lugar, com as colocações de Anita Prestes (1991), que ressalta a escassez de obras importantes na historiografia sobre a Coluna Prestes. A autora assegura que obras relevantes não chegaram ao conhecimento do grande público, por estarem esgotadas há muito tempo e não terem sido reeditadas. Anita ainda observa a ausência de contribuição de participantes da própria Coluna para o conhecimento do episódio, principalmente de alguns que ocupavam cargos no poder e não tiveram interesse de que a Coluna fosse estudada e contivesse uma grande historiografia. O esquecimento da Coluna, conforme Anita Prestes (1985), teve propósito deliberado com o objetivo de destruir o mito ‘Cavaleiro da Esperança’²³, pela adesão de Luiz Carlos Prestes aos ideais comunistas e, consequente ruptura com os tenentes influenciados pela classe dominante da época.

A Coluna evidencia a forma como Luiz Carlos Prestes inaugura a política enquanto ação, isto é, fez a política fora da instituição e dos gabinetes, indo para as ruas, para os campos e diversas cidades, envolvendo milhares de pessoas que tiveram a compreensão da motivação política. Assim, a Coluna Prestes é antes de tudo um movimento de organização política e territorial. E esse novo meio de fazer política indignou a classe dominante que se viu confrontada por um poder ideologizante que motivou seus adeptos a enfrentarem desafios enormes, mesmo sem uma recompensa imediata. Prestes buscava mobilizar as pessoas a saírem às ruas para melhorar suas condições de vida e exercer sua cidadania.

Os soldados eram em sua maioria pessoas simples do povo, com baixos salários, oriundos das classes mais pobres, com baixo nível de instrução que combatiam com heroísmo e desprendimento, confiando em seus comandantes, conforme destacou Anita Prestes (1991, 2006, 2015b). A convivência prolongada na Coluna resultou no desenvolvimento de um novo conjunto de valores entre os soldados, que lutavam por liberdade e justiça para o povo brasileiro. A Coluna não só formou um novo tipo de combatente como também gerou o líder mais destacado da revolução social no Brasil: Prestes (Prestes, Anita, 1991, 2006, 2015b). Esse novo tipo de combatente foi forjado pelas circunstâncias de lutas e necessidades para sobreviver diante dos ataques diretos do Estado brasileiro.

²² Fotografia de alguns integrantes da Coluna demonstrados na Figura 3 do Anexo A.

²³ Isidoro Dias Lopes em abril de 1925 se referiu a Prestes como “o novo *Chevalier de l' Esperance* ... o bravo coronel Prestes que levantou nossos corações”. O primeiro ‘*Chevalier de l' Esperance*’ foi o general Hoche, um dos brilhantes e corajosos chefes militares formados na e pela Revolução Francesa” (Moraes, 1994, p. 37).

Outra circunstância que explica o apagamento, não só da Coluna, mas de diversos acontecimentos históricos brasileiros, é observada no trabalho da psicóloga Ecléa Bosi, que traz a pesquisa social da memória como tema recorrente de suas publicações. Para sua obra ‘Memória e sociedade: lembrança de velhos’, realizou entrevistas com pessoas de idade superior a setenta anos, tendo como espaço-temporal a cidade de São Paulo e as primeiras décadas do século XX. Por meio das entrevistas, a pesquisadora mostra o que ocorre com a memória política, quando vários de seus depoentes, após recordarem os acontecimentos dos quais participaram ou testemunharam, reproduziram estereótipos ideológicos da classe dominante, necessários à sua permanência. Dessa forma, as lembranças tiveram o sentido, a verdade e a transparência roubadas (Bosi, 2016). “Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento” (Bosi, 2004, p. 21-22).

Bosi (1993) relata que na rememoração dos acontecimentos políticos que ouvia dos idosos (revoluções, crise, figuras notáveis) percebia a junção de lembranças reais com valores ideológicos. Ao estudar a materialização da lembrança nos sujeitos, considerando a posição social e a profissão de cada um, a autora percebeu que a marginalização política dos estratos mais pobres da população pode resultar em lacunas no conhecimento e lembrança do brasileiro. Para a autora, o esquecimento, as omissões e os fragmentos de narrativas são exemplos importantes para se entender como o fato histórico impactou o cotidiano das pessoas. Os vestígios deixados são pistas valiosas para que se possa compreender não apenas o que foi lembrado, mas também o que foi omitido ou esquecido (Bosi, 2004).

De acordo com Bosi (2004), a memória dos idosos pode desempenhar o papel de mediador entre a geração vigente e as testemunhas do passado, repassando a cultura de maneira informal, diferentemente dos mediadores institucionais, como escolas, igrejas, partidos políticos e outros, na transmissão de valores, conteúdos e atitudes que compõem a cultura. A autora considera a memória oral um instrumento valioso, diverso de registros unilaterais, ela traz a possibilidade de se obter uma variedade de visões sobre o acontecimento. Para justificar esse posicionamento, a autora desvela como que um relato de uma reunião, registrado em documento esquematizado, pode ser elaborado para agradar a autoridade ou a facção dominante do momento. As atas tendem a omitir discordâncias e conflitos, não refletindo o que realmente ocorreu. O que também não elimina a possibilidade de as testemunhas orais sofrerem influência de estereótipos da memória institucional.

Relacionando as narrativas das entrevistas de Bosi (2016) com a Coluna Prestes, coincidentemente, uma depoente que cultuava os tenentes de 1922 e 1924 e os soldados da Coluna, em 1930 apoiou Getúlio Vargas. Tal depoente tem grande relevância por ter vivenciado os processos; assim, o apagamento da Coluna se dá pelo distanciamento do fato e das experiências vivenciadas a partir desses. Quando essa entrevistada se lembra dos fatos, ela nos coloca diante da própria história com seus processos formativos e contraditórios; por mais simples que seja a memória, mesmo destituídas de conotações científicas, a experiência revela a própria fundamentação do sentido do fato histórico e como esse é absorvido por quem vivenciou e por quem vivenciará de forma indireta. Em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista de São Paulo, a mesma depoente, professora e cidadã paulista, identificava-se ideologicamente contrária a Getúlio e aos próprios tenentes que o apoiaram, qualificando a entrada dos getulistas em São Paulo como uma invasão. No entanto, continuou alimentando a admiração que conservava “[...] pela ala esquerda, radical, do tenentismo e da Coluna, aquela que, de 30 em diante, será absorvida ou ultrapassada pelo Partido Comunista” (Bosi, 2016, p. 461).

A Coluna Prestes, idealizada e organizada por militares, deriva ainda dos movimentos de lutas internas das Forças Armadas, objetivando constituir um caminho de cidadania para os próprios soldados, os quais foram historicamente tratados de forma desumana. Os cabos e soldados eram considerados pelo Exército brasileiro como inferiores e assim, precisavam desempenhar atividades não consorciadas com suas funcionalidades profissionais. Situação que pode ser comprovada pelos discursos proferidos nas sessões da 18ª legislatura por A. Gonçalves de Carvalho, deputado do 1º distrito da província de Mato Grosso em 1884; conforme Coelho (1976, p. 43).

“[...] entre nós o soldado não parece destinado ao serviço de sua criação porquanto, segundo se supõe e se pratica, o soldado aqui só existe para o serviço das guarnições, para montar guardas, para fazer pequenos destacamentos, para ir em serviço eleitoral, para fazer paradas e acompanhar procissões e até conduzir malas do correio [...]”.

A Coluna Prestes, portanto, parte de uma composição crítica quanto ao processo histórico da classe de cabos e soldados, desse modo, tal visão permitiu ampliar os aspectos de lutas que deveriam retirar esses militares da miséria, do analfabetismo, da exploração da classe dominante. Assim, a Coluna busca consolidar uma forma de ação geral para promover o sentido de trinta anos passados, as questões reivindicatórias do papel político do soldado-cidadão, isto é, a classe trabalhadora, como cabo e soldado, era explorada em toda a sociedade capitalista no Brasil.

A população da época desenvolvia certa prevenção em relação à organização militar que se derivava das experiências negativas dos serviços nos quartéis, principalmente devido às formas violentas de tratamento a que os soldados eram submetidos, conforme relata Coelho (1976, p. 43-44) “[...] o tratamento desumano que se dispensava ao recruta, o tempo demasiadamente longo do serviço e o atraso de meses, até de anos do reduzido soldo. [...] A prática dos castigos físicos por exemplo, prevaleceu até as primeiras décadas do período republicano [...]”. As condições adversas no Exército eram mais graves nas unidades do interior, onde faltavam oficiais graduados que pudessem intervir junto ao alto comando do Exército. Os oficiais graduados tinham preferência pelos cargos administrativos na capital do país, em detrimento às funções de contato com a tropa (Carvalho, 1959 *apud* Coelho, 1976).

Segundo Anita Prestes, (1991), ainda no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), cogitou-se a reorganização do Exército e da Marinha, observada a situação lastimável que se encontravam as Forças Armadas. De acordo com Coelho (1976), além da política de gratificações ao quadro de oficiais superiores gerando hostilidade e oposição por parte dos oficiais de patente inferior, havia a restrição quase constante de gastos no âmbito militar. Essa contenção de despesas impactava o Exército, resultando em equipamentos deficientes, armamentos ultrapassados, escassez de munição até para treinamentos de tiro, instalações inadequadas e condições de vida precárias para o pessoal nas unidades militares.

A realidade do Exército não era diferente da situação da classe trabalhadora, assim, a situação dos militares de baixa patente, quanto às dificuldades econômicas, foi compreendida de imediato pela população, visto que os baixos soldos e a péssima qualidade de vida eram a marca não apenas das Forças Armadas, mas de toda a população pobre brasileira. Posteriormente, o movimento de Prestes passou a ser identificado como um movimento da classe trabalhadora em geral.

Dessa forma, como nos apresenta Sodré (2010, p. 250): “A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis: a norma fora liquidar a instituição: ela estava praticamente liquidada”. Tal como o povo brasileiro que não tinha emprego e nem condições dignas de vida.

Ao assumir o Ministério da Guerra em 1919, João Pandiá Calogeras advertia “Há 30 anos está **acéphalo** o Ministério da Guerra, com **excepção** dos curtos períodos em que Floriano presidiu a República e dirigiu pessoalmente os negócios da guerra [...]” (Calogeras, 1933, p. 77, grifos nossos, grafia da época). Ainda complementava que, em período anterior, as promoções no meio militar satisfaziam muito mais as relações políticas e de amizade do que os interesses do serviço. Justamente na época da Primeira Guerra Mundial, o critério de

seleção dos chefes das tropas, dos guias nos combates, dos homens que defenderiam o Brasil, fundava-se na simpatia, na política, nos parentes influentes e não no valor profissional dedicado ao esforço militar (Calogeras, 1933). A situação do Exército estava precária, os estabelecimentos necessitavam remodelação profunda:

“[...] sem cobertores, sem capotes, sem fardamento, sem quartéis, sem viaturas. [...]. Instrução **nulla**. Campos de exercícios inexistentes. Pás e picaretas em **numero** ridículo. Adestramento nenhum. Metralhadoras e fuzis-metralhadoras, cuja **importancia** vital a guerra está demonstrando, não existem na tropa [...] (Calogeras, 1933, p. 116-117, grifos nossos, grafia da época).

Nesse sentido, originalmente, a Coluna tencionava buscar melhores condições de vida para a classe trabalhadora nas Forças Armadas. E assim, as questões trabalhistas e de organização social quanto aos direitos humanos, dentro do Exército, foram sendo ampliadas para toda a sociedade brasileira, visto que as injustiças internas das Forças Armadas ecoavam também, externas. Isto é, todas as injustiças foram consorciadas dentro e fora do exército, com isso, a Coluna teve também, como dinamo, a composição da luta para o povo brasileiro.

A ampliação do nacionalismo, portanto, como primeiro fator, foi decisiva para compreender as injustiças sociais, garantindo com isso a edificação da responsabilidade do soldado-cidadão para o cotidiano nacional. Não poderia ser diferente nessa lógica, uma vez que o nacionalismo e o patriotismo, a partir da Coluna Prestes, tomam o sentido de totalidade e nunca de parcialidade. Com o patriotismo, foi almejado um país mais forte, na tentativa de libertar a população, valendo-se da rebelião, da revolta e da revolução. Na Coluna Prestes, a palavra liberdade era trabalhada de uma forma ideológica no sentido de promover a igualdade, buscando uma ampliação do que hoje é denominado direitos humanos, a fim de potencializar um Brasil soberano.

A palavra liberdade é explorada por Polanyi (1954 *apud* Harvey, 2008), que recapitula o pronunciamento anual do 32º presidente dos Estados Unidos, o democrata Franklin Delano Roosevelt, perante o Congresso em 1935, que relacionava o termo às necessidades das pessoas. Para o ex-presidente Roosevelt, pessoas necessitadas não eram pessoas livres, ele acreditava que o excesso de liberdade de mercado no país era o responsável pelos problemas sociais e econômicos dos anos de 1930.

De acordo com Harvey (2008), as concepções de Roosevelt sugerem proceder do pensamento humanista, atentando que para Marx, um estômago vazio não condiz com liberdade. Em Marx (1967), a liberdade começa onde termina o trabalho para suprir as necessidades humanas, residindo além da esfera da produção material, sendo que o verdadeiro reino da liberdade somente pode florescer tendo o reino da necessidade superado. Ainda

Marcuse (1958, p. 208 *apud* Silva, 2017, p. 36) assegura que “[...] liberdade política e intelectual pressupõe a libertação da luta diária pelas necessidades da vida”.

O ideal libertário que movia a Coluna Prestes, além do anseio da deposição do presidente da época, Artur Bernardes, defendia pautas democráticas condizentes com direitos humanos no sentido de melhorar as condições de vida da população brasileira.²⁴

Em consonância a esse ideal de liberdade, a Coluna Prestes foi a síntese do movimento tenentista brasileiro iniciado em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, contra as oligarquias e os políticos da República Velha. A vitória de Artur Bernardes na eleição presidencial de 1º de março de 1922 fez ressurgir a insatisfação da reação republicana, articulação criada pelas forças dissidentes em 1921, inspirando conflitos nas populações urbanas, cruciais para a deflagração do movimento tenentista. O segundo ‘5 de julho’ aconteceu em 1924 com a rebelião de São Paulo com dimensão muito maior que o primeiro. Em outubro daquele mesmo ano, forças gaúchas se sublevaram, partindo em dezembro de 1924 para o encontro com os paulistas no estado do Paraná, que ocorreu em abril de 1925 (Sodré, 1980, 1985).

Consolidada no Paraná, a Coluna Prestes partiu rumo ao objetivo de chegar ao Rio de Janeiro e derrubar o governo de Artur Bernardes. Pelas colocações de Drummond (1985), a Coluna durou 27 meses, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros, havendo atribuições de até 36 mil quilômetros (dezembro de 1924 a fevereiro/março de 1927), em que travou 50 combates importantes, passando por 14 dos 20 estados que o Brasil possuía na época: Rio Grande Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia (Figura 8). Nos dados apresentados por Nogueira Filho (1958 *apud* Sodré, 2010, p. 273), pode-se observar algumas diferenças daqueles apontados por Drummond,

“[...] 647 dias de marcha, mais de 24 mil kms percorridos (não parando mais de 48 horas em lugar algum), eram 800 a 1000 homens, utilizaram 100 mil cavalos; abateram 30 mil reses, morreram perto de 600 soldados e 70 oficiais; dentre estes, 68 caíram em combate; mais de 80% da tropa fora ferida nas refregas; gastaram-se 30 mil tiros, quando só em Iguazu, em 5 meses, foram disparados milhões pelos legalistas; travaram 53 combates [...]”.

Lourenço Moreira Lima, secretário e historiador oficial da Coluna Prestes²⁵ revela que a marcha teria atingido cerca de 25 mil quilômetros, embora faça referência a uma declaração de Prestes em entrevista a um determinado jornal que tenha alcançado 36 mil quilômetros.

²⁴ De acordo com Santa Inês *et al.* (2019), direitos humanos são princípios ético-políticos que fundamentam as constituições das democracias mundo afora, sistematizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948.

²⁵ A fotografia do prédio onde Lourenço Moreira Lima escreveu o livro ‘A Coluna Prestes: marchas e combates’, está demonstrada na Figura 4 do Anexo A.

Lima (1979, p. 518) acrescenta “Durante essa marcha de vinte sete meses, na qual percorremos uma extensão de cerca de quatro mil léguas e perlustramos treze estados da República, travando numerosíssimos combates com as avultadas forças inimigas [...] nunca fomos batidos”. A contradição sobre dados da Coluna entre Drummond (1985), Lima (1979) e Sodré (2010) é típica de um processo de narrativa histórica que Marília Gago em sua obra ‘Pluralidade de olhares’ caracteriza como perspectivada considerando a diversidade de posições sobre o mesmo tema, dependendo dos recortes, seleções e escolhas do historiador (Carvalho, 2016).

Figura 8 – Trajeto da Coluna Prestes



Fonte: Drummond (1985, p. 47).

De acordo com depoimento do general Emídio da Costa Miranda, participante da Coluna até a sua finalização, a decisão de emigrar a Coluna aconteceu em uma reunião no

atual município de Coxim, Mato Grosso, em que os comandos avaliaram as possibilidades do momento, as condições físicas dos participantes, quantidades e condições dos armamentos e ainda o fato de o governo de Artur Bernardes terminar com substituição por Washington Luís, ainda por acontecer. Após decidirem comunicar ao marechal Isidoro²⁶ na Argentina sobre terminar a revolução, prosseguiram com as tropas emigrando para a fazenda Capim Branco, na Bolívia (Sodré, 1980). Na junção de paulistas e gaúchos em abril de 1925, o marechal Isidoro, por motivo de idade e abatimento físico, não acompanhou os rebeldes para refugiar-se na Argentina (Meirelles, 1995).

Pelo depoimento de Luiz Carlos Prestes publicado na edição de 2 de julho de 1978 do jornal 'O Estado de São Paulo', os integrantes da Coluna avaliaram, a partir do quadro político do interior do país no final de outubro de 1926, que a solução dos problemas não estaria somente com a derrubada de Bernardes e a substituição dos elementos que ocupavam o poder. E assim, enviaram um plano para marechal Isidoro negociar com Washington Luís, futuro governo, porém com um novo levante no Rio Grande do Sul, as tropas da Coluna emigraram para a Bolívia²⁷, país mais próximo de onde estavam (Sodré, 1980).

Além de ser uma marcha invicta, a Coluna sobressaiu pelo seu conteúdo social em percorrer os sertões e cidades, no sentido de conhecer o interior do país, informando, alertando e fortalecendo a população daquelas localidades. Para Silva (1971, p. 23), se não fosse a Coluna Prestes, "[...] o Brasil seria uma colcha de retalhos, dividido em domínios das oligarquias subjugando a sociedade".

A decisão da continuidade da marcha em 1925 pelos oficiais, segundo Drummond (1985), tinha como razão o propósito de uma revolução motivada na insatisfação generalizada com o governo de Artur Bernardes, ficando assim constituída a relação entre nação e Exército,

O militarismo fica bem claro se examinarmos com atenção o principal motivo com que os oficiais da Coluna Prestes justificavam a continuidade da ação rebelde para além de abril de 1925. Eles insistiam em que havia condições propícias à 'revolução': persistia a generalizada insatisfação 'nacional' com o governo de Artur Bernardes e com tudo que o sustentava. O militarismo tenentista estabelecia uma relação 'mágica' entre nação e Exército (Drummond, 1985, p. 30).

²⁶ Em algumas citações desta tese, o general Isidoro Dias Lopes é referido como marechal, variando de acordo com o autor citado. Conforme Keller (2009), "Na qualidade de chefe supremo do movimento iniciado em 5 de julho de 1924, Isidoro recebeu dos seus companheiros o título de 'marechal da revolução'". Esse documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias>.

²⁷ Fotografia de Cordeiro de Farias, Prestes e Djalma Dutra na Bolívia, em 1927 demonstrada na Figura 5 do Anexo A.

Souza (2010) apresenta posicionamento divergente de Drummond quanto ao caráter essencialmente militar da Coluna, admitindo a síntese do movimento tenentista a partir de Prado Junior (1979, p. 14, grifos nossos, grafia da época):

Apezar do conteúdo militar aparentemente de todos ou quase todos estes movimentos, nada existe neles contudo que os caracterize como ‘militaristas’, no sentido próprio do termo. Embora sejam militares seus principais autores e participantes, eles não agem e não pensam como militares. Expressam antes a inquietação das classes médias a que pertencem pela sua origem; de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam, e que as forças conservadoras da República Velha comprimem num arcabouço anacrônico e rígido, que já resvalará francamente para a mais completa degradação política e moral. Se são militares que formam na vanguarda dos movimentos de regeneração política do Brasil, é que suas armas lhe davam a possibilidade de agir; e não estava ainda em condições de substituí-los a ação das massas populares, desorganizadas e politicamente inativas. Os ‘tenentes’ assumirão **porisso** a liderança da revolução brasileira.

Corroborando com a visão de Prado Junior (1979), Anita Prestes (1991, p. 98) apresenta argumentos de mesma natureza,

Ao tentar compreender o tenentismo inserido em seu tempo, como um movimento que não foi militarista, nem esteve isolado da sociedade brasileira da época, vimos que os ‘tenentes’ desde a formação da ‘Reação Republicana’, mantiveram, em maior ou menor grau, contato com os diferentes setores sociais e políticos em oposição aos grupos dominantes da burguesia cafeeira – as oligarquias dissidentes, as camadas médias urbanas e elementos do operariado.

Diante dessas contradições, entendemos que a Coluna Prestes teve sua origem na dimensão social, política, econômica e cultural militar. Logo, não podemos nos furtar em compreender a Coluna como uma organização militar, mas também não podemos simplificar esse militarismo, visto que a condição militar empreendida pela Coluna não depende da sistematização dos quartéis, uma vez que a Coluna é organizada por militares rebeldes, e assim, essa rebeldia também refletiu na construção do sentido do militarismo. Drummond (1995), ao afirmar que a Coluna tenha sido um ‘grande feito militar’, admite que não possa ser considerada uma realização da instituição Exército Brasileiro.

Dessa forma, a palavra militar tinha um peso diferente para os membros da Coluna. Pois, eles eram militares e fugiam da situação de opressão que o próprio militarismo lhes impunha, uma vez que o militarismo da República Velha era o mesmo das forças antagônicas à classe trabalhadora e à organização de um país melhor para todos.

A palavra militar precisa ser pensada dentro da lógica dialética, visto que esse processo da Coluna identificou tal conceito como inoportuno para os tenentes e soldados que sofreram inúmeras represálias por almejam um país diferente. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que o militarismo é a forma como age a Coluna, como um processo de ação e

organização efetiva para que exista uma linguagem e uma narrativa que todos os membros da Coluna possam compreender.

2.4 Composição da Coluna Prestes

De acordo com Drummond (1985), integravam a Coluna pessoas de diversas localidades, funções e condições sociais, com 30 anos de idade em média. Na esfera militar participaram comandantes, outros oficiais do Exército e alunos da Escola Militar do Realengo expulsos em 1922 e, suboficiais, sargentos, cabos e marinheiros da tripulação amotinada do encouraçado São Paulo²⁸ em novembro de 1924. Embora fosse uma marcha militar, tinha características de movimento popular, compreendendo entre seus soldados, pessoas simples do povo. Entre os civis constavam gaúchos, remanescentes dos rebelados com os quartéis no Rio Grande do Sul em 1924, imigrantes da rebelião de 5 de julho em São Paulo, italianos, alemães e húngaros, adesões isoladas de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão e Piauí, índios Xerente do norte de Goiás e aproximadamente 50 mulheres. A quantidade de integrantes da Coluna conforme foram mudando de localidades: 1400 pessoas no oeste do Paraná e no Mato Grosso nos meses abril e maio de 1925, 1200 em Goiás em julho de 1925, na Bahia menos de 1200 no mês de fevereiro de 1926, pouco mais de 600 na volta a Goiás e Mato Grosso no final de 1926 (Drummond, 1985).

Conforme Drummond (1985), inicialmente o objetivo dos levantes militares de 1924 era a chegada dos rebeldes do Rio Grande do Sul e de São Paulo ao Distrito Federal para derrubar o presidente Artur Bernardes, posteriormente o objetivo foi divulgar a mensagem revolucionária de 1924 pelo interior do país. Em julho de 1925, os rebeldes não almejavam uma vitória militar, pela força das armas, conforme manifestação de Agildo Barata, tenente não participante da Coluna, “Para a Coluna, bastava o existir” (Drummond, 1985, p. 58). Em 1926, após a travessia da Bahia, o último objetivo da Coluna, segundo Drummond (1985, p. 59), seria expressar o ‘símbolo da resiliência’ da nação a Artur Bernardes, enquanto aguardava invicta o fim daquele governo. Para Silva (1971, p. 379), “A marcha, empreendida através do Brasil, não era uma retirada militar, nem tinha um plano guerreiro. Destinava-se a manter acesa a chama revolucionária”.

Lima (1979, p. 149), cronista e participante da Coluna, afirmou: “O nosso fim era manter a revolução em armas e propagá-la por todo o território nacional”. Para Sodré (1980),

²⁸ Navio de guerra brasileiro que atracou no Uruguai para a descida de oficiais revoltosos que iriam se incorporar aos rebeldes do Rio Grande do Sul (Garcia, 2006).

com a marcha, a Coluna despertava levantes, recebia adesões e aumentava. No depoimento de Emídio da Costa Miranda a Sodré (1980) o pensamento dos participantes da Coluna era levar a revolução ao maior número de estados e durar o maior tempo possível em armas, para revelar a incompetência do governo e a força do povo em se organizar e agir em seu próprio benefício. Segundo Prestes, no depoimento à edição de 2 de julho de 1978 do jornal ‘O Estado de São Paulo’ conforme Sodré (1980), quando os rebeldes perceberam que tinham pouca munição decidiram que “[...] o essencial seria manter a luta e a bandeira da insurreição, na esperança de que os companheiros do Rio de Janeiro pusessem abaixo o governo Bernardes” (Sodré, 1980, p. 81-82). Prestes defendia que deveriam movimentar-se para atrair as forças legalistas sobre eles, facilitando para os companheiros no Rio de Janeiro.

2.5 Êxitos e fracassos da Coluna Prestes

Nesta parte, elegemos apresentar as ações que levaram à Coluna a êxitos e fracassos, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos. E por fim, trouxemos a imagem de um soldado para representar os demais combatentes, com intuito de demonstrar as suas condições no término da marcha.

A primeira ação exitosa da Coluna foi em final de dezembro de 1924, com o rompimento do cerco de São Luiz Gonzaga no estado do Rio Grande do Sul, em que 14 mil homens das tropas governistas divididos em 7 colunas formaram o ‘anel de ferro’ (Figura 9) para encurralar os rebeldes utilizando a estratégia da ‘guerra de posição’. Para esse enfrentamento, Luiz Carlos Prestes adotou a prática das potreadas²⁹ como sistema de informações para conhecer e seguir os movimentos do inimigo numa ‘guerra de movimento’, espécie de luta de guerrilha, além de distribuir seus comandados também em sete posições diferentes por onde chegariam as tropas inimigas, que informariam os comandantes o curso da operação. A 50 quilômetros de São Luís, nas proximidades de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, um grupo de rebeldes atraiu os legalistas para esse local e após resistirem um pouco, partiram para São Luís, juntando-se à tropa e de lá, em direção a Ijuí, objetivando alcançar o norte do estado rompendo o cerco entre duas tropas legalistas

²⁹ Proveniente da palavra potro, cavalo jovem no Rio Grande do Sul, conforme informação verbal fornecida por Anita Leocádia Prestes durante o Ciclo de palestras ‘Diário da Coluna’, Ciclo II no dia 4 mar. 2023.

desapercebidas. Enquanto os inimigos chegavam a São Miguel, os rebeldes atacavam Conceição, no estado do Rio Grande do Sul (Prestes, Anita, 1991).

Figura 9 – Anel de ferro



Fonte: Dias (1928 apud Forjaz, 1977, p. 93).

A fim de elucidar a estratégia da guerrilha, trazemos um recorte da entrevista do general Osvaldo Cordeiro de Farias à pesquisadora Aspásia Camargo e ao jornalista Walder de Góes: “[...] a característica principal da guerrilha é o movimento, uma luta em que o atacante aparece, desaparece e só reaparece bem mais adiante. Jamais, na guerra de movimento, assume-se uma posição defensiva, esperando recursos materiais da retaguarda” (Farias, 1981, p. 105). Segundo Anita Prestes (1991, p. 146), “Pela primeira vez na história do Brasil, uma força militar dirigida por oficiais do Exército adotava a guerra de guerrilhas em nosso país.” Por outro lado, Farias (1981, p. 103) afirma que “A Coluna não foi a primeira a empregar a guerrilha, mas foi a mais ousada, [...]. O movimento de 1893 foi uma guerrilha. A revolução farroupilha, a mesma coisa. As lutas da independência nos estados [...] também adotaram a guerrilha [...]”.

As potreadas, utilizadas no rompimento do cerco de São Luís e em todo o percurso da Coluna, são definidas por Anita Prestes (1991) como pequenos grupos de soldados que se adiantavam da tropa em busca de cavalos para a montaria, gado para alimentação e informações ao comando sobre a movimentação inimiga e detalhes da região para que se

pudesse elaborar mapas por onde passavam os rebeldes, traçando com conhecimento do terreno, a tática da Coluna. A estratégia evitava que os revolucionários fossem surpreendidos pelas forças governistas que muitas vezes eram flagradas pela Coluna em seus lances inesperados. Em entrevistas concedidas à Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida Gomes Viana, Luiz Carlos Prestes aborda as ‘potreadas’,

Chamavam ‘potreada’ a pequenos destacamentos de cinco, seis homens, muitas vezes comandados até por um analfabeto, que saíam da Coluna em busca de cavalos e, ao mesmo tempo, de informações. Passaram a ser *os verdadeiros olhos da Coluna*. [...]. Os mapas que tínhamos eram precaríssimos, mas com as informações dos moradores conseguíamos fazer um mapa mais detalhado... não apenas com as estradas principais, mas com as vicinais..., as estradas ligando um povoado a outro, uma fazenda a outra fazenda. E isso nos salvou muitas vezes, porque conhecíamos caminhos que as forças que nos perseguiam não conheciam (Prestes, Anita, 1991, p. 136).

Além da notoriedade que o movimento começava a conquistar com o Cerco de São Luís, em 3 de janeiro de 1925 iniciava o conflito que rendeu novos prestígios à Coluna e levou o nome de ‘Combate da Ramada’. Para vingar a morte do tenente coronel Júlio Rafael Aragão Bozano, comandante de tropa governista, foi formado um destacamento em Rincão da Ramada para atacar a Coluna. Apesar de resultar em muitas mortes, os rebeldes foram vitoriosos, conseguindo adentrar as fronteiras de Santa Catarina, nesse combate utilizaram as estratégias da ‘guerra de movimento’ e a manobra de flanco: enquanto um grupo ameaçava em movimento os inimigos do lado esquerdo, outro grupo atacava na retaguarda (Prestes, Anita, 1991).

Embora tenha resistido a muitos ataques legalistas, no final de janeiro de 1925, a Coluna perdeu muitos integrantes, entre eles o tenente Mário Portela Fagundes que atuou na sua formação. Na perspectiva de encontrar os paulistas no oeste paranaense, combatendo em Campos Novos, no estado de Santa Catarina, os revolucionários do sul chegaram à Colônia Militar do Alto Uruguai. Prosseguindo em marcha, ao transporem o Rio Pardo, o destacamento de Prestes, descoberto pela tropa do 6º Corpo Auxiliar da Brigada Militar Gaúcha, foi acometido em 27 de janeiro de 1925, em ataque violento, quando Mário Portela Fagundes e outros oficiais foram mortos, havendo também morte por afogamento. Na travessia do norte do Rio Grande do Sul rumo ao Paraná, muitos soldados abandonaram a Coluna (Prestes, Anita, 1991).

Na noite de 24 de março de 1925, conforme destaca Brum (1994, p. 42) ocorreu “[...] ‘o fiasco governista de Maria Preta’ [...]” como passou para a história, vindo a constituir uma manobra genial de Luiz Carlos Prestes em Santa Catarina. Percorrendo em direção ao norte desse estado para alcançar os paulistas no Paraná, a Coluna foi perseguida por duas tropas governistas, uma delas comandada pelo coronel Claudino Nunes Pereira e a outra, por

Firmino Paim Filho, ocasionando o episódio de Maria Preta, nome do lugarejo ao sul da cidade de Barracão, no estado de Santa Catarina, atualmente Dionísio Cerqueira³⁰, onde o fato se passou. Lima (1979, p. 106) destaca a “[...] ‘Fulgurante defesa de Maria Preta’ [...]” em que o tenente Osvaldo Cordeiro de Farias com setenta rebeldes venceu mais de dois mil legalistas de Claudino Nunes, que, para barrar o avanço da tropa inimiga, deixou logo o local, integrando-se ao grosso da Coluna. Naquele lugar, as duas tropas legalistas se chocaram acreditando estar combatendo o inimigo, somente compreendendo o fato, que resultou cerca de 200 mortes no dia seguinte, de acordo com pesquisas de Meirelles (1995). Os corpos foram sepultados em cemitérios clandestinos nas regiões da batalha (Figura 10), sinalizados com cruzes de madeira (Weizenmann, 2011).

Figura 10 – Cemitério de Separação



Fonte: Weizenmann (2011).

Na obra ‘Coluna Prestes: o avesso da Lenda’, 70 anos após a epopeia da Coluna Prestes, Brum (1994) registrou o depoimento de um de seus entrevistados. ‘João Ovieda Farias’ fala sobre o ocorrido, “[...] o lugar ficou sendo Separação, para lembrar as tropas do mesmo lado que se separaram” (Brum, 1994, p. 43).

³⁰ Em 1916 foi resolvida a questão de limites que havia entre os estados do Paraná e Santa Catarina com a celebração de um acordo entre os dois estados, em que Barracão foi dividido em dois, separados apenas por uma linha seca ficando uma parte no Paraná com o nome de Barracão e outra em Santa Catarina denominada Dionísio Cerqueira, em homenagem ao seu fundador (Barracão, [2017]).

Os revolucionários que se retiraram de São Paulo pela Revolução de 5 de julho de 1924 e se instalaram no Paraná, na extensão de Guaíra à Foz do Iguaçu com 3.000 homens, travaram acirrados combates com as forças legalistas chefiadas pelo general Rondon. Entrincheirados em Catanduvas por mais de quatro meses, passaram por misérias e provações enquanto aguardavam as tropas gaúchas comandadas por Luiz Carlos Prestes na expectativa de conseguir mudar a situação (Sodré, 1980). Em final do mês de março de 1925, parcela significativa dos revolucionários renderam-se às forças legalistas, alguns foram enviados para Clevelândia do Norte, localidade do atual estado do Amapá, outros para presídios do Rio de Janeiro e Ilha da Trindade no estado do Espírito Santo e outros tiveram que se retirar da linha defensiva da Serra do Medeiros em direção ao Rio Paraná (Prestes, Anita, 1991).

Integrados em uma só Coluna, no acantonamento de Santa Helena, no estado do Paraná, em abril de 1925, os rebeldes precisaram romper o cerco das forças governistas que os comprimia contra a fronteira de Mato Grosso, transpondo o rio Paraná, passando por Porto Adela no Paraguai e Serra do Maracaju em Mato Grosso do Sul, ocupando o que é atualmente a cidade de Dourados (Sodré, 1980). Fato que surpreendeu o comando militar legalista que não acreditava na possibilidade de os rebeldes atravessarem o intransponível Rio Paraná (Prestes, Anita, 1991).

O combate da Fazenda Zeca Lopes foi um dos mais sangrentos de toda a marcha, ocorreu em 30 de junho de 1925, na região de Perolândia, no sudoeste do estado de Goiás, conforme registrado pelo Cruzeiro em homenagem aos mortos, na figura 11. O conflito ocorreu após o combate nas cabeceiras do Rio Apa, em Mato Grosso do Sul, quando a tropa do major Bertoldo Klinger perseguiu os rebeldes em cumprimento da missão de atacá-los desde o momento em que eles cruzaram a estrada de ferro 'Noroeste do Brasil', com destino a Goiás (Prestes, Anita, 1991).

As tropas da Coluna acometidas numa região ao sul da fazenda Zeca Lopes, sem água e entre morros, enfrentaram com a guerra de posição o inimigo comandado por Bertoldo Klinger com caminhões dotados de metralhadoras, o que resultou em um elevado número de mortos e feridos das duas partes. Para evitar maiores perdas, o comando da Coluna retirou as tropas do local, no sentido da cidade de Rio Bonito, a oeste de Anápolis. As tropas de Klinger seguiram na estrada de automóvel rumo à Anápolis. A batalha serviu como advertência aos revolucionários para que jamais abandonassem a guerra de movimento como estratégia para garantir vitória (Gomes; Montenegro, 2010; Prestes, Anita, 1991).

Figura 11 - Cruzeiro em homenagem aos mortos na Fazenda Zeca Lopes no município de Perolândia, Goiás



Fonte: Rosa (2021).

Em outubro de 1925, passando pelo norte de Goiás, cidade de Porto Nacional, atualmente no estado de Tocantins, a Coluna pôs em liberdade um prisioneiro negro, magro, de idade avançada, acorrentado na cadeia pública, acusado de prática de homicídio, que mesmo absolvido pelo júri foi condenado a trinta anos de prisão por um juiz embriagado ao lavrar a sentença, não tendo seu advogado recorrido da decisão. Assim, como essa prática de justiça, várias outras aconteceram por onde passava a Coluna, libertando indivíduos encarcerados, vítimas de perseguições ou por não terem seus processos concluídos pela morosidade da justiça (Lima, 1979).

No estado de Goiás, instrumentos como troncos, correntes, gargalheiras e palmatórias eram comuns nas cadeias, sendo destruídos na passagem da Coluna pelo local, assim como as palmatórias das escolas públicas. A Lourenço Moreira Lima, como advogado, eram destinados para avaliação e definição os casos de ações possessórias em que na maioria das vezes tiveram os autos destruídos por motivo de improbidade dos juízes locais. Algumas ações nas localidades por onde passava a Coluna, como destruição de linhas telegráficas, pontes e outras instalações, eram praticadas exclusivamente por necessidade da luta (Lima, 1979).

Entrando no estado do Maranhão, em novembro de 1925, em que grande parte da população era simpatizante aos rebeldes e contrária à política de governo, conforme Anita Prestes (1991), Carolina foi a primeira cidade do estado que a Coluna penetrou. Os revolucionários participaram de atividades cívicas na região, com hasteamento de bandeira, execução do hino de Olavo Bilac, missa pela alma do capitão Joaquim Távora, morto em combate, e discursos proferidos pelo coronel Juarez Távora e capitão Lourenço Moreira Lima, que na ocasião, mandaram queimar livros e listas de cobrança de impostos, protestando contra as extorsões oligárquicas recaídas sobre a população (Lima, 1979).

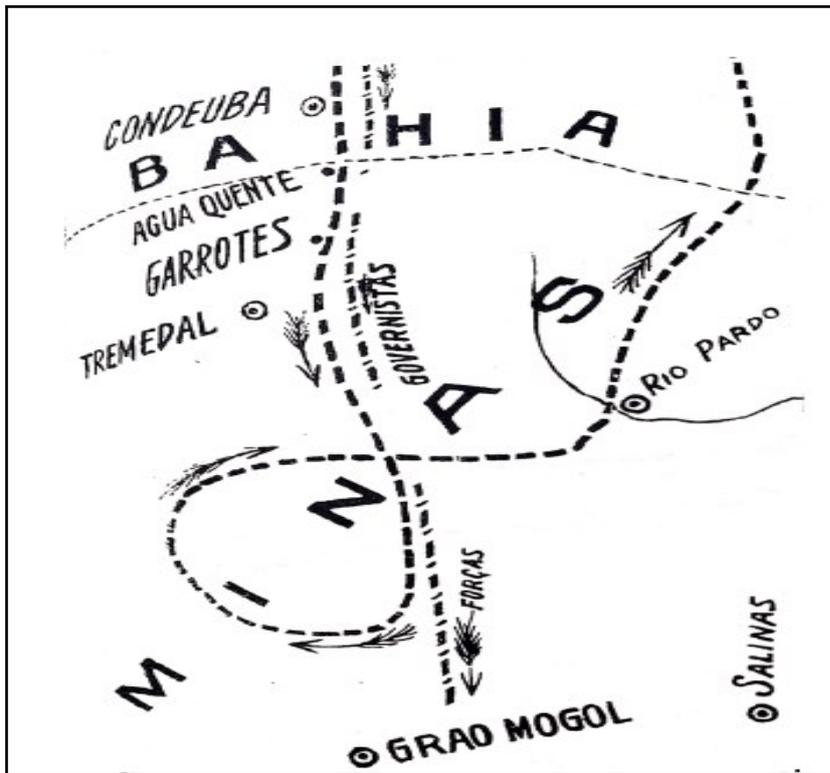
Segundo Lima (1979), os únicos estados brasileiros que contribuíram com o aumento das forças revolucionárias durante a marcha foram Maranhão e Piauí, onde foram realizados movimentos de caráter popular em favor da Coluna. Em entrevista à Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida, Luiz Carlos Prestes relatou o ‘combate que não houve’. Esse combate abarcava os dois estados, em que as tropas governistas sob o comando de Gaioso e Almendra, este último, chefe de polícia do Piauí, aguardavam os rebeldes na cidade de Benedito Leite, no estado do Maranhão, na convergência do Rio das Balsas com o Parnaíba, de frente a Uruçuí, no estado do Piauí. Devido ao episódio de um tiroteio entre as tropas rivais, porém com indícios de recuo, a Coluna deixou o local, e os legalistas fizeram uma trincheira ligando os dois rios, gastando toda a munição em um tiroteio nas sombras, o que levou o combate de Uruçuí a entrar para a história (Prestes, Anita, 1991). A única capital de estado atacada pela Coluna foi Teresina, em um cerco resultante de planos das forças legalistas que atraíram os rebeldes à cidade para posteriormente recuperá-la. Usando a guerra de movimento em contraste com a guerra de posição dos legalistas, a Coluna conseguiu deixar Teresina, sem ser perseguida (Forjaz, 1977; Prestes, Anita, 1991).

Em meados de abril de 1926, com a Coluna Prestes posicionada na região de Montes Claros, Minas Gerais, cercada por tropas governistas de todos os lados que a impedia de chegar ao Rio de Janeiro, Luiz Carlos Prestes praticou a manobra do ‘laço húngaro’³¹ (Figura 12). Em vez de seguir pelas terras mineiras rumo a Riachão, no norte do estado, os rebeldes esconderam-se atrás de morros da região, aguardando a passagem da coluna inimiga. E em seguida, fizeram um retorno em marcha rápida para o interior da Bahia, na forma de uma extensa curva até atingir o caminho percorrido antes. O que resultou na operação militar conhecida por ‘laço húngaro’ ou ‘oito de contas’, que se fechava em Lençóis na Bahia. Não

³¹ “O trajeto percorrido se assemelhava ao ornamento vistoso e dourado, em forma de laço, costurado nos ombros da túnica do uniforme do Exército, cujo nome é ‘laço húngaro’” (Gomes; Montenegro, 2010, p. 52).

sendo possível atravessar o rio São Francisco por estar muito cheio, a Coluna dirigiu-se para dentro do estado, passando por várias cidades até retornar ao estado de Pernambuco (Gomes; Montenegro, 2010). Em junho de 1926, conforme Sodré (1980), a Coluna repetiu a manobra do laço húngaro a partir de Lavras Diamantinas, na Bahia, com a perspectiva de desviarem-se de forças irregulares do latifúndio que a perseguiram no local, perfazendo uma curva de 245 léguas de marcha.

Figura 12 – Laço húngaro



Fonte: Dias (1928 *apud* Forjaz, 1977, p. 107).

Outros episódios semelhantes ao de Maria Preta, já relatado anteriormente, ocorreram no início de outubro de 1926. Um deles ocorreu nas proximidades de Anápolis, Goiás, quando duas tropas legalistas, provenientes de lugares diversos se chocaram, uma delas foi o 6º Batalhão da Polícia de São Paulo, e a outra formada por jagunços de Horácio de Mattos, um dos coronéis que serviam ao governo na perseguição à Coluna Prestes, ocasionando muitas perdas e 400 feridos. E outro episódio foi nas imediações do rio dos Bois, Goiás, em que tropas paulistas chocaram com o 6º Batalhão de Caçadores do Exército, enquanto a Coluna se livrava mais uma vez das tropas legalistas (Lima, 1979; Prestes, Anita, 1991).

Em 22 de outubro de 1926, com a reunião de Coxim, atualmente no estado de Mato Grosso do Sul, decidiram consultar o marechal Isidoro sobre o destino da marcha, uma vez

que na época, a Coluna integrava menos de 600 pessoas. Foi definida uma comissão para a operação e uma outra para escoltá-la a cargo de Siqueira Campos, que reincorporou à Coluna em 30 de dezembro daquele ano, tendo perdido a metade dos combatentes e contraído outros. Em 8 de janeiro de 1927, transpuseram o rio Paraguai, em seguida, o Pantanal, o rio Sepotuba, o rio Jauru e, em 3 de fevereiro, chegaram à Bolívia com 620 homens quase todos descalços, sem montaria, maltrapilhos, 90 fuzis, quatro metralhadoras, cerca de 8.000 tiros (Lima, 1979; Sodré, 1980) (Figura 13).

Figura 13 – Combatentes da Coluna Prestes na Bolívia



Fonte: Bertolino e Xavier (2015, p. 67).

Terminado o relato sobre êxitos e fracassos da Coluna Prestes, cabe aqui uma observação referente à representação da imagem mostrada abaixo, possivelmente no final da Coluna (Figura 14). Além de materializar a descrição dos rebeldes, com a figura de um homem magro, descalço, usando farda rasgada, portando um fuzil nas mãos, neste caso, negro, nos remete à escravidão, cuja data da abolição estava próxima ao término da Coluna, levando a lembrar o aparente abolicionismo do Exército que tendia a ser enganoso.

Figura 14 – Soldado da Coluna Prestes



Fonte: Coluna [...] [1924-1927].

Nota: acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926098/mss926098.jpg

O abolicionismo, para os militares, em lugar de ser uma dívida social, apresentava-se como mecanismo de ingresso na política nacional. Entendiam que sem escravos, os fazendeiros perderiam o principal fator de produção, o capital nele investido, a condição de continuar produzindo, e sobretudo o prestígio no governo, cedendo-lhes espaço (Soares, 2020).

Molina (2015, p. 228) revela uma matéria anônima publicada após a Guerra do Paraguai no Diário do Rio de Janeiro, em maio de 1871, recriminando a escravidão no Brasil até aquela data, enaltecendo a participação de ex-escravos na Guerra do Paraguai (1864-1870), já fazendo menção ao conteúdo da lei do Ventre Livre que teria sido aprovada em 28 de setembro daquele ano.

[...] legaremos a nossos filhos a miséria e a vergonha de possuir o Brasil, ainda em 1871, brasileiros escravos. Tem-se por demais discutido a emancipação dos escravos; cumpre redigir o *ultimatum*, e este deve correr por conta da espada [...]. O militar é gente da verdade *in re*, já teve ocasião de avaliar os nossos patrícios

libertos na Guerra do Paraguai; ao soldado, pois, (melhor do que os senhores), que conhece o ex-escravo na defesa da própria vida e na desafronta da pátria ultrajada, ao soldado, dizemos, compete a ação da emancipação do brasileiro escravo! [...] Sejam todos os escravos nascidos no Brasil, do dia 7 de **Setembro** de 1871 em diante, acompanhados das mães, entregues nas colônias militares e arsenais da Marinha e da Guerra, onde deverá haver estabelecimentos de criação e de educação para eles, até se acharem em estado de prestar serviços, quer nas armas, quer nas artes respectivas, quer nas colônias de agricultura, privativas do militar. Nada de ficarem os nascidos em poder dos protetores (ex-senhores). Morrerão todos. Nada de se conservarem escravas as mães dos novos cidadãos. É tirania. [...] Assina: a Espada (Franquezas [...], 1871, p.1, grifo nosso, grafia original).

Conforme Soares (2020), o recrutamento de libertos para o conflito no Prata era reembolsado, ainda presumia a autoria do texto acima não ser de oficial isolado, muito menos de figura militar secundária. Pois, se assim fosse, essa figura estaria perseguida pela hierarquia militar e a matéria nem seria divulgada em um jornal ultraconservador como foi.

Embora a referida matéria na imagem original (Figura 15) pudesse reforçar a reparação ao cativo, era de interesse das Forças Armadas que os aliciamentos trouxessem prestígio às corporações, e a participação de libertos ou de elementos das classes populares não promoveriam atratividade à instituição, conforme considera Soares (2020), o que explicava o apoio calculista à abolição por grupos de militares.

Figura 15 – Recorte do Diário do Rio de Janeiro – 15 de maio de 1871



Fonte: Franquezas [...] (1871, p.1).

Nota: acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/094170/per094170_1871_00133.pdf

Em outra circunstância, ainda que haja estudos evidenciando o apoio do Exército brasileiro do século XIX à abolição da escravatura, tal atitude é questionável para Kraay (1996), que aborda o impedimento de alistamento de escravos pela tradição ocidental identificando o seguimento militar com a cidadania, duplo direito negado aos escravos, mesmo não havendo lei que garantisse a exclusão. Embora o citado autor admita que muitos oficiais tenham feito campanhas contra a escravidão, revela a conduta contraditória da instituição frente aos escravos fugitivos que se alistavam sem o protesto de seus oficiais. Esta contradição se evidencia nas políticas de baixa e devolução dos escravos aos seus senhores, que apresentavam provas de propriedade, ignorando assim o desejo de liberdade manifestado pelos escravos. Similarmente, Magalhães Junior (1957 *apud* Sodré, 2010, p. 202) reproduz a fala do político da época Domingos Andrade Figueira “Se hoje se prega a disciplina, querendo fazer crer ao soldado que não deve cumprir a ordem para prender escravos fugidos, amanhã será difícil fazê-lo compreender o dever de defender a pátria e combater o inimigo”.

2.6 Força do movimento e percepção das populações

A Coluna Prestes, marchando pelo interior do Brasil, levando esperança de moralização do comando do país, alterou significativamente a situação política do Brasil de acordo com Sodré (1980). Embora, seus êxitos em combates vitoriosos com forças legalistas tenham sido encobertos ou deturpados pelo governo, as notícias dos feitos guerreiros eram espalhadas amplamente. A seguir, explicitaremos fatos que ilustram o impacto do movimento e sua percepção pelas populações.

Para Sodré (1980), a repercussão da Coluna nas camadas populares não foi devidamente considerada nas descrições históricas. As atitudes dos componentes da marcha repercutiram não só pela ação armada, contudo pela afirmação de seus ideais, tendo por bandeira a libertação do país da dominação da oligarquia política. Para Silva (1971, p. 23), o conteúdo social da Coluna superava o lado guerreiro e a significação política, quando menciona que saía de Foz do Iguaçu “[...] a Coluna lendária para a Grande Marcha, enorme não somente na extensão, mas imensa em seu significado”.

Além de formar o soldado idealizador de liberdade, conforme Anita Prestes (1991), a Coluna capacitou líderes que influenciaram decisivamente na Revolução de 1930 e juntas levaram o país a importantes transformações. O prestígio alcançado, nas populações urbanas pelas realizações da Coluna, foi fundamental na colaboração dos tenentes com as forças oposicionistas de Getúlio Vargas, na articulação de um novo projeto de governo para as

eleições de 1930. Mesmo com a derrota da chapa Aliança liberal, atingiu-se a vitória no movimento de outubro daquele ano.

O comando da Coluna considerava de grande importância o tratamento adequado dos soldados dispensado à população dos lugares por onde passavam e, qualquer abuso, era punido com rigidez. A obtenção de produtos necessários para manutenção da tropa era mediante recibos assinados pelos comandantes, estes assumiam o compromisso de indenizar os fornecedores na vitória da revolução, não sendo permitidos saques ou atentados contra a propriedade privada. Tal comportamento propiciava um bom entendimento dos revolucionários com grande parte das populações com as quais relacionavam, apesar de algumas pessoas fugirem ou esconderem animais ou mercadorias que possuíam (Prestes, Anita, 1991).

De acordo com Lima (1979), os representantes governistas difundiam uma imagem negativa dos revolucionários, amedrontando as populações interioranas que fugiam ou escondiam quando tinham notícia da aproximação da Coluna. Essa impressão da Coluna era desfeita após o primeiro contato, inclusive seus integrantes eram recebidos com simpatia em nova passagem pelo mesmo local. Pelas suas façanhas e heroísmo, a Coluna ensejava a criação de lendas que eram propagadas por todo o Brasil. Sobre a munição usada pelos revolucionários corria a lenda que possuíam uma máquina portátil de fabricar balas.

Em Porto Nacional³², o povo queria ver a ‘princesa Isabel’, uma mulher que realmente tinha este nome e que viajava com a Coluna. Em Goiás, diziam que um padre de Pontezinha aconselhava os fiéis a auxiliarem a Coluna para serem recompensados depois de quatro anos. Moradores da barranca de um rio, em Goiás, diziam que os integrantes da Coluna atravessavam os rios sem utilizar embarcações. Era popular a crença de que os revolucionários só comiam as partes dianteiras do gado para andarem mais depressa e que Prestes era adivinho e, por isso, a Coluna nunca era batida. No Maranhão, os sertanejos acreditavam que os soldados da Coluna não morriam mesmo atingidos por armas de fogo, porque uma feiticeira fechava seus corpos contra balas (Lima, 1979; Sodré, 1980).

No Nordeste, governo significava impostos excessivos, serviço militar obrigatório e repressão policial e o povo não acreditava que fosse possível derrubar Artur Bernardes, por isso as adesões à Coluna, de maneira geral, foram escassas. No Maranhão, a Coluna foi recebida com camaradagem, sendo os revolucionários acolhidos como amigos, reforçando as tropas com novos voluntários. Na passagem pelas fazendas, as famílias iam para as estradas

³² Fotografia de Luiz Carlos Prestes e demais comandantes da Coluna Prestes, em Porto Nacional (GO), outubro de 1925 demonstrada na Figura 6 do Anexo A.

ver a Coluna, apoiando, encorajando, manifestando especial atenção aos doentes e feridos (Prestes, Anita, 1991).

De acordo com Lima (1979), na longa marcha pelo Brasil, apenas nos estados do Maranhão e Piauí houve movimentos sérios em favor da Coluna, aumentando suas tropas. No restante do país, os revolucionários não conseguiram impelir as populações para a conquista da liberdade, o que estimulou Isidoro ordenar a retirada, desacreditando da revolução nacional, conforme Silva (1971). Os elementos incorporados à Coluna no Maranhão desejavam que ela se estabelecesse e resistisse no estado, o que contrariava a estratégia dos revolucionários que não se interessavam em criar uma base de resistência.

Entre os meses de agosto e setembro de 1926, o capitão Pedro Dias de Campos da polícia de São Paulo, ao ser convocado com uma tropa de quatro mil homens para combater a Coluna no norte de Goiás, teve seu plano fracassado. Nesse episódio, a Coluna prosseguia para o estado de Mato Grosso na intenção de manter contato com o general Isidoro. Os revolucionários conseguiram ludibriar o capitão e sua tropa, descobrindo suas táticas de perseguição através das potreadas (Anita Prestes, 1991). O acontecimento foi registrado no Boletim nº 195 da Força Pública do Estado de São Paulo, datado de 22 de agosto de 1926 e publicado no jornal 'O Combate' conforme recorte a seguir:

Os rebeldes desviam-se de todos os pontos onde há tropas nossas e se forem informados da existência de tropas importantes em Goiás, eles mudarão o itinerário. Assim cairá no vazio mais um golpe preparado contra eles. Por seus agentes, ou por pessoas interessadas em informá-los, eles estão constantemente ao corrente das forças que mais lhes possam ameaçar, desviando-se com facilidade, aproveitando de todas as circunstâncias e de vários ardis (Em Goyaz [...], 1926, p. 1).

Embora, com a censura da imprensa e propagação negativa por parte do governo, a Coluna, ainda assim, conquistou a admiração das populações urbanas. Graças às suas convicções e características de durabilidade e invencibilidade, revelando-se em expressão máxima de rebeldia, em que cada vitória alcançada, era reconhecida com simpatia (Prestes, Anita, 1991).

Além de seus méritos, de acordo com Anita Prestes (1991), a Coluna foi o único movimento rebelde no país que foi idealizado, organizado e dirigido por militares profissionais, oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo, o que lhe assegurava o ineditismo nas lutas populares no Brasil. No campo, havia um misto de medo e admiração pelos revolucionários, porém no decorrer dos acontecimentos, em muitos lugares, o movimento foi visto como perspectiva de tempos melhores, além da aversão das pessoas do campo pelo governo e simpatia a quem estivesse contra ele.

A impressão e o impacto causado nas populações pela Coluna eram registrados em versos, trovas, cordéis, lendas e romances. Podemos citar ‘Memórias do Cárcere’ de Graciliano Ramos e ‘O Cavaleiro da Esperança’ de Jorge Amado, além de o movimento inspirar poetas como Raul Bopp, Pablo Neruda³³, entre outros.

De acordo com Sodré (1985), não teve na história outro movimento que se equiparasse à Coluna Prestes. Como pode ser confirmado na citação seguinte: “[...] a sua marcha foi mais longa do que a de Aníbal e do que a dos revolucionários chineses de Mao Tse Tung – [...] levou a bandeira da rebeldia a recantos do Brasil que desconheciam os mais elementares direitos da cidadania [...]” (Sodré, 1985, p. 32).

Embora duramente combatidos pelas forças governistas e difamados por grande parte da imprensa favorável ao governo, quando depuseram suas armas na Bolívia, os integrantes da Coluna desfrutavam de grande prestígio ainda com a censura dos jornais simpatizantes ao movimento (Prestes, Anita, 1991). Em sua pesquisa para compreensão deste fato, Teixeira (2018) analisou o papel da imprensa naquele processo, revelando que com o objetivo de atacar o movimento tenentista, o jornal ‘O Paiz’, principalmente, fortalecia a imagem positiva da Coluna. A depreciação, que estabelecia marketing negativo da Coluna, repercutia justamente o que não era possível pelo jornal oposicionista ‘Correio da Manhã’. As falsas notícias de derrotas da Coluna publicadas pelo jornal governista eram desmentidas por novas informações de fuga dos rebeldes e de novos combates.

Para contrapor os ataques da imprensa oficial que vinculava a Coluna Prestes ao cangaço do Nordeste, disseminando que os revolucionários estavam sendo escoltados pelo bando de Lampião, igualando as ações da Coluna aos atos cometidos pelo cangaceiro, Assis Chateaubriand³⁴ publicou na capa de um dos seus veículos de comunicação ‘O Jornal’ a contestação:

O ministro da Justiça, que tanto se preocupa em censurar, não devia permitir a ignomínia dessa comparação. Lampião é bandido, um salteador vulgar, um **miserável** que assassina para roubar, um degenerado que se fez cangaceiro a fim de dilapidar os bens e tirar a vida de seus semelhantes. O capitão Prestes é um revolucionário, e, enquanto não for julgado por um juiz civil ou um **concelho** de guerra, faz parte do Exército brasileiro. O *raid* do capitão Prestes valerá pela tenacidade e pelo arrojo do soldado-menino de 26 anos, bravo, ardente, pugnaz, como decerto o Brasil não tinha visto nada comparável. (Chateaubriand, 1925^{apud} Matos, 2004, p. 187, grifos nossos, grafia da época).

³³ Foto de Pablo Neruda, Luiz Carlos Prestes e Jorge Amado demonstrada na Figura 7 do Anexo A.

³⁴ Empresário influente na área da comunicação no Brasil, construiu o conglomerado Diários Associados, composto de jornais, emissoras de rádio, estações de TV, revistas e editora. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal à presidência da República em 1930. Na derrota da Aliança Liberal contribuiu com a revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder (Ferreira, 2009).

A matéria acima tem um significado expressivo considerando a magnitude da posição de Chateaubriand na comunicação no Brasil e no mundo, na medida em que repudia a correlação da Coluna Prestes com o cangaceiro Lampião. O reconhecimento que Chateaubriand faz de Luiz Carlos Prestes certamente teve substancial repercussão, numa época em que o jornal era veículo singular de informação no país e muitas pessoas tomavam conhecimento das notícias na própria banca. Com essa fala, Chateaubriand desaprovava a anuência do ministro da Justiça na equiparação de um bandido, assassino, com um revolucionário, arrojado, bravo; o Brasil ainda não havia presenciado nada comparável, ao mesmo tempo que condena o comportamento das autoridades do país, na pessoa do ministro da justiça, permitindo que elemento da classe trabalhadora fosse censurado por almejar transformar a sociedade.

A partir da defesa que Chateaubriand faz de Prestes, ele acaba por defender um novo modelo de país, defende a criatividade, o arrojo, a ação, a possibilidade de mudança. O impacto da matéria traz a necessidade de um aperfeiçoamento das estruturas do Estado e, isso somente seria possível, a partir de características inerentes à personalidade de Luiz Carlos Prestes que o jornalista elencou. Chateaubriand entendeu que o país precisava de um movimento como a Coluna e de uma figura revolucionária como Prestes e, que a intenção do capitão não era fazer luta de classes, acabar com a propriedade privada e nem destruir o Estado na estrutura, como era informado. Naquele momento, Prestes propunha fortalecer o nacionalismo, a estrutura de poder dos militares para que pudessem intervir na sociedade a fim de garantir melhores condições de vida para a população. Chateaubriand anteviu que Prestes queria modernizar o país e isso era a palavra de ordem do comunicador, que se apropriava da figura de Prestes ao mesmo tempo em que divulgava a Coluna. De acordo com Morais (1997), Chateaubriand não somente apoiou a revolta de São Paulo e manifestou-se publicamente a favor dos paulistas, bem como, teve seu jornal como pioneiro na divulgação de entrevistas com os chefes rebeldes referentes às façanhas da Coluna contra as forças legalistas, notícias que até então somente eram veiculadas em panfletos políticos.

Na obstinação de criar uma cadeia de veículos de comunicação e de prosperar cada vez mais na atividade, Chateaubriand investia em novas técnicas, em publicidades pagas e contratações que pudessem prestigiar e modernizar cada vez mais o 'O Jornal'. Persuadido pela novidade e transformação, Chateaubriand adotou um nacionalismo representado pela Coluna Prestes a ser comunicado pelo seu jornal, tendo Luiz Carlos Prestes como símbolo desse nacionalismo. Assim, de acordo com Morais (1997), o general Nestor Sezefredo dos Passos, sob o pseudônimo de 'General Z', foi contratado pelo 'O Jornal' para a produção de

artigos de análises da Coluna no ponto de vista militar. Rafael Correa de Oliveira, primo de Chateaubriand e outros repórteres de ‘O Jornal’, como Azevedo do Amaral e Luís do Amaral, acompanhavam a marcha da Coluna pelo país publicando séries com relatos das proezas dos revolucionários perseguidos pelas tropas de Bernardes, desafeto de Chateaubriand³⁵.

Chateaubriand criou em ‘O Jornal’ uma campanha de coleta financeira junto aos leitores em favorecimento dos rebeldes, exemplo que foi seguido por Irineu Marinho, em ‘A Noite’ e por Edmundo Bittencourt no ‘Correio da Manhã’, gesto registrado por Lourenço Moreira Lima no diário oficial da Coluna Prestes, em que se pode verificar o apoio da população à causa da Coluna:

O dr. Luís Amaral, representante d’O Jornal, nos levou a primeira importância adquirida pela grande subscrição nacional feita para nos socorrer – auxílio esse que recebemos com o maior prazer, porque foi uma manifestação inequívoca de que o povo brasileiro aplaudia a campanha que empreendêramos na defesa de suas liberdades mais caras. [...] Conosco já estivera o dr. Correa de Oliveira, também representante d’O Jornal, a quem se devem as fotografias tiradas da Coluna [...] (Morais, 1997, p. 151).

Com o término do governo de Artur Bernardes em 1926, posse de Washington Luís em fevereiro de 1927 e fim do estado de sítio, com a Coluna Prestes nas selvas bolivianas, Chateaubriand divulgou em seus noticiários ‘O Jornal’ e o ‘Diário da Noite’ uma nova campanha ‘movimento cívico’ pela concessão de anistia aos combatentes da Coluna, e outra campanha de coleta financeira para manutenção dos combatentes e seus familiares no exílio. Na entrega da contribuição arrecadada, Prestes disponibilizou ao repórter Luiz Amaral páginas de diários e gráficos da Coluna autorizando a publicação, como ocorreu na série intitulada ‘Ouvindo e falando a Luiz Carlos Prestes, o *condottiere* fascinante da Coluna’ que explodiu nos jornais de Chateaubriand. Prestes ainda doou exemplares do boletim oficial da

³⁵ Hostilidade desenvolvida a partir da negativa de Chateaubriand como redator chefe do Jornal do Brasil ao diretor-tesoureiro em apoiar Artur Bernardes na sua candidatura à Presidência da República que inclusive lhe traria um aumento substancial de salário, tendo Chateaubriand retornado em novembro de 1919 de sua viagem à Europa a serviço do Jornal Correio da Manhã para entrevistar os vencidos da Primeira Guerra. Na busca de realizar o sonho em ser dono de um jornal, Chateaubriand se empenhava em amealhar suas rendas e ampliar o rol de amigos influentes trabalhando na área do direito e jornalismo, até que foi convidado para trabalhar como advogado nas empresas do industrial americano Percival Farquhar. O industrial que tencionava explorar a jazida de minério de ferro da região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais foi combatido por uma campanha de nacionalistas contra a concessão para grupo estrangeiro tendo como um dos mais destacados o candidato à Presidência da República, Artur Bernardes. Ainda com muitas argumentações de Chateaubriand ao novo Presidente e publicação de notícia fraudada, Bernardes continuou irredutível até que apresentou uma proposta extorsiva, assinando o contrato que não foi registrado pelo Tribunal de Contas da União por alegação de descumprimento da legislação brasileira. Em três tentativas de realizar o sonho de ter o seu próprio jornal como ‘A noite’, ‘Jornal do Brasil’ e ‘Jornal do Commercio’ impedido pelo Presidente Artur Bernardes, Chateaubriand conseguiu comprar ‘O Jornal’ acreditando que a negociação não fosse do conhecimento do Presidente Artur Bernardes, em que estava equivocado (Morais, 1997).

Coluna ‘O Libertador’, em que alguns foram repassados ao jornal “O Globo” e outros rifados pelo “O Jornal” a cinco-mil réis o bilhete. Os nomes dos compradores das rifas eram publicados diariamente, embora muitos preferissem o anonimato. As duas campanhas eram reforçadas por artigos publicados quase que diariamente na primeira página, assinados pelo dono do jornal. Posto que a campanha de fundos tenha sido bem-sucedida, a da anistia não se concretizou no governo de Washington Luís (Morais, 1997).

A persistência da Coluna Prestes marchando pelo Brasil influenciou a deflagração de levantes tenentistas em diversos pontos do país, ainda com a colaboração e a participação de civis. Mesmo que reprimidos, esses movimentos contribuíram para que fosse mantido um clima que levaria à ‘Revolução de 1930’. A experiência e o prestígio dos comandantes do tenentismo favoreceram para que desempenhassem papel relevante na citada revolução, e que chegassem à vitória (Prestes, Anita, 1991).

De acordo com Moraes (1997), as articulações da Revolução de 1930 contavam com os egressos da Coluna, sendo que no Norte a responsabilidade seria de Juarez Távora; no Sul, de João Alberto; em São Paulo, de Siqueira Campos e Djalma Dutra. Luiz Carlos Prestes foi convidado para assumir o comando militar da revolução, que além de não aceitar, encaminhou para publicação nos jornais de Chateaubriand um manifesto em que expunha seu pensamento sobre o Brasil e a revolução da Aliança Liberal.

[...] Prestes esclareceu logo na abertura: aquelas linhas eram dirigidas ‘ao proletariado sofrido das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável de nosso sertão’. A campanha que antecederia as eleições de março nada mais era do que ‘a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas’. Sovada do princípio ao fim, a Aliança Liberal é acusada de silenciar após perseguição política ‘de que foram vítimas as associações proletárias de todo o país’. Até no Rio Grande, terra natal e principal base política de Vargas, o mais ilustre de todos os aliancistas, ‘em plena fase eleitoral foi iniciada a mais dura perseguição aos trabalhadores’. [...] deixa absolutamente claro que com os aliancistas de Vargas não tem ‘conversa: ‘A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral [...] nada resolvem’. Apesar de ter ficado com o dinheiro dos aliancistas, Prestes queria fazer não a revolução deles, mas outra, que levasse a um governo ‘baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros’ (Morais, 1997, p. 217).

Chateaubriand publicou o documento, porém escreveu artigos condenando o manifesto de Prestes.

3 NAÇÃO E NACIONALISMO A PARTIR DA COLUNA PRESTES

*“[...]Acreditar, na esperança de um dia alcançar
A vida sonhada por um cavaleiro
Que inspira o desejo da nossa missão
Partiu, galopando do sul do país
Seguiu, ‘Prestes’ a ganhar todo o Brasil [...]”
(S.B.C.R Imperatriz Dona Leopoldina, 2003-2024).*

3.1 Nação – definição e identificação

Ao avaliar os estudos sobre nações e movimentos nacionalistas, Hobsbawm (2004) observa que grande parte dessa literatura converge justamente no questionamento sobre o que define uma nação. A principal dificuldade está em estabelecer critérios satisfatórios para classificar coletividades humanas como nações, o que resulta em desafios para distingui-las de outras entidades. No entanto, há consenso de que a nação desempenha um papel fundamental tanto na vida social quanto na identidade individual de seus membros. Para Calikevstz e Monastirsky (2018, p. 568), “[...] nação não é somente uma entidade política, ela é algo que produz sentidos aos membros dos grupos, enquanto sistema de representações culturais – é um discurso que cria uma comunidade imaginada”.

De acordo com Meihy (2007), a complexidade de se emitir um consenso teórico incontestado sobre o conceito de nação se deve à sua pluralidade de possibilidades de aplicação, não se admitindo ignorar a relevância desse conceito na tarefa de caracterizar a equivalência de identidade entre as pessoas, independentemente da acepção da ideia de nação e, conseqüentemente, de nacionalismo que se tenha. Para Calikevstz e Monastirsky (2018), identidade nacional consiste na representação social a qual o indivíduo pertence, enquanto membro de uma sociedade que se define segundo suas etnias, afirmando-o como ser social para sentir-se vivo e real.

Para compreensão do impasse referente ao conceito de nação entre os estudiosos do tema, são apresentadas a seguir abordagens de Meihy (2007). Seu esclarecimento nos traz a caracterização de modelos interpretativos elaborados para resolver as variabilidades da questão.

Entre a caracterização dos modelos interpretativos do conceito de nação, pela discussão referente ao período de seu surgimento, originou-se a perspectiva do perenialismo. Os seus adeptos compreendem que as nações sempre existiram, considerando suas origens em épocas imemoriais, podendo esse modelo ser concebido nas formas perenialismo contínuo, em que toda nação possui uma história longa e sucessiva, e perenialismo periódico, em que as

nações, mesmo eternas, estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Para os perenialistas de modo geral a autenticidade de qualquer nação se encontra relacionada com a ancestralidade de sua formação (Meihy, 2007).

Outro modelo interpretativo do conceito de nação é o paradigma na perspectiva do primordialismo que focaliza a concepção orgânica do termo, havendo um tipo desse modelo que entende as nações ausentes do contrato social, sujeitas às leis da natureza. Para justificar a existência de nações, esses primordialistas utilizam as explicações metafísicas. Outro tipo de primordialismo é o que recorre a explicações sociobiológicas³⁶ na busca pela origem das nações através de reproduções genéticas. A última versão do primordialismo legitima a relação entre grupos étnicos e dons culturais da vida social para explicar o conceito de nação. Os autores dessa linha de pensamento defendem que o vínculo primordial consta nas afinidades extraídas de crenças humanas que influenciam o comportamento das pessoas, ao mesmo tempo que reforçam as identidades culturais (Meihy, 2007).

Como as teorias perenialistas e primordialistas do conceito de nação não atendiam a necessidade de refutação ou confirmação da modernidade do termo, tornou-se imperativo revelar o sentido da palavra nação em apropriações políticas de sociedades do século XX. Dessa forma, alguns autores partiram de uma análise modernista da utilização do termo na reconstrução de sua trajetória histórica, para compreensão das raízes semânticas do conceito em épocas distintas. A origem do sentido moderno do conceito de nação está no século XVIII, concebida através de indagações políticas de discussão e classificação de grupos humanos, sem estabelecer critérios para a definição teórica do conceito de nação (Meihy, 2007).

Para Meihy (2007), a dificuldade de se determinar preceitos para a identificação de nação situa-se ainda no fato de confrontar-se com exceções às categorias vigentes em qualquer modelo que se tenha criado para esse fim, conforme Hobsbawm (2004, p. 15) assegura: “[...] os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos [...]”. Hobsbawm (2004) considera a classificação de alguma comunidade como nação, com base em critérios objetivos, suscetível de objeções. Assim, a alternativa para a definição objetiva de nação seria através de uma definição subjetiva que também seria insuficiente no sentido da possibilidade de esquivar-se do objetivismo, como no caso da definição de nação a comunidades em que se adotam idiomas diferentes, e dos critérios utilizados para criar ou recriar uma nação.

³⁶ Termo derivado de ‘sociobiologia’ – Disciplina que fornece um fundamento biológico aos comportamentos sociais de todos os animais, inclusive o homem (Soares, 2009).

De acordo com Meihy (2007), a insuficiência teórica para definição de nação também se deve à impossibilidade de se reduzir à nação um campo único de classificação, considerando as diversas opções que se têm de significar o pertencimento a uma nação. Fundamentado em Hobsbawm (2004, p. 17), “Na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a ‘nacionalidade’ a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados)”.

Hobsbawm (2004) não considera nação como entidade social originária, podendo ser entendida como entidade social apenas quando relacionada ao Estado territorial moderno (Estado-nação) e nesse caso, a discussão nação e nacionalidade somente faz sentido dentro desta relação. “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (Hobsbawm, 2004, p. 19). Tal compreensão se deve ao fato de Hobsbawm considerar a ideia de nação inseparável do conceito de Estado territorialmente definido, sendo essa configuração moderna, o que define e dá forma às nações conforme as entendemos hoje. A nação é uma invenção moderna, ligada ao desenvolvimento do Estado-nação e ao nacionalismo, e não uma característica universal das sociedades humanas. O nacionalismo é um processo que precede a formação das nações e que pode até mesmo criar ou redefinir nações, ou seja, o nacionalismo pode existir e atuar antes que uma nação como entidade social seja consolidada. Tendo em vista a definição de Ferreira (2013, p. 29) sobre Estado-nação “[...] como um tipo de organização política que mantém o monopólio administrativo sobre um território delimitado, [...]”, nessas circunstâncias, a definição conceitual de nação fica limitada à esfera política ao dispor do indivíduo ou grupo que controla o Estado (Meihy, 2007).

Conforme Meihy (2007), ainda com a ascensão do liberalismo no século XIX, persistia a dimensão política no conceito de nação nos padrões modernistas. Além de Hobsbawm, outros autores, assim como Gellner, continuaram a discutir a experiência nacionalista destacando o Estado-nação como o principal elemento caracterizador do conceito de nação na perspectiva modernista, no século XX. Gellner (1991) defendia a ideia de o nacionalismo consistir um princípio político exercido pela unidade nacional em conformidade com a unidade política, tendo o Estado papel fundamental na sua concepção modernista de nação. A defesa do caráter construtivo do Estado-nação por esses dois autores estende-se a Benedict Anderson, definindo nação como uma comunidade política imaginada: “Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 32).

Sobre a análise modernista do conceito de nação, Meihy (2007) anuncia o posicionamento de alguns autores como Balakrishnan (2000), Chatterjee (2000) e Verdery (2000) referente à definição de nação por Anderson (2008) como comunidade imaginada em que cada um, a seu modo, demonstra sinais de críticas ao princípio da fraternidade horizontal de uma comunidade nacional.

Meihy (2007) apresenta a análise etno-simbolista, como uma alternativa possível ao paradigma modernista de modelo teórico, por enfatizar a simbologia e etnicidade na concepção de nação e nacionalismo. Para compreender o etno-simbolismo é necessário verificar suas críticas à concepção modernista de nação, como por exemplo, que o paradigma modernista não reconhece a presença de uma cultura pré-existente e de laços étnicos nas nações modernas. Os modernistas não admitem a construção autêntica de estruturas sociais ao longo de gerações contínuas. Em vez disso, eles vinculam a noção de nação e nacionalismo a modelos estatais burocráticos característicos da modernidade.

O paradigma etno-simbólico valoriza elementos culturais transmitidos ao longo de muitas gerações que influenciam as ações de dirigentes políticos e de elite intelectual na condução de determinado projeto nacional. Além da valorização das questões simbólicas, o etno-simbolismo sugere que a nação seja identificada a partir de seus vínculos históricos e coletivos que moldam a identidade nacional, desprestigiando explicações políticas e econômicas.

A estrutura de uma nação desempenha um papel fundamental na formação e na expressão do seu nacionalismo. Essa estrutura, ao englobar tanto sua organização política quanto a composição étnica, geográfica e socioeconômica, influencia diretamente na maneira de como o nacionalismo se manifesta.

Nas subseções 3.2, 3.3 e 3.4 a seguir, trazemos contribuições de três teóricos do nacionalismo. Isabel Estrada Carvalhais, professora portuguesa da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, membro do Centro de Investigação de Ciência Política de Portugal, deputada no Parlamento Europeu no período entre 2019 e 2024 (Carvalhais, 2019; Sobre [...], [2024]). Hélio Jaguaribe, cujo trabalho se concentrou no estudo da sociedade brasileira, participou da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Foi professor em universidades do Brasil e dos Estados Unidos, e membro da Academia Brasileira de Letras (Pimentel, 2013). Nelson Werneck Sodré, escritor, jornalista, professor e general do Exército brasileiro, desempenhou um papel ativo na história do Brasil, com sua atuação ligada aos

acontecimentos nacionais e internacionais. Foi uma das principais figuras do nacionalismo brasileiro (Barros, 2014).

Por conseguinte, Carvalhais (2019) traz a visão de um mundo centrado na construção de um nacionalismo direto da questão europeia, dada a sua ocupação como deputada do Parlamento Europeu. A Europa se vê como uma grande nação quando se compara com o resto do mundo, como nação e não como continente, de tal maneira que foi criada a zona do euro, união que envolve a coordenação das políticas econômicas e orçamentais, uma política monetária unificada e uma moeda compartilhada.

A União Europeia foi inspirada em um projeto de 1795 do filósofo alemão Immanuel Kant em sua obra 'A paz perpétua'. A abordagem de Kant vai além da solução de conflitos, visa, portanto, superar a naturalização da guerra e da violência como circunstâncias aceitáveis e inevitáveis. Kant questiona a legitimidade da guerra rejeitando qualquer justificativa que possa aprová-la (Nodari, 2022). Os líderes que atuaram na criação da União Europeia partilhavam do ideal de conquistar uma Europa pacífica, unida e próspera, levando ao mundo todo a compreensão de que é uma grande nação.

Contudo, na prática, o sentimento de nacionalismo referente às divisões territoriais na Europa é bastante significativo. As pessoas nascidas em qualquer lugar da Europa se identificam como europeus, diferente de uma pessoa nascida nos Estados Unidos que se identifica como estadunidense, na China, como chinês, ou no Brasil como brasileiro; mas quando se tem uma organização a partir dos países e territórios europeus, seus habitantes vão se identificar como provenientes de determinada localidade, por exemplo, como natural de algum dos países da Europa, assim como um português, um espanhol, entre outros.

No texto de Carvalhais que trata do nacionalismo na Europa, se dá a caracterização de um nacionalismo multiterritorial, mas que possui uma identidade territorial única que é pertencer à Europa. Que é diferente do Brasil, quando diversos estados da federação compõem o país. Quando se fala em nacionalismo brasileiro não se pensa ou diferencia o Sul ou o Norte, se pensa no país. Na Europa, o entendimento de nacionalismo é diferente. Para os nativos daquele continente quando querem se dizer superiores a alguém de qualquer outro continente, se dizem europeus, diferente de quando internamente, na Europa, alguém se quer dizer superior a um indivíduo de qualquer outro país daquele continente, ou dizer que outro país é inferior a partir daquele território que se diz superior.

A ideia de nação do brasileiro é muito maior do que a ideia de sul-americano, normalmente uma pessoa nascida no Brasil, ao se identificar, não diz que é um sul-americano, mas que é um brasileiro. Na Europa, antes de tudo, o indivíduo nascido em qualquer país

daquele continente se diz europeu. A Europa não é uma nação, mas tem a identidade de nação que é uma questão simbólica. O Brasil não tem essa identificação com a América do Sul, a grande maioria dos brasileiros não se comunica em espanhol e não tem nenhuma identificação com qualquer país da América do Sul.

No Brasil, a ideia de nação e nacionalismo é muito forte, porque nós não temos correspondência com outros países. Outro exemplo que se pode observar é o caso de Canadá, em que se tem o nacionalismo inglês e o nacionalismo francês. O nacionalismo canadense existe enquanto dupla, ou seja, o nacionalismo francês não vai estar vinculado ao Canadá, mas vinculado à França e o nacionalismo inglês vai estar vinculado à Inglaterra. Sendo assim, o Canadá enquanto país, enquanto identidade nacional, tem esse rompimento, que de acordo com Lecours e Béland (2023, p. 89) “A natureza binacional do Canadá foi decisiva para a descentralização e para conter as tentativas de recentralização. O nacionalismo no Quebec mostrou que existe uma forte barreira contra a centralização”.

Outra dificuldade que se tem quanto à ideia de nação, está na Bolívia, que se trata de uma multinação, ou seja, a Bolívia é composta de várias nações. Isso é muito expressivo por garantir o direito de sobrevivência e de vida plena de todos os povos e nações que existem na Bolívia. O país possui muitas etnias indígenas e diversos idiomas, além do espanhol, todas as línguas das nações e de povos indígenas originalmente camponeses do país são reconhecidas como oficiais (Bolívia, 2009).

Quanto ao nacionalismo brasileiro, a perspectiva delineada pelos teóricos Sodré e Jaguaribe retrata o Brasil como uma entidade vasta e significativa. Além de ser permeada por uma escrita apaixonada e engajada com a identidade nacional.

3.2 Nacionalismo – do conceito à emergência de novas formas

O propósito de conhecer o nacionalismo, assim como compreender sua evolução à luz das ciências sociais, na concepção de Carvalhais (2019), é complexo, segundo a autora não há uma definição ou compreensão uniformizada sobre o nacionalismo, ficando as novas formas sem fundamentação sólida. Quando se parte do materialismo histórico-dialético é possível perceber a concretude dessa demanda e ela se torna simples. Se estamos inseridos em uma realidade que tem um processo histórico que nos remete ao local onde nascemos, que é um país organizado pelo Estado, somos induzidos a uma lealdade incondicional que é o nacionalismo e como nacionalistas precisamos defender integralmente esse país.

É importante analisar o processo histórico de construção do nacionalismo para que se possa compreender como ele resulta na atualidade brasileira e principalmente reconhecê-lo muitas vezes como uma ideia temerária. É preciso distinguir ‘nacionalismo’ de ‘patriotismo’ que muitas vezes são usados como sinônimos. O nacionalismo é a construção que se tem de um sentimento de pertencimento e identificação com a pátria. O patriotismo é o projeto de Estado, como se pensa esse Estado. Existe um projeto de Estado, que pode ser usado pelo nacionalismo, como por exemplo as ditaduras, que precisam de que o Estado seja confundido com a nação. Na ditadura militar, os militares são o Estado, assim, não poderá existir o Estado brasileiro sem os militares na construção desse nacionalismo, pois esses sujeitos organizam o sentimento pátrio como representação ideológica.

A organização do sentimento pátrio é fundamental para a constituição de uma subjetividade que será representada pela coletividade. A coletividade no sentido nacionalista parte da ideia de representação do sujeito como parte da totalidade. A pátria é o elemento unificador desse processo, pois somente existe nação se a pátria existir como sentimento unificador. A unificação da subjetividade tem que ser corporificada na constituição diária, e esta como projeto permanente de sociedade, ou seja, o pátrio poder determina a capacidade de organização da própria representação da realidade. O nacionalismo é um fragmento necessário para a hegemonia total da classe dominante, visto que o pátrio poder está na estruturação do sujeito como representante permanente de uma condição que muda historicamente, mas não pode, para a classe dominante, ser constituída como sinônimo de ruptura.

Por conseguinte, é fundamental entender que o nacionalismo é promovido a partir dos interesses da classe dominante dentro da lógica histórica. O patriotismo, como sentimento máximo de uma sociedade, parte para a fundamentação de ideias que sempre alcançarão a formação de um país. Pátria e nação precisam ser sinônimos na constituição dos aparelhos de Estado, pois o sentimento precisa representar a realidade. A ideia de nacionalismo pelos militares a partir de 1964 é associada com os sacrifícios que toda a nação, o povo trabalhador, precisaria fazer pelo bem do país. A ideia de patriotismo, portanto, prevalece como sentimento existencial e a ideia de nacionalismo como prática desse sentimento, por isso que não é raro associar nacionalismo com sacrifícios, como as guerras ou a campanha para pagar a dívida externa brasileira na década de 1970, na qual o povo pobre doou ouro e prata para a nação.

Originalmente a nação é uma ideia de que todos somos iguais, estamos juntos no mesmo propósito, porém há uma confusão entre aquilo que o Estado oferece enquanto lei, e

aquilo que o sujeito que se apropria deste Estado por meio do nacionalismo que defende, oferece. Nesse caso o presidente se apropria do conceito de nacionalismo construindo artificialmente uma série de problemas, para que ele mesmo dê a solução. Ele personifica a nação e defende esse nacionalismo se apropriando disso para criar ao mesmo tempo tanto o problema quanto a solução, que na realidade não existem. Quando esses sujeitos se apropriam do Estado, se apropriam também da nação, e a ideia de nacionalismo validada nesse caso é justamente a ideia na qual o Estado se confunde com o governante.

O nacionalismo precisa de pessoas que vão olhar para sua existência a partir do líder. Nacionalismo não como projeto de Estado, mas como pessoas de grupos. Para Guibernau (1997) o nacionalismo depende de uma elite dedicada. “A presença de um líder carismático é fundamental para o sucesso do movimento na incitação das massas. O culto ao líder é o cerne da ideologia fascista, e trouxe consigo uma estrutura de organização inteiramente nova para os movimentos políticos [...]” Guibernau (1997, 107).

A Coluna Prestes tem um projeto de Estado, ela é nacionalista enquanto projeto de Estado, para ela as soluções são palpáveis. Tencionava melhorar os soldos dos soldados, melhorar as condições de trabalho, e outras questões possíveis. O nacionalismo personalista que se tem como ‘Coluna Prestes’, traz esse nome em correlação ao seu principal comandante, Luiz Carlos Prestes, porém não foi ele quem a denominou, ela ficou conhecida dessa forma e a imprensa eternizou.

O nacionalismo ajusta-se a várias ideologias como nazismo, socialismo, comunismo, ditadura, pelo seu caráter ambíguo e bifronte conforme Guibernau (1997) o qualifica. A ideia de nação é uma ideia que está vinculada a povo, portanto vinculada a uma forma de existir. A existência desse povo, seja brasileiro, paraguaio ou de qualquer outra nacionalidade é uma existência que tem especificidades por causa da cultura, do processo histórico, por causa das pessoas que vieram de outros lugares, ou seja, o nacionalismo é um processo no qual existe a construção de um tipo de sociedade. Quando se vai inferir sobre nacionalismo há que se reconhecer que as pessoas vão manipular este nacionalismo para fazer a sociedade que elas desejam, como no exemplo de torcemos para a nação brasileira, porque nascemos aqui, este sentimento é construído, pertencemos a este território e quando ele está sendo colocado em disputa precisa de uma construção efetiva de defesa de seus cidadãos e cidadãs. Existe uma multiplicidade de nacionalismos, pelo fato de sua ligação com a identidade de um povo, que vai ser organizado a partir de quem o comanda, que pode manipular essa identidade.

Para Carvalhais (2019) trazer a ideia de geocultura dos conceitos em que um conceito é determinado pela vivência dele na sociedade num determinado tempo e lugar, facilita a

análise do nacionalismo e de outros temas a ele relacionados como nação, identidade nacional e sentimento nacional evitando leituras universalistas, de acordo com a definição de geocultura por Moura Fé, Silva e Brasil (2017, p. 3067).

[...] um ramo científico com base no arcabouço teórico geográfico, que estude a geodiversidade e seus segmentos: geoconservação, geoturismo e geoeducação, com ênfase na influência que as rochas, os minerais, os fósseis, as formas relevos, as geoformas e os solos tiveram e têm sobre as manifestações culturais humanas, sejam elas materiais ou imateriais, as implicações associadas e suas possíveis aplicabilidades.

O estudo sobre nacionalismo não se compatibiliza com visão uníssona, considerando o seu pluralismo “[...] formado por uma multiplicidade de manifestações, de interações, de cumplicidades e de propósitos, em função do tempo e do espaço da sua expressão” (Carvalhais, 2019, p. 10). A cada momento histórico se tem uma construção de um tipo de Estado. Em alguns momentos o Estado é governado por poderes soberanos, como a monarquia, em outros momentos pela república e com ela se tem a democracia como prática de governar e assim diversas formas de organizar o Estado a partir da representação do poder. O Estado está vinculado ao poder, e o nacionalismo configura como esse poder pode ser exercido, aparentemente somos nacionalistas e isso representa um poder. Quando dizemos que somos brasileiros e brasileiras temos um poder, porque está determinando o que somos, determinando de onde viemos, como pensamos e como vamos agir. O nacionalismo é uma questão de poder, que pode ser de manipulação das pessoas, e de manipulação na organização do Estado.

Na atualidade, o Estado brasileiro, da forma como é empreendido atualmente, é um Estado que precisa abrir-se para o mercado. O Estado hoje para existir necessita subtrair essa ideia de nacionalismo, tem que ter uma ideia de capital internacional. A contradição da questão do nacionalismo está no duplo papel do Estado, pois seu primeiro papel é garantir os acordos nacionais e internacionais com as suas respectivas burguesias; assim, o Estado brasileiro tem o papel de agente e gerente da burguesia nacional, uma vez que economicamente precisa se associar aos ditames do mercado mundial. O segundo papel é ideológico e tem a necessidade de promover a superestrutura cultural como fundamento de sua existência. Deste modo, economicamente, o Estado precisa sempre abdicar da sua função de proteção nacional, já que a burguesia nacional se organiza pelo neoliberalismo, por outro lado, é perigoso para a classe dominante se colocar como uma classe internacionalista voltada para os interesses do capitalismo, pois para se manter no poder precisa construir um sentido

de pátria, de patriotismo e de nacionalismo; assim, entendemos que o nacionalismo da classe dominante é ideológico e visa sempre defender os seus interesses.

Até mesmo a ideia do nacionalismo que era algo extremamente positivo para a classe dominante tem que ser repensada em alguns momentos. Nesse momento o que vale é o capital internacional, troca de mercadorias, livre mercado, livre circulação, e assim o nacionalismo precisa ser construído nesta perspectiva.

O nacionalismo adquire poder quando é necessária sua manipulação, quando por exemplo é urgente fortalecer o mercado interno, tornando-se fundamental fazer uma campanha para as pessoas consumirem somente produtos brasileiros. Existe este Estado que se organiza em alguns momentos da história que precisa ser nacionalista, ou seja, precisa exacerbar a ideia de nação e a ideia de povo e em outros momentos, este mesmo Estado precisa afastar esta ideia.

Uma ideia de nacionalismo progressista é o nacionalismo no qual se inicia uma preocupação com a organização do Estado para facilitar a vida da classe trabalhadora. O nacionalismo é totalmente manipulável, em alguns momentos ele vai ser exacerbado, em outros momentos, vai ser esquecido. Quem está no poder, a classe dominante, é quem vai definir o que é a nação, que tem a mídia, a internet, a escola e a igreja à sua disposição para difundir projetos e concepções. O cidadão comum pode ter uma ideia, mas a ideia que vence é a ideia da classe dominante, a ideia de nação nunca funcionou com Luiz Carlos Prestes, ele não conseguiu vencer, quem venceu foi Getúlio Vargas na revolução de 1930 e depois a ditadura militar com o golpe de 1964.

Em algumas situações o nacionalismo não é natural, mas uma construção cultural, ou seja, o nacionalismo vai estar ligado a uma época, ao espaço ou a um processo histórico. Somos brasileiros porque existimos enquanto brasileiros, nascemos no Brasil. A igreja, a escola, a família, a televisão e o esporte nos ensinaram a ser brasileiros e brasileiras, quando se fala em nacionalismo ele é também um processo de ensino. A nação está ligada ao sentido de povo, que está ligado ao sentido de existência, tem um sentimento geográfico impregnado de onde se vive, o sentimento do sujeito. O espírito de nacionalismo é único, significa pertencer a um território, se identificar com um determinado povo, e partilhar um modo de vida que une esse povo como coletividade.

Quando falamos de nacionalismo estamos falando de homogeneidade do povo, ou seja, as pessoas se reconhecem como tal a partir da língua, do costume, da alimentação, do esporte. É preciso se reconhecer no outro, existe nacionalismo quando há o reconhecimento no outro. Quando ocorreram as patrulhas da Colunas Prestes e aumentou o volume de

peessoas, os demais questionavam sobre quem seriam. Diante da resposta de que estavam defendendo o povo brasileiro, as pessoas já se identificavam com o movimento, era a defesa de uma coletividade. A Coluna Prestes trouxe uma possibilidade de reconhecimento.

O nacionalismo é uma construção de um reconhecimento que Hobsbawm (2004) coloca que é a identidade, a identificação de pessoas estranhas. Nós não conhecemos todas as pessoas que vivem no nosso país, mas nos identificamos numa questão nacional. Uma pessoa se reconhece no outro, pela nação, pela identidade de um povo, por um costume coletivo, ou por uma cultura que se dá. A Coluna Prestes, enquanto uma manifestação que trouxe a ideia de nação no movimento, agregava o nacionalismo e a identidade, quando as pessoas reconheciam nela a defesa do povo brasileiro. Essa construção que se faz da Coluna tem o papel de trazer a ideia de nação, a ideia de nacionalismo que é apropriada pela classe dominante.

Assis Chateaubriand apropriou-se da Coluna Prestes e em certo momento se opôs aos modernistas pelo rompimento com a ordem, com o tradicionalismo e ausência do formalismo, típicos do movimento. A Coluna Prestes tinha uma ideia de ordem e o nacionalismo da burguesia necessitava de ordem. Por isso, Chateaubriand apoiou Luiz Carlos Prestes e depois Getúlio precisou da influência de Prestes. Ele era uma força em movimento na nação brasileira. Prestes não apenas inspirava a necessidade de mudança, mas também incentivava um sentimento de orgulho nacional nas pessoas. Ele não era um político, era um soldado incansável na luta por seus ideais. Essa é a herança que chega à atualidade que se tem como resultado desse processo, herança que está no imaginário das pessoas, no imaginário da força militar, e por isso, Prestes é muito bem estimado na força militar. Luiz Carlos Prestes não escreveu um tratado sobre o nacionalismo, mas ele próprio era um fator para tornar outras pessoas nacionalistas.

Como grande parte das indicações temporais do nacionalismo na literatura coincidem com a história do Estado moderno, e as espaciais levam à Europa, para Carvalhais (2019), se o Estado moderno surgiu na Europa, consequentemente o nacionalismo também. Segundo Rosanvallon (2020), o escritor e político francês Maurice Barrès foi o primeiro a utilizar o termo 'nacionalismo' em 1892 para designar um tipo de política interna, evoluído de 'protecionismo-operário' em que o nacional-protecionismo era uma alternativa às concepções socialistas, porque entendeu que o socialismo tradicional era insuficiente para lhe dar forma. Sendo o nacional-protecionismo (nacionalismo) elemento constitutivo da ideologia populista.

Para o entendimento da leitura acadêmica sobre o nacionalismo, Carvalhais (2019) revela o pensamento de alguns autores. A autora busca a definição sobre nacionalismo, a partir de abordagens referentes ao modernismo e ao primordialismo, conforme segue³⁷.

Na definição de nacionalismo por Elie Kedourie, considerado por Carvalhais (2019) como uma das mais verdadeiras identidades do nacionalismo moderno, o grande historiador de seu tempo, conceituou o nacionalismo como uma política ideológica, diferente de política constitucional. Esta última objetiva atender as preocupações comuns da sociedade, defendê-la, mediar conflitos entre grupos através de instituições políticas, legislação e administração da justiça e cumprir a constituição. Na política ideológica a preocupação é construir um estado de espírito na sociedade e no Estado em uma condução utópica.

Ernest Gellner, filósofo e antropólogo, crítico de Kedourie, partilha com ele a ideia de que o nacionalismo constitui invenção, criação e artificialidade da modernidade. Em Kedourie, o nacionalismo constitui na vontade deliberada do Estado em cumplicidade com os interesses das classes dominantes do capitalismo. No ponto de vista de Gellner, a formação e ascensão do nacionalismo são resultados de processos sociais da industrialização, o autor está entre os modernistas que justificam o nacionalismo como linguagem política da criação ou invenção do Estado moderno, podendo expressar ideias de nação e de identidade nacional (Carvalhais, 2019).

Sobre as concepções de Eric Hobsbawm, também na linha modernista, o Estado por meio de suas ações e políticas molda a concepção de nação e promove o desenvolvimento de sentimentos nacionalistas. Ademais, os estados precisavam de uma religião cívica já que exigiam de seus cidadãos mais do que passividade. Nessa perspectiva, segundo Carvalhais (2019), pode-se inferir que as pessoas deveriam atuar como contribuintes, soldados e cidadãos para assumir o projeto estatal e suas demandas, ainda que pelo custo da própria vida.

Na linha de Hobsbawm e Gellner, admitia-se a criação, no Estado moderno, de uma linguagem motivadora de sentimento de pertencimento, estranhos se reconheciam como compatriotas; e em Hans Kohn, antes do Estado moderno, não se pensava em nacionalismo. Na concepção de Stuart Mill, o nacionalismo seria fruto de uma necessidade do Estado moderno, em que instituições livres seriam impraticáveis em país formado por diferentes

³⁷ Essa investigação dos estudos modernistas e primordialistas do nacionalismo compõe uma narrativa a partir da revisão de autores por Carvalhais (2019), mencionados a partir da própria autora: Kedourie (1993); Gellner (1997); Hobsbawm (2004); Kohn (1944); Mill (1996); Hayes (1961); Renan (1996); Llobera (1994); Coakley (2018); Smith (*apud* Carvalhais 2019); Bottomore (1993); Kupchan (1995).

nacionalidades. Assim, o nacionalismo surgia como uma das formas de o Estado moderno sobrepor-se como entidade político-administrativa para controlar sua pluralidade étnica interna, ou seja, as diferenças do povo (Carvalhais, 2019).

Nacionalismo é a identificação que se tem com o povo e o modo de vida que está atrelado a esse povo. Os componentes da Coluna Prestes organizaram um movimento de ação sobre o espaço. Nessa movimentação que realizaram, ora de fuga, ora de articulação sobre alguns projetos que iam desenvolvendo no território nacional, buscavam a organização de uma conduta para que as pessoas pudessem compreender a nova ideia de Brasil que construiriam. Embora não tivessem um tratado de nacionalismo, o movimento seria essa representação, pelo fato de terem saído de uma vida confortável, principalmente os tenentes, e partirem para a luta. Com o movimento, eles iriam fazer a construção de outro país que constituía um projeto utópico, mas realizável.

O nacionalismo organizado pela burguesia é um nacionalismo que precisa se sobrepor ao cotidiano, um nacionalismo produtivista do capitalismo. Carvalhais (2019) vincula a ideia do Estado moderno aos ideais da burguesia, ou seja, Estado moderno é o Estado burguês que se organiza com a produção, e assim tudo aquilo que se opõe à produção, vai ser visto pelo Estado como antinacional, antinacionalista, pois o Estado moderno foca na produção.

A Coluna Prestes era vista, pela burguesia naquele momento em que ocorreu, como algo importante, porque era fundamental retirar a elite agrária que estava no poder para modernizar o país, porque havia uma elite que não era agrária e que se formava a partir da própria construção comercial dos próprios commodities, constituída pelos intermediários, que negociavam com o mercado internacional. Eles entendiam que precisavam retirar do poder as pessoas da sociedade agrária e colocar outras. Atualmente a agricultura prevalece, ser nacionalista é ser a favor do agronegócio, um nacionalismo burguês e, não ser nacionalista é ser a favor dos trabalhadores. Getúlio Vargas criou um nacionalismo produtivista, tanto para o agronegócio quanto para a indústria, pois seguia a ideia de que nacionalista é aquele que produz e ele queria isso. A Coluna Prestes não fazia um nacionalismo burguês, porque se eles estavam caminhando, não estavam produzindo, criavam uma ideia de nacionalismo, a ideia de transformação da sociedade pelo movimento, eles queriam movimentar as estruturas que estavam paradas.

Ainda sobre os estudos modernistas, Carvalhais (2019) apresenta a concepção de outros clássicos como Carlton Hayes, para quem nacionalismo equivale a uma religião, é artificial e construído pelo Estado. E, do filósofo francês Ernest Renan, que compreende

nação como um composto espiritual embasado em memórias do passado comum e na vontade do presente comum.

Nos estudos primordialistas, a nação e as identidades nacionais são anteriores ao Estado moderno e o nacionalismo surge como um instrumento para exteriorizar a consciência sobre uma identidade nacional e uma imagem de nação. Na linha primordialista, Joseph Llobera considera a ideia de nações como comunidades imaginadas, própria da Idade Média, sendo que na modernidade é fundamental o potencial de nação como crença de massas e não a sua existência imaginativa (Carvalhais, 2019).

A parte sociobiológica dos estudos primordialistas argumenta que o nacionalismo é inerente ao comportamento humano. Na concepção de John Coakley, tal insistência tem mais caráter ideológico do que científico, e assim, o primordialismo deve ser interpretado como componente do nacionalismo e não como explicação dele. Tal qual nos estudos modernistas, na tese de Antony Smith, o nacionalismo surge como uma linguagem instrumental em que o Estado tem um papel central, e assim, torna-se impreciso classificá-lo como primordialista puro, embora nos dois tipos de estudos seja perceptível o papel ativo do Estado e da sociedade na identificação dos elementos relevantes na construção de narrativas sobre nação e identidade nacional. O sociólogo Tom Bottomore identificou o nacionalismo nas concepções dos pensadores liberais, como a luta burguesa pela democracia, e dos pensadores austro-marxistas, à ideia de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista (Carvalhais, 2019).

Independentemente dos estudos que se possa considerar, sejam modernistas ou primordialistas, sobre a natureza da identidade nacional e o embasamento do nacionalismo, bem como a função deste no Estado, o nacionalismo surge como uma ideologia. Ideologia que, para Charles Kupchan, transforma o estado administrativo em nação sentimental (Carvalhais, 2019).

Conforme Carvalhais (2019), pelos estudos de Kohn, a leitura moderna sobre nacionalismo fundamenta-se em quatro pressupostos, cada um tratando de uma narrativa sobre a construção das sociedades pela nação e identidade nacional, em que o primeiro postulado estabelece o Estado-nação como a forma ideal de organização política das sociedades. O segundo postulado traz a ideia da nacionalidade como fonte principal da vida cultural. O terceiro marca a ideia de nacionalidade como a fonte de bem-estar econômico, em que o bem-estar do indivíduo somente pode acontecer através do poder econômico da nação. No quarto postulado, está a artificialidade moderna do nacionalismo em que a ideia de

nacionalidade está na lealdade suprema do sujeito, e Kohn considera esse postulado como o começo da era do nacionalismo moderno.

Finalizada a verificação dos estudos modernistas e primordialistas sobre nacionalismo, a que Carvalhais (2019) se propôs, a autora destaca que ambas as abordagens teóricas apresentam limitações na interpretação desse fenômeno. As críticas apontam que esses conjuntos tendem a colocar o nacionalismo ora como um artefato ideológico do Estado moderno, ora como uma resposta natural do indivíduo na construção e reconhecimento de sua identidade coletiva.

Para além de ser identificado como uma ideologia política, construção do Estado moderno, espaço de narrativas para construção das identidades coletivas, segundo Carvalhais (2019), o nacionalismo é mais que uma ideologia. A autora recorre à descrição de nacionalismo por Anderson (2008, p. 34), como “[...] uma camaradagem profunda e horizontal [...]”, entre os cidadãos, acima de divergência ou desigualdade, refletindo, no seu discurso e nas suas práticas, a ‘comunidade imaginada’ que vai além das capacidades do Estado. Qualquer que seja o papel do Estado para consolidação de um ‘Nós coletivo’, a experiência de ‘uma camaradagem profunda e horizontal’ ultrapassa esse papel do Estado. Assim como o nacionalismo está acima das capacidades manipuladoras do Estado e das elites intelectuais ele não deve ser reduzido a uma dimensão puramente étnica.

A afirmação de Renan (1996) referente ao esquecimento ou erro histórico como fator essencial na criação de uma nação, para Carvalhais (2019), descortina o poder do nacionalismo, sendo o esquecimento a tônica para a explicação da contínua vitalidade da ideia de nação, do nacionalismo, e da possibilidade das novas formas de esquecimento. Tal constatação exhibe um paradoxo: enquanto a memória é imprescindível nas elucidações sobre identidade nacional, o esquecimento opera na construção e na transformação das identidades nacionais, por oportunizar os negacionismos, os revisionismos, para as narrativas alternativas e para o lembrar seletivo na hermenêutica nacional (Carvalhais, 2019).

A burguesia como representante da ideologia política dominante faz esquecer os processos históricos que não foram realizados por ela. A Coluna Prestes foi esquecida, não aparece em livros didáticos de geografia, em livros de história revela-se como algo exótico, fazendo referência ao movimento que surgiu em 1922 iniciado pelo tenentismo e à intentona comunista e mais nada, ou seja, não se tem a Coluna Prestes na construção escolar, ela foi esquecida. Esse esquecimento é proposital, além de Luiz Carlos Prestes ter se tornado comunista ao final da Coluna, o movimento não foi realizado pela burguesia, muitos integrantes eram filhos de operários, da classe trabalhadora. A burguesia tem a capacidade de

fazer com que certos eventos históricos, que não estão alinhados aos seus interesses, sejam esquecidos ou minimizados na construção da história oficial.

A Revolta da Chibata, também esquecida, foi um movimento de marinheiros contrários às penalidades que sofriam da marinha brasileira, quem sofria mais era a classe pobre trabalhadora, como o João Cândido, principal líder desse movimento. O que não é feito pela burguesia, geralmente é esquecido.

Para Martins (1981), a história brasileira aborda a história das classes dominantes, de senhores e generais e não dos trabalhadores e rebeldes. Nessa perspectiva, muitos acontecimentos políticos importantes da história do Brasil contemporâneo são desconhecidos da maioria da população, como o movimento messiânico ‘Guerra dos Canudos’ em que o beato Antônio Maciel conhecido como ‘Antônio Conselheiro’ era seguido por adeptos camponeses na fazenda denominada ‘Canudos’, às margens do rio Vaza-Barris no sertão baiano. Conselheiro e seus seguidores foram acusados de monarquistas e combatidos pelo Exército no período de 1896-1897, no maior crime político da época, num saldo de aproximadamente 5.000 mortos. Similarmente messiânica e esquecida foi a ‘Guerra do Contestado’, considerada a maior guerra popular da história contemporânea brasileira, ocorrida no período de 1912 a 1916, envolvendo 20.000 rebeldes e metade do Exército brasileiro com um saldo de mais ou menos 3.000 mortos. Foi ocasionada por expulsões de posseiros da região de Curitiba, no estado de Santa Catarina, pela acusação do líder José Maria e seus seguidores, de monarquistas, que se retiraram para uma região envolvida na disputa de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, *sub judice* no Supremo Tribunal Federal, motivando o nome do movimento.

Sobre a ideia do que pode ser o nacionalismo na atualidade, Carvalhais (2019) salienta a elasticidade do nacionalismo, que lhe garante uma natureza resistente, adaptativa, capaz de se ajustar aos tempos. Os nacionalismos da atualidade, com diferentes funções sociais, políticas e culturais, não são todos necessariamente negativos, xenófobos, racistas, associados aos princípios dos partidos de extrema-direita, no entanto neles prevalece, com algumas exceções, o radicalismo, a ortodoxia e o oportunismo. O Estado moderno tem grande interesse em estimular o nacionalismo que apoia e justifica o centralismo do Estado, que por sua vez, alimenta o discurso e as práticas de garantia da continuidade do nacionalismo. O Estado já não é mais a entidade prestigiada que foi, agora divide a supremacia com novas formas de regulação e governança, negociando com diversos agentes transnacionais.

Pelo sentido oportunista do nacionalismo, ele não mais busca a glória do Estado, esse distanciamento do Estado se traduz no modo como o discurso nacionalista separa o Estado-

Comunidade e Estado-Aparelho. Na ótica nacionalista atual, as estruturas de governança tornaram-se fracas, incapazes de assegurar a economia nacional, traidoras da identidade cultural por desenvolverem políticas de integração inclusivas que degradam o Estado-Comunidade. Atribui-se aos agentes externos, a responsabilidade pelas crises contemporâneas, sejam instituições políticas europeias, financeiras internacionais, imigrantes e refugiados, entendidos como inimigos da identidade nacional e do bem-estar das nações. Evidenciando, dessa forma, os neonacionalismos que apresentam sua reação aos múltiplos desafios transnacionais e globais como repulsa à imigração, às decisões políticas da União Europeia e apelos populistas às culturas de massa (Carvalhais, 2019).

Estado-Comunidade é o Estado que se organiza a partir do povo e o Estado-Aparelho é o Estado burocrático, administrativo. Ou seja, os Aparelhos Ideológicos do Estado, são as formas de organização do poder de Estado. Althusser (1980) revela, pela teoria marxista do Estado, os Aparelhos Repressivos de Estado como: o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões que são aparelhos que funcionam pela violência de formas físicas e não físicas. E os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas como: a igreja, a escola, a família, as instituições jurídicas (pertencentes também ao aparelho repressivo), o sistema político, os sindicatos, a informação (imprensa, rádio, televisão entre outros) e as instituições culturais (literatura, artes, desportos entre outros).

Os Aparelhos Repressivos de Estado pertencem ao domínio público e a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são de domínio privado e sendo instituições privadas não possuem estatuto público e assim, não deveriam ser considerados Aparelhos Ideológicos de Estado. Gramsci (*apud* Althusser, 1980) considera a distinção entre o público e o privado um direito interior burguês, válido onde esse direito exerce seus poderes. Dessa forma uma instituição pública ou privada pode funcionar como Aparelho Ideológico de Estado considerando a diferença fundamental entre eles, em que os Aparelhos Repressivos do Estado funcionam pela violência e os AIE funcionam pela ideologia (Althusser, 1980).

O Aparelho Repressivo de Estado, assim como o Aparelho Ideológico de Estado, funciona simultaneamente pela violência e ideologia, embora o Aparelho Repressivo funcione predominantemente pela repressão e secundariamente pela ideologia, pois não há aparelho puramente repressivo, como por exemplo o Exército e a Polícia que funcionam também pela ideologia. Da mesma forma os AIE funcionam prevalentemente pela ideologia e de forma atenuada, dissimulada ou simbólica pela repressão, pois não há aparelho puramente

ideológico, como a escola, a igreja, a família que educam por métodos de exclusão e seleção (Althusser, 1980).

O duplo funcionamento da repressão quanto da ideologia faz com que se perceba combinações explícitas ou tácitas entre os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Como a classe dominante detém o poder do Estado e dispõe do Aparelho Repressivo do Estado, essa classe dominante atua nos dois Aparelhos do Estado; agindo comprovadamente por leis e decretos no Aparelho repressivo e por meio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos. A partir das considerações de Althusser (1980), conclui-se que tanto os Aparelhos Repressivos do Estado quanto os Aparelhos Ideológicos do Estado estão ao dispor da classe dominante.

Ainda de acordo com Althusser (1980), Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não somente o alvo, mas o local da luta de classes que, por vezes, pode ser de forma violenta. A classe ou aliança de classes no poder não domina tão facilmente os AIE como domina os Aparelhos Repressivos. A explicação disso, está no fato de que, as classes dominantes podem exercer posições de poder por muito tempo, ou também porque as classes exploradas podem encontrar meios de se defender utilizando as contradições dos AIE, ou conquistando posições de combate pela luta nos AIE, podendo resultar em movimentos sociais de insatisfação, como as revoltas, greves, revoluções e conflitos.

A Coluna Prestes como movimento sócio-político espacial abandonou o Aparelho de Estado, deixando o nacionalismo oportunista para defender as classes exploradas em contestação aos Aparelhos Repressivos de Estado (governo, administração, exército, polícia, prisões entre outros). Protestando também contra algumas representações dos Aparelhos Ideológicos de Estado (jurídico, político entre outros), com apoio de outras categorias de mesma representação dos AIE (político, sindical, imprensa, artes, literatura entre outros).

Além das formas visíveis de repressão contra a população, no caso da prática de violências físicas pelo Aparelho de Estado, ele comete ainda violências na sua forma administrativa de maneira velada, nas ações (falta de reajuste salarial para o funcionalismo, falta de investindo na saúde, na segurança, na educação, bloqueio de verbas das universidades, falta de investimento na qualificação das pessoas para melhorar a condição de vida). É possível presenciar a prática da repressão pelo Estado na violência, com a polícia matando nas favelas, nas ruas, porém não fica tão explícito a violência do Estado administrativo se organizando para prejudicar as pessoas em várias situações, como no caso dos impostos, em que todas as pessoas estão sujeitas ao mesmo valor de imposto por um produto de supermercado entre outros serviços, o que é completamente injusto.

Na retórica neonacionalista, há referências de negação da ética humanista, moral cristã do Estado de direito entre outros, no entanto há outros nacionalismos contemporâneos que necessitam de outra abordagem. Como é o caso dos nacionalismos em que o Estado é o elemento central que se pretende enaltecer, reforçar e defender, aparecendo como aquele que garante a reconstrução da economia nacional, a coesão social, o reaver da identidade cultural e a reabilitação da soberania política e militar no espaço internacional. Esses nacionalismos fundamentam-se em narrativas de reposição, de retorno, de ‘outra vez’ para recuperação da centralidade da nação por meio da revitalização do Estado, como estratégia para alcançar o triunfo político, econômico e militar no século XXI (Carvalhais, 2019).

Em síntese, o nacionalismo como um sentimento de pertencimento relacionado a uma nação, identificado por características intrínsecas como idioma, valores, tradições e símbolos, retrata uma nação distinta de outras numa correlação de signos formando uma identidade com poder de mobilizar pessoas para um comportamento natural reativo ou para uma construção proativa. Além de categorizar grupos, o nacionalismo estabelece uma forma de determinar condutas, que se baseia na tentativa de conduzir o Estado como entidade política que confere legitimidade ao governo sobre um território e sua população.

No sistema mundial de Estados-nação, conforme Giddens (2008), os Estados são subordinados a uma ordem mundialmente estabelecida através das relações com os organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) adotam medidas nas relações comerciais e políticas que transcendem o poder dos governos locais, o que indiretamente favorece o fortalecimento das grandes potências, ao passo que coloca a economia dos países emergentes em risco.

Segundo Ferreira (2013), a influência dos organismos internacionais nos Estados permite compartilhar o poder de definição dos objetos de políticas públicas, bem como o poder administrativo de monitorar e controlar a conduta humana. O que pode ser comprovado pela dominação que as grandes potências exercem nos demais países, inclusive sugestionando comportamentos, hábitos e consumos.

Finalizamos esta passagem em que abordamos principalmente conceitos e concepções do nacionalismo europeu esclarecendo que, embora estejamos desenvolvendo um estudo de nacionalismo associado a um movimento revolucionário brasileiro, a abordagem de Carvalhais (2019) justifica-se, pelo motivo de o nacionalismo ter surgido supostamente na Europa, e pelo fato de os conteúdos geográficos sobre o nacionalismo partirem de estudos europeus. Luiz Carlos Prestes não compunha o nacionalismo europeu, evidenciava um nacionalismo prático de transformação da realidade. Nas suas explanações, Carvalhais (2019)

revela que os movimentos nacionalistas europeus buscam uma organização política que esteja integrada ao contexto econômico. Esse nacionalismo europeu na verdade está sendo substituído gradualmente por uma construção da Europa enquanto uma nação única, ou seja, a utilização do euro como moeda comum e a coordenação de políticas econômicas entre os países da zona do euro criam uma percepção de unidade, similar à de uma nação. A transição do nacionalismo para o europeísmo reflete a busca por uma identidade mais ampla e interconectada.

3.3 Nacionalismo brasileiro – análise e contradições

O nacionalismo brasileiro segundo Jaguaribe (2013) constitui uma ideologia vaga, sem concepção teórica e bastante contraditória, sendo sua representação independentemente de partidos, blocos do governo, oposição e conflitos de classe. Entre a opinião pública brasileira são identificados dois posicionamentos políticos que a dividem: o nacionalismo e o entreguismo. Enquanto os nacionalistas prezam pelo mercado nacional, seus opositores estão vinculados ao mercado internacional.

Na própria complexidade de se caracterizar e definir o nacionalismo brasileiro surgem as contradições, presentes ainda na sua composição, na medida em que são adeptos do nacionalismo brasileiro as correntes de extrema direita ligadas ao fascismo e as correntes de extrema esquerda como o Partido Comunista, bem como os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada de acordo com Jaguaribe (2013). O autor considera que o nacionalismo brasileiro tenha surgido antes de sua própria teoria sem organizar suas metas e objetivos. E que sendo assim, para se tornar uma força efetiva e duradoura, necessitava desenvolver uma formulação sólida e uma abordagem racional para evitar a fragmentação e a ineficácia dos efeitos negativos das suas contradições.

O nacionalismo como fenômeno histórico-social surge quando determinadas condições permitem a formação de uma comunidade nacional. Dado isso, ganha força e passa a exigir uma formulação adequada, como no caso brasileiro. Dessa forma, para compreender o nacionalismo é necessário reconhecer sua base histórica e social, que também elucida a controvérsia que suscita. A tendência nacionalista e o processo de configuração de nacionalidade, que favorecerem o surgimento do nacionalismo, possuem aspectos tanto voluntaristas (baseados na vontade e ação individual) quanto objetivos (baseados em fatores externos) não cabendo julgamentos de valor. Para que se possa compreender a nacionalidade, Jaguaribe (2013, p. 24) revela uma resposta a que se tem da pergunta ‘O que é nação?’

A tal pergunta tem sido dadas duas ordens de respostas. Os que a encaram em termos objetivos esforçam-se em determinar os componentes essenciais dessa espécie particular de comunidade que é a nação. Tradicionalmente, considera-se que tais componentes são a existência de um povo, dotado de vínculos comuns, como a raça e a tradição cultural, habitando permanentemente certo território e integrado, por um sistema comum de governo. Os que, diversamente, consideram a questão em termos subjetivistas assinalam que a nação é a consequência da vontade prévia de constitui-la e mantê-la.

A constituição de uma nação depende de condições históricas, sociais e geográficas da coletividade que se estabelece como tal. Como condição histórica, a nação é produto da cultura ocidental surgindo a partir do Renascimento. Como condições sociais, determinadas mudanças econômico-sociais levam comunidades que estavam organizadas de maneira diferente a se constituírem em nações, para atender interesses decorrentes destas mudanças. Qualquer que fosse a forma prévia de organização das comunidades que compõe uma nação, é certo que viviam em determinado território constituindo assim as condições geográficas para formação das nacionalidades (Jaguaribe, 2013).

O processo de formação de nacionalidades, só se realiza quando existem certos vínculos de unidade, raça, cultura e território entre as populações que se constituem em nação. A unidade de raça surge oriunda das correntes migratórias, a unidade de cultura é representada pelo idioma, meios de significação e comunicação, instituições e tecnologia, e a unidade de território representada pela inclusão de comunidades de mesma formação cultural em um mesmo território natural, que corresponde às conveniências de determinado povo, considerando os meios tecnológicos disponíveis (Jaguaribe, 2013).

Por entendimento de identidade nacional como características do grupo social em que o indivíduo está inserido, tem-se a nacionalidade a partir dos seus vínculos representativos. Conforme Carvalhais (2019), falar de nacionalismo pressupõe falar de nação e de identidade nacional, embora cada um tenha um corpo teórico específico e possam ser referidos separadamente. No entanto, o nacionalismo somente tem sentido por referência ao conceito de nação e de identidade nacional, considerando a profunda relação entre eles.

Para Jaguaribe, (2013) nacionalismo, em seu sentido amplo, constitui a aspiração da nacionalidade, emerge como uma resposta às condições históricas e sociais que determinam a integração nacional. A vontade política cria Estados, mas não forma nações, contudo, o nacionalismo é o formador e preservador da nação, conforme Hobsbawm (2004, p. 19) já mencionado na Seção 3.1 “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Em que Estado conforme Bresser-Pereira (1995, p. 5) “[...] é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte. [...] Estado é a estrutura

organizacional e política, fruto de um contrato social ou de um pacto político, que garante legitimidade ao governo”.

Explorando a análise de Jaguaribe (2013) referente ao nacionalismo brasileiro são apresentadas considerações deste autor sobre o surgimento, a sociologia e a psicologia do nacionalismo. Bem como suas contradições, em pontos de vista econômico, social, cultural e político.

Como fatos do surgimento do nacionalismo no país, destacamos a fase da primeira e da segunda guerras mundiais e a crise de 1929, como um surto de desenvolvimento econômico em que o Brasil, induzido a produzir para o consumo interno, experimentou a construção de uma estrutura social a partir de suas próprias classes, moldando suas instituições sob a pressão de forças sociais. Essa transformação interior das condições econômicas, sociais, culturais e políticas, que começou nos anos de 1920 passando pela Revolução de 1930 e se intensificou na década de 1940, não se processou de modo uniforme. À medida que certos setores passavam por essa transformação, surgia a exigência de integrar o país como um todo, de acordo com Jaguaribe (2014, p. 41):

Tal exigência, [...], suscita, quando se manifesta em uma comunidade objetivamente caracterizada como nação, no sentido histórico do termo, o propósito de configurá-la definitiva e plenamente em nacionalidade, no sentido político do vocábulo. Tal propósito é o nacionalismo, entendido em sua acepção ampla.

A título de comparação de conjunturas de dois países em mesma época, trazemos Pereira (2014) que relata ações de mobilização popular em Portugal, geradas também por processo de transformação social, a partir do impacto crucial na expansão e politização do movimento operário, no período de agitação social entre 1917 e 1920. A autora traça, conforme segue, uma necessária retrospectiva para entendimento da emergência e trajetória.

No final do século XIX, houve um conjunto de transformações estruturais que afetaram o trabalho manufatureiro e as economias domésticas em que as principais inovações foram a progressiva transferência para as periferias urbanas com aumento de dimensão das unidades de produção. A alteração não representou mecanização do trabalho, mas reorganização. Uma nova distribuição de tarefas empregou muitos trabalhadores não qualificados, o que diminuiu a quantidade de trabalhadores qualificados, porém a situação só foi drasticamente alterada quando os fabricantes investiram em tecnologia. As principais características das relações de trabalho industriais passaram a ser a precariedade e os baixos rendimentos. As estratégias baseadas nas economias domésticas, típicas do antigo regime, induziram a perpetuação da divisão sexual do trabalho nas fábricas em que os empregadores

aproveitaram essas práticas para pagar salários muito baixos a mulheres e crianças. No entanto, pelo convívio com os trabalhadores organizados mais qualificados e com maior capacidade reivindicativa, essas duas categorias se envolveram em protestos e greves (Hobsbawm, 2004; Pereira, 2014).

No início do século XX, o proletariado fabril foi o protagonista das greves, embora, nos países de industrialização tardia como Portugal, os trabalhadores qualificados tivessem desempenhado um papel crucial nesses movimentos. As organizações tradicionais dos artesãos, provenientes do antigo regime, adaptaram-se à nova organização do trabalho incorporando as reivindicações dos trabalhadores não qualificados, que requerendo aumentos salariais, tornaram-se a maioria dos trabalhadores industriais.

Para driblar as estratégias dos industriais na tentativa de enfraquecer a solidariedade entre os trabalhadores, que os dividia por especialidades promovendo a concorrência, os sindicatos forjaram um sentimento de unidade entre os diferentes estratos do universo operário. Além de integrar as mulheres nas organizações masculinas pré-existentes, apoiaram as suas reivindicações por melhoria salarial (Pereira, 2014).

Ao longo do período de início e fim da Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores foram prejudicados pelo processo econômico da época, com o aumento gradual dos preços desde o final do século XIX. No entanto, na segunda década do século XX, uma inflação descontrolada refletiu negativamente sobre os salários industriais e as condições de vida dos trabalhadores. Nesse contexto, as mulheres desempenharam papel importante nos protestos operários, especialmente nas lutas relacionadas ao consumo, devido ao seu papel nas fábricas e na economia familiar. Nos países do sul da Europa, as greves registraram uma adesão extraordinária nas vilas e bairros operários que cercavam as principais cidades. A união de diversos protestos locais também se beneficiou dos diferentes fluxos migratórios, criando um poderoso recurso organizacional para os protestos populares (Pereira, 2014).

Nos primeiros anos de guerra, a repressão impactou artesãos e os trabalhadores qualificados, mas as redes sociais dos novos espaços urbanos foram fundamentais para a mobilização social. As revoltas, tendo os preços dos gêneros alimentícios como principal fator (*food riots*), assolaram a Europa inteira desde o inverno de 1915-1916. A partir de 1917, ocorreu em toda a Europa, uma onda de greves e manifestações envolvendo milhares de trabalhadores, devido ao progressivo aumento do custo de vida, à intensificada exigência de disciplina nas fábricas e repressão política. Os protestos e greves após a Revolução de Outubro na Rússia culminaram em uma agitação geral. Na maioria dos países, as greves

excederam os números registrados antes da guerra (1910-1913), além de provocar respostas mais afrontosas por parte dos trabalhadores (Pereira, 2014).

Uma pressuposição sobre o irrompimento de movimentos sociais, de acordo com Pereira (2014), estava no fato de que a crescente intervenção econômica e social do Estado na vida da população tenha sido percebida pelos trabalhadores como possibilidade de lutarem por melhores condições de vida e de trabalho. A economia de guerra evidenciou as contradições do sistema capitalista e da economia de mercado, demonstrando os instrumentos políticos que poderiam impedir a especulação e o monopólio.

Através de legislação reguladora, os governos europeus induziram a mobilização das populações pressionando o Estado com o objetivo de impor uma ‘economia moral’ em oposição a proprietários e a comerciantes. Assim, o Estado, era visto como inimigo e instrumento. A parcela da população mais atingida pela carestia de vida reconheceu nas medidas governamentais e na regulação dos preços, uma oportunidade para deterem a inflação desenfreada com o apoio legal. A ação coletiva foi direcionada às autoridades, objetivando pressionar a regulamentação dos preços e a distribuição de alimentos (Pereira, 2014, Thompson, 1998).

As reivindicações dos trabalhadores e das populações em razão da subsistência criaram divisões no Estado. As autoridades locais e regionais mostraram tendência para rejeitar as diretrizes do governo central, cedendo à pressão das populações, o que provocou intenções de ameaças e demissões coletivas de administradores e governadores. O mesmo aconteceu em relação às autoridades policiais como no exemplo da ‘revolução da batata’, ocorrida na região de Lisboa, em maio de 1917. Assim como a recusa dos militares em reprimir alguns assaltos a padarias e mercearias durante o movimento popular. Os guardas-fiscais não impediram o furto de alimentos pelas mulheres que anunciavam sobre a ‘Guarda’ estar ao lado do povo (Pereira, 2014).

Outra hipótese sobre o desencadeamento dos movimentos sociais, conforme Pereira (2014), dizia respeito a essas revoltas populares darem origem a um novo ciclo de lutas operárias. A paralisação da construção civil iniciou a maior onda de greves ocorridas em Portugal, e aconteceu no curso da revolução da batata. Durante a primavera de 1917, as greves setoriais e gerais ocorreram em toda a região, análogas às novas manifestações populares contra os monopólios e a carestia de vida. No mesmo ano ocorreu a paralisação dos serviços de telégrafos e postais, uma das primeiras greves a generalizar-se no país, necessitando de mobilização militar para encerrar a greve.

As conquistas dos trabalhadores, em termos salariais, eram logo absorvidas pela inflação. Assim os dirigentes sindicais decidiram priorizar as lutas alusivas ao consumo, como oportunidade para ampliar a base social do movimento operário. A articulação dos movimentos em torno da produção e do consumo propiciou o desenvolvimento de um conjunto de ações coletivas que combinava novas formas de luta organizada com formas antigas de resistência (Pereira, 2014).

As colaborações de Pereira (2014), nessa parte do texto, trazem uma visão de nação e de nacionalismo de Portugal no início do século XX. O processo de reivindicações em Portugal era diferenciado do Brasil em mesma época, pela razão, de que o nacionalismo na Europa já estava muito bem definido e delimitado, o país tinha uma força produtiva desenvolvida e um mercado internacional forte. O Brasil nessa época estava em uma condição bastante diferente de Portugal, estava no processo de formação da estrutura urbana, com asfalto e indústria muito precarizados. A sua participação no mercado internacional era irrisória, basicamente restrita a produtos agrícolas como café, algodão, cana de açúcar, sem recursos tecnológicos; ou seja, eram duas nações bastante diferentes.

A concepção de nacionalismo da Europa já estava organizada, originária do império romano, durante a idade média, período em que a ideia de nação estava vinculada a um projeto com a igreja católica, posteriormente com o protestantismo, revelando um fator religioso muito forte. No Brasil, a ideia de nação estava sendo construída, não se tinha efetivamente uma nação, e sim um conjunto de regiões diferentes. O panorama apresentado por Pereira (2014) possibilita constatar que nesse tempo, o Brasil não tinha a ideia de nação pronta, e Portugal já possuía há pelo menos 500 anos.

Pereira (2014) trata da questão do pertencimento, ou seja, havia um movimento de contestação porque os envolvidos pertenciam a uma nação já construída que era Portugal, contrária à revolta da Coluna no Brasil, em que os envolvidos estavam na experiência de formar um país. Assim, tratamos de movimentos revolucionários de uma nação já construída e de uma nação em construção, Portugal contando mais de 500 anos e o Brasil muito recente. A experiência de república no Brasil, na década de 1920, era de 31 anos a partir da proclamação em 1889. A concepção de república representa uma ideia de nação, porém as pessoas não estavam familiarizadas com o seu sentido.

Ao longo de quase 400 anos, o Brasil passou de uma monarquia para uma relações e a população não tinha a compreensão clara do significado desse novo arranjo político, ou seja, deixou de ter um rei e depois, um imperador, para ter um presidente. Para os portugueses, a ideia de nação já fazia sentido, havia uma força e uma mobilização, e que após esses

movimentos sociais foi desencadeando uma série de desafios. Conforme Cardoso e Santos (2013), Portugal veio a aprovar uma nova constituição política em 1933, que encerrava a ditadura militar e instaurava o regime político ditatorial intitulado Estado Novo, terminando este somente com a revolução democrática de 25 de abril de 1974.

Pereira (2014) trata da importância dos processos de transformação social, destacando a percepção coletiva como oportunidade para melhorar as condições de vida e de trabalho da população portuguesa. Nesse sentido, entendemos que o tenentismo no Brasil teve um papel social muito importante, uma vez que os tenentes tiveram participação efetiva na Revolução de 1930, encerrando a República Velha, ao mesmo tempo que se inaugurava a Era Vargas.

Sabemos das contradições do governo Vargas, visto que nesse governo foi promulgada a Constituição de 1934, de caráter liberal e progressista em relação aos direitos trabalhistas, trazendo ainda o reconhecimento de sindicatos e de associações profissionais, além de outras inovações, todavia, esse mesmo governo foi extremamente cruel com seus adversários políticos e teve postura ditatorial.

A fim de evidenciar as transformações referentes à legislação social daquele governo, trazemos Cabral (2017) que objetivou analisar o impacto dos novos direitos do trabalho a partir das reformas políticas da década de 1930. Cabral (2017) registrou a reação e atuação de trabalhadores pelas novas regras constitucionais, em um caso concreto ocorrido em 1934, evidenciando que as transformações na regulação do trabalho não ocorreram pacificamente. Sob o arranjo entre capital e trabalho, o conflito trabalhista desdobrou-se em outros níveis criando situações inusitadas, exemplificando uma dinâmica do Estado-Aparelho, tanto de Aparelhos Repressivos de Estado como de Aparelhos Ideológicos de Estado.

O objeto de análise dos estudos de Cabral (2017) faz parte do arquivo do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) referente a uma reclamação trabalhista de nº 9.582/1934, sobre legislação social de trabalhadores representados pelo Sindicato dos Mineiros de Arroio dos Ratos (SMAR) contra a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) do estado do Rio Grande do Sul. A investigação tratava de reintegração de trabalhadores estáveis e não estáveis demitidos sem justa causa. O esclarecimento prestado pela CEFMSJ sobre o caso foi de que a substituição dos trabalhadores teria sido motivada por abandono de emprego, após expulsão pela polícia local por denúncia de conspiração de greve nas minas em março de 1934, que os tornou indesejáveis na instituição. Embora os acontecimentos entre empresa, trabalhadores e polícia representassem prática comum na CEFMSJ, este caso especificamente tinha ligação com fatos econômicos e políticos, fazendo surgir problemas na aplicação da lei, suscetíveis de reflexão (Cabral, 2017).

A Revolução de 1930 representou a alteração do modelo político que marcou a Primeira República. Junto das transformações na relação entre capital e trabalho, sob o comando do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a reforma da legislação sindical em 1931 sobressaiu. As ocorrências da Primeira República, principalmente as greves de setores relacionados à produção nacional na década de 1910 incluíam participações de comunistas, anarquistas e trabalhadores estrangeiros. A legislação estabelecida a partir de 1930 refletia esse ambiente e aspectos da conjuntura trabalhista, pela transição do modelo agrário exportador para o modelo industrial no mundo do trabalho. Ainda que protegesse o empregado sindicalizado proibia propagandas ideológicas sectárias, de caráter social, político ou religioso pelos sindicatos (Cabral, 2017). Nesse aspecto, pode-se associar os aparelhos de Estado propostos por Althusser (1980) percebidos nas combinações entre o Aparelhos Ideológicos como a lei e o sindicato e, os Repressivos como o governo e a polícia.

De acordo com Cabral (2017), a abertura política iniciada por Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, e sua ligação com o Rio Grande do Sul, propiciou o desenvolvimento gaúcho e aumentou a participação em espaço e voz nas decisões políticas do estado. Nessas circunstâncias, a condição do trabalho ganhou notoriedade por exercer influência direta na estrutura produtiva do país, destacando-se no conflito entre capital e trabalho sob aspectos sociais, políticos e jurídicos; e ainda, notoriedade, por permitir compreender como os interesses políticos refletiam na forma de intervenção e construção das narrativas de nacionalidade, nação e desenvolvimento predominantes na década de 1930.

Para além da relação entre trabalho e capital, a estratégia nacional sobre a segurança e defesa das minas e jazidas de minérios foi tema preponderante na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, sendo considerados os impactos que os conflitos trabalhistas causavam nesse arranjo produtivo. Embora já existisse um mecanismo particular de vigilância pelas companhias mineradoras, o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM) entre CEFMSJ e Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR) formado em 1936 aprimorou esse sistema. Na trajetória de exploração de carvão dessas minas, a preocupação com a ordem pública era um ponto em comum em que se reconhecia a ligação entre a companhia e a autoridade policial, mesmo anterior ao caso de 1934 (Cabral, 2017).

Pelos estudos de Cabral (2017) em 1921, foi firmado um convênio entre o intendente do município de São Jerônimo do estado do Rio Grande do Sul, que abrangia os distritos onde estavam localizadas as minas de carvão, e a CCR sobre a instalação de uma seção policial com o pessoal da Polícia Municipal, no quadro da mineração em Butiá, Rio Grande do Sul. O

convênio determinava que o policiamento das minas para a localidade requerida ficasse subordinado à direção, fiscalização e determinação geral do intendente do município, no entanto, os policiais, prestariam obediência direta ao superintendente da companhia ou seu preposto.

Embora o convênio retratasse as relações cotidianas entre os interesses privados da companhia e os interesses públicos do município, representava uma maneira de a companhia distanciar-se de situações que se demonstrassem contrárias à ‘ordem pública dentro da mina’. As atividades dos policiais não eram vinculadas unicamente à manutenção da segurança pública, os policiais eram utilizados como fiscais dos mineiros. Sendo desviados da função originária, para atuarem também como agentes infiltrados no convívio social dos trabalhadores, a fim de facilitar o controle do comportamento dos operários e dos bens materiais da companhia. Mesmo não sendo encontrados documentos que comprovassem que as cláusulas do convênio da CCR e intendência de São Jerônimo para as minas de Arroio dos Ratos seriam as mesmas de Butiá, não se podia negar que não fossem semelhantes, principalmente pela forma questionável como as relações de interesse público eram realizadas, e assim pode-se entender a participação da polícia na reclamação trabalhista de 1934 (Cabral, 2017).

Após diversos procedimentos jurídicos para solução do caso, em junho de 1936, o CNT determinou pagamento de indenizações e reintegração à empresa a quem tivesse direito por tempo de serviço superior a dez anos, tempo necessário para configurar estabilidade profissional. Por outro lado, a condição de trabalhador conferia ao indivíduo o status de cidadão que era superior à determinação de prisão aos mineiros, regra estabelecida nas reformas trabalhistas produzidas por Getúlio Vargas que vinculava cidadania à condição de trabalhador. E assim a ação dos mineiros no processo de 1934 era uma tentativa de invalidar a qualificação de criminosos, considerando a condição de trabalhadores (Cabral, 2017).

De acordo com Cabral (2017), após verificada a injustiça da prisão dos mineiros, a companhia procurou esquivar-se da indenização aos prejudicados transferindo a responsabilidade da obrigação trabalhista para a polícia, no caso, o capitão Luiz F. Pereira. Este capitão exercia a função de autoridade policial na mina, com fundamentação no artigo 171 da Constituição de 1934: “Os funcionários públicos são responsáveis solidariamente com a Fazenda nacional, estadual ou municipal, por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício dos seus cargos” (Brasil, 1934)³⁸. E no artigo

³⁸ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

1.550 do Código Civil de 1916: “A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e no de uma soma calculada nos termos do parágrafo único do art. 1.547” (Brasil, 1916)³⁹. Sendo o capitão Luiz Pereira indicado como um dos responsáveis pela expulsão dos operários das minas e já não estar mais à frente da polícia, demitido dos cargos de subdelegado e subprefeito pelo prefeito e delegado José Maria de Carvalho em setembro de 1934, o fato pode ter influenciado na argumentação da companhia, o que poderia enfraquecer a parceria, exceto se a companhia exercesse poder sobre a autoridade policial (Cabral, 2017). Nesse aspecto fica explicitada a ação de um elemento da classe dominante se organizando para controlar o Estado (Althusser, 1980).

Segundo Cabral (2017), o caso expõe uma rede de interesses políticos e econômicos que extrapolam os parâmetros jurídicos, assegurando uma relação amigável entre a mineradora e a intendência de São Jerônimo. Conforme houvesse prosperidade nas minas de carvão, a influência financeira nessas relações políticas também se ampliava de acordo com os registros nos livros de correspondências da empresa. Além do cargo de prefeito de São Jerônimo, José Maria de Carvalho era líder do Partido Republicano Liberal (PRL) que possivelmente tenha sido financiado pela CEFMSJ, considerando um ofício nos registros da empresa em que ela fazia uma contribuição no valor de dois contos de réis ao partido. O PRL foi decorrente de uma cisão do partido Frente Única Gaúcha (FUG) liderado por Flores da Cunha que garantia apoio ao governo provisório de Getúlio Vargas, evidenciando, conforme Althusser (1980), uma troca de favores em que o Estado dialoga com a sociedade civil como outro sistema de poder.

Através da comunicação oficial da companhia, de acordo com Cabral (2017), era possível identificar as influências que exercia nas relações de trabalho que envolviam os operários das minas. Além das correspondências oficiais, verificou-se um sistema de controle da companhia não apenas contra trabalhadores, mas contra qualquer pessoa ou grupo que representassem resistência a seus interesses. Nas comunicações extraoficiais, a mineradora utilizava uma lista de códigos que ultrapassava 40 páginas, em que nomes de pessoas, bens e instituições eram relacionados em ordem alfabética e renomeados com uma linguagem específica. Podendo ser reconhecidos nomes próprios de pessoas físicas ou jurídicas e situações de relevância social, política e histórica no país, como alguns exemplos que seguem: Conselho Nacional do Trabalho era intitulado Dirceu, Embaixador dos Estados Unidos da América era referido por Valério; Greve, Abdias; general Flores da Cunha, Adolfo; Getúlio

³⁹ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm

Vargas, Caetano; Luiz Carlos Prestes, Rufino; Partido comunista, Leopoldo; Tribunal de Segurança, Trobaldo. Embora as fontes consultadas por Cabral (2017) não comprovassem a utilização desses termos na reclamação trabalhista de nº 9.582/1934, pode-se presumir como se davam as correspondências entre os dirigentes da CEFMSJ e a polícia.

Retornando à abordagem sobre o surgimento do nacionalismo no Brasil, por Jaguaribe (2013), os movimentos nacionalistas surgiram de forma fragmentada e descontinuada, conforme as áreas em que se exigia integração pelo desenvolvimento econômico-social. Entre eles, emergiram o nacionalismo cultural, compreendendo o movimento modernista (correntes verde-amarela, regionalista, realismo social entre outras), o nacionalismo econômico reivindicando para o capital nacional: monopólios estatais, exploração do petróleo e dos minerais atômicos e o nacionalismo político (exigências de democracia e de justiça social, fortalecimento da União, revitalização do município). No plano das relações internacionais, o nacionalismo político reivindicava para o país maior autonomia frente a outras nações, adotava uma posição de neutralidade em relação ao conflito norte-americano-soviético, exprimia distinção dos interesses do país frente a outras nações e das massas populares no âmbito interno e exigia o acatamento da soberania popular e nacional (Jaguaribe, 2013).

Sobre a sociologia do nacionalismo brasileiro, é possível observar a influência que as forças ligadas ao desenvolvimento econômico do país exercem sobre o nacionalismo. Nos anos anteriores a 1930 nas condições de heteronomia⁴⁰ e exogenia⁴¹ do país, a mão de obra brasileira estava sujeita a produzir gêneros para o mercado norte-americano e europeu. A visão das classes dirigentes do país não estava centrada no Brasil, mas nos países a que produtos nacionais eram destinados e de onde provinham outros produtos de seus interesses, bem como as concepções que lhes serviam de referência. Devido às transformações proporcionadas pelo desenvolvimento econômico, surgiram nas classes dirigentes, setores dedicados à produção para o mercado interno exigindo o consumo nacional, paralelamente aos setores vinculados à economia de exportação. A circunstância da produção nacional a depender do consumo interno proporcionou às classes trabalhadoras, que anteriormente eram impedidas de reivindicar seus interesses, condições de impor uma redistribuição mais igualitária da renda nacional (Jaguaribe, 2013).

⁴⁰ Sujeito a uma lei exterior ou à vontade de outrem (Heteronomia, 2009, p. 1016).

⁴¹ Derivada de 'exógeno' - que provém do exterior, que se produz no exterior (do organismo, do sistema), ou que é devido a coisas externas (Exógeno, 2009, p. 857).

Em consonância, apresenta-se uma controvérsia entre o nacionalismo e as tendências cosmopolitas⁴² contrárias, no debate entre as estruturas do antigo regime produtivo e as novas estruturas. As forças antigas almejavam manter a importância que detinham no Império e na República Velha, na aplicação de políticas econômicas liberais, com o livre-cambismo reforçando a economia do setor primário. E nessas condições, o país se responsabilizaria pelas flutuações dos preços externos, que constituiria, segundo Furtado (*apud* Jaguaribe, 2013), o direcionamento dos benefícios para o setor primário e a socialização geral dos prejuízos. As novas forças almejavam o favorecimento da industrialização, com medidas protecionistas e pretensão de liderança no âmbito interno do país, imprimindo-lhe maior funcionalidade e afirmação de sua soberania (Jaguaribe, 2013).

O cosmopolitismo, subestimando a capacidade tecnológica e de investimento do Brasil sugeria uma política neocolonialista, especialmente voltada para os Estados Unidos, para expandir a economia brasileira, incorporando seus capitais e sua tecnologia, como ocorrido no Canadá. Ao contrário, o nacionalismo, acreditando na capacidade de investimento e de preparo tecnológico do país, temeroso quanto ao investimento estrangeiro, defendia a política de capitalismo de Estado, atribuindo ao governo a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico do país (Jaguaribe, 2013).

Também em controvérsia, situam-se as disposições cambiais relacionadas com a lei de tarifas entre as duas tendências (cosmopolitismo e nacionalismo). Enquanto as forças ligadas à economia primária (cosmopolitas) defendiam a abolição dos controles estatais sobre o intercâmbio comercial com o exterior, propondo que as taxas fossem determinadas exclusivamente pela oferta e procura, sem intervenção estatal, as correntes vinculadas à industrialização (nacionalistas) entendiam a tarifa como uma ferramenta protecionista e se opunham a qualquer reforma cambial que retirasse o controle estatal e a diferenciação das taxas (Jaguaribe, 2013).

Sobre a psicologia do nacionalismo, as posições nacionalistas e cosmopolitas representavam níveis bastante diferenciados de mentalidade e de cultura. Os grupos nacionalistas compreendiam os mais elementares e os mais elaborados níveis de mentalidade e cultura, sendo os cosmopolitas mais representados pelos grupos de nível médio. Essa distribuição é explicada pela composição social de cada uma das tendências. O nacionalismo por um lado, correspondia ao setor mais dinâmico da burguesia, empenhado na revolução industrial; e por outro lado, correspondia ao proletariado, cujo poder de consumo aumentava à

⁴² Cosmopolita - Que supera qualquer vinculação a um Estado específico (Cosmopolita, 2009). Obs.: definição retirada do CD- ROM que acompanha o dicionário Houaiss impresso.

medida que a industrialização avançava. Além disso, os quadros técnicos e administrativos, assim como os intelectuais da classe média, estavam alinhados com uma tendência nacionalista, envolvidos no desenvolvimento interno e consolidação externa do Estado. O cosmopolitismo era representado pela burguesia latifúndio-mercantil nas condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Império e da República Velha, e a ampla parcela da classe média do setor terciário, indiretamente subsidiado pelo Estado cartorial⁴³, na forma de empregos públicos de baixa funcionalidade (Jaguaribe, 2013).

Além de refletir divisão tendenciosa de classes, a diferença de níveis de mentalidade e cultura entre nacionalismo e cosmopolitismo se encontrava no conteúdo de suas próprias ideologias. A confiança nas potencialidades do país e o sentimento de autossuficiência, sem controles críticos e comparativos, segundo Jaguaribe (2013), levavam as mentalidades mais simples e incultas a um nacionalismo incondicional, propensos à xenofobia. Todavia, nos opomos a esse raciocínio, pois a classe dominante é também xenófoba e tem formação cultural bem ampla. A classe dominante, portanto, tem que ser pensada como organizadora inaugural da xenofobia e por isso detentora ideológica do nacionalismo burguês.

Segundo Jaguaribe (2013), a frustração causada pelas limitações do país, na comparação dos índices nacionais com os países desenvolvidos, acarretava um complexo de inferioridade aflorando os ideais cosmopolitas. Uma análise mais elaborada apoiada em maior base cultural e uma compreensão histórico-sociológica, levava ao convencimento de que o país pudesse se desenvolver e se tornar uma grande nação desencadeando uma postura nacionalista.

As incoerências do nacionalismo brasileiro decorrem tanto pela heterogeneidade social das forças que o compõem e insuficiente formulação de seus propósitos, quanto pelas contradições específicas do país, na fase de transição de subdesenvolvimento e semicolonialismo para um nível mais elevado de desenvolvimento e de emancipação econômico-social (Jaguaribe, 2013).

Das contradições econômicas, a que mais afeta o nacionalismo brasileiro é a relação entre subcapitalização e desenvolvimento econômico. Diante dessa questão é importante frisar que o movimento capitalista mundial está ancorado no processo imperialista e toda massa econômica é fruto dos investimentos específicos da produção. Entendemos que Jaguaribe

⁴³ Derivado de ‘cartório’ instituição judiciária e das suas atividades exercidas no Brasil desde a Colônia como atividade auxiliar do sistema judiciário, entendendo-se por Estado cartorial, o Estado em que as funções públicas, orientadas para a prestação de determinados serviços à coletividade, são utilizadas para assegurar empregos e vantagens específicas a determinadas pessoas e grupos, como resultado típico da ‘política de clientela’ (Jaguaribe, 2009).

(2013) não dialoga com a construção política nacional a partir da estrutura de classe; assim o subdesenvolvimento é resultado do projeto colonizador do capitalismo mundial.

O país é subdesenvolvido porque é subcapitalizado, e a falta de capitais disponíveis para consumo e aplicação em investimentos agrava o subdesenvolvimento, o que ocasiona a necessidade de incrementar a capacidade nacional de investimentos mediante a imigração de capitais estrangeiros. E o nacionalismo se mostra contrário ao capital estrangeiro, pelo fato de caracterizar espoliação das riquezas naturais do país e agravar a dependência colonial. Essa contradição poderia ser contornada, com a adoção de medidas para impulsionar a capacidade nacional de investimento dispensando o capital estrangeiro, e para isso seria necessário reduzir o nível de consumo e elevar a produtividade (Jaguaribe, 2013).

Sobre redução do consumo, aparecem duas contradições, uma refere-se ao fato de que a necessidade de comprimir o consumo para objetivar poupanças já contrasta com a taxa de consumo *per capita* que já é extremamente baixa, caracterizando ainda mais o subdesenvolvimento. Comprimir ainda mais a taxa de consumo, provocaria uma incontrolável propensão ao aumento do poder de consumo, tendendo proporcionalmente a crescer mais do que a produção, provocando uma inflação de custos. Outra contradição diz respeito à distribuição e contabilização do consumo. Em virtude da baixa produtividade nacional e numerosos privilégios sociais existentes no país, o poder de consumo das massas é extremamente pequeno, e sem uma transformação da estrutura econômico-social, não teria como se elevar em termos reais. E assim ocorre a tendência de conter artificialmente os preços dos bens e serviços abaixo dos custos, para valorizar os salários (Jaguaribe, 2013).

Os serviços públicos e de utilidade pública no país são gratuitos ou muito abaixo do custo. O Estado tabela o preço dos gêneros, controla os aluguéis e outros contratos, tendo como resultado a incapacidade de tais atividades proverem o próprio custeio, renovar e expandir seu equipamento, provocando a escassez de artigos essenciais, desestimulando a produção e desviando sua comercialização para o mercado negro e atravessadores. Além de outros efeitos, como impossibilidade de uma contabilidade de custos positiva, ineficiência dos serviços e agravamento do processo inflacionário pela emissão crescente de moedas para fechar o balanço público (Jaguaribe, 2013).

No sentido da produção, as contradições referem-se à distorção no direcionamento dos investimentos, que objetivando maiores lucros, tendem a concentrar-se em setores de alta rentabilidade direta, mas de baixa rentabilidade indireta ou social. Os investimentos provenientes da poupança voluntária são direcionados para a produção de artigos que proporcionam grandes lucros. No entanto esses lucros, que são exclusivos da classe capitalista

e empresarial, são utilizados para consumo ostensivo, reduzindo a capacidade nacional de investimento. Outra contradição do nacionalismo ocorre na proteção do produtor nacional contra a concorrência estrangeira, o que resulta em menor oferta de alimentos em nome do desenvolvimento econômico e da defesa dos preços. O que leva a uma organização da produção abaixo das necessidades do mercado para manter os preços, resultando em processos de produção de baixa produtividade e redução da capacidade de acumulação de capital (Jaguaribe, 2013).

Dentre as contradições sociais do nacionalismo brasileiro, a principal está no resultado da desproporção entre os benefícios obtidos ou desejados e a contribuição de cada indivíduo na criação ou manutenção de bens e valores sociais. Essa desproporção se manifesta nas classes trabalhadoras em razão da falta de uma estrutura consistente e responsável que promova a ascensão social do proletariado. Uma alternativa seria a institucionalização de política que assegurasse a igualdade de oportunidades, transferindo para a competição individual a disputa de posições. A segunda alternativa seria o reconhecimento da falta de igualdade de oportunidades e da existência de um regime de privilégios de classe, espoliativo sobre o proletariado, levando-o a organização de uma classe social, com objetivo de combater a exploração (Jaguaribe, 2013).

As classes médias, como subproduto da urbanização do país que permanecia agrícola sem lhes oferecer condições de inserção no processo produtivo, foram levadas à dependência direta do Estado cartorial. O Estado brasileiro, tornado cartorial ainda na época colonial, é caracterizado como instrumento de manutenção da estrutura econômico-social na forma de serviços públicos; como um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais para perpetuar os privilégios da classe dominante, em lugar de prestação de serviços socialmente necessários (Jaguaribe, 2013).

Com o desenvolvimento econômico, surgiu a necessidade da prestação de serviços públicos eficazes, em que o Estado cartorial, gerado pelo semicolonialismo e subdesenvolvimento, encontrava-se inadequado para atender às exigências da situação instaurada. A dificuldade foi acentuada pelas aspirações nacionalistas que exigiam do Estado a preservação da soberania nacional e intervenção ativa pela promoção do desenvolvimento interno. A contradição resultou na pretensão das forças sociais ligadas ao Estado cartorial persistir na política clientelista, desejando simultaneamente os benefícios do desenvolvimento econômico. Tais contradições afetaram também a burguesia brasileira no propósito de manter seus privilégios e a organização do Estado cartorial que os garantissem (Jaguaribe, 2013).

Das contradições culturais, a que entrava o nacionalismo brasileiro se manifesta no resultado do conflito entre as formas elementares de mentalidade nativista e a incorporação dos valores da cultura ocidental. Essa contradição é enfrentada por todos os países subdesenvolvidos na fase de afirmação de sua personalidade nacional. Embora apresentem características próprias, o subdesenvolvimento cultural e subdesenvolvimento econômico se relacionam mutuamente no sentido de que se os países economicamente atrasados não possuem condições para se desenvolverem culturalmente, o subdesenvolvimento cultural, por sua vez, impõe o atraso econômico (Jaguaribe, 2013).

O subdesenvolvimento cultural implica na dificuldade de compreender a própria realidade levando à utilização indevida de conceitos e métodos de outras esferas. Isso pode resultar em um entendimento distorcido da situação local e adoção de soluções ineficazes. Os países culturalmente subdesenvolvidos, ao adotarem elementos das culturas metropolitanas sem uma análise crítica, podem utilizar padrões não compatíveis com a sua realidade, afetando sua identidade cultural. Para atenuar essa alienação, é necessário superar o colonialismo espiritual e adotar uma abordagem original da realidade, sem distorções. No entanto, ao tentarem proceder dessa forma, esses países subdesenvolvidos enfrentam limitações que lhes são inerentes, retornando-os à condição de subdesenvolvimento (Jaguaribe, 2013).

Determinadas contradições políticas se revelam em outras contradições já exploradas, como por exemplo a que decorre da incompatibilidade na busca da soberania funcional e integrada do país, com as formas cartoriais e clientelistas do Estado. O clientelismo impõe um governo heterogêneo, influenciado pelas demandas de várias clientelas regionais, resultando em uma atuação também heterogênea e contraditória. O cartorialismo impede a eficácia do Estado, resultando na falta de organização dos serviços públicos para atender às necessidades da população, possibilitando apenas a concessão de empregos e favores.

Entre as contradições de sérias consequências está a que induz o nacionalismo ao subnacionalismo regional, dificultando a integração política da nação, bem como as que comprometem a integração do país externamente em áreas mais amplas. De mesmo modo, está a incoerência de o Brasil ser oficialmente contra o colonialismo e estar também aliado cultural e economicamente às grandes potências europeias, ainda que diretamente atingido pela concorrência da produção em condições semisserviis por esses países em suas colônias (Jaguaribe, 2013).

3.4 Aspectos históricos do nacionalismo brasileiro

Para elucidar o fenômeno do nacionalismo brasileiro, Sodré (1960) selecionou três processos históricos de transformações ocorridas no país: a Independência, a República e a Revolução Brasileira. Os acontecimentos de uma fase contribuíam para originar a outra.

Como primeiro processo analisado por Sodré (1960), entre a segunda metade do século XVIII e primeiros dois decênios do século XIX, organizava-se a autonomia brasileira representada pela independência do país como consequência da Revolução Industrial em que era exigida a ruptura do monopólio de comércio pela metrópole em relação à colônia. Na segunda metade do século XVIII, a população brasileira era constituída pela classe dominante representada pelos senhores de terras e de escravos, classe de pessoas livres, socialmente instável sem nenhum poder político, e a classe dos escravos, sem nenhum direito.

A ideia de libertação no Brasil surgiu a partir da camada intermediária por interessar-se na mudança da estrutura vigente. Com a Revolução Industrial ocorreu o aumento no volume e nas variedades das mercadorias impondo a ampliação dos mercados existentes e abertura de novos. Somente era possível ampliar mercado onde o trabalhador tivesse salário, o que não agradava a classe dominante que não se interessava pelo trabalho livre (Sodré, 1960). De acordo com Martins (1981), a classe dominante, prevendo o fim da escravatura com o término do tráfico negreiro que viria a ocorrer em 1850, tratou de organizar legalmente o processo de substituição do escravo, sem prejuízo para a economia da grande lavoura, que se concretizou na Lei de Terras (Brasil, 1850).

A Lei de Terras instituiu um novo regime fundiário em substituição às sesmarias suspensas em 1822, suspensão que ocasionou o aumento de posseiros em todo o país. Tal regulamentação proibia a abertura de novas posses estabelecendo a compra como única forma de aquisição de terras, transformando as terras devolutas em monopólio do Estado, controlado por uma classe de grandes fazendeiros (Martins, 1981).

O projeto da Lei de Terras de 1850 objetivava regularizar a propriedade rural e a oferta de trabalho uma vez que a escravidão estava sendo ameaçada por oposição liderada pela Inglaterra. Não havendo escravos, não seria possível conseguir pessoas para trabalhar nas fazendas se o acesso à terra fosse fácil. Assim a maneira de obter trabalho livre seria criar impedimentos para aquisição de propriedade rural, obrigando o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, submeter-se ao trabalho nas fazendas. Por efeito da lei, os meios de acesso à terra através de ocupação, formas de arrendamento e meação seriam abolidos, ou seja, toda terra não ocupada apropriadamente, voltaria ao Estado como terra pública, a ser vendida por

preço inacessível aos trabalhadores livres recém-chegados da Europa (Câmara dos Deputados, 1853 *apud* Costa, 1977).

Pela legislação que passou a regularizar as terras públicas brasileiras, as pessoas que obtiveram propriedades de forma ilegal, ou que receberam doações sem registrá-las antes da promulgação da lei, puderam legitimá-las e validar seus títulos desde que tivessem efetivamente ocupado e explorado a terra. Os recursos, adquiridos da venda das terras do Estado e dos seus respectivos registros, eram utilizados exclusivamente para demarcação de terras públicas e importação de colonos livres (Câmara dos Deputados, 1853 *apud* Costa, 1977).

Segundo Martins (1979), há indícios de que os preceitos da lei não foram efetivamente respeitados. No ato de legitimação das terras em 1854, através do que ficou conhecido como ‘Registro Paroquial’, surgiram falsificações de títulos de propriedade sempre datados retroativamente ao ‘Registro Paroquial’, lavrados em cartórios oficiais por meio de suborno aos escrivães e tabeliões. Esses procedimentos muitas vezes não atingiam o antigo escravo e o imigrante por desconhecimento dos processos, ou falta de recursos financeiros para realizarem as práticas escusas.

A proibição da lei atingia diretamente os camponeses não proprietários de terras da época, que anteriormente se deslocavam para áreas não outorgada por sesmaria para abrir suas posses. A partir da lei, restava-lhes trabalhar para as grandes fazendas até que conseguissem recursos para comprar suas terras. Com o fim da escravidão, surgia a modalidade do trabalho livre sem destruir a economia da grande fazenda (Martins, 1981). O novo regime fundiário abria caminho para um novo campesinato de posseiros e agregados, de homens livres, cada vez mais dependentes do mercado, experienciando um sistema de terra convertida em mercadoria (Martins, 1979).

As regras da Lei de Terras recriavam as sujeições do trabalho nas fazendas com o fim do cativo, mas não resolvia o problema do proprietário quanto à garantia para o crédito hipotecário em que o escravo era usado como penhor de pagamento dos empréstimos para condução dos cafezais. Embora a legislação tenha assegurado a negociabilidade das terras não abolia a importância do mercado de escravos no campo imobiliário. Por conseguinte, em 1873 o governo ampliou o crédito hipotecário a todos os municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, usando as fazendas como garantia, especialmente as plantações e instalações, o que propiciou a intensificação da expansão do café nas regiões do oeste de São Paulo, Campinas e mais adiante (Martins, 1979).

A alteração de 1873 na Lei de Terras não solucionava a questão do crédito para os fazendeiros, tendo em vista que o interesse dos credores estava na mercadoria em condições de ser comercializada, que era o café. Logo, em 1885 houve nova modificação na lei substituindo a hipoteca do imóvel pela penhora do fruto pendente e do fruto colhido (Martins, 1979; Taunay, 1945). De acordo com essas alterações, para Martins (1979, p. 33), “O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho”.

Ainda referente ao primeiro processo analisado por Sodré (1960) sobre o cenário em que a independência ocorreu, o Brasil não tinha uma população unificada, e a sua emancipação estava condicionada aos interesses da classe dominante composta de senhores de terras e de escravos, sendo a única detentora de poder suficiente para lutar. Quando a referida classe buscou autonomia no sentido de se envolver com a independência do Brasil, de acordo com seus interesses, estava semeando a transformação futura, porém não seria a única a decidir sobre transformações. Outras forças poderiam influenciar e participar das decisões, vindo a classe dominante, ao longo do tempo, mudar sua postura em relação ao trabalho escravo.

No segundo período de análise de Sodré (1960), quando examina o período da transição para o regime republicano no Brasil, a classe dominante ainda estava composta principalmente pelos grandes proprietários de terras. A disputa pelo poder se dava entre elementos da classe média e uma parte da classe dominante emancipada dos ideais associados ao Império. Após a proclamação do novo regime no país, ocorria a luta para expulsão dos militares do poder, provocando incidentes no governo de Deodoro, o que veio motivar a ascensão de Floriano à presidência. No governo de Campos Sales, adotou-se a política dos governadores com os representantes dos grandes estados se revezando na presidência pelas eleições fraudulentas. Entre vários tumultos e motins ocorridos na República velha, irrompia o tenentismo refletindo a força crescente da classe média.

O terceiro processo considerado na análise de Sodré (1960), iniciou com a Revolução de 1930, em que a disputa pelo poder acontecia pela composição entre uma facção da classe dominante, representada pelo governo de três estados brasileiros, e a classe média representada pelos tenentes contra o governo federal vigente. Essa luta interna pelo poder ocorre com a classe dominante menos influente, a classe média mais forte e a classe trabalhadora iniciando na política. Nessa conjuntura, alterava-se o quadro econômico do país, principalmente pelas implicações da produção do café que chegou a absoluto na balança do comércio externo, tornando-se central no desempenho do país. Entre o final do século XIX e início do século XX, o cenário havia se modificado e as perdas ocasionadas pelas crises

sucessivas do mercado externo foram socializadas entre a população em geral, enquanto os lucros eram concentrados na classe territorial.

A primeira e segunda guerras mundiais e a crise de 1929 possibilitaram o crescimento da indústria nacional, e a pausa nas importações favoreceu o acúmulo de recursos no exterior. A dilapidação desses recursos após a Segunda Guerra Mundial evidenciou a preocupação da classe dominante em priorizar seus interesses em detrimento dos interesses da nação como um todo. Os efeitos da transformação econômica, ocorrida na época da Revolução de 1930, foram refletidos na transformação social. Essa alteração revelou o desfavorecimento de poder da classe dominante ainda representada pelos senhores de terra, o crescimento em número e em amadurecimento político da classe média, bem como a solidificação da classe trabalhadora penetrando fortemente na vida política do país (Sodré, 1960).

As forças econômicas externas desafiadas pela estrutura social que refletia a modificação da estrutura econômica interna, almejando o domínio do mercado nacional, associaram-se à classe territorial em acordos de interesses, estando a referida classe perdendo àquela época, significativamente o seu poder. Por questões de movimentação de capitais, com o investidor brasileiro desprotegido, o capital nacional progressivamente excluído das áreas de negócios mais lucrativos, trazendo consequências negativas para a economia interna, voltava a questão de socialização dos prejuízos, dessa vez com resistência organizada tanto na classe média, quanto na classe trabalhadora (Sodré, 1960).

Analisados os três processos destacados por Sodré (1960), é possível entender a emersão do nacionalismo, que se deu pelas contradições ocorridas com reflexo na vida política do país; as classes sociais se definiram com mais clareza e se mobilizaram para proteger seus interesses, moldando o cenário político por meio da participação eleitoral e da influência na composição do poder. Este processo é descrito como um fenômeno de despertar social com as pessoas mais conscientes de suas identidades e interesses políticos, configurando-se no nacionalismo brasileiro, como um denominador comum no quadro de interesses de classe em defesa do que é nacional.

O nacionalismo surgia em resistência às forças econômicas externas, que representavam um grande obstáculo ao desenvolvimento do país. Os aliados internos, que anteriormente resistiam a essas forças externas, estavam perdendo sua capacidade de proteger o país. O desafio de se realizar nacionalmente se assemelhava à superação das estruturas feudais pelos países europeus na Idade Moderna, em que o obstáculo brasileiro é o reflexo do passado colonial.

De acordo com estudos de Fausto (1973) sobre a crise política brasileira dos anos 1920, que revelou o descontentamento do Exército e a insatisfação da população urbana representada pela classe média, é possível caracterizar o tenentismo como um movimento de ideologia nacionalista. Pelo fato de Floriano Peixoto não ter apresentado um candidato à sua sucessão, os grandes estados triunfaram na primeira eleição direta de 1894, vindo a marcar um provisório afastamento da cúpula do Exército da vida política do país, ficando o Clube Militar como centro de articulação política do Exército, fechado de 1896 a 1901. Mesmo tendo Lauro Sodré como candidato militar na eleição de 1898, o Exército somente reapareceu mais efetivamente na campanha presidencial de 1909.

No Rio Grande do Sul, região de fronteira importante, concentravam-se os maiores efetivos do Exército favorecendo a incorporação de diversos comandantes ao Ministério da Guerra, o que incentivou os gaúchos a seguirem a carreira das armas, em que muitos ocuparam cargo de ministros da Guerra e de presidente do Clube Militar, na primeira república. Ainda a intermitente luta armada na região facilitou o contato dos militares com os partidos políticos. A política econômica e financeira defendida pelo estado do Rio Grande do Sul também coincidia com a visão dos militares. A oposição do Rio Grande do Sul ao núcleo agrário-exportador era correspondente à pouca simpatia do Exército pelo setor. Assim como os gaúchos defendiam preços estáveis em favorecimento ao mercado do 'charque', para os militares, a política financeira conservadora era bem-fadada (Fausto, 1973).

A eleição de 1910 marcou a volta do Exército à política, porém subordinado às oligarquias de Minas Gerais e Rio grande do Sul. Candidatou-se o gaúcho marechal Hermes da Fonseca, tendo Ruy Barbosa sido lançado por São Paulo e Bahia como adversário. Ruy Barbosa defendia o fortalecimento do poder central, a unificação da justiça e a punição dos estados que violassem a Constituição, com programa de governo mostrando certa integração nacional considerando o não interesse de São Paulo pela extrema autonomia estadual. O programa de Hermes da Fonseca resguardava o equilíbrio orçamentário, a intocabilidade da Constituição e ampla autonomia estadual como ponto de vista do Rio Grande Sul, o que não correspondia aos desígnios das Forças Armadas que valorizavam os projetos de maior centralização do país (Fausto, 1973).

Ruy Barbosa era contra a intervenção do Exército na política e, embora tendo sua base política na oligarquia de São Paulo, seu programa se posicionava ideologicamente a favor das liberdades públicas, da cultura e tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. Em contrapartida, a vitória de Hermes da Fonseca representou grandes desilusões à intelectualidade da época. O governo de Hermes era constituído de três centros de decisão.

Sendo eles, as oligarquias civis de Minas e Rio Grande do Sul; o outro, o próprio presidente suscetível de subordinação às oligarquias e ainda, um grupo de militares e civis afeitos a alterar o poder dos estados, fazendo surgir o movimento ‘salvacionista’ (Fausto, 1973).

Conforme Fausto (1973, p. 26), o salvacionismo era “[...] destinado a ‘salvar’ a pureza das instituições republicanas através da derrubada de governos locais, sobretudo no Nordeste”. A maioria das ‘salvações’ objetivavam a derrubada das velhas oligarquias em grande parte aliadas ao chefe gaúcho, Pinheiro Machado, do Partido Republicano Conservador em acordo com vários estados do Nordeste. O propósito dos salvacionistas era restringir o poder político da classe dominante nas diversas áreas regionais do país buscando a moralização dos costumes políticos e redução das desigualdades sociais sem pretensão de reformas substanciais no regime de propriedade. Isso se dava especialmente pela ligação dos militares a facções de oposição em estados a que tinham raízes sem muita diferença dos antigos ocupantes do poder (Fausto, 1973).

A despeito dos ‘salvacionistas’, a política econômica dos grandes estados persistia, sendo a eleição de 1914 marcada pela restauração da aliança ‘café com leite’ com a candidatura de Wenceslau Braz. A eleição de 1922 agravou as tensões regionais da classe dominante em que a candidatura do mineiro Artur Bernardes era apoiada pelos estados de Minas Gerais e São Paulo e o candidato da oposição, o fluminense Nilo Peçanha, apoiado pelos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, formando a ‘Reação Republicana’ com a anuência do Exército (Fausto, 1973).

Foram vários os motivos que intensificaram os protestos dos militares para a deflagração da primeira rebelião dos tenentistas. Como razões, constavam as cartas falsas de outubro de 1921 que objetivavam envolver, caso necessário, o Exército na campanha política em apoio à oposição para estimular o impedimento da posse de Bernardes; incluíam-se a prisão de Hermes da Fonseca, o fechamento do Clube Militar e a vitória de Bernardes nas eleições de 1922. O tenentismo transformou a vida política brasileira exercendo influência permanente, mesmo após ausentar-se como movimento organizado em 1934. Alterou a ordem vigente dos anos 1920, trazendo esperanças para as classes intermediárias e populares da sociedade. Mesmo para as classes dominantes regionais oponentes do núcleo agrário conservador, o tenentismo significou um caminho novo. Marcou mais a ideologia de esquerda brasileira do que a conservadora, deixando raízes de influência nas classes operárias que partiram para o ataque frontal às instituições do Estado (Fausto, 1973).

Assis Chateaubriand comunicador muito bem-sucedido financeiramente e reconhecido internacionalmente tentava construir a narrativa de direita para entender o movimento, mas o

que prevaleceu no processo histórico foi uma narrativa de esquerda. Chateaubriand buscava fazer uma leitura para a direita das convicções do tenentismo, colocando os tenentes como de direita. Chateaubriand entendeu que a Coluna não estava lutando contra a classe dominante, mas contra a estrutura do Estado, lutava por justiça. A classe dominante brasileira tentava classificar os tenentes como de direita, no entanto o tenentismo defendia a classe trabalhadora que aliada a movimentos políticos populares considerava a ideologia dos tenentes como de esquerda, tornando patente a contradição entre a narrativa de Chateaubriand e a especificidade da Coluna.

O tenentismo significou um novo caminho dentro do conservadorismo e força das oligarquias rurais, porém essa tendência foi tomada pela população numa leitura a partir do povo. A classe agrária conservadora fazia uma leitura a partir de si mesma, almejava também modificar o país, aspirava uma estrutura de justiça que fosse aplicada, regras trabalhistas e excessiva ordem pública, aquilo que pudesse contribuir para minimizar a opressão das pessoas e as diferenças na sociedade. Defendia uma estrutura mínima de Estado para que seus representantes pudessem continuar dominando, ainda assim com uma ordem social que pudesse evitar a indignação por parte da população.

A classe dominante supunha detentora dos tenentes pelo fato de compartilhar alguns interesses com aquele grupo, pois ambicionava um Brasil moderno a partir das pretensões dos tenentes, no entanto os tenentes organizavam um nacionalismo diferente da concepção nacionalista da ala conservadora defendendo ainda outros valores como justiça, modernidade, desenvolvimento econômico e equidade de oportunidades. Os tenentes ajudaram na compreensão histórica de como se construiu o Brasil e o que era o Brasil, ao mesmo tempo que permitiam que se tivesse uma dimensão do que é o Brasil da atualidade. Ou seja, naquele momento estavam num processo de construção do nacionalismo e não sabiam exatamente. O que de mais próximo daquela época que estimulava o nacionalismo era a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, situações que já estavam consolidadas, contudo defendiam a república num processo de construção do Brasil, observando que nacionalismo é antes de tudo republicano.

Ainda por ocasião da Semana de Arte Moderna, já é possível constatar a contradição da burguesia representada por Chateaubriand, enquanto apoiador de ideias libertadoras, também fosse defensor do capitalismo, fato este, observado quando recusou o convite dos escritores Antônio Alcântara Machado, José Pereira de Graça Aranha e Manuel Villaboim para participar do movimento modernista, que para ele não passava de “[...] ‘uma maluquice despropositada’ [...] – Zé Pereira, vocês enlouqueceram. Isto não é arte, não é literatura: é

anticapitalismo puro” (Morais, 1997, p. 127). Contestando as colocações do jornalista, “Graça Aranha irritou-se com a reação do amigo: – Que horror, Chateaubriand, você está é com medo das consequências da Semana entre seus amigos milionários que são todos conservadores” (Morais, 1997, p. 128). Em conformidade com o escritor, Chateaubriand vai além, acrescentando⁴⁴:

– É verdade, esta é a pura verdade - assumiu sem constrangimentos. – Não quero desagradar o capitalismo. É com ele que estou metido. Sou exclusivamente um homem em busca de um jornal que seja o primeiro, o pai de uma feira de outros. Como é que vou achar meu velocino de ouro andando atrás de um bando de desocupados que pretendem escandalizar exatamente o mercado a que se dirige o meu jornal? [...] (Morais, 1997, p. 128).

O tenentismo representou um movimento de cisão no interior do grupo militar, em que a alta oficialidade se submetia a Bernardes, provocando o desgaste na hierarquia. O interesse dos tenentes não era somente purificar a sociedade, mas também a sua instituição de origem (Fausto, 1973). Janowitz (1967 *apud* Fausto, 1973, p. 32) definiu a ideologia dos militares em termos gerais como “[...] nacionalismo, certa xenofobia, tendências puritanas, visão antipolítica”. Ainda segundo Fausto (1973, p. 33), na contemporaneidade é percebido na ideologia e comportamento tenentista “[...] os traços autoritários, elitismo, busca de reforma política mesclada de um reformismo social ingênuo e de um vago nacionalismo”.

Segundo Fausto (1973), o tenentismo simbolizou para a consciência conservadora militar um ciclo purificador com início em 1922 a se concluir em 1964/1968. A formação militar da geração dos tenentes pela Escola do Realengo, destinava a profissionalizar o Exército com o ensino técnico e afastamento da política. No entanto, o maior grau de profissionalização incentivou os tenentes para a atuação política, favorecendo a formação de uma consciência militar em ambiente que as oligarquias começavam a ser contestadas, contribuindo ainda para a identificação das Forças Armadas como servidoras da comunidade e não de governos transitórios. Para o mesmo autor, nos anos de 1920, duas tendências se revelaram entre os tenentistas, uma em que Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos e Miguel Costa entendiam a derrubada das oligarquias como um movimento vagamente popular nacionalista, e uma segunda com Juarez Távora e outros defendendo uma posição mais conservadora. Na época essas divisões não eram compreendidas claramente e somente foram percebidas com o decorrer do tempo.

⁴⁴ Alguns anos mais tarde, mais especificamente em 1929 Chateaubriand autorizava em página inteira no seu recém-lançado jornal ‘Diário de São Paulo’, a publicação semanal da ‘Revista de antropofagia’ contrapondo a veemência a que excomungava o nascimento do modernismo, contrariando inclusive a opinião de leitores conservadores do interior do estado de São Paulo (Morais, 1997).

Anita Prestes (1991) apresenta em sua obra as tendências político-ideológicas detectadas por Fausto (1973), bem como por Carone (1975), que divide o tenentismo político do Juarez e o tenentismo social do Luiz Carlos Prestes e por Saes (1985) que identificou o tenentismo dividido em uma ‘ala liberal’ e uma ‘ala nacionalista’. A autora discorda das tentativas de identificação das tendências do movimento, acreditando que essas contribuem para uma visão simplificadora do tenentismo. Para a historiadora, o propósito de encaixar a realidade do movimento em esquemas artificiais e rígidos poderia levar os autores a equívocos em relação aos posicionamentos dos tenentes⁴⁵.

Embora os tenentes não externassem o cunho nacionalista do movimento, o fato de o mesmo ser conduzido por militares já trazia na essência o sentimento de requerer uma nação soberana. Os militares são formados para defender o território nacional, o princípio do militarismo é a defesa da nação, conforme argumenta Lima (1949, p. 57) referente aos desmandos das oligarquias poderosas:

Formada no culto do amor da Pátria, a mocidade militar recebia, em cheio, no seu coração profundamente nacionalista, o impacto de uma situação vexatória diante do estrangeiro. Empréstimos externos vultosos e sucessivos eram feitos para fins aparentemente justificáveis, mas aqui desviados, criminosamente, e sem grandes segredos [...]

O nacionalismo intuitivo dos tenentes tendia a conscientizar a população para o papel que deveria desempenhar no espaço geográfico, no território brasileiro. Indiretamente estavam anunciando como organizar o papel do brasileiro na atuação cotidiana do próprio país. Com o movimento, os tenentes indiretamente elucidavam que, como militares, poderiam contribuir mais para o bem do país do que qualquer civil. Era como se fossem uma espécie sobre-humana, mais brasileiros que os outros brasileiros e o potencial estava nas armas, no processo revolucionário. Os tenentes se colocavam como os únicos que pudessem transformar a realidade. A estrutura militar no tenentismo era autoritária e o nacionalismo era caracterizado pela valorização da cultura nacional, uma composição de cultura e poder. Nacionalismo pressupunha estrutura territorial comandada por poderes internos organizados para manutenção da ordem.

O ideal dos tenentes além de reformular o Exército, era reformar o Brasil. Nesse sentido, o ponto principal era a ideia de outro país, vinculada a uma ideia de ruptura com esse

⁴⁵ Anita Prestes (1991) ainda destaca que a produção historiográfica acerca do tenentismo é abordada sob três principais correntes: a primeira corrente representaria os anseios das origens sociais dos tenentes (classe média urbana) por maior participação na vida nacional e instituições políticas. A segunda corrente identificada a partir dos anos 1960 surgiu como uma contestação de se absolutizar a origem social na definição do conteúdo do tenentismo, focalizando os tenentes como parte de uma instituição do Estado. Uma terceira corrente defendia uma análise global do movimento e não absolutizadora como as duas primeiras.

país que se tinha. O pensamento não era abrir as fronteiras, mas fortalecer o que se dispunha, enquanto território, isso é nacionalismo. O nacionalismo como um conjunto de ideias e intenções, práticas e atos que vão fazer com que se organize melhor o país, pense melhor o país.

A organização do pensamento nacionalista não se dá somente nas bases clássicas que precisa ter como defesa incondicional a bandeira e o Estado, ela também se dá com rupturas. O nacionalismo para a Coluna Prestes era a construção de uma ruptura, construção de uma nova nação, o nacionalismo não é simplesmente fortalecer o que está posto, mas também questionar o que está legitimado, como foi a conduta dos tenentes. Essa ideia de nacionalismo não existe como um pacote, é um nacionalismo que se rompe. Há várias ideias de nacionalismo, conforme a ideia de nacionalismo que se tem, organiza-se o país. Se é um nacionalismo liberal, sua organização será voltada para o capital, o importante é que se tenha lucro nas empresas; se for nacionalismo socialista, será um nacionalismo preocupado com a justiça social, mas que está vinculado a um território.

Quando a Coluna saiu para fazer o movimento, ela tinha uma perspectiva de mudança, Luiz Carlos Prestes estava liderando um movimento diferente, ele não almejava o mercado, ou o Estado, ele tinha uma ideia de conjunto, que não era ideia aleatória, ele conduzia um conjunto de pessoas que se movimentavam, apresentando construções que iam na contramão do Estado que se tinha. O Estado com Artur Bernardes, era um Estado totalitário, da escravidão ainda presente, da pobreza extrema, Estado que não tinha nenhum papel social. O conjunto de pessoas que se movimentam enquanto Coluna Prestes não se movimentam enquanto pessoas, mas enquanto ideias. E a ideia principal era mudança, transformação e não algo aleatório, era uma ideia de conjunto vinculado a uma ideia de país, de nação, era uma construção lógica. O nacionalismo não é um pacote fechado, ao contrário precisava de uma composição crítica, a partir da Coluna, para efetivar as mudanças necessárias.

O propósito de acabar com o voto aberto, com a corrupção e derrubar Artur Bernardes, eram componentes que significavam mudar a ideia de nação, isso é nacionalismo, é uma ideologia, e uma perspectiva, pois havia uma construção de organização voltada para a ideia de nação. O pensamento dialético permite a possibilidade de se pensar como organizar esse movimento. Não havia vínculo a um grande teórico para sustentar o nacionalismo, e não era preciso, pois a nação existe antes dos grandes teóricos. É preciso analisar como é que as pessoas do movimento pensavam o Brasil, e eles pensavam o país numa ideia de mudança, essa ideia de mudança já é uma ideia de nacionalismo, de transformação da nação sem nunca abdicar da mesma.

Diferentemente do pensamento acadêmico, que para se ter nacionalismo é preciso estar vinculado a um grupo teórico, com a construção da ideia de nação geralmente relacionada a um conjunto de perspectivas acadêmicas, a maioria dos rebeldes era analfabeta e vivia longe do ambiente acadêmico. A vida real é o pulsar do cotidiano, e foi desse contexto que Prestes emergiu, organizando um conjunto de conhecimentos a partir de sua experiência diária.

Em face do exposto, cabe ainda mencionar a constatação de Pinheiro (2006) sobre o período após a Primeira Guerra Mundial, marcado pelo interesse do Exército em se estabelecer como organização nacional capaz de elaborar e implementar efetivamente uma política abrangente de defesa nacional. Nesse sentido, Castro (2013) destaca valores como unidade nacional, crítica ao federalismo exagerado e restrições ao liberalismo nos ideais dos líderes do movimento tenentista. Conforme Fausto (1973), é possível detectar no movimento tenentista um corte e uma inflexão, o corte representado pela ruptura de Luiz Carlos Prestes em maio de 1930 e a inflexão, após a revolução de outubro, com a mudança dos tenentes de fora da máquina do Estado, anteriormente, para envolverem-se com o governo junto a outras forças.

A ideia de nacionalismo, praticada pelos tenentes, não acabou com fim do tenentismo, ganhou impulso com a ascensão de Getúlio Vargas. Enquanto deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Vargas, influenciado por Chateaubriand, reconheceu o espírito nacionalista do comunicador quando o conheceu, em que Moraes (1997, p. 145, grifo nosso, grafia da época) destaca o ideal daquele que viria a ser o futuro presidente do Brasil:

Vargas ouviu-o dizer [Chateaubriand] que nos próximos meses queria criar um vespertino novo no Rio de Janeiro e, logo em seguida, montar ou comprar um jornal em São Paulo e outro em Minas gerais, dando início a uma cadeia nacional de informação. A pronúncia da palavra 'nacional' fez brilhar os olhos do deputado:

— Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe **dêem** unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costas para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais que tu projetas pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto.

A falta de unidade nacional sinalizada por Getúlio Vargas na passagem acima está relacionada à forma como se deu a ocupação do território brasileiro, que de acordo com Silva (2018), realizou-se por meio da exploração dos recursos naturais, impulsionada pelo sistema mercantilista da coroa portuguesa. A abundância de recursos possibilitou a expansão do capitalismo, estabelecendo a construção do território e da sociedade. O povoamento, ligado à atividade econômica, intensificou a movimentação de pessoas, capitais e mercadorias, resultando no processo de urbanização aliado a interesses políticos, que favoreceram a fragmentação territorial.

Santos e Silveira (2013) também consideraram que o modelo da formação nacional do país tenha comprometido sua unidade territorial e política. Para os autores, nem mesmo a chegada da família real no Brasil em 1808 e a independência em 1822, eventos significativos na história da nação, resultaram na criação de fluxos econômicos efetivamente nacionais. A função principal da máquina do Estado era preservar e expandir fronteiras, manter a ordem, coletar impostos e unificar a língua com o apoio da igreja. A unidade política e linguística ocorria com as diversas regiões que, ao produzirem para o mercado externo, estabeleciam ligações quase diretas a este, ditando a evolução espacial e econômica do país. “Daí a imagem de um vasto arquipélago formado por um conjunto de ‘penínsulas’ da Europa” (Santos; Silveira, 2013, p. 32).

A partir da segmentação nacional de um país formado por estados, sem interação ou conexão, a Coluna Prestes trouxe a unificação, não necessariamente política ou territorial, mas no sentido simbólico, ou seja, trouxe a construção de um país único, traduzida como nacionalismo. Embora o país estivesse fragmentado economicamente e regionalmente, a passagem da Coluna por suas diversas regiões representava um processo de unificação das ‘ilhas’ mencionadas por Vargas.

Matos (2004) externa a imagem nacionalista dos revolucionários da Coluna, criada pela imprensa, em que o ‘O Jornal’ explorava o tema da anistia dos exilados políticos durante a campanha getulista, entrevistando Luiz Carlos Prestes em 1929. O noticiário destacou em primeira página, a matéria que sinalizava a possibilidade de mudança de atitude dos revolucionários no sentido de apoiar a campanha de Getúlio Vargas, conforme recorte da carta de resposta ao jornalista Annibal de Barros Cassal por Luiz Carlos Prestes,

Naturalmente se com o correr do tempo se modificarem os dados do problema o que depende em grande parte da sinceridade, desinteresse pessoal e desassombro com que passem das palavras à **acção** os elementos da **actual** dissidência, os revolucionários, que julgam hoje **prejudiciaes** à causa que defendem e portanto os interesses da Nação, qualquer aliança ou demonstração de **sympatia** poderão amanhã, na defesa da mesma causa e dos mesmos superiores interesses tomar diferente atitude (Prestes, Luiz Carlos, 1929, p. 1, grifos nossos, grafia da época).

E mesmo sem o apoio de Prestes, o “O Jornal” exaltava as posturas nacionalistas dos revolucionários associando-os aos candidatos à presidência, explorando a anistia como tema da campanha aliancista. De acordo com Matos (2004), Chateaubriand que colocava o “O Jornal” contra o presidente Bernardes, valorizava a Coluna Prestes enaltecendo os êxitos de Luiz Carlos Prestes ainda para provocar o presidente da época.

3.5 O nacionalismo da Coluna Prestes e de Prestes

De acordo com Breen (2008), o nacionalismo mostra-se capaz de acolher uma larga faixa de ideologias políticas, considerando diferentes sistemas de governo no mundo. Nos últimos séculos, monarquias, repúblicas, oligarquias, democracias, colônias oprimidas e Estados imperiais tiveram suas culturas políticas transformadas pelo nacionalismo. De maneira geral, o nacionalismo atua como mecanismo intensificador de uma ideologia dominante, tornando pessoas mais fervorosas como monarquistas ou republicanos, fascistas ou comunistas, podendo exacerbar ideias e pressuposições políticas de determinada cultura.

Transportando as colocações de Breen (2008) para a Coluna Prestes, com objetivo de explorar a narrativa do nacionalismo como herança, tem-se o nacionalismo burguês no Brasil já presente na época da Coluna e que persiste na atualidade e o nacionalismo de ruptura representado pela Coluna, caracterizado conforme Guimarães (2008, p. 246), embora os interesses defendidos pela Coluna fossem nacionais e não somente de seus integrantes:

Os movimentos nacionalistas significativos do ponto de vista político, cujas manifestações históricas mais simples decorrem de identidade étnica, linguística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, tem como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram um certo movimento.

Tendo em vista que, segundo Breen (2008), o nacionalismo acolhe ideologias políticas diferentes, as expressões de lealdade e sacrifício pelo bem comum tornam o conteúdo político do patriotismo extraordinariamente versátil. E assim importa realçar as adversidades que os revolucionários passavam na Coluna Prestes:

Dentro de pouco tempo, porém, a Coluna estava a pé e sem recursos, alimentando-se de palmitos e dos poucos bois que lhe restavam para as montadas, sem ter um pouco de sal para temperar a carne.
Esta marcha era feita muitas vezes com água pelos peitos e em certas ocasiões a nado, quando se deparava com algum corixo.
Descansava-se trepando nas árvores... Quase todos estavam descalços e mais ou menos nus. [...] Durante as noites, milhões de pernilongos perseguiram os homens e bestas, não permitindo que dormissem tranquilamente (Lima, 1979, p. 493).

A ruptura representa um processo de construção de outra realidade, mas a realidade vivida precisa ser superada por essa outra construção. Como a Coluna movimentava-se criando espacialidades, oportunizou a transformação da realidade, teve papel importante na construção da espacialidade como motor de pensar o Brasil. Na Geografia, só se estabelece relações de poder quando se está espacializado e, quanto mais amplo o espaço, mais poder vai atingir - pessoas e instituições. Foi um movimento que fez com que as pessoas entendessem pela primeira vez que era possível constituir outros movimentos além dos religiosos, ligado à

opressão da sociedade escravocrata, iniciado por homens (mas com mulheres agregadas), ensinou as pessoas que é possível criar movimentos sociais.

O nacionalismo burguês precisa sempre de ideais que o configurem como única alternativa, tendo como fundamento os valores construídos para o benefício da sociedade burguesa. E assim, todo o processo nacional precisa ser pensado como inevitável, e essa inevitabilidade ocorre motivada por um conjunto moral que tem como centralidade a permanência, que é um conceito importante para se entender a nação. Somente existe nação se existir ordem, com respaldo em Calhoun (2008, p. 37), advertindo que as nações ocorrem após existirem em termos discursivos, sendo o nacionalismo “[...] uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno. É um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da cultura, política e noção de seu lugar no mundo, que ajuda a construir nações como dimensões reais e poderosas da vida social”.

A ordem estabelece um conjunto de normas e valores irrefutáveis, logo o Estado é uma condição inquestionável da própria existência. O ser humano passa a existir como pessoa física a partir do seu registro civil de nascimento emitido por um órgão fiscalizado pelo Estado, ou seja, existimos para a sociedade porque existe um Estado e o Estado para se manter precisa de uma ordem dominante que é constituída e, portanto, inquestionável. Essa habilidade é transmitida pelo Estado por meio de valores, leis e educação, como um conjunto de informações organizadas, compreendido como herança.

Para a burguesia, a Coluna Prestes representa herança, no sentido de buscar uma identidade para o país, e realmente foi um movimento que buscava a construção de uma visão de Brasil. Porém, para Luiz Carlos Prestes era a ruptura, para a classe trabalhadora que se compromete com a classe, a Coluna representa ruptura, população comprometida. “O nacionalismo pode ser uma visão, uma esperança, um projeto utópico para uma nação futura, podendo fortalecer a linguagem de resistência política” (Breen, 2008, p. 75).

Prestes organizou toda a sua vida na luta contra as forças opressoras, assim, ao fundar, organizar e defender a Coluna, trouxe elementos da sua formação militar e de sua indignação com a situação do país. Posteriormente, conseguiu elaborar um projeto mais completo de compreensão e resposta para a realidade ao se comprometer com os ideais comunistas.

As ideias nacionalistas vinculadas ao projeto patriótico de Prestes mostram que o nacionalismo de Prestes vai além do processo militar de direita e se engendra à ruptura de uma epistemologia prática. Epistemologia que consolida outra nação, outra compreensão de mundo a partir da justiça social.

A Coluna Prestes, portanto, tem grande relevância na composição do cenário nacional de luta nos últimos 100 anos, pois influenciou temas e questões de forma direta e indireta na luta contra o sistema opressor brasileiro. Desse modo, destacamos que o projeto de país de Prestes não abandona a ideia de nação, nem mesmo o próprio Estado brasileiro que será reformado na luta direta contra a opressão. Destacamos que os principais objetivos da Coluna Prestes partiram do desejo de derrubar diretamente o governo oligárquico. A derrubada do governo está inscrita nessa ordem nacionalista, na forma de preservar a nação e garantir a promoção de reformas políticas e sociais dentro do Estado brasileiro. A luta da Coluna impulsionou importante herança nos movimentos sociais nacionais, visto que promoveu uma ideia de país diferente daquela que se tinha até então vinculada aos interesses estrangeiros, aos interesses da sociedade escravocrata e de uma oligarquia oriunda ainda da monarquia.

É preciso olhar com lupa a construção do nacionalismo de Prestes, visto que o seu sentido atribuí ao patriotismo inscrito nos ideais nacionalistas, ou seja, ‘Pátria e Nação’ estão imbricadas na composição de um Estado que precisa ser reformado e reformulado, conforme entendiam os tenentes na Coluna Prestes. E somente décadas depois, Prestes assume o caminho da revolução comunista. Mesmo com os ideais comunistas, Prestes mantém o nacionalismo como base, visto que tem sua influência direta do comunismo de Stálin, o qual defendia que o Estado-nação era a forma elementar de composição do papel de uma sociedade comunista.

Luiz Carlos Prestes (1949) entendia que havia dois nacionalismos, duas formas em compreender a organização da nação, ou seja, uma forma burguesa que era aliada dos países colonizadores e uma forma revolucionária que dependia diretamente das nações com suas especificidades para promover a luta contra a opressão. Esse pensamento somente foi possível por ter sido concretizado em movimento na Coluna Prestes, e por ter visto a importância do povo como fator nacional de transformação radical da realidade, isso ainda na década de 1920, com limitações desse povo diante da própria urgência de sobrevivência. Em 1973, Prestes, (publicado em 2019) traz uma explicação de seus pensamentos em formação até que tenha alcançado o comunismo. Todo seu pensamento foi organizado primariamente pela necessidade de romper com as oligarquias e, somente depois, constituiu um caminho revolucionário no sentido marxista-leninista, conforme Luiz Carlos Prestes (2019, p. 43-46):

Durante a marcha através de regiões atrasadas do País, sofremos o primeiro e decisivo choque psicológico ao entrar em contato com a realidade brasileira. Filhos da pequena-burguesia urbana e imbuídos de uma arrogância chauvinista que nos proporcionava uma ideia falsa da vida de nosso povo, surpreendemo-nos com o atraso e a miséria em que vivia a população brutalmente explorada e oprimida por uma minoria proprietária da terra. Descobrimos rapidamente que no Brasil, rico e

imenso, uma parte considerável dos camponeses não possuía um palmo de terra, via-se obrigada a viver nas terras dos grandes proprietários, submetida a seu arbítrio e sem ter a quem apelar, já que todas as autoridades locais eram aparentadas com os latifundiários ou estavam também submetidas à sua vontade. No interior do Brasil, não tinha vigência a Constituição nem eram respeitadas as leis (p. 43)

[...].

Supúnhamos também, como dizia naquela mesma carta, ao defender a guerra de movimento, que "com a marcha engrossaríamos a Coluna", o que não sucedeu, pois os trabalhadores do campo, se bem que simpatizassem com nossa luta, já que contra nós se lançavam todos os seus opressores, e admirassem nosso heroísmo e desprendimento, não se sentiam dispostos (com raras exceções de alguns jovens) a sacrificar seus interesses e suas vidas numa luta que não podiam acreditar que fosse vitoriosa (p. 44).

[...].

A marcha da Coluna foi um acontecimento de excepcional importância política. Mostrou às grandes massas populares de quase todo o Brasil a possibilidade de uma luta prolongada e vitoriosa contra seus opressores e encheu de esperanças e entusiasmo o coração de cada patriota. A Coluna, que não tinha um programa claro de reivindicações socioeconômicas e políticas, foi, no entanto, a primeira manifestação concreta da luta de nosso povo contra o poder político central e, portanto, contra o latifúndio e o imperialismo, pela liberdade, a independência nacional e o progresso social e, por isso, seus feitos permanecem indelévelis na memória do povo (p. 45-46).

Prestes, em 1973, apresenta a sua visão quanto à classe trabalhadora e explorada no Brasil e posiciona sua luta na construção de outra realidade. Apresenta a Coluna como a primeira luta contra o poder político central e a luta direta pela independência nacional. Assim, a luta da Coluna contra o imperialismo e pela liberdade nacional possibilita-nos a compreensão do nacionalismo que tanto foi promovido por ela. Ou seja, a luta da classe trabalhadora, dos oprimidos, somente seria possível com o fortalecimento da nação, logo a nação teve um movimento nacionalista para compor a mesma enquanto distante das forças imperialistas (Prestes, Luiz Carlos, 2019). Desse modo, Prestes salientou que a luta contra o latifúndio demonstrava transformações que precisariam concretamente entrar na pauta do movimento. E é interessante que Prestes associa latifúndio com imperialismo, visto que o poder das commodities sempre foi fundamental na organização do território nacional.

Luiz Carlos Prestes (1949) aponta que o nacionalismo burguês precisa ser superado. Em 1973 (Prestes, Luiz Carlos, 2019), escreve que é preciso a independência nacional, ou seja, a unidade nação com todos seus atributos históricos, culturais e sociais precisa ser aperfeiçoada; assim, salienta:

É a tendência de direita que, principalmente sob a forma do nacionalismo burguês, ameaça constantemente, nos países coloniais e dependentes, de infiltrar-se no Partido do proletariado e leva ao "seguidismo", à colaboração de classe, ao oportunismo, ao reformismo e à passividade.

Mas, de outro lado, é indispensável nos países coloniais e dependentes não subestimar o fator nacional, que é predominante, porque cria as condições para uma aliança da classe operária com as demais forças revolucionárias para a luta contra o opressor imperialista, aliança sem a qual o Partido Comunista isolar-se-ia e jamais

conseguiria arrancar as massas trabalhadoras e as camadas pequeno-burguesas da influência burguesa, jamais alcançaria a hegemonia para o proletariado (Prestes, 1949)⁴⁶.

Luiz Carlos Prestes (1949) destaca que é indispensável não subestimar o fator nacional, ou seja, é necessário que sejam respeitadas as composições históricas, culturais e geográficas do povo brasileiro para obter êxito diante das forças opressoras do capitalismo. Temos então uma composição crítica da ideia de nação e nacionalismo por Prestes, em que ele salienta a união do povo contra as forças imperialistas. Isso significa que é uma aliança nacional contra os estrangeiros opressores, e tal afirmação aponta o nacionalismo como caminho que revela a composição para a solução dos problemas do Brasil.

Luiz Carlos Prestes (1949, 2019) olha o Brasil a partir da ideia de soberania nacional, de um país que precisa se proteger das forças estrangeiras que oprimem o povo brasileiro. Ainda no seu Manifesto de Santo Ângelo de 1924, escreveu:

Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao Povo laborioso que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil (Prestes, Luiz Carlos, 1991, p. 411)⁴⁷.

Sublinhou no seu manifesto o amor pelo Brasil, norteando-o quanto à defesa do povo brasileiro e sinalizando que o povo brasileiro sabe distinguir quem ama realmente a nação. Nesse manifesto, trouxe junto os estrangeiros que se avolumavam nas lavouras brasileiras e depois na indústria nacional, dessa forma, o mesmo ideal seria o amor pelo Brasil. Este amor que os uniu em prol do bem da nação brasileira, já que essa nação é composta de brasileiros e estrangeiros. E a partir do momento que os estrangeiros tomaram a decisão de estarem no Brasil, eles demonstraram também grande amor pela nação. Essa lógica nacionalista de Prestes assume uma direção central na Coluna e impulsiona uma visão de mundo a partir da defesa incondicional da nação e do povo.

Luiz Carlos Prestes (1991, p. 411)⁴⁸ prossegue:

Todos desejam a vitória completa dos revolucionários, porque eles querem o Brasil forte e unido, porque eles querem pôr em liberdade heróis oficiais da revolta de 5 de julho de 1922, presos porque num ato de patriotismo, quiseram derrubar o governo Epitácio, o que esvaziou criminosamente o nosso tesouro, e porque quiseram evitar a

⁴⁶ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1949/12/politica.htm>

⁴⁷ Disponível também em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1924/10/29.htm>

⁴⁸ Disponível também em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1924/10/29.htm>

subida do Governo Bernardes, que tem reinado à custa do generoso sangue brasileiro.

Prestes sublinha que todos querem o Brasil forte e unido. Essa característica nacionalista é reforçada pelo sentido da própria atribuição de heroísmo, ou seja, são os heróis como mitos nacionalistas fundadores de um sentido revolucionário para a nação. O heroísmo é ponto chave desse processo de compreensão do nacionalismo, pois é preciso uma narrativa heroica que proporcione modelos de comportamento e valores que possam inspirar e unir o povo, consolidando o caráter nacional. A Coluna, portanto, buscou ter o apoio histórico dos tenentes e continuou se afirmando como necessidade de um processo de heroísmo para a nação. A forma como o Manifesto de 1924 é escrito caracteriza o ato patriótico como fundamento nacionalista, como sentido da constituição de uma forma de enfrentar a realidade pelo conjunto do heroísmo dos tenentes que continuam na Coluna.

Desse modo, o Manifesto de 1924 escrito por Prestes configura a relação entre o heroísmo e o nacionalismo como movimento da construção histórica, bem como um projeto de país vinculado à força, à coragem e à determinação desses homens guerreiros que cumprem nacionalmente o seu papel histórico de heróis em curso, em movimento e em ação para o progresso da nação. Assim, esse heroísmo destacado por Prestes elenca narrativas que motivam e consolidam uma identificação de luta do povo brasileiro com a Coluna, cria com isso possibilidades para a fundamentação de identidades nacionais vinculadas obrigatoriamente à Coluna. Como se, caso não houvesse a Coluna, haveria uma ruptura com o heroísmo nacional. Assim, os heróis nacionais frisados por Prestes são sujeitos simbólicos reais que representam valores, ideais e aspirações compartilhadas coletivamente por um povo, logo, são transformados em símbolos nacionais pelo povo brasileiro, por meio da mídia e de seu contato direto com a Coluna, como símbolos poderosos na construção, união e finalidade da nação brasileira.

A luta também é pela liberdade desses que estão presos por forças opressoras comprometidas com as alianças internacionais imperialistas. É preciso libertar os heróis para que esses também libertem o povo, ao mesmo tempo que o heroísmo serve como símbolo de personificação dos valores de uma nação. Com isso, a nação passa a ser pensada a partir das lutas desses heróis. Naquele momento em 1924, Prestes está construindo os heróis, edificando o heroísmo nacionalista. Dessa forma, precisa demarcar posicionamentos para que a motivação nacional das lutas esteja vinculada aos sacrifícios, tal como a morte e a perda de liberdade, para as projeções das conquistas que criaram e ainda iriam criar, a partir de 1922 a 1924, uma identificação com orgulho nacional a partir desses heróis, que conseguiram ter

maior projeção nos anos da Coluna e posteriormente à mesma. A Coluna, portanto, sublinhou os laços de pertencimento, identidade, luta e unidade nacional a partir da sua própria atuação e do poder da mídia nacional, por fim, o próprio Prestes se tornou um grande herói nacional: o Cavaleiro da Esperança.

No Manifesto de 1924, Prestes prossegue:

E o Povo Gaúcho, altaneiro e altivo, de grandes tradições a zelar, sempre o pioneiro de grandes causas nacionais, levanta-se hoje como um só homem e brada: Já é tempo de estancar o sangue brasileiro, já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de restabelecer a harmonia na família Brasileira, já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas sim ombro a ombro, para restabelecermos a situação financeira do Brasil, para recobrar o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram e podermos, assim, evitar que, em 1927, o Governo Inglês venha tomar conta das nossas alfândegas e das nossas ricas colônias para cobrar a dívida do Brasil (Prestes, Luiz Carlos, 1991, p. 411)⁴⁹.

Prestes nomeia o povo gaúcho como representante nacional, como uma forma de chamar os demais estados do Brasil para rumarem juntos pela luta da Coluna, que é a luta do povo brasileiro. Tece críticas ao governo inglês, portanto às forças colonizadoras que nos sugam. Dessa maneira, empreende o heroísmo no povo gaúcho, povo brasileiro, e com isso cria também um cenário de oposição, de inimigos, pois todo herói precisa de inimigos. Assim, no nacionalismo da Coluna, o inimigo não é simplesmente o estrangeiro, mas o estrangeiro que suga o povo brasileiro, por suas políticas colonizadoras em concordância com a classe dominante nacional que é vendida para essas forças degradantes do estrangeiro. O heroísmo da Coluna evoca a luta, ombro a ombro, como se não tivesse nenhuma outra opção além de seguir os heróis nacionais e no forjar da luta se formariam novos heróis nacionais. O ombro a ombro simboliza a nação, simboliza a força do heroísmo do povo brasileiro que unido supriria toda opressão.

O heroísmo associado ao inimigo estrangeiro e interno permite compreender o nacionalismo com um levante contra tudo que oprime a nação. Chauí (2000) aponta que as revoluções socialistas acabaram assumindo a forma do nacionalismo como garantia de sua própria existência revolucionária. Assim, Prestes e a Coluna têm suas aspirações nas motivações nacionalistas como reforçadoras da unidade do povo. Segundo Chauí (2000), a necessidade tanto da direita como da esquerda de se apoiarem no nacionalismo está na natureza do Estado moderno que é organizado pela cidadania, por meio de um sentimentalismo político que forma o sujeito em conformidade aos ecos da nação a partir da

⁴⁹ Disponível também em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1924/10/29.htm>

construção do civismo. Tal civismo, na Coluna Prestes, junta-se ao heroísmo; assim, no Manifesto de 1925, Miguel Costa, Prestes e Juarez Távora escrevem:

É mister, porém que a todo transe, se reintegre o Brasil na finalidade de seus destinos - ainda que novos mártires tenham de juntar o seu sangue ao dos que já souberam dar a vida pela liberdade de sua pátria.
 Recuar, neste momento, seria abjurar o ideal **por que** tantos companheiros queridos fizeram um supremo sacrifício e após essa abjuração, entregar, talvez, a vida e a liberdade de todos ao despotismo absoluto dos que nenhuma honra tem feito ao cristianismo da cultura brasileira e às tradições de generosidade de nossa raça (Costa; Prestes, Luiz Carlos; Távora, 1979, p. 573, grifo nosso, grafia original)⁵⁰.

O comando da Coluna Prestes, no manifesto de 1925, sinaliza o povo brasileiro como raça, ou seja, como um povo que se distingue de todos os demais. Prestes usa essa distinção para apresentar a Coluna como uma representação da força da nação brasileira. Essa força é fundamentada na honra da nação, que, por sua vez, é consolidada pelo cristianismo e pela cultura brasileira, logo tal cultura empreende a própria raça. O destaque das palavras raça, cultura e cristianismo são fundamentais para compreendermos que a Coluna precisa de fundamentos que a conectem com o povo brasileiro. Assim, após 15 meses de lutas, conforme o Manifesto de 1925, muitos heróis foram sacrificados e esse sacrifício se deve necessariamente à luta contra todas as forças inimigas que poderiam destruir a raça brasileira, a cultura nacional e a herança do cristianismo; enfim, elementos simbólicos promotores de uma nação, tal como salientou Chauí (2000) ao apresentar os símbolos que compuseram historicamente o país.

A Coluna Prestes, portanto, busca uma identidade nacional na raça, na cultura e na religiosidade, como se estivesse defendendo os mais augustos valores que somente o povo brasileiro poderia compreender. Jaguaribe (2013) destaca a necessidade em compreender pelos processos históricos as lutas na composição do nacionalismo, uma vez que o nacionalismo brasileiro titubeia entre a direita e a esquerda. Sendo, portanto, preciso saber sua ‘consciência’ no processo de luta, ou melhor, conhecer qual é o plano de poder desse nacionalismo para impor uma ideia de nação, povo e soberania.

Chauí (2000) e Saes (1985) nos colocam para pensar a ideia de nação e antinação, sendo a nação todo o conjunto, que Costa, Luiz Carlos Prestes e Távora (1979) salientam: a raça, a cultura e a religião. A raça trata-se de uma determinação geográfica, ou seja, quando Luiz Carlos Prestes (1991) conclama também os estrangeiros, de certa forma, ‘nacionaliza’ os mesmos, pois entende que a lógica da nação está no espaço geográfico, com isso a cidadania

⁵⁰ Disponível também em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1925/10/19.htm>

brasileira é outorgada para que esses estrangeiros que vieram por amor ao Brasil passassem a ser compreendidos como parte da raça brasileira, ou seja, o território determina o povo que nele habita, logo esse povo pertence à nação brasileira. Assim, a ideia de raça e de nação de Prestes nos manifestos de 1924 e de 1925 não tem vínculo com movimentos xenófobos, ao contrário a ideia de raça da Coluna é de união de todos os cidadãos que moram em território nacional para formar a nação brasileira.

Em consonância, o sociólogo Décio Azevedo Marques de Saes, em sua tese de doutorado, destaca que tanto na revolta de 1922, quanto na revolução de 1924, os tenentes adotaram a violência como recurso contra o Estado oligárquico. Considera a Revolução de 1930 como consequência da ação dos tenentes, tendo adotado o mesmo processo naquele enfoque combativo (Saes, 1985). O autor ressalta que até a época de sua pesquisa, poucos autores haviam evidenciado a fragmentação e a ambiguidade do tenentismo explicadas pelas diversas aspirações internas do grupo. Essas manifestações eram determinadas pelo vínculo militar enquanto categoria ligada ao Estado e quanto à condição de inserção na sociedade como pertencente às camadas médias urbanas. Como militares, entendiam o Estado como expressão suprema da nação e enquanto profissionais institucionalmente responsáveis pela soberania do Estado, interpretavam sua degradação profissional e social como uma forma de ultraje à nação (Saes, 1985).

A revolta do grupo militar devia-se ao caráter duplamente antinacional da dominação oligárquica. Por um lado, as oligarquias hegemônicas descentralizavam o Estado e reforçavam a autonomia econômica regional, aquém de promover a unidade nacional. De outro lado, a hegemonia política cafeeira reforçava a dependência da sociedade brasileira ao capitalismo internacional pelo fato de submeter-se integralmente ao apoio financeiro do capital europeu. Nessa perspectiva, “Mais do que mudar a sociedade, os movimentos tenentistas propunham-se sobretudo à derrubada do bloco oligárquico hegemônico: aspiravam primordialmente à ‘purificação’ do Estado, e não à transformação da sociedade” (Saes, 1985, p. 72).

Essa purificação está no sentido direto do nacionalismo, associado às questões da raça brasileira, o movimento da Coluna trouxe um sentido de nação e antinação. O nacionalismo preenche a forma do sujeito existir para compor os ideais mostrados pelo processo de luta, bem como a construção de formas para honrar os heróis que foram sacrificados pelo amor à pátria. Tal amor foi empreendido pelas forças militares já no início do século XX, conforme destacou Fausto (1973) ao apresentar a reorganização da força militar nos aspectos materiais e imateriais da vida nacional.

A herança da Coluna Prestes alcançou também os movimentos de esquerda na década de 1950 e 1960. Conforme Chauí (2000), o nacionalismo da esquerda nesse período passou a vigorar com o nome de nacional-desenvolvimentismo sendo chamado posteriormente de nacional-popular. Assim, entendemos que a compreensão da esquerda nacionalista buscava consolidar os sistemas simbólicos empreendidos por Prestes, uma vez que a Coluna não buscou o sacrifício da nação, mas o sacrifício de heróis pela nação, logo a nação está posta como possibilidade permanente de aperfeiçoamento, de purificação e de visualização de uma raça brasileira. Todavia, não se trata de um nacionalismo que busca consolidar uma forma de totalitarismo, ao contrário, o nacionalismo da Coluna tem princípios democráticos e que efetivam a proteção ao povo brasileiro, não sendo possível qualquer forma de violação desses direitos hoje chamados humanos.

Desse modo, a Coluna Prestes representa ainda hoje um capítulo importante na história brasileira na composição da própria identidade nacional, uma vez que sua origem esteve diretamente vinculada ao movimento tenentista, que precisa sempre ser interpretado como um dos principais movimentos contrários à República Oligárquica brasileira (1889-1930) e portanto, promotor das primeiras ideias democráticas no país. Sendo assim, destacamos que o nacionalismo dos tenentes e, conseqüentemente da Coluna, teve grandes desdobramentos com destaque quanto à luta por um Brasil mais justo, igual e democrático.

No tenentismo, e na Coluna Prestes como seu desdobramento, é possível perceber o ideal democrático do nacionalismo, como revela José Augusto Drummond em algumas situações de sua obra ‘A Coluna Prestes: rebeldes errantes’. Quando relata a reorganização da Coluna em 10 de junho de 1925: “A criação de 4 destacamentos sem colorido estadual mostra o desprezo dos tenentes pelo regionalismo. Eles não pretendiam comandar a revolta de dois ou mais estados, e sim um movimento nacional, algo bem típico da identificação entre Exército e nação” (Drummond, 1985, p. 40-41). Quando os oficiais da Coluna decidiram continuar a ação rebelde em abril de 1925: “[...] persistia a generalizada insatisfação ‘nacional’ com o governo de Artur Bernardes e com tudo que o sustentava. [...] o militarismo tenentista estabelecia uma relação ‘mágica’ entre nação e Exército” (Drummond, 1985, p. 30). E ainda “Na leitura de todos os depoimentos dos participantes se nota que a certeza da insatisfação política dos militares com a situação política nacional foi o motivo central para prosseguir a campanha” (Drummond, 1985, p. 31).

Neill Macaulay, na sua obra ‘Coluna Prestes: revolução do Brasil’, revela também traços nacionalistas dos tenentes quando aborda parte do manifesto dos chefes do movimento revolucionário de São Paulo que “[...] não era regional, porém nacional; era patriótico e ‘da

mais alta significação social e política'. O movimento partiu do 'Exército Nacional', [...] lutavam por nada menos que a regeneração do Brasil" (Macaulay, 1977, p. 24).

A caracterização de nacionalismo que Nelson Werneck Sodré traz na sua obra 'Raízes históricas do nacionalismo brasileiro' pode facilmente ser identificada na Coluna Prestes como "O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação" (Sodré, 1960, p. 31). A libertação daquela fase de dominação que o país passava era o propósito da Coluna. "O nacionalismo representa o ideal democrático [...]. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista" (Sodré, 1960, p. 31). A Coluna necessitava da colaboração da população por onde passava para subsistência dos participantes e recursos para continuarem a marcha. "O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, [...]. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria, mas da prática" (Sodré, 1960, p. 33). O que explica a intenção dos rebeldes em retirar o país da submissão às oligarquias dominantes.

Cabe ainda ressaltar o nacionalismo presente no tenentismo pela obra de Maria Cecília Spina Forjaz 'Tenentismo e política', quando aborda que os rebeldes não se consideravam representantes de uma determinada categoria social, "[...] tentando impor à sociedade seus interesses específicos, mas falam em nome de interesses nacionais, supondo representar uma consciência nacional. [...] se pronunciam em nome de uma coletividade nacional propondo para ela uma sociedade democrática" (Forjaz, 1977, p. 52).

Conforme Kaplan (2009), para o nacionalismo como ideologia espacialmente implícita, os espaços, territórios e lugares, são bastante expressivos para seus objetivos. Os movimentos espaciais da Coluna Prestes conseguiram fomentar uma ideia de nação como união, jamais como fragmentação. Desde o movimento Tenentista, a luta nacionalista continha os germes do processo revolucionário.

A participação dos tenentes no aparelho de Estado não significava que estavam desvinculados da sociedade brasileira, pois seus movimentos políticos refletiam suas aspirações sociais ligadas às camadas médias urbanas. Como estas camadas não formavam uma unidade política ou ideológica coesa, Saes (1985) compreende o tenentismo dividido em duas alas, a liberal e a nacionalista. A ala liberal, representante das classes médias urbanas e vinculada às oligarquias dissidentes, utilizava métodos e ações militares para a conquista de reformas políticas a serviço dos propósitos da classe. A ala nacionalista, representando as baixas classes médias, constituía uma resposta tipicamente militar ao descontentamento

dessas classes em meio à crise do capitalismo agrário-mercantil, vindo romper com a ideologia oligárquica.

O autor considera a revolta do Forte de Copacabana de 1922, como uma expressão quase pura da tendência tenentista liberal, apresentando-se tipicamente militar na sua forma e liberal no seu conteúdo (Saes, 1975, 1985).

A revolução de 1924 foi mais heterogênea, os liberais não significavam mais que uma das tendências revolucionárias encontrando seus representantes mais notórios entre os tenentes de São Paulo unidos ao líder Siqueira Campos. Essa ala liberal do tenentismo teve participação junto a outras tendências na Revolução de 1930. A ala nacionalista identificada a partir da revolução de 1924 tinha propósitos distintos da 'ala liberal', contestava as estruturas do Estado oligárquico, federativo e antinacional, objetivando substituí-lo por um Estado antioligárquico, centralizado e nacional. Além de militares, os tenentes também pertenciam às camadas médias urbanas da sociedade e assim, como as baixas classes médias, sentiam-se ameaçados pela política oligárquica de socialização de perdas (Saes, 1985).

Para Saes (1985) o propósito dos tenentes nacionalistas era político-institucional, buscavam combater as oligarquias para estabelecer um Estado antioligárquico como forma de defender os trabalhadores brasileiros. No entanto, não possuíam um programa definido para transformações econômicas e sociais. O elemento essencial do discurso antioligárquico dos tenentes nacionalistas era o Estado nacional como representante máximo da comunidade brasileira. A revolução de 1924 foi mais complexa, levando a tendência liberal a concorrer com as manifestações regionais de um nacionalismo um tanto radical:

[...] o grupo de Luiz Carlos Prestes no Rio Grande do Sul, o governo radical do tenente Ribeiro Júnior no Amazonas ou o tenentismo de Juarez Távora no Nordeste. Estas manifestações foram bem mais longe que o tenentismo liberal de São Paulo; combinavam o golpismo e o militarismo típico dos tenentes, propósitos socioeconômicos vagos e a aspiração a um Estado nacional centralizado e soberano (Saes, 1985, p.75-76).

Embora com divergências, o tenentismo atuou na revolução de 1930 na busca pela derrubada do governo federal por meio da intervenção armada, porém a revolução não unificou completamente o movimento tenentista com suas tendências liberal e nacionalista. Desde 1924, uma facção da ala nacionalista, liderada por Luiz Carlos Prestes, inclinou-se à radicalização ideológica e política, adotando uma posição de esquerda. Após a marcha da Coluna Prestes, seu líder estabeleceu-se na clandestinidade e fundou a Liga de Ação Revolucionária (LAR), que buscava representar politicamente o bloco operário-camponês.

A LAR marcou a ruptura definitiva do grupo de Prestes com o tenentismo, refletida em sua ausência na campanha eleitoral da Aliança Liberal e na revolução de 1930, como uma recusa ao compromisso com a política burguesa (Saes, 1985). Essa organização, fundada em Buenos Aires, em julho de 1930, foi qualificada como um ‘órgão técnico’, destinado a preparar trabalhadores e pequena burguesia empobrecida para a revolução agrária e anti-imperialista (Kornis, 2009). Segundo a autora, a Liga teve uma adesão limitada e não conseguiu estabelecer comitês no Brasil. Considerando que a organização não tinha condições de liderar um movimento revolucionário, Prestes e seus apoiadores decidiram dissolver a Liga logo após a revolução de 1930.

Os comunistas discordaram da criação da LAR por considerarem desnecessário outro partido para liderar o proletariado. Segundo Anita Prestes (2015a), ao dissolver a LAR, Prestes conclamou os revolucionários brasileiros a apoiarem o Partido Comunista. Ele os convocou a ingressar nas fileiras do partido ou participar de organizações de massa como a Liga Anti-Imperialista e o Socorro Vermelho Internacional.

Seções das duas obras de Décio Saes supracitadas nos fornecem argumentos para considerar a Coluna Prestes como nacionalista, nos levando a entender que o autor considera o tenentismo como um movimento dúbio. Sua dissertação de mestrado: ‘O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira’ transformada no livro: ‘Classe média e política: na Primeira República brasileira (1889-1930)’ e sua tese de doutorado: ‘Classe moyenne et système politique au Brésil’ publicada como livro: ‘Classe média e sistema político no Brasil’ trazem seções intituladas respectivamente como ‘Ambiguidade do tenentismo’ e ‘As duas faces do tenentismo’. As duas seções revelam a Revolução de 1922 como uma expressão predominantemente do tenentismo liberal e o movimento de 1924 mais complexo, envolvendo as duas tendências, tanto liberais quanto as manifestações de um nacionalismo mais radical (Saes, 1975, 1985).

A Coluna Prestes como desdobramento do tenentismo transcende limites regionais buscando transformar o país em um Estado nacional, centralizado e soberano, assim como os propósitos da ala nacionalista do tenentismo revelados por Saes (1985). Nessa abordagem, há fundamentos que respaldam o reconhecimento da Coluna como um movimento nacionalista além da prática de diversas características dessa ideologia política na promoção da defesa de interesses nacionais.

Por outro lado, ainda na campanha das eleições presidenciais de 1922, de acordo com Celso Peçanha (1978)⁵¹, Nilo Peçanha candidatou-se como reação republicana contra o esquema político do café com leite. Pelo seu passado republicano e tradição de democrata, Nilo Peçanha despontava também como candidato da reação popular para a disputa eleitoral. Candidato que derrotado, inspirou os jovens militares do Forte de Copacabana à resistência armada.

Na época daquele pleito eleitoral Nilo Peçanha era “[...] o líder do povo brasileiro. A síntese de suas aspirações, não por ser Nilo Peçanha e sim porque Nilo Peçanha significava uma política nacionalista, de desenvolvimento, progresso e democracia” (Peçanha, Celso, 1978, p. 135). Essa passagem, em nossa análise, associa os tenentes a uma tendência ideológica nacionalista, além do ideal de união e de integração nacional que Nilo Peçanha exibiu. Na sua peregrinação durante a campanha à Presidência da República, ele denunciava que o país não passava pelo imperialismo apenas estrangeiro, “[...] mas, também dentro da própria nação, onde se observava uma espécie de colonialismo interno, a exploração e opressão dos Estados mais atrasados pelos grandes centros econômicos do País, fenômeno este que aumentou ainda mais os desequilíbrios regionais” (Peçanha, Celso, 1978, p. 144).

O candidato republicano constatava que o imperialismo também se manifestava dentro das fronteiras brasileiras, através das organizações federativas iniciantes ou mal equilibradas. Ele rejeitava a política de subjugação, absorção e conclamava “[...] a arrancarmos a República das mãos de alguns para as mãos de todos, resgatando nas urnas, a peito descoberto, esses vinte anos de erros, de mistificações e de hipocrisia, em que temos sido culpados uns, vítimas outros, responsáveis tantos” (Peçanha, Nilo⁵², 1922 apud Peçanha, Celso, 1978, p. 144). Toda essa convicção política de Nilo Peçanha, referida anteriormente como nacionalista, progressista e democrática, alinhava-se aos propósitos da Coluna Prestes.

Desse modo, o nacionalismo presente na Coluna Prestes traz a ideia de uma ideologia que está vinculada a um projeto social, de justiça, um projeto de país diferente daquele que se apresentava durante a República velha. O nacionalismo construído na Coluna Prestes é diferente do nacionalismo que se verifica atualmente, ou seja, este nacionalismo de direita associado ao neoliberalismo, que se apresenta com a prevalência de mercado, com ideia de poder soberano que é o mercado, não cabe pensar sobre o território nacional.

⁵¹ Nas citações de Celso Peçanha neste trabalho, utilizaremos seu nome completo para diferenciar de seu tio, Nilo Peçanha.

⁵² Na citação de Nilo Peçanha, utilizamos seu nome completo para diferenciar de seu sobrinho, Celso Peçanha.

Luiz Carlos Prestes, líder da Coluna, teve a ideia de pensar outro país, não de formas radicais ou revolucionárias, mas do ponto de vista de construção de instituições mais humanas, com pessoas voltadas para o melhoramento da sociedade. Quando se relaciona o termo ruptura com nacionalismo é preciso voltar à ideia de nação que se tinha no século XIX, que culminava com a derrubada de D. Pedro II, continuando no século XX, nação como concepção de fortalecimento de suas fronteiras.

Devido a ocorrência de diversos conflitos internos em várias partes do país na época, surgia o receio do separatismo. E, dessa forma, a ideia de nacionalismo foi ampliada para além de se evitar a entrada de inimigos no território, mas também de se alertar sobre a hipótese de que o território pudesse ser implodido, cuja perspectiva é difundida no Exército. Refletindo geograficamente, estamos tratando de fronteira, de território e de nação, trazendo a ideia de nação para ser pensada a partir da ciência geográfica. A ideia de território, de poder, de fronteira, de limite leva a um processo de organização do mapa, como símbolo do país, assim como a bandeira, o hino, o brasão, que para Cerulo (1993), são signos que definem a nação reafirmando suas fronteiras de identidade, além de legitimar autoridade.

Quando irrompe a Coluna Prestes se estabelece uma contradição no sentido da ideia de nação. No século XIX até o século XX, essa ideia era muito forte, um entendimento de mais de cem anos de que o território não poderia fragmentar, que o poder não poderia ser pulverizado. E a Coluna Prestes chega fazendo um movimento de implosão interna, porque não estava respeitando as ordens estabelecidas e as instituições. Ou seja, aquela ideia de nacionalismo que se tinha, de ordem de organização, herdada do positivismo, dos europeus, ideia de impor à classe trabalhadora a submissão ao poder, é derrubada pela Coluna que demole tudo, tencionando fazer um outro país, uma outra nação.

O fato de a Coluna Prestes se deslocar pelo território já era uma afronta à ideia de nacionalismo que se tinha, mostrava um processo de ruptura desse nacionalismo burguês, ligado a território, a poder, à classe dominante, com outro nacionalismo surgindo, o nacionalismo que surgia de Luiz Carlos Prestes e comandados. Era um nacionalismo de ruptura, que rompia com essa ideia europeia, burguesa e positivista. Prestes pensou em fazer outra coisa, em movimentar, ele não rompeu totalmente com os processos burgueses, mas entendeu que eram falhos. Naquele momento, ele não tinha a articulação das ideias voltadas para o processo revolucionário, isso ocorreu quando ele se tornou um revolucionário de fato. Na Coluna, ele estava num processo de engajamento dessa revolução, que ele ainda não sabia, antes de se tornar marxista. Quando se tornou revolucionário, passou a admitir que era preciso mudar as instâncias de poder para serem compostas de operários, camponeses, classe

trabalhadora, confirmando a ruptura. Prestes tornou-se marxista, andando, não era um marxista de gabinete, vendo as misérias e desgraças do país foi se comovendo cada vez mais, porém não sabia como organizar aquele entendimento teoricamente, vindo a proceder quando se inteirou das convicções comunistas.

A Coluna Prestes enquanto movimento político e social, tendo o espaço como fundamental para sua realização, materializou a caracterização da nação na luta contra as forças opressoras sejam internas ou externas.

Ao longo desta seção, buscamos consolidar o nacionalismo de forma singular que permeou a Coluna Prestes e que mobilizou a história brasileira entre 1922 e 1930. Através da análise crítica constatamos que o nacionalismo da Coluna Prestes sempre se distanciou da visão elitista, gananciosa e excludente das elites oligárquicas brasileiras da época em consórcio com os países colonizadores, como a Inglaterra. A luta do nacionalismo da Coluna motivou a bandeira de um nacionalismo popular com características democráticas, emancipatórias, anti-imperialistas e anticolonialistas. Assim, o nacionalismo da Coluna foi fundamentado pela promoção da luta por justiça social, bem como pelos direitos dos trabalhadores na formação de uma nação comprometida de forma mais justa e igualitária para o bem do povo brasileiro.

4 ANÁLISE DA HERANÇA DA COLUNA PRESTES: A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

*“[...] E a Coluna vai embora
Prestes soube e fez a hora
Esperar é perceber [...]”
(G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, 2003-2024).*

A Coluna Prestes tem grande relevância na composição do cenário nacional de luta dos últimos 100 anos, visto que ela influenciou temas e questões de forma direta e indireta na luta contra o sistema político opressor brasileiro. Um dos principais objetivos da Coluna Prestes foi a composição de movimentos capazes de derrubar o governo oligárquico e, dessa forma, incentivar a promoção de reformas políticas e sociais. Entendemos que a Coluna não alcançou esses objetivos naquele momento, mas deixou uma importante herança nos movimentos sociais nacionais ao contribuir para a construção da democracia no país por meio da tentativa de derrubada do poder oligárquico nacional.

Ao tentar derrubar esse poder oligárquico, a Coluna impulsionou uma força enorme para os movimentos e expedientes que conseguiram compreender a dinâmica da luta e da organização contra as formas de opressão realizadas pela elite brasileira. É fundamental destacarmos uma das principais contribuições da Coluna Prestes que foi a disseminação da construção de um ideário político em oposição ao modelo oligárquico, pois a Coluna pregava o resgate da moralidade pública, o voto secreto e universal, e o fim do poder das oligarquias rurais, conforme o Manifesto de 1924.

Luiz Carlos Prestes, líder da Coluna, dedicou a maior parte de seus 92 anos de vida à luta pela transformação da sociedade brasileira. Desde seu envolvimento na conspiração tenentista em 5 de julho de 1922 até seu falecimento, o percurso político de Prestes se entrelaçou em momentos-chave na história do Brasil e, por vezes, em eventos internacionais. Estando exilado na Bolívia, em seguida na Argentina e Uruguai ao final da marcha, Prestes iniciou-se nos estudos marxistas, adquirindo a base necessária para mais tarde se tornar a principal liderança do movimento comunista no Brasil. A seguir, é apresentada a trajetória de Prestes envolvido em atividades libertadoras, nacionalistas e revolucionárias pós-Coluna a partir de Anita Prestes (2006).

Em 1931, a convite da Internacional Comunista (IC), Prestes partiu para a URSS, onde trabalhou como engenheiro, participando ativamente da construção do socialismo naquele país. O contato com a realidade soviética contribuiu para sua formação na ideologia marxista, sendo aceito no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em agosto de 1934. Em 1935, retornou

ao Brasil para participar da luta pela ANL, da qual era presidente de honra, contra o fascismo e o integralismo de Plínio Salgado. Participou da campanha do PCB, a favor da convocação de uma Assembleia Constituinte que elaborasse uma Constituição para substituir aquela de 1937, de características fascistas, decretada no regime do Estado Novo (Prestes, Anita, 2006).

Em 1942, Prestes ainda prisioneiro do Estado Novo, apoiou o presidente Getúlio Vargas no envio de soldados para lutar contra o nazifascismo, no movimento de entrada do Brasil na guerra. Embora preso, foi eleito secretário-geral do PCB em 1943, numa conferência realizada na serra da Mantiqueira que reorganizou o partido. Com o decreto-lei de Vargas datado 18 de abril de 1945 visando a libertação dos prisioneiros políticos brasileiros, Prestes deixou a prisão após passar nove anos detido, em grande parte do tempo sujeito ao regime de incomunicabilidade. Livre do presídio, Prestes empenhou-se na campanha de massas de legalização do PCB e na luta pela ‘União Nacional’ para levar o país à efetiva democratização (Prestes, Anita, 2006).

Nas eleições de dezembro de 1945 para a Assembleia Constituinte, Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal, com mais de 160 mil votos e deputado por três estados⁵³. Além dessa expressiva vitória de Prestes, outros 14 deputados comunistas foram eleitos nesse pleito (Prestes, Anita, 2006). Na Constituinte de 1946, Prestes apresentou um documento básico que orientava a participação dos comunistas destacando pontos importantes como:

[...] a defesa do direito de voto para todos os cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Da mesma forma, a garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento etc. A completa igualdade de direitos sem distinção de sexo, religião ou nacionalidade. E muitas outras demandas democráticas [...] (Prestes, Anita, 2006, p. 49).

A respeito de defender a inclusão de amplos direitos democráticos na Constituição e após a sua promulgação, Prestes argumentava, “não é capitulando diante dos reacionários que se defende a democracia. A maneira de defendê-la consiste em lutar por ela até o fim e lutar decisivamente” (Prestes, Anita, 2006, p. 49). Dessa forma, os parlamentares comunistas na Câmara e no Senado federais votando contra o projeto de Constituição aprovado pela maioria conservadora da Assembleia Constituinte, sobre questões fundamentais relacionadas ao problema da terra no Brasil, propuseram emendas que foram rejeitadas pela maioria reacionária. As emendas referiam-se ao direito de propriedade, à garantia de fixação do homem no campo, bem como à proteção dos elementos naturais (Prestes, Anita, 2006).

⁵³ Fotografia de Luiz Carlos Prestes sendo diplomado senador pelo PCB em 1945, demonstrada na Figura 8 do Anexo A.

Nessa perspectiva, evidenciando a postura pioneira dos comunistas na luta pela reforma agrária, Prestes proclamava em seus discursos: “Sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem” (Prestes, Anita, 2006, p. 50). No ponto de vista dos direitos sociais, na Constituição de 1946, os comunistas conseguiram inscrever o direito de greve e uma série de outras conquistas importantes para os trabalhadores a despeito da maioria conservadora da Constituinte (Prestes, Anita, 2006).

Com a promulgação da Constituição, em 18 de setembro de 1946, Prestes como o único parlamentar comunista enfrentava intensa hostilidade anticomunista que se acentuou com o avanço da ‘guerra fria’. A histeria anticomunista instalada no país culminou na ilegalidade do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 1947 e a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948. E assim, Prestes foi forçado a atuar na clandestinidade em mais de dez anos de isolamento. Ainda como secretário geral do PCB, estando isolado, Prestes não pode interferir em ações de graves erros de orientação política dos comunistas, nos anos de 1950. Embora, no pleito presidencial de 1955, os comunistas tivessem apoiado Juscelino Kubitschek e João Goulart (para presidente e vice respectivamente), cuja vitória, além de marcar o início de mudança na situação política do país, impulsionou o fortalecimento das forças nacionalistas e democráticas (Prestes, Anita, 2006).

Em março de 1958, Prestes e demais dirigentes comunistas, tiveram as ordens de prisão revogadas, permitindo-lhes o retorno à vida legal, apesar de o PCB continuar ilícito. Neste mesmo mês, o Comitê Central do PCB, com o apoio de Prestes, lançou o documento ‘Declaração de março’ de 1958 em que se assumia uma postura autocrítica referente a ações anteriormente adotadas pelo PCB. Prestes retomou a atividade junto às massas populares e à vida política nacional, liderando os comunistas na luta pela legalidade do PCB e participação ativa em lutas por reformas, especialmente a reforma agrária, obtendo êxitos significativos até o golpe militar de 1964. Apoiou candidatos comprometidos com os interesses populares em várias regiões do Brasil, inclusive Henrique Teixeira Lott para presidente e João Goulart para vice, nas eleições presidenciais de 1960. Como secretário-geral do PCB, realizou viagens internacionais representando os comunistas brasileiros no movimento comunista internacional (Prestes, Anita, 2006).

Embora o movimento operário e democrático tenha obtido sucessos nos anos 1960, ele não teve mobilização suficiente para impedir o golpe militar de 1964 pelos setores de direita, vindo resultar na queda de João Goulart e instauração do regime militar por vinte anos no

país. Com a transferência do Comitê Central do PCB para a Europa e devido à intensa repressão militar sobre os comunistas entre 1974 e 1976, surgiram divergências político-ideológicas entre Prestes e a maioria da direção do partido. Prestes, ao perceber a resistência da maioria da direção do PCB em rever sua linha estratégica, demonstrando tendências de acomodação e abandono da luta pelo socialismo no país, optou por romper com o Comitê Central, aguardando seu retorno ao Brasil para formalizar a decisão (Prestes, Anita, 2006).

Em outubro de 1979, após 8 anos de exílio, Prestes conquistou a anistia e regressou ao Brasil. Em março de 1980 oficializou seu rompimento com a política ‘oportunista de direita’ imposta pela direção do PCB, denunciando o abandono da luta pelos objetivos revolucionários e socialistas que deveriam conduzir o partido. Desde então, Prestes envolveu-se em atividades de esclarecimento e propaganda de seus ideais revolucionários junto a diversos setores da nação, especialmente trabalhadores e jovens (Prestes, Anita, 2006). Após delineada essa trajetória de luta de Prestes⁵⁴ pela democracia brasileira, abordaremos acontecimentos específicos vivenciados e/ou testemunhados por ele ou influenciados pela Coluna e tenentistas.

4.1 Fatos da política externa brasileira relacionados à Coluna Prestes

Como uma das influências exercidas pela Coluna Prestes, inclusive no plano internacional, situa-se o impacto significativo do movimento nas relações internacionais do Brasil, especialmente no período de julho de 1924 a março de 1927. Neste domínio, a política do governo de Artur Bernardes se caracterizou pela tentativa de inviabilizar a condução do movimento e amenizar as repercussões negativas decorrentes do enfrentamento a ele. O movimento causou impacto principalmente na América do Sul, de cujos países vizinhos os rebeldes muitas vezes dependiam para obtenção de recursos essenciais, como alimentos, suprimentos e armamentos, para continuar a luta (Garcia, 2006; Xavier, 2011).

De acordo com Garcia (2006), as representações diplomáticas do Brasil nos Postos do Rio da Prata transmitiam, regularmente ao Ministério das Relações Exteriores, informações das atividades dos revolucionários naquela região, compreendendo os países: Argentina, Uruguai e Paraguai. A imprensa internacional obtinha informações do movimento rebelde através de seus correspondentes no Brasil ou por troca de dados. Em relação aos postos do

⁵⁴ A Figura 9 do Anexo A, mostra a declaração de renúncia de Luiz Carlos Prestes a uma pensão vitalícia concedida a ele pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a título de homenagem histórica.

Itamaraty, estes eram orientados pelo governo federal para desmentir notícias referentes aos movimentos rebeldes que fossem consideradas infundadas ou mentirosas (Xavier, 2011).

Conforme Meirelles (1995), as informações que as embaixadas recebiam de seus países eram diferentes das que eram divulgadas pelos jornais brasileiros. O Ministério das Relações Exteriores assegurava que o Brasil estava sendo vítima de campanha de injúria internacional e acusava a cidade de Buenos Aires de atuar como base de disseminação de informações depreciadoras do Brasil para o exterior, conforme colocações de Meirelles (1995, p. 114): “As embaixadas são instruídas pelo Itamaraty a repelirem com energia os ‘boatos alarmantes’ que os correspondentes estrangeiros de Buenos Aires estão recebendo, pelo telefone através do Rio Grande do Sul”.

A fragilidade do convívio entre Brasil e Argentina não era recente. De acordo com os estudos de Xavier (2011), a tentativa de o Brasil modernizar suas Forças Armadas, indo contra a agenda internacional após a Primeira Guerra Mundial que assinalava limitação da capacidade bélica dos países, ocasionou desconfiança nos países vizinhos. As relações da Argentina com o Brasil, desestabilizadas desde a chancelaria do Barão do Rio Branco, intensificaram-se negativas pelo receio de uma relação privilegiada do Brasil com os Estados Unidos e pela apreensão sobre o reequipamento militar brasileiro (Garcia, 2006).

Diante das proximidades da realização da Conferência Pan-Americana de 1923, a realizar-se em Santiago no Chile, o Brasil propôs uma reunião preliminar, envolvendo Argentina, Brasil e Chile, no intuito de discutir questões relacionadas a armamentos e equilíbrio naval entre os três países, e assim abrandar as tensões com Buenos Aires. Por efeito do insucesso da proposta brasileira, o país acabou adquirindo uma reputação armamentista, o que ocasionou seu distanciamento político em relação à vizinhança (Garcia 2006; Xavier, 2011). Apesar do empenho de Bernardes em atenuar as discussões em relação ao desarmamento, as divergências entre Brasil e Argentina permaneceram. E durante a Conferência de Santiago, categorizou-se um quadro de hostilidade que persistiu ao longo da década de 1920, incluindo o contexto da Coluna Prestes (Xavier, 2011).

A política externa do Brasil do governo de Artur Bernardes foi uma das piores durante a República Velha. No final daquele governo, o país foi isolado politicamente na América do Sul devido às questões armamentistas e malvisto na Europa pelo veto à entrada da Alemanha na Liga das Nações, bem como pela sua subsequente saída da organização. Ademais, o Brasil foi ignorado pela política externa dos Estados Unidos, o que contribuiu para sua falta de prestígio no cenário internacional (Garcia, 2006).

Pelos estudos de Xavier (2011), as articulações do Ministério de Relações Exteriores para combater os revolucionários da Coluna Prestes nos países vizinhos foram bem-sucedidas no Paraguai e Uruguai, o que não ocorreu com a Argentina, nesse caso, realizadas em clima de tensão e desconfiança. No aspecto formal, a Argentina concordou em cooperar com o governo brasileiro, entretanto no aspecto prático não correspondeu ao que se esperava.

Como questões de relações internacionais do Brasil com o Uruguai na época da Coluna Prestes, destacam-se as tensões dos acontecimentos de ‘Los Galpones’. O episódio ocorreu em novembro de 1924, a partir de um plano dos rebeldes em sublevar os navios de combate, encouraçados; o navio de nome Minas Gerais e o navio São Paulo, para obrigar Artur Bernardes a renunciar. A ação do movimento seria um bombardeio dos encouraçados com apoio dos fortes localizados na Baía de Guanabara e de outras embarcações atracadas na área, forçando a saída do presidente como a única opção viável diante das circunstâncias extremas. Com a prisão pela polícia do Distrito Federal de várias pessoas vinculadas ao levante projetado, o movimento foi prejudicado e só foi possível sublevar o encouraçado São Paulo (Meirelles, 1995; Xavier, 2011).

Os rebelados do encouraçado São Paulo saíram da Baía de Guanabara seguindo para o rumo sul e, devido aos rumores das revoltas no Rio Grande do Sul, resolveram pedir asilo político ao governo de Montevideu para posteriormente cruzar a fronteira e juntar-se às forças revolucionárias gaúchas. Um grupo de marinheiros do encouraçado foi enviado a Rivera, cidade do Uruguai, a fim de identificar o melhor momento e modo de encontrar as tropas riograndenses em São Luiz Gonzaga. Naquele lugar, os marinheiros foram convocados por um grupo de chefes maragatos⁵⁵, para combaterem as forças legalistas de Borges de Medeiros⁵⁶ em Santana do Livramento no Rio Grande do Sul.

Por motivo do fracasso do ataque em Santana do Livramento, as forças lideradas pelo caudilho Júlio de Barros, às quais estavam unidos os marinheiros do encouraçado São Paulo, fugiram para a região uruguaia conhecida como “Los Galpones”, onde foram perseguidas pela tropa de Borges de Medeiros. Alguns marujos do São Paulo e outros rebeldes foram degolados pelos chimangos⁵⁷ a serviço do governador gaúcho, ficando o episódio conhecido como o ‘Massacre de Los Galpones’. A invasão de forças legalistas ao Uruguai além de

⁵⁵ Grupo participante da Revolta Federalista ocorrida no sul do Brasil entre os anos de 1893 e 1895. E Revolta de 1923 no estado do Rio Grande do Sul, tendo Assis Brasil como principal representante. Integrava as fileiras da Coluna (Xavier, 2011).

⁵⁶ Governador do estado do Rio Grande do Sul nos períodos: 1898 e 1908, e 1913 a 1928 (Xavier, 2011).

⁵⁷ Grupo participante da Revolta Federalista ocorrida no sul do Brasil entre os anos de 1893 e 1895, e Revolta de 1923 no estado do Rio Grande do Sul, tendo Borges de Medeiros como principal representante (Xavier, 2011). Perseguiu a Coluna em oposição aos maragatos (Castro, 2016).

causar indignação, gerou um incidente diplomático entre Brasil e Uruguai, que constituiu motivo para pedido de desculpas formal do governo brasileiro ao Uruguai (Garcia, 2006, Meirelles, 1995, Xavier, 2011).

Outro impacto nas relações internacionais do Brasil foi referente ao elevado número de estrangeiros, vitimados pelas tropas legais no bombardeio indiscriminado a São Paulo na revolução de 1924, por meio de fogos de artilharia e de operações aéreas sem conhecimento do posicionamento dos rebeldes⁵⁸. Desse modo, em 13 de julho de 1924, os representantes diplomáticos instalados em São Paulo reuniram-se para protestar contra os bombardeios que estavam prejudicando os interesses comerciais de seus países e exterminando grande número de seus concidadãos (Xavier, 2011). A quantidade de nações que participaram do encontro refletia a importância da cidade de São Paulo em aspectos políticos, econômicos e sociais, incluindo países como: Itália, Portugal, Chile, Peru, Argentina, Uruguai, Suécia, Dinamarca, França, Bélgica, Estados Unidos, Japão, Espanha, Noruega, Suíça, Alemanha, Guatemala e Inglaterra (Meirelles, 1995).

No dia 24 de julho, as forças governistas lançaram, sobre São Paulo, panfletos orientando a população que abandonasse a cidade de modo a facilitar os combates aos rebeldes. Diante de tal mensagem, parte do corpo diplomático, no Rio de Janeiro, resolveu enviar nota conjunta ao Itamaraty, demonstrando preocupações com seus compatriotas, sendo recusada pelo chanceler Félix Pacheco, que aceitou notas individuais das missões estrangeiras que quisessem manifestar-se. No dia 28 de julho de 1924, os revolucionários deixaram São Paulo destinando-se ao interior do país, colocando fim na preocupação das missões diplomáticas estrangeiras no Brasil, com relação às vidas dos estrangeiros que passaram a preocupar-se com os prejuízos decorrentes dos confrontos (Garcia, 2006; Xavier, 2011).

Os impactos internacionais causados pela Coluna Prestes foram mais expressivos no período de julho de 1924 a maio de 1925 quando às atividades revolucionárias se concentraram em localidades próximas às fronteiras do Brasil com Argentina e Paraguai. Nessa época, os consulados brasileiros da região do Prata exerceram intenso monitoramento das ações rebeldes (Xavier, 2011).

Na ocasião, o Palácio do Itamaraty se dedicou ao monitoramento dos rebeldes, exigindo significativo empenho do corpo diplomático brasileiro junto aos governos vizinhos para obter apoio no combate à Coluna Prestes. As correspondências com os governos uruguaio e paraguaio, registradas no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de

⁵⁸ Fotografia do bombardeio da cidade de São Paulo na Revolução de 1924 demonstrada na Figura 10 do Anexo A.

Janeiro, comprovam a colaboração desses países em relação às solicitações do Brasil quanto à localização e ação dos rebeldes. Até mesmo um acordo de cooperação policial foi assinado com o Uruguai para garantir a paz e a tranquilidade na fronteira entre os dois países (Xavier, 2011).

Conforme a percepção das autoridades brasileiras, as posturas adotadas por Montevideu e Assunção às demandas da chancelaria brasileira foram diferentes em relação à conduta de Buenos Aires. O governo argentino da época, atendeu às demandas brasileiras referentes às atividades revolucionárias de forma estritamente legalista (Xavier, 2011).

De acordo com Xavier (2011), mesmo após 1927, os líderes da Coluna Prestes foram monitorados pelas autoridades brasileiras, possivelmente antecipando a deflagração da Revolução de 1930. Tal previsão justificava os esforços dos consulados brasileiros na região do Prata em continuar informando o Rio de Janeiro das atividades dos rebeldes na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, entre 1927 e 1930.

4.2 Partido Comunista Brasileiro e Luiz Carlos Prestes

A partir da luta da Coluna Prestes por um ideal de liberdade, o Cavaleiro da Esperança, conforme Fernandes (1995, p. 134), “[...] não foi do comunismo à revolução. Saltou da revolução ao comunismo” ou seja “[...] sua lenda levou os comunistas até ele”. Luiz Carlos Prestes atuou como secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por quase 40 anos. Tendo assumido o cargo pela primeira vez no ‘Pleno da Vitória’, realizado entre 7 e 12 de agosto de 1945, como ficou conhecida a primeira reunião legal da direção nacional, depois de vinte e três anos de vida clandestina (Bertolino, 2020). A adesão de Prestes ao comunismo apresenta-se como uma expressão coerente e natural de sua dedicação à causa revolucionária e à busca por uma mudança significativa na estrutura política e socioeconômica do Brasil.

De acordo com o próprio Luiz Carlos Prestes (2020), os comunistas sempre lutaram pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, na promoção de uma legislação trabalhista mais justa: com limitação da jornada de trabalho, fixação do salário-mínimo pelo Estado, além de defender a conquista pelo 13º salário. Foram pioneiros na abordagem da questão da reforma agrária, combatendo o latifúndio e as formas pré-capitalistas de exploração no campo, e pela distribuição da terra aos trabalhadores rurais. Os comunistas também lideraram iniciativas para desmascarar a opressão imperialista e avançar na luta contra a exploração do povo brasileiro pelo capital estrangeiro.

Fundado em março de 1922, o PCB teve imensa atividade política nos seus primeiros anos de existência, com realização de congressos, conferência nacional, associação à III Internacional Comunista (IC) e aos tenentes, criação e manutenção de jornais e de uma revista. Embora com muito pouco tempo na legalidade e com reduzida militância, foi um partido audaz, vinculado ao movimento operário e sindical, elegeu vereadores e organizou o Bloco Operário e Camponês (BOC). Com sua principal tese na época ‘Agrarismo *versus* industrialismo’ pensou com originalidade a sociedade brasileira (Vianna, 2007).

Embora fosse um partido pequeno na época e ligado à IC, tempo de sectarismo do movimento comunista internacional, o PCB construiu uma aliança com os tenentes. Na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe, em Buenos Aires, em 1929, o chefe da delegação brasileira propôs aos tenentes uma aliança para as eleições à presidência da República com Prestes como candidato (Vianna, 2007).

Além da intervenção direta da IC em meados de 1929 vindo a prejudicar a vida política e orgânica do partido, o PCB sempre teve dificuldade de destacar-se na vida política do país, devido à resistência da sociedade quanto à atuação de um partido de maior representação pela classe operária e sindical, considerando que a força política de um partido depende da sua participação na coletividade e de sua atividade de massa. A cultura política do partido indispensável para o representar e fortalecer na luta econômica e política era dificultada pela repressão a qualquer operação de movimento operário e sindical (Vianna, 2007).

Por ocasião da Conferência de Buenos Aires, traçando novos rumos para os comunistas da América Latina, a IC condenava a possibilidade de aproximação dos partidos a forças da burguesia, pregando o fortalecimento bolchevique através da proletarização de seus quadros. O evento oportunizou a realização do III Pleno do PCB e consequente afastamento de Astrogildo Pereira e Octávio Brandão da direção do partido, responsabilizando-os pelos desvios de direita do PCB. A IC condenava o entrosamento do PCB com os tenentes e caudilhos pequeno-burgueses resultando na expulsão e afastamento de diretores (Vianna, 2007).

A Internacional Comunista (IC) passando a interferir nos assuntos brasileiros e alterando de certo modo sua conduta, enviou ao Brasil dois assessores (Inez Guraliski e Pierre) para incrementar a política de proletarização. Embora tenha acatado as recomendações da IC, o PCB discordava da participação de Prestes nas suas fileiras, cogitado pela IC para suas posições depois de maio de 1930. A intervenção da IC para proletarizar o PCB foi desfavorável, vindo a dismantelar o partido. As pessoas inventavam origem operária para

participar do partido, inclusive morador de rua, ou seja, desde que fosse pobre qualquer pessoa poderia participar do partido (Vianna, 2007).

Mesmo com muitos comunistas apoiando a candidatura de Vargas nas eleições para presidente da República em 1929, a direção do PCB não se envolveu na Revolução de 1930 por considerar tratar-se de luta entre o imperialismo norte-americano e o inglês. Em fevereiro daquele ano, constatando existir no país uma grave crise econômica que criava condições para um movimento revolucionário, a IC elaborou uma resolução sobre a questão brasileira, ordenando a dissolução do BOC e a formação de sovietes⁵⁹ de operários, camponeses, soldados e marinheiros. Devido a tal determinação, os comunistas passaram a rejeitar de suas fileiras os não-proletários, defensores do BOC, e os simpatizantes dos tenentes considerados de direita. Situação que se assemelhava aos manifestos de Prestes mas que não convenciam os comunistas os quais passaram a discriminar Luiz Carlos Prestes, qualificando-o de caudilho pequeno burguês com pretensões de chefiar a revolução brasileira (Vianna, 2007).

Diante da possibilidade de extinção do PCB, devido ao exagero do processo de proletarização, em meados de 1932, a IC, através de seu Secretariado Sul-Americano (SSA) com sede em Buenos Aires, providenciou a reestruturação partidária. Os comunistas participaram ativamente das diversas greves ocorridas naquele ano em que as principais reivindicações eram aumento salarial, lei de férias, melhoria das condições de trabalho e a constitucionalização que significava bandeira de uma possível guerra civil (Vianna, 2007).

Estando o fascismo crescendo no mundo, o Brasil com uma história marcada por períodos autoritários e falta de tradição democrática facilitava o surgimento de movimentos políticos antidemocráticos, como é o caso da Ação Integralista Brasileira, criada em 1932, dirigida por Plínio Salgado e inspirada no fascismo italiano. Quando em 1934, a Liga Comunista (LC) convocou a todos os grupos de esquerda para a formação de uma frente única antifascista em São Paulo, o PCB negou a participar pela apreciação negativa que fazia dos componentes da frente. Tal participação foi imposta à direção do partido no final de 1934, pelo acirramento das lutas de rua contra os integralistas, levando os militantes da base a unirem aos grupos anifascistas (Vianna, 2007).

Entre os meses de agosto e outubro de 1934, constaram entre as expressões antifascistas: Conferência Nacional do PCB com manifesto chamando à insurreição armada;

⁵⁹ Organizações da União Soviética (URSS), que surgiram em 1905 como órgãos da insurreição armada, originados pela criatividade revolucionária das massas populares. Foram concebidos como expressão da iniciativa do povo, inicialmente por elementos da classe proletária, que se expandiram para incluir massas mais amplas, transformando-se em organizações de todo o povo trabalhador (Sovietes [2024]).

tentativa de realização do Congresso Nacional Contra a Guerra, o Fascismo e a Reação, impedida pela polícia; ação conhecida como Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, impedindo a comemoração dos dois anos da AIB; e o lançamento do Manifesto-Programa da União Operária e Camponesa do Brasil que foi assinado por diversas entidades de esquerda, entre elas o PCB e a Liga Comunista Internacional (Vianna, 2007).

Com a realização da III Conferência dos Comunistas da América Meridional e do Caribe em Moscou em 1934, a delegação do Brasil reuniu-se com um dos dirigentes da Internacional Comunista (IC), Dimitri Manuilski, para discutir a política brasileira, na presença de Prestes. Os informes brasileiros através do secretário-geral, Antônio Manuel Bonfim, conhecido por 'Miranda', convenceram os participantes de que havia uma situação revolucionária no país e que o PCB tinha condições de dirigi-la. Ante o exposto, Prestes voltaria para o Brasil e a IC procederia a mudança do SSA para o Rio de Janeiro, enviando assessores como apoio e dinheiro para financiá-los. Os entendimentos dos encontros de Moscou tiveram impacto significativo para o acontecimento das insurreições de novembro de 1935 no Brasil. Prestes achava que poderia se travar uma luta armada no Brasil porque havia respaldo nas Forças Armadas para o embate (Vianna, 2007).

O PCB via na luta armada o único meio para atingir seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB, marcada pela adesão de Luiz Carlos Prestes à ANL, fortalecia a abordagem conspiratória. Com o fechamento da ANL, em julho de 1935, Prestes intensificou a correspondência com seus antigos companheiros, convocando-os para se unirem à luta e reviver a Coluna Prestes (Vianna, 2007).

As insurreições ocorreram de 23 a 27 de novembro de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, sem planejamento e sem contar com a participação popular necessária, resultando no fracasso da revolta. Porém, Prestes acreditava que aquele efeito era um revés temporário e que a luta não estava encerrada. Os levantes não seguiram uma estratégia partidária comunista, cumpriam as tradições de lutas armadas da sociedade brasileira desde 1922. Com uma plataforma nacional-libertadora, buscavam a reforma agrária e democracia. Embora as reivindicações da ANL e dos revoltosos possam ter alcançado mérito em termos de justiça social, os meios utilizados para atingir os objetivos foram inadequados, pela falta de forças sociais, grupos armados e organização necessários para sustentar o movimento (Vianna, 2007).

Após a revolta, o governo de Getúlio Vargas intensificou sua repressão política, que resultou em prisões, perseguições e restrições às liberdades civis. Em dezembro de 1935, iniciaram-se as prisões de elementos próximos da direção do PCB, e em seguida de assessores

da IC que vieram apoiar a insurreição. Em janeiro de 1936, o secretário-geral do PCB, Miranda, foi preso, e em março, Prestes e sua esposa Olga Benário (Vianna, 2007).

Com a prisão de Prestes, o secretariado nacional do PCB, depois de mudança para Recife e São Paulo, retornando ao Rio de Janeiro, passou por um período de reflexão política. Tinha como prioridade a anistia aos presos políticos, a oposição a Getúlio Vargas nas eleições de 1938 e a mudança do caráter da revolução brasileira para revolução democrático-burguesa que ampliasse e fortalecesse o capitalismo (Vianna, 2007). O partido chegou a publicar no nº 26 do jornal procedente do PCB ‘A Classe Operária’ de dezembro de 1936: “a dominação imperialista não só mantém a burguesia oprimida, como agrava ainda mais as condições de vida do proletariado e de todo o povo” (Vianna, 2007, p. 351).

A decretação do Estado Novo em novembro de 1937 aumentou a repressão, dificultando o trabalho clandestino do PCB. Porém o ano de 1938 foi marcante para o partido, que se dividiu pelas expulsões, pelos contatos da direção com Prestes e surgimento das palavras de ordem ‘União Nacional pela Paz e Democracia’. Ideia proposta pela direção do partido que inicialmente não agradou a Prestes, mas posteriormente passou a defendê-la, e no início dos contatos entre eles, surgiu uma nova posição do partido (Vianna, 2007).

De acordo com Vianna (2007), após o *putsch* integralista de 11 de maio de 1938, os comunistas presos apoiaram Vargas com um manifesto contra os ‘camisas-verdes’, congratulando-se com o presidente pelo esmagamento do atentado integralista, colocando-se a favor de Getúlio na luta contra aquele movimento fascista, seus mentores estrangeiros e seguidores. Para o entendimento da posição dos revolucionários de novembro de 1935, Vianna (2007, p. 353) observa: “[...] já que a guerra era uma ameaça real do fascismo, todos os que lutassem contra ele ou que fossem suas vítimas deviam ser apoiados. Logo, se os integralistas atacaram Vargas, era preciso apoiar Vargas sem restrições”. Inclusive Prestes apoiou esse raciocínio dicotômico, sendo a favor da união de todos os brasileiros em apoio à democracia, ao nacionalismo e ao bem-estar do povo.

O período entre o ano de 1939 e o início de 1940 foi marcado de denúncias contra o nazifascismo, de luta em oposição ao imperialismo e à guerra. Houve esforços pela união nacional, apoio à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e pela elaboração de uma Constituição democrática. No entanto, os nazistas ganhavam força globalmente e Getúlio Vargas demonstrava simpatia a Hitler. Na mesma época, toda a direção do PCB foi detida, ocasião em que elaboraram informes autobiográficos relatando suas atividades, inclusive de um assassinato (Vianna, 2007).

Com a prisão da direção nacional, os comitês que restaram se organizaram assim como o de São Paulo formado por opositores à direção nacional; entre eles muitos comunistas ativos, além de uma parte composta por intelectuais. E o comitê de Salvador, formado por um grupo de estudantes universitários, ganhando importância não só em Salvador, mas também em São Paulo por contar com elementos de seu grupo naquela cidade. O grupo baiano mantinha contato com o SSA de Buenos Aires e com a IC (Vianna, 2007).

Por pressões norte-americanas e internas, em agosto de 1942, Vargas rompeu relações com a Alemanha e Itália. A entrada do Brasil na guerra revigorou o movimento contra a ditadura do Estado Novo e diminuiu a repressão, embora mantivesse a prisão dos comunistas do movimento de 1935. Entre fevereiro e março de 1942, alguma abertura foi iniciada, inclusive o rompimento da incomunicabilidade de Prestes. Em Salvador, São Paulo e no Rio de Janeiro, o PCB tentava se reorganizar, sendo planejada com esse intuito, pelo grupo baiano, uma conferência, em abril de 1942 na cidade de Buenos Aires (Vianna, 2007).

No processo de reorganização do PCB, o grupo do Rio de Janeiro criou na cidade a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), integrando os baianos e seus contatos internacionais, vindo a tornar-se o núcleo mais forte de reorganização do partido. Também na reorganização do partido, foi criado em São Paulo o Comitê de Ação que criticava a CNOP, primeiramente pelo apoio a Vargas, depois pela pregação de atividades legais, considerando que o Estado Novo ainda não as permitia. Ainda por entender que a CNOP não representava as tradições partidárias, e finalmente pela falta de consenso no nome de Prestes para secretário-geral. O Comitê também inferia que a luta política não deveria limitar-se a combater o fascismo externo, mas também o interno. Além destas duas facções, surgiu um grupo liquidacionista que entendia que diante da Guerra, pelo apoio de Getúlio aos aliados, portanto à URSS e Estados Unidos, não justificaria a existência de um partido comunista (Vianna, 2007).

Conforme Vianna (2007), a CNOP teve o apoio de Prestes, especialmente pela afinidade de ideias como o interesse pela união nacional e o apoio a Vargas, entretanto Prestes era contra o apoio incondicional ao presidente proposto pelos baianos. Apesar do crescimento do PCB, a proposta democrática do partido era subjugada ao bloco varguista, o que evidenciava fragilidade organizativa e ideológica, revelada na cassação do registro do partido e dos mandatos de seus deputados no período de 1947 e 1948.

4.3 Da Frente Única Antifascista a uma frente mais ampla

Na década de 1930, para conter o avanço do fascismo no Brasil, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, as organizações de esquerda do país se mobilizavam através da Liga Comunista Internacionalista (LCI) com a Frente Única Antifascista (FUA) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com o Comitê Antiguerrreiro, que disputavam a liderança nesse cenário político. De acordo com Castro (2002), no final de 1934, o antifascismo de esquerda teve dois momentos-chave: a ‘Batalha da Praça da Sé’ e a criação da ‘Comissão Jurídica e Popular de Inquérito’ (CJPI), agentes de sua ampliação política e geográfica, que culminaram na formação de um movimento político mais amplo, a Aliança Nacional Libertadora, a ANL.

Desde os anos de 1920, fascismo e antifascismo se confrontavam no Brasil, e apenas com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932, a polêmica passou a integrar os temas políticos nacionais. Em 23 de março de 1933, a marcha integralista liderada por Plínio Salgado na cidade de São Paulo representou uma ameaça fascista, levando as forças de esquerda na cidade a agirem subitamente para impedir seu avanço. Em 11 de junho, houve a proposta por um militante trotskista para formação de uma frente única antifascista. Em 22 de junho, os anarquistas paulistas tentaram organizar um Comitê Antifascista e, no dia 25 de junho daquele ano, foi fundada oficialmente a Frente Única Antifascista (FUA). O evento de fundação contou com as participações: PSB paulista; Grêmio Universitário Socialista; União dos Trabalhadores Gráficos (UTG); Legião Cívica 5 de julho; Liga Comunista (LC), seção paulista do Partido Socialista Italiano, Bandeira dos Dezoito, Grupo Socialista ‘Giacomo Matteotti’; Grupo ‘Italia Libera’; representantes da revista ‘O Socialismo’ e dos jornais ‘O Homem Livre’ e ‘A Rua’ (Castro, 2002).

A FUA teve uma ampla gama de afiliações políticas, indo desde a esquerda tenentista, socialistas brasileiros e italianos, anarquistas, até os trotskistas⁶⁰. O PCB foi a única força política de esquerda de destaque que não participou da fundação. Essa ausência se deveu à posição política da seção brasileira da IC, que se recusava a participar de qualquer organização frentista que não fosse a ‘frente única pela base’, desprezando ainda outras correntes políticas de esquerda. No entanto, em alguns momentos, especialmente no final de

⁶⁰ Praticantes do trotskismo – Termo usado pela classe dirigente soviética, que deteve o poder de 1924, em diante, para indicar um conjunto de princípios relativos à análise e à práxis da revolução permanente. Mas o trotskismo, entendido como o corpus das reflexões teóricas das análises e da produção científica de Trótski, é bem mais do que a simples, mas fundamental elaboração da teoria da revolução permanente (Trotskismo, 1995, p. 1260- 1261).

1933, o comitê regional paulista do PCB participou da frente. Também os anarquistas paulistas não aderiram à FUA, eram contra à tática de luta antifascista da organização, mas continuavam a apoiar ações antifascistas atuando em vanguarda (Castro, 2002).

Em 14 de julho, ocorreu a primeira manifestação pública da FUA, com o lançamento do ‘Manifesto da Frente Única Antifascista’, data comemorativa da Revolução Francesa, emblemática para toda a esquerda. Em seguida, a FUA entrou em inatividade causada principalmente pela crise do PSB em busca de uma identidade que o diferenciasse da tendência de esquerda do outubrismo⁶¹. Em setembro do mesmo ano, o jornal ‘O Homem Livre’ conclamou as organizações que participaram do início da FUA a cumprirem o seu papel junto à ‘frente’. Esse noticiário foi criado por um grupo de jornalistas do jornal paulista ‘Diário da Noite’, um mês antes da fundação da FUA, que veio a se tornar o seu principal instrumento de propaganda antifascista. ‘O Homem Livre’ se constituiu em significativo espaço de sociabilidade da intelectualidade paulista antifascista, interagindo intelectuais progressistas e antifascistas, como advogados, jornalistas e professores universitários de várias orientações políticas, incluindo pecebistas, socialistas, trotskistas e anarquistas (Castro, 2002).

Em 14 de novembro, ocorreu o comício antiintegralista da FUA com aproximadamente mil manifestantes. No evento houve a tentativa de dispersão pelos integralistas e alguns militantes antifascistas foram presos. Em 15 de dezembro, ocorreu a reunião mais importante da FUA em 1933 reunindo cerca de dois mil participantes incluindo o PCB e seu Comitê Antiguerrreiro. Dentre as resoluções da FUA definidas naquela assembleia, constavam: a articulação com organizações antifascistas de outros estados para a formação de Frente Única Nacional e a convocação do proletariado paulista para a formação de uma frente sindical (Castro, 2002).

O comício da FUA, realizado em 25 de janeiro, em celebração ao aniversário de São Paulo foi impedido pela polícia. Houve a tentativa infrutífera de se conseguir autorização de última hora para a realização do comício, e mesmo assim, alguns dirigentes conseguiram proferir alguns discursos curtos que acabaram interrompidos pela polícia montada. Na ocasião, o Comitê Regional Paulista do PCB abandonou a FUA iniciando uma forte campanha contra ela. Nesse contexto, o jornal paulista ‘A Vanguarda Estudantil’, ligado ao PCB, publicou críticas à FUA culpando-a por ofuscar a frente única do Comitê Antiguerrreiro, liderado pelo PCB desde o início de 1933. Em fevereiro de 1934 foi lançado o último número

⁶¹ Movimento que defendia a monarquia constitucional na Rússia czarista, organizado após o manifesto do czar (outubro 1905) (Outubrismo, 2009, p. 1406).

do jornal 'O Homem Livre', ocasionado pelas dificuldades políticas e financeiras da FUA (Castro, 2002).

Muitos problemas enfrentados pela FUA contribuíram pela descontinuidade do seu jornal e prosseguimento de suas próprias atividades. O Comitê Antiguerreiro disputava com a FUA o mesmo espaço político, vindo a partir do final de 1933, retirar-lhe espaço e força. Diante dessa situação, a FUA passou a caracterizar-se como instrumento de propaganda contra o integralismo e organizadora de manifestações públicas contra a AIB. E os trotskistas passaram a dedicar-se na construção da frente única sindical e eleitoral. Durante a maior parte do ano de 1934, as organizações e militantes antifascistas que apoiavam a FUA dedicaram-se a organizar essa frente única. Apesar de a FUA não ter se transformado em um amplo movimento de massas, nem ao menos na cidade de São Paulo, sua estratégia de 'contracomícios' conseguiu, pelo menos até meados de 1935, impedir que a AIB conquistasse o domínio do espaço público. As esquerdas paulistas associadas à FUA conseguiram evitar, nos anos de 1933 e 1934, que os integralistas realizassem sua 'Marcha sobre São Paulo' (Castro, 2002).

Por ocasião do 1º Congresso Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, em agosto de 1934 no Brasil, a luta contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo proposta pelos comunistas rapidamente conquistou novos setores, numa situação em que crescia a ofensiva integralista e a reação policial. O Congresso Antiguerreiro foi encerrado a tiros pela polícia, causando fortes repúdios da opinião pública nacional e a deflagração de greves em vários estados do país (Prestes, Anita, 2008).

No início de outubro do mesmo ano, uma manifestação de integralistas na Praça da Sé da cidade de São Paulo foi dissolvida pelas forças antifascistas, ocasião em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) propôs a formação de uma 'Frente Única Antifascista' (pela base). Diante de toda a movimentação, criou-se a Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI) para apurar os casos de desaparecimentos de militantes antifascistas e de violências praticadas pela polícia e integralistas (Prestes, Anita, 2008). A 'Batalha da Praça da Sé' possibilitou resolver questões internas entre os antifascistas. E perante o esvaziamento da proposta política da FUA, a imprecisão da proposta de "frente única pela base" do PCB, a radicalização política crescente e a ameaça mais evidente da AIB, formava-se um novo quadro político (Castro, 2002).

As negociações políticas para a formação de uma frente mais abrangente do que a FUA e o Comitê Antiguerreiro do PCB encontraram respaldo na proposta apresentada no Rio de Janeiro pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB), em cooperação com a Liga

Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e o PCB, criando assim, a 'Frente Única Proletária'. A nova frente adotou o nome de 'Frente Única de Luta contra a Reação e o Fascismo' incorporando a legenda do PC, 'União Operária e Camponesa'. Embora nenhum candidato tenha sido eleito por essa nova frente, ela superou a frente única antifascista da LCI (FUA) e a 'frente única pela base' contra a guerra, a reação e o fascismo. O nome de conciliação integrava uma frente de organizações, e não de indivíduos, não era uma frente apenas eleitoral, previa a criação de uma brigada antifascista e a luta pela unidade e autonomia sindical (Castro, 2002).

Essa 'frente única' foi prejudicada pelos acontecimentos subsequentes: fim do período eleitoral, impacto na classe média e nos intelectuais, causado pela 'Batalha da Praça da Sé', morte do jovem militante Tobias Warshavsky, além do aumento da repressão policial, entre outros acontecimentos. De acordo com Castro (2002), sustentava-se a necessidade da formação de uma ampla frente de setores progressistas, que contemplasse além do antifascismo, uma luta mais ampla por reformas e contra as forças conservadoras e reacionárias. Dessa forma, a CJPI composta inicialmente por participações individuais passou a receber organizações em sua delegação, e ampliando-se politicamente, lançou as bases para uma ampla aliança nacional libertadora, a ANL (Castro, 2002).

4.4 A Aliança Nacional Libertadora e o antifascismo no Brasil

A liderança, nome, prestígio e histórico do Cavaleiro da Esperança, associados à Coluna Prestes, foram elementos essenciais para a existência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que desempenhou um papel fundamental na formação de uma consciência antifascista, anti-imperialista e antilatifundista no Brasil. Mesmo com a derrota do movimento em novembro de 1935, segundo Anita Prestes (2005), essa consciência persistiu e ressurgiu nos anos 1940 com o apoio ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o nazifascismo, ao lado da União Soviética e das potências aliadas.

Por atuação da CJPI e aglutinação de diversas forças populares e democráticas, contra o projeto governista enviado ao Congresso Nacional para aprovação da Lei de Segurança Nacional, conhecida como 'Lei Monstro', foi constituída a maior frente única já formada no Brasil, a 'Aliança Nacional Libertadora' (ANL) (Prestes, Anita, 2008). Criada em março de 1935, essa organização política de abrangência nacional compreendia quatro objetivos principais: "[...] luta contra o avanço do integralismo no Brasil e do fascismo no cenário mundial, e luta contra a dominação imperialista e o latifúndio em nosso país" (Prestes, Anita,

2005, p. 101). Teve como integrantes “[...] lideranças expressivas da sociedade brasileira, como: intelectuais de renome, sindicalistas, ‘tenentes’, comunistas, socialistas, entidades democráticas e populares de diferentes colorações ideológicas e políticas” (Prestes, Anita, 2005, p. 104).

Embora exilado, Luiz Carlos Prestes, mais respeitável liderança tenentista do país, foi nomeado presidente de honra da ANL no dia de seu lançamento, em 30 de março de 1935. A figura de Prestes foi substancial para congregar em torno da ANL diversos setores brasileiros insatisfeitos com o Governo Vargas, com os trabalhos da Constituinte, a eleição do presidente da República. Além de outros inconvenientes como: a dominação imperialista do país, força do latifúndio, avanço do integralismo e medidas antidemocráticas do governo, como a Lei de Segurança Nacional (Prestes, Anita, 2005).

Com a divulgação do manifesto-programa da ANL, a entidade encontrou grande aceitação no país tanto no meio civil, quanto militar. Em um curto tempo de existência legal, a ANL fundou uma grande quantidade de núcleos em todo o país com milhares de afiliados. A organização transformou-se em uma grande frente que congregava cidadãos destacados da cultura, da ciência e da política, bem como de organizações populares sindicais e participantes oriundos de grande parte das lutas tenentistas dos anos de 1920 (Prestes, Anita, 2005).

Em sua atuação, a ANL se caracterizava por organizar atos públicos, caravanas aos estados do Norte-Nordeste, participação em lutas contra integralistas, publicação e distribuição de boletins, volantes e jornais representativos. Embora o programa aliancista tivesse bastante aceitação pela opinião pública nacional, não havia clareza por parte da entidade sobre os meios a serem utilizados na conquista dos seus objetivos (Prestes, Anita, 2005).

O Partido Comunista Brasileiro seguindo diretrizes aprovadas em sua Primeira Conferência Nacional, de julho de 1934, incentivava os trabalhadores a lutarem por um ‘governo operário e camponês’. Sob influência da Internacional Comunista (IC), o partido chegou a adotar a consigna de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), lançada em carta de Prestes por adesão à ANL. Tal carta chegou ao conhecimento do público em 13 de maio de 1935 por ocasião de comemoração da Abolição da Escravatura, no Estádio Brasil, da cidade do Rio de Janeiro, conseguindo grande aprovação popular e difusão pela imprensa (Prestes, Anita, 2005). Após a movimentação da divulgação da carta de Prestes e adoção da consigna do GPNR pela ANL, foi lançado o documento intitulado ‘O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa’. O documento informava que o GPNR

não seria um “[...] ‘governo soviético’, nem ‘a ditadura democrática de operários, camponeses, soldados e marinheiros’” (Prestes, Anita, 2005, p. 109).

A ANL liderou diversos movimentos antifascistas pelo país, principalmente em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, muitas vezes dissolvendo marchas integralistas em violentos conflitos. Paralelamente, o governo Vargas, apoiado na Lei de Segurança Nacional e Polícia do Distrito Federal, intensificava a perseguição aos comunistas, aliancistas e antifascistas, prendendo e sequestrando, proibindo seus atos, invadindo ou depredando suas sedes e as dos jornais democráticos. No entanto, as forças varguistas ignoravam os distúrbios promovidos por integralistas, por vezes incentivando-os, como estratégia para identificar a ANL com o ‘comunismo internacional’ e justificar a necessidade do seu fechamento (Prestes, Anita, 2005).

Diante de um ambiente político tenso, em que o governo se sentia ameaçado pelos movimentos antifascistas, aumentava a influência e o prestígio da ANL junto à opinião pública incluindo uma parte das Forças Armadas. Por insistência da Internacional Comunista (IC) junto ao seu Secretariado Sul-Americano e à direção do PCB na adoção da consigna ‘Todo o Poder à ANL’, o lema político teve seu lançamento em 5 de julho de 1935 em manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes e lido por Carlos Lacerda durante o ato comemorativo da data dos levantes tenentistas. À medida que o governo intensificava a perseguição à ANL e a todas as forças democráticas, a reação destas, frente a um poder desmoralizado e conivente com os integralistas era fortalecida (Prestes, Anita, 2005).

A ordem era trabalhar dentro da ANL e Prestes estabelecia contato com os tenentes revivendo a Coluna: “Cada revolucionário, principalmente cada membro da Coluna, precisa organizar um grupo e começar a luta pelos interesses da massa pobre do campo. A Coluna ressurgirá, multiplicada, e com um programa claro” (Vianna, 2007, p. 345).

A exaltação dos aliancistas com as adesões à entidade, a grande afluência em seus comícios motivava suas lideranças a acreditarem na derrubada do governo Vargas. No entanto, a ANL foi fechada em 11 de julho de 1935 por um decreto de Getúlio Vargas, acusando-a de estar a serviço do ‘comunismo internacional’, embora a verdadeira causa tenha sido a supremacia da ANL junto à opinião pública, atraindo milhares de seguidores e simpatizantes. O impedimento da ANL provocou inúmeros protestos, mas a greve geral em todo o país como pretendia os núcleos aliancistas, apesar dos apelos, não aconteceu. A proibição oficial da ANL e a subsequente repressão violenta do governo contribuíram para um ambiente de intimidação e temores entre os militantes e seguidores da organização, em que muitos se afastaram da entidade e da luta (Prestes, Anita, 2005).

Sendo a ANL dissolvida efetivamente como uma entidade legal, o PCB assumiu o controle das atividades políticas da organização de forma clandestina, desempenhando um papel significativo na política brasileira da época, tendo Luiz Carlos Prestes como um grande trunfo. Após o decreto de 11 de julho, as posições radicais da ANL intensificaram-se e os apelos à luta armada e à insurreição tornaram-se mais intensos e frequentes entre os comunistas. Durante uma reunião do Comitê Central do PCB, realizada na segunda quinzena de julho, a orientação definida em maio foi reafirmada. O que incluía a manutenção das consignas do GPNR e a de ‘Todo o Poder à ANL’. Além disso, houve uma ênfase na ideia da existência de uma ‘situação revolucionária’ no país e na necessidade de desencadear lutas grevistas, bem como ‘lutas armadas e guerrilhas’ em nome do GPNR. Contudo, apesar da intensificação das chamadas à luta armada, os comunistas ressaltavam a necessidade de atuar juntamente com a massa populacional e combater o golpismo (Prestes, Anita, 2005).

As diretrizes do PCB e ANL não se interessavam em ‘tomar o governo por um golpe militar’, mas de promover a mudança política por meio da mobilização popular, e conquistarem a insurreição nacional com a derrubada do governo e o estabelecimento do GPNR, com Prestes no comando. Entretanto não era propósito a instauração imediata do comunismo no Brasil, desafiando assim a designação convencional de ‘Intentona Comunista’ para os levantes de novembro de 1935 (Prestes, Anita, 2005).

Prestes após retornar ao país, em abril de 1935 de um exílio de dez anos, vivia na clandestinidade correndo o risco de ser preso, acompanhando a situação através do secretário-geral do PCB. Presidente de honra da ANL, Prestes liderava um movimento de que não tinha controle, revelando a determinação em combater o golpismo. Em carta a Roberto Sisson, secretário-geral da ANL, assegurava: “À diferença dos simples conspiradores, dos golpistas de todos os tempos, nós, os aliancistas, preparamos e marchamos para a insurreição, isto é, a luta de massas, a grande luta em que deve e precisa participar o povo brasileiro” (Prestes, Luiz Carlos, *apud* Prestes, Anita, 2005, p. 115).

A exemplo das lutas parciais como as que ocorreram em Petrópolis, os comunistas pretendiam organizar as massas para uma insurreição planejada. Porém com as medidas de hostilidade por parte do governo, com uma situação de greves por todo o país, com destaque para as greves dos ferroviários no Nordeste, a insurreição programada para ocorrer em dezembro ou janeiro desencadeou-se no final do mês de novembro por decisão da direção do PCB, Secretariado Sul-Americano da IC e do que restava da ANL. Não foram, portanto, ‘ordens de Moscou’, conforme anunciada pela História Oficial (Prestes, Anita, 2005).

Assim como nos anos de 1920 e acontecimentos de 1930, predominava em 1935, uma condição de conflito que era noticiada pelos jornais e por depoimentos dos contemporâneos. Dessa forma, o uso das armas era visto como algo necessário, porém não se pretendia uma revolução popular nos moldes comunistas, mas um golpe militar conforme as tradições históricas do país, significando o renascimento do salvacionismo. O fenômeno fazia parte da sociedade brasileira, marcada pela experiência das classes dominantes em impor um estado de desorganização e desestruturação social, impedindo que o povo organizado pudesse intervir na vida política nacional. O resultado de tal situação estaria na expectativa de um golpe ‘salvador’ pelos militares, os únicos elementos em condições de substituir o papel das ‘massas organizadas’, defendido pelos comunistas (Prestes, Anita, 2008).

A expectativa do PCB sobre a deflagração da insurreição popular pelos militares brasileiros foi frustrada, pela falta de condição do momento e pela quantidade de elementos revolucionários do Exército decididos a lutar ter sido menor do que era esperado. As circunstâncias desfavoráveis ao PCB para a insurreição revelavam-se na limitação de formação dos comunistas, nas dificuldades de superar a influência das concepções golpistas, na falta de apoio pelos assessores da IC, e na complexidade de incorporar as massas populares na atividade política concreta. Embora os setores populares estivessem empolgados com o programa anti-imperialista, antilatifundista e democrático do PCB e adotado pela ANL, não havia uma situação revolucionária no país suficiente para mobilizá-los a participarem de uma insurreição nacional, como pretendiam os comunistas e uma parte de seus aliados aliancistas. A dificuldade de organizar as massas populares para a luta armada favoreceu a proliferação das tendências golpistas (Prestes, Anita, 2008).

A revolução que deveria ter caráter nacional prevista para dezembro de 1935 ou janeiro de 1936, desencadeou-se nos últimos dias de novembro, devido à precipitação de acontecimentos no Nordeste do país. Segundo Pandolfi (2004), a situação conflituosa começou em 23 de novembro por uma revolta em Natal, capital do Rio Grande do Norte, com o 21º Batalhão de Caçadores, auxiliados por civis, atingindo algumas cidades do interior do estado. No dia 27 de novembro, o processo foi combatido pelas tropas do Exército e policiais de estados vizinhos. Após tomar conhecimento da movimentação em Natal, no dia 24 do mesmo mês, os dirigentes do PCB em Pernambuco, desencadearam uma rebelião, que se iniciou no 29º Batalhão de Caçadores, em Socorro, arredores de Recife. No trajeto, para ocuparem outros pontos da capital, os insurretos de Recife foram dominados pelas forças legalistas.

De acordo com Pandolfi (2004), no Rio de Janeiro, Prestes, ao ser notificado dos levantes do Nordeste, convenceu a direção do PCB, sobre a deflagração da revolução no Sul do país em apoio aos rebelados do Nordeste. No dia 27, a sublevação da cidade do Rio de Janeiro, aconteceu nas unidades da Vila Militar, do Realengo, Escola de Aviação do Campo dos Afonsos e 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha. A rebelião ficou restrita aos quartéis, devido ao rápido combate pelas forças governistas. No mesmo dia da deflagração no Rio de Janeiro, foram enviados emissários com ordens para iniciar levantes em outros estados da federação, sendo estes, detidos antes chegarem aos seus destinos. As rebeliões restritas às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, alvo de repressões sem precedentes, resultaram na prisão de Luiz Carlos Prestes e de centenas de aliancistas e comunistas de todo o país.

4.5 A perspectiva de Luiz Carlos Prestes sobre a Constituição de 1988

O ideal dos tenentes, em promover mudanças na sociedade brasileira, na partida da Coluna Prestes, foi fortalecido pelo confronto das condições econômicas e sociais do país encontradas durante a marcha. A realidade de miséria que encontraram era mais profunda e triste do que imaginavam. Na volta da Coluna, os tenentes já aspiravam por alterações extremadas, cujas conquistas exigiam destruir a oligarquia nacional, criar a democracia no país e distribuir poder para a classe trabalhadora. Nesse propósito, Luiz Carlos Prestes, líder tenentista, influenciou na organização dos partidos políticos de esquerda, bem como na organização do Estado Brasileiro na Constituição de 1988.

No que tange à Constituição de 1988, Luiz Carlos Prestes (1979), em uma entrevista coletiva à imprensa em outubro de 1979, após o retorno do exílio na Europa, destacava que era contra a convocação de uma Assembleia Constituinte com o presidente João Batista Figueiredo no poder. Considerava necessária a participação de todas as correntes políticas a fim de que a Assembleia Constituinte pudesse representar de fato, a vontade da nação nas decisões relativas aos destinos do país. Enquanto secretário-geral do PCB, indicou as condições necessárias para a convocação:

A revogação das leis de exceção, não apenas a Lei de Segurança Nacional, mas as próprias salvaguardas constitucionais, que permitem ao Poder Executivo decretar o estado de emergência sem consulta ao Parlamento, [...] assegurar o direito de greve para os trabalhadores, a independência sindical do Ministério do Trabalho, livre organização de partidos políticos de todas as correntes de opinião (Prestes, Luiz Carlos, 1979, p. 6)

Luiz Carlos Prestes (1979, p. 6) considerava a Lei de Segurança Nacional, como “[...] código anticomunista imposto ao povo pelo opressor estrangeiro [...] que proíbe qualquer

tentativa de reorganização de partido que esteja fora da lei”. O que impedia a conquista da legalidade pelo PCB.

De acordo com Luiz Carlos Prestes (1979 *apud* Anita Prestes, 2018), a ditadura ainda permanecia pela vigência da Lei de Segurança Nacional que constituía a essência do fascismo, assim como pelo aparelho de repressão que cometeu crimes hediondos. O povo era impedido de escolher governadores, senadores e de fazer greve. Em uma carta de 29 de novembro de 1980 ao diretor da Folha de S. Paulo, Prestes explicava as razões de sua posição contrária à Assembleia Constituinte na vigência da Lei de Segurança Nacional e de toda uma legislação de exceção:

O perigo de uma campanha, nas condições atuais, pela convocação de uma Assembleia Constituinte reside em que, ao apresentar-se a Constituinte como uma panaceia, o sr. Figueiredo será o primeiro a tomar a iniciativa e convocá-la, antes da revogação da legislação fascista e com o objetivo de consolidar o atual regime, de, mais uma vez, ludibriar a opinião pública com uma “nova” Constituição que consagre o mesmo regime sob o qual vivemos hoje. Centrar, nas condições atuais, toda a atividade de massas na luta pela Constituinte é alimentar ilusões na consciência dos trabalhadores, é desviar o rumo do movimento de massas que deverá levar necessariamente à conquista de uma democracia de massas, à derrota da ditadura (Prestes, Luiz Carlos *apud* Prestes, Anita, 2018, p. 34).

Segundo Luiz Carlos Prestes (1981 *apud* Anita Prestes, 2018), o poder militar predominava no país e o presidente da República era o ‘general de serviço’. Para que se tivesse uma Constituinte democrática, era necessário derrotar a ditadura. Prestes apontava a existência de um quarto poder no país que seria ‘o poder militar’ e insistia na denúncia da ‘tutela militar’ sobre os três poderes da República brasileira.

Durante a campanha das ‘Diretas já’ no ano de 1983, referente ao voto direto para as eleições presidenciais marcadas para o ano de 1985, Prestes embora favorável ao voto direto em todos os níveis, em entrevista ao jornal Tribuna da Imprensa, em 23 de novembro de 1983, advertiu que eleições diretas não resolveriam o problema da crise em que o país se encontrava:

Há pessoas que colocam a conquista do voto direto como a salvação nacional, como se o povo fosse fazer uma revolução no Brasil. Quantos presidentes já se elegeram pelo voto direto e não fizeram nada pelo povo, nem resolveram nenhum problema! [...] Isso serve simplesmente para desviar a atenção do povo dos problemas fundamentais nessa hora – a fome, a miséria, a falta de trabalho. Esses problemas podem ser enfrentados pelos governos estaduais e federal, para minorar a situação do povo. Ser patriota é procurar melhorar a situação do povo. Bastaria que se tomassem medidas reformistas, que não dão uma solução definitiva, mas que contribuem para minorar o sofrimento do povo (Prestes, Luiz Carlos, 1983, p. 5).

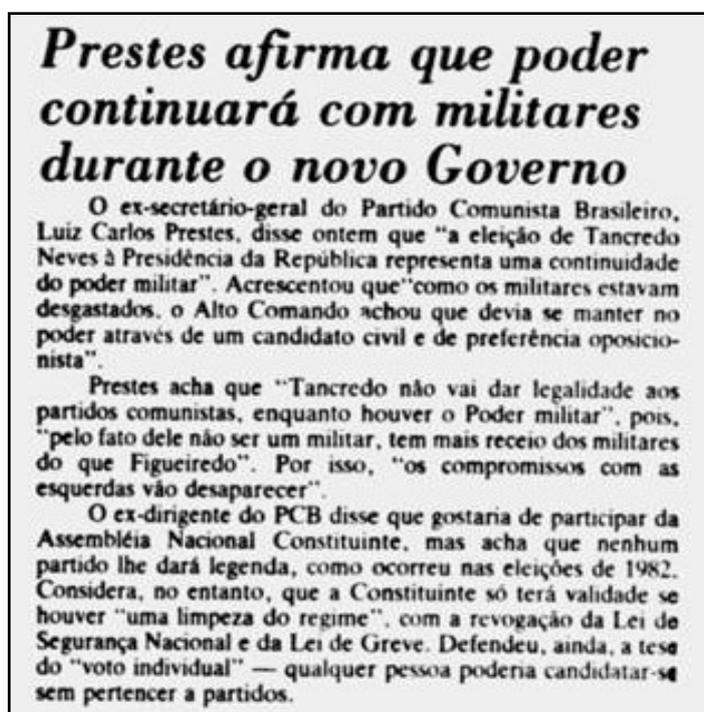
Prestes reconhecia a importância de participar das ‘Diretas Já’ e denunciar a manipulação das massas pelas elites liberais. Também, alertar sobre a necessidade de organizar-se em torno das reivindicações na compreensão de que eleições diretas, embora

representassem uma conquista democrática, não seriam suficientes para resolver o problema do país (Prestes, Anita, 2018). Prestes participou da passeada em prol do movimento e foi o principal orador do evento, tomando a palavra por exigência do público presente (Diretas, 1984).

Conforme Prestes havia previsto, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada no Congresso Nacional. Para as eleições no Colégio Eleitoral do dia 15 de janeiro de 1985, concorreram Tancredo Neves pela Aliança Democrática formada pelos partidos de oposição e dissidentes do partido do governo, liderado pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB) e Paulo Maluf pelo Partido Democrático Social (PDS) (Nova [...], 2020).

A vitória de Tancredo na eleição presidencial não mudou a opinião de Prestes quanto ao poder dos militares no país (Figura 16). Estava convencido de que Tancredo Neves era o candidato ideal para o poder militar, um civil e de oposição (Cantalice, 1985). “A verdade é que [...] o senhor Tancredo Neves está a serviço do poder militar. Não tenho a mínima ilusão sobre o seu governo. Respeito às pessoas do povo que estão encarando com otimismo essa nova fase, mas estão enganando o povo, esses dirigentes políticos” (Cantalice, 1985, p. 12).

Figura 16 – Luiz Carlos Prestes perante a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República



Fonte: Prestes [...] (1985, p. 2).

No governo de José Sarney em substituição ao Tancredo Neves pelo seu falecimento, foi aprovada em 15 de maio de 1985, a emenda constitucional, determinando a convocação da

Assembleia Constituinte a iniciar-se em fevereiro de 1987. Prestes divergia sobre a formação da mesma pelos componentes do Congresso Nacional, acreditando que, por se tratar de Constituinte deveriam ocupar-se exclusivamente da nova constituição, sem as funções parlamentares do Congresso Nacional. Contestava a legitimidade da comissão por não incluir nenhum representante das classes populares, bem como seu problema de representação, devido à diferença da quantidade de votos para se eleger deputados em estados com grandes disparidades na quantidade de população. Era desfavorável à convocação da Assembleia Constituinte sem a remoção do ‘lixo fascista’, como: a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, proibição às greves e a Lei dos Estrangeiros, entre outros (Prestes, Luiz Carlos, 1985 *apud* Prestes, Anita, 2018).

Nas proximidades da promulgação da nova Constituição para 5 de outubro de 1988, Prestes escreveu uma matéria no jornal ‘Tribuna da Imprensa’ que advertia sobre a manutenção do Artigo 142 na nova Carta Magna. O tópico estabelecia a maior vitória dos generais na constituinte, pois de acordo com este artigo da Constituição é concedida às Forças Armadas atribuição que nem ao Presidente da República ou aos outros dois poderes do Estado são conferidos:

Que nos diz, porém, o artigo 142? – que às Forças Armadas (quer dizer, aos generais) é concedida a atribuição constitucional de “garantirem... a lei e a ordem”. Atribuição constitucional que nem ao presidente da república ou aos outros dois poderes do Estado é tão expressamente concedida. [...].

Quer dizer, em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três Poderes do Estado. Com a nova constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas da direção política da nação, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República, como os três poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes, ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, [...].

Todos os preceitos da nova constituição, na verdade, por melhores que sejam, a nada serão reduzidos, em virtude de o artigo 142, com a atribuição conquistada pelos generais de “garantir... a lei e a ordem”. O silêncio feito a respeito daquele artigo é explicável! – trata-se de encobrir para o povo o preceito mais reacionário, ou ditatorial da nova Constituição, a qual, na prática, pode a qualquer momento ser anulada ou rasgada constitucionalmente!... (Prestes, Luiz Carlos, 1988, p. 4).

As considerações de Prestes sobre a Assembleia Constituinte, a Constituição de 1988, fim da ditadura militar e instauração da chamada Nova República, contribuem para um maior entendimento e reflexão concernente à organização do país por parte da população. Bem como evidenciam a necessidade de razoabilidade e compromisso dos responsáveis pela construção e aprimoramento do processo político do Brasil na conquista de um regime efetivamente democrático.

4.6 Mobilização social homenageia a Coluna Prestes

A Coluna Prestes, com sua proposta de transformação social do Brasil, continuou a inspirar direta ou indiretamente movimentos revolucionários, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Ligas Camponesas, além de mobilizações públicas de grande escala. Um exemplo recente é a "Marcha Nacional Lula Livre", realizada em agosto de 2018, que objetivava defender o direito de Luiz Inácio Lula da Silva de se candidatar à Presidência da República nas eleições daquele ano. Esse movimento de 2018, organizado por integrantes do MST e da Via Campesina, estabelecia uma conexão simbólica com a Coluna Prestes ao utilizar a marcha como forma de resistência, buscando evidenciar a situação política e jurídica no Brasil.

De acordo com Albuquerque (2018), os marchantes do movimento partiram em três colunas de cidades próximas a Brasília, fazendo um percurso de cerca de 50 quilômetros. Essas colunas deveriam se encontrar na chegada à Brasília, em 14 de agosto de 2018, para participarem do ato de registro da candidatura de Lula no dia seguinte. As caravanas tinham nomes que homenageavam lutadores do povo e estavam organizadas da forma como consta a seguir.

A 'Coluna Prestes' que homenageava o movimento político realizado entre 1924 e 1927 contra o coronelismo brasileiro, saiu da cidade de Luziânia, no estado de Goiás e era composta por pessoas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo (Figura 17). A 'Coluna Tereza de Benguela' que homenageou a liderança quilombola do século XVIII contra o regime escravocrata na região do atual estado do Mato Grosso, saiu de Engenho das Lages, região administrativa do Distrito Federal, reunia militantes dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Distrito Federal. E por fim, a 'Coluna Ligas Camponesas' que relembra a organização de camponeses criada em 1945, representando um dos movimentos mais importantes em defesa da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo do país, saiu da cidade de Formosa no estado de Goiás e era composta por pessoas dos estados do nordeste (Albuquerque, 2018).

Figura 17 – Marcha Nacional Lula Livre entre os dias 10 e 15 de agosto de 2018



Fonte: Fonseca (2018).

De acordo com Luiz Roberto, da direção estadual do MST em Rondônia, a luta em Brasília seria para retomar a democracia e combater as irregularidades jurídicas e legislativas no país. Ele argumentava que demandar a liberdade de Lula seria uma forma de evitar a ampliação do golpe contra a classe trabalhadora (Pacheco, 2018). E concluiu: “Nós queremos construir um Brasil diferente e por isso marchamos por um projeto popular para o país. A classe trabalhadora é a única capaz de mudar essa realidade. A reforma que nós queremos só pode ser popular” (Pacheco, 2018)⁶². Na abertura da marcha, integrantes da Juventude do MST afirmaram em jargal: “Quem marcha nunca esquece o que vê. Do pó das marchas sobe um letreiro escrito com os pés, que os governantes e os latifundiários sabem reconhecer: lá vem a sede por justiça!” (Pacheco, 2018).

Uma dirigente do MST, Lucineia Duraes, lembrou que o dia 10 de agosto de 2018 foi o ‘Dia do Basta’, convocado por movimentos populares e sindicais para protestar contra a precarização do Estado pelo governo de Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), empossado após um golpe de estado em 2016. A dirigente pontuou: “Hoje e sempre, nossa tarefa é ir a todos os cantos do campo e da cidade para defender diversas liberdades, inclusive a liberdade de ter esperança. A prisão de Lula é a prisão da nossa esperança de um Brasil melhor, é a prisão dos nossos direitos” (Pacheco, 2018).

⁶² O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>

A ‘Coluna Ligas Camponesas’ que saiu da cidade de Formosa e era composta pela delegação dos estados do Nordeste, homenageou um movimento que teve início na região, espalhando-se para outras partes do país. De acordo com Albuquerque (2018), as ligas foram abafadas ao final do governo de Getúlio Vargas, só retornando em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. Desde então, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até o golpe militar de 1964.

Durante as manifestações em Formosa, houve um momento que a multidão ouviu em silêncio respeitoso uma gravação de parte do discurso de Lula na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, em 7 de abril de 2018, antes de apresentar-se à Polícia Federal para cumprir ordem de prisão (Pacheco, 2018). O deputado federal Paulo Pimenta do PT-RS que participou do ato nessa localidade repetiu algumas palavras do discurso de Lula em São Bernardo do Campo, complementando: “Lula disse: ‘eu vou andar pelas pernas de vocês, e falar pelas vozes de vocês’. É isso o que está acontecendo aqui” (Pacheco, 2018), declarou o deputado. “Se o Brasil nunca precisou tanto do Lula como agora, o Lula nunca precisou tanto de vocês como hoje. É o Brasil inteiro que marcha a Brasília a partir de hoje” (Pacheco, 2018).

O coletivo Vivarte, que reúne artistas da região de Formosa, organizou apresentações para animar a população ao mesmo tempo que objetivava despertar consciência política nas pessoas que participavam do ato naquela cidade. Neste sentido, Helena Ribeiro, uma das coordenadoras do coletivo pontuou: “A arte humaniza as pessoas, apresenta para elas dimensões mais amplas. Por isso, depois do golpe, foi como se a cultura fosse até demonizada, perseguida. E isso tornou a sociedade mais intolerante e violenta. Por meio da arte, podemos mudar isso” (Pacheco, 2018).

O ato político de largada da ‘Coluna Tereza de Benguela’ em Engenho das Lages, contou com apresentações musicais e místicas a respeito da agricultura familiar e da soberania popular na luta pela terra. Estiveram presentes também naquela concentração, comunidades indígenas e quilombolas e de movimentos urbanos de rua (Pacheco, 2018). Durante esse ato, Liomar Ferreira, assentado em Formosa, afirmou: “Todo mundo tem direito à terra, mas nós estamos pelejando para conseguir um direito básico. Nessa Marcha, os pobres se reúnem para curar suas feridas juntos, porque o rico não cura ferida de ninguém” (Pacheco, 2018). Para Maria Divina Lopes, participante dessa coluna, integrante da direção estadual do MST e moradora do assentamento ‘João do Vale’, no Maranhão,

Homenagear Tereza de Benguela é resgatar o vigor, a luta e a resistência do povo negro e quilombola em um momento de retrocessos de direitos da classe

trabalhadora; de violência instituída no campo e nas cidades, sobretudo, contra as populações negras que vivem nas periferias (Albuquerque, 2018)⁶³.

Thainá Regina do assentamento Che Guevara, no Mato Grosso do Sul, também da Coluna ‘Tereza de Benguela’ destacou que o sofrimento e a violência contra a população do campo revelam a importância da reforma agrária popular afirmando: “O que me fez apaixonar pelo MST e por sua luta foi ver as injustiças no campo. Com a conjuntura que vivemos hoje, na mídia, na política e na sociedade, estar aqui é mostrar minha luta pelo meu povo e ir contra aquilo que eu vejo todos os dias, na sociedade, na política e na mídia” Pacheco (2018).

Conforme Pacheco (2018), para Damasceno, representante do MST do Paraná e participante da ‘Coluna Prestes’ de 2018, que saiu de Luziânia: “Marchar é ter ponto de partida e de chegada, e também defender um projeto”. Ester Hoffmann, da coordenação nacional do MST e do estado de Minas Gerais na época, revelou que o nome ‘Coluna Prestes’ foi resgatado por discutir os direitos dos trabalhadores, e se opor à dominação dos setores elitistas. Para a coordenadora “[...] se faz necessário que resgatemos todas as lutas que já tivemos no Brasil e marchemos novamente. Precisamos resgatar os lutadores do povo, como Luiz Carlos Prestes” (Albuquerque, 2018).

Segundo Ceres Luísa Antunes Hadich, moradora do Assentamento ‘Maria Lara’, da região norte do Paraná, a Marcha Lula Livre e os movimentos populares querem outra sociedade. Destacou que o MST foi contra a retirada de direitos determinada pelo governo de Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e defende recolocar a questão democrática no país (Albuquerque, 2018). Ceres “[...] acredita que a marcha possui um papel importante de denunciar as violações da democracia protagonizadas pela própria justiça brasileira” (Albuquerque, 2018). Afirmou que o ex-presidente Lula estava preso há mais de cem dias arbitrariamente. Conforme a assentada “[...] a marcha é um momento para dialogar com a população brasileira sobre o que está acontecendo no nosso país” (Albuquerque, 2018), da mesma forma como aconteceu com a Coluna Prestes dos anos de 1920. Para Ceres:

A Coluna Prestes foi uma marcha grandiosa por trazer mais pessoas para a mobilização e denunciar o sistema político que estava sendo enfrentado na época. Optamos [por] nomear nossa coluna dessa forma para trazer essa grande referência histórica. Assim como eles, estamos aqui para denunciar o cenário de barbárie que estamos vivendo no Brasil, o retorno de várias doenças e epidemias que já não existiam mais e estão voltando, assim como problemas sociais como a fome, a miséria e a pobreza (Albuquerque, 2018).

⁶³ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/11/em-fileiras-camponeses-de-todo-brasil-marcham-em-tres-colunas-rumo-a-brasilia>

Ana Prestes, neta de Luiz Carlos Prestes (Figura 18), se somou às fileiras do MST, marchando com os assentados e acampados da reforma agrária popular, em nova luta pelos trabalhadores do Brasil. Segundo Ana Prestes, “No século XX, uma grande coluna atravessou o Brasil defendendo um país justo, que acabasse a desigualdade social, defendendo que a população de trabalhadores e camponeses fosse incorporada na sociedade [...]” (Azevedo, 2018)⁶⁴.

Figura 18 - Neta de Luiz Carlos Prestes nas fileiras da coluna que o homenageia



Fonte: Adriano (2018).

Segundo Azevedo (2018), a Marcha Nacional Lula Livre resgatou a história de grandes lutas para mostrar que os momentos políticos vivenciados na atualidade são resultados de um processo de lutas históricas da classe trabalhadora. As Colunas Tereza de Benguela, Ligas Camponesas e Prestes simbolizaram a luta do povo, a capacidade de se unificar e construir novas formas de organização e enfrentamento, resistindo a repressões.

Ao participar das articulações sociais pelo direito da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2018, o MST caminhava em defesa da democracia. O MST é um movimento social, de massas, autônomo, que atua na articulação e organização dos trabalhadores rurais e da sociedade, para a conquista da Reforma Agrária e de mais justiça

⁶⁴ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em:

<https://mst.org.br/2018/08/13/marchar-por-um-brasil-mais-justo-conheca-a-historia-da-coluna-prestes/>.

social e econômica para a população (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023).

De acordo com Caldart (2001), o MST surgiu da retomada de lutas sobre ocupações de terra, a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do Brasil, expandindo-se pelo restante do país. Foi criado oficialmente em janeiro de 1984 em Cascavel, estado do Paraná, por ocasião do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra realizado naquela cidade, tendo como objetivos: “[...] lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023)⁶⁵.

O MST organizado em 24 estados do país, contabilizando cerca de 450 mil famílias assentadas, não se limita apenas à conquista da terra, mas busca garantir condições adequadas de vida para as famílias assentadas, o que inclui acesso a infraestrutura básica, serviços públicos, cultura e lazer. Dessa forma, as famílias permanecem organizadas no MST realizando novas lutas por seus direitos básicos e por melhores condições de vida (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023).

Contrário ao posicionamento de alguns intelectuais brasileiros, que caracterizam o MST como antidemocrático, para Carter (2006), o MST não é uma organização anti-Estado. Muitas vezes envolvendo-se em projetos de colaboração com autoridades públicas, engajando-se em barganhas com diferentes escalões do Estado, ainda demandando ações mais efetivas de desenvolvimento social. A abordagem contestatória e política do MST se sustenta na descomedia desigualdade de distribuição de terras no país, na pobreza rural, na falta de oportunidades e incessante violação dos direitos humanos na zona rural. A atuação do MST é antes de tudo impulsionada por considerações práticas em lugar de qualquer ideologia dogmática.

Segundo Carter (2006, p.129), o perfil de contestação do MST é necessário para fazer prosseguir a reforma agrária e aprimorar a democracia brasileira por:

(1) fortalecer a sociedade civil brasileira através da organização e incorporação dos setores marginalizados da população; (2) realçar a importância do ativismo público como um catalisador para o desenvolvimento social; (3) facilitar a extensão e exercício dos direitos básicos do cidadão – direitos civis, políticos e sociais – entre os pobres; e (4) engendrar um senso de utopia e afirmação de ideais impregnando o longo, complexo e inconclusivo processo de democratização do Brasil.

O MST não possui uma grande força de poder na conjuntura política do país. É uma organização de pessoas pobres, que trabalha com poucos recursos e com muitos problemas

⁶⁵ O documento não apresenta número de página ou localização. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

comuns a entidades populares com suas características. Seu poder decorre em grande parte da superexposição pela mídia, ficando suas ações e pronunciamentos expressivos em evidência na imprensa e em muitas vezes com cobertura negativa e até hostil. Carter (2006) elenca alguns fatores que explicam as fontes de poder do MST:

- a) o movimento possui uma grande quantidade de membros e expressiva habilidade para mobilizar pessoas, sendo responsável por algumas das maiores mobilizações e protestos populares na história atual do país;
- b) o MST além de desenvolver uma estrutura organizacional e estratégica, tem criado meios engenhosos para lidar com problemas logísticos, com destacada capacidade para inovação;
- c) a coordenação nacional do MST, suas instâncias descentralizadas e lideranças orgânicas permitem o funcionamento do movimento de uma maneira coesa ainda que flexível; seus líderes são essencialmente camponeses – conta sobretudo com voluntários;
- d) o movimento valoriza a educação de seus participantes e quadros, criando vários centros de treinamento, que o distinguem de outros movimentos camponeses na América Latina;
- e) o MST conta com o apoio de aliados da sociedade civil como setores da igreja católica, de denominações protestantes, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, Ongs e pessoas ligadas a estabelecimentos de educação e cultura no país; além de aliados da sociedade política brasileira, como o Partido dos Trabalhadores (PT), historicamente, e outras forças progressistas; sendo reconhecido nacional e internacionalmente.
- f) apesar de ser uma organização de pessoas pobres, o MST possui um modesto suprimento de recursos materiais necessários para manter seus compromissos básicos; seus recursos financeiros provêm de variadas fontes, como governos estadual e nacional, agências internacionais, suas cooperativas e membros;
- g) os interesses dos militantes vão além dos ideais que permeiam aspectos substanciais da organização, gerando senso de identidade, energia social e vigorosas convicções – as lutas do MST são conduzidas por motivos mais que materiais.

Pela realidade austera da política brasileira e das circunstâncias cruéis de implantação da reforma agrária, a contribuição do MST para a democracia no país reflete as condições

desafiadoras enfrentadas pelos trabalhadores rurais sem terra no Brasil e levanta questões importantes relacionadas à justiça social e econômica.

Diante da consolidação do agronegócio impondo desafios significativos para os trabalhadores, o MST e a Via Campesina têm desempenhado papéis importantes como agentes de resistência e luta no enfrentamento ao capital através de iniciativas e estratégias no meio rural, buscando promover a justiça social e a reforma agrária (Mafort, 2015). Por seu lado, a Via Campesina trata-se de um movimento internacional, criado em 1993, que aglutina organizações camponesas de todos os continentes (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 2023). De acordo com Mafort (2015), no Brasil, além do MST, a Via Campesina congrega o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Pequenos Agricultores. Segundo Caldart (2001), através da Via Campesina, o MST mantinha nessa época contato com organizações de pequenos produtores em 43 nações.

A Via Campesina surgiu como uma alternativa ao avanço do modelo capitalista na agricultura global. Ela redefiniu o conceito de campesinato, unindo trabalhadores rurais de diversos tipos desenvolvendo uma cultura política e identidade próprias em uma articulação que se destaca nas lutas antiglobalização. Para os dirigentes, o nome ‘Via Campesina’ representa uma via alternativa ao modelo agrícola dominante. A percepção de que esse modelo era prejudicial aos interesses dos trabalhadores rurais motivou a construção de uma proposta diferenciada (Vieira, 2008).

O propósito de se criar uma organização global de camponeses surgiu no Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG) em Manágua, Nicarágua, em abril de 1992 tendo participado líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa. A conferência de fundação ocorreu durante o encontro de 55 organizações camponesas de 36 países organizado pela ONG holandesa ‘Fundação Paulo Freire’, em maio de 1993 na cidade de Mons, região da Valônia, Bélgica (Vieira, 2008).

De acordo com Vieira (2008), o nome La Via Campesina é reconhecido em todo o mundo, sem tradução, ressaltando seu caráter latino. A opção reflete os movimentos mais fortes que criaram a Via Campesina, sendo eles latino-americanos e europeus do sul. A conferência é o órgão máximo de decisão política da Via Campesina que reúne seus membros a cada quatro anos em diferentes países, de forma a abranger as diversas regiões do mundo.

Como movimento internacional que agrega camponeses, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem-terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, segundo Vieira (2008), a Via Campesina atua com propostas em várias áreas, incluindo

reforma agrária, biodiversidade, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura sustentável, migração, questão de gênero entre outros. Cada tópico é abordado por uma comissão temática, sendo obrigatório às organizações-membro participarem de pelo menos uma delas.

A Via Campesina segue encontrando, ampliando e se apresentando internacionalmente como um movimento em contraposição ao modelo dominante de agricultura, colaborando com outros movimentos em uma frente unida.

Prestes e a Coluna Prestes estão presentes nos movimentos de lutas, pois a Coluna Prestes ergueu a bandeira de um nacionalismo popular e emancipatório voltado para as ideias da classe trabalhadora na luta direta contra todas as formas imperialistas e colonialistas. Deste modo, a Coluna representa ainda hoje um marco histórico na construção da identidade nacional brasileira voltada para os processos de lutas que evidenciam a bravura e a coragem do povo brasileiro, e com isso o comprometimento de valores ligados por um país mais justo e democrático.

5 CONCLUSÃO

*“O verbo resiste ao tempo
Lançado no vento
O legado ficou... a luta não acabou”
(S.B.C.R Imperatriz Dona Leopoldina, 2003-2024).*

A tese que construímos sublinhou a Coluna Prestes como movimento nacionalista e isso significou um movimento emancipatório para pensar o Brasil atualmente. Assim, a Coluna Prestes trouxe para o povo brasileiro, naquele momento histórico de 1920 a 1930, uma grande esperança, sobretudo, uma esperança que pode ser consolidada pelo papel da luta efetiva contra todas as forças opressoras. Deste modo, contribuímos para pensar o papel do território nacional pelas lutas nacionalistas do movimento revolucionário, ao mesmo tempo elencamos a História como processo espacializante e que precisa ser compreendida como herança.

Concluimos que o tema da Coluna Prestes é pouco trabalhado pela ciência geográfica, deste modo, a compreensão do movimento permite trazer para a conjuntura atual elementos de ruptura com o conservadorismo da própria Geografia. Os temas Coluna Prestes, nacionalismo, nação e território são imbricados nos processos epistemológicos que constituem caminhos críticos para formar o sentido de uma ciência que necessita resgatar elementos históricos para a composição do tempo presente. A narrativa da Coluna Prestes fundamentada pelas questões geográficas nos coloca diante da urgência em compreender o nacionalismo como um movimento de ação e de reação da classe trabalhadora e da classe dominante.

O nacionalismo que aqui identificamos, a partir da Coluna Prestes, é o resultado de movimentos patrióticos empreendidos como ação territorial. O movimento da Coluna permitiu que o patriotismo fosse consolidado nas formas de ação e atuação da Coluna por um nacionalismo marcado pela simbologia da luta e da ruptura com as questões opressoras da classe dominante.

Existe um diferencial enorme entre o nacionalismo de Prestes e o nacionalismo dos grupos de extrema-direita como os Integralistas, visto que Prestes buscou compreender a nação dentro de um processo de ruptura com as classes dominantes. O nacionalismo de Prestes funda toda uma forma de compreender as relações entre a classe trabalhadora e a classe dominante nas organizações políticas, seja nos partidos de esquerda ou nos movimentos sociais.

A Coluna Prestes e sua relação com o nacionalismo foi estudada por meio de uma leitura geográfica a partir do materialismo histórico-dialético. Tal postura nos permitiu

compreender a Coluna como um movimento ainda em curso, com grande possibilidade de uma leitura geográfica que até então foi ignorada.

As questões geográficas relacionadas à Coluna Prestes derivam de uma espacialidade histórica e de uma luta que se organiza territorialmente fornecendo subsídios para que se possa entender a produção capitalista e o papel do Estado na definição do desenvolvimento produtivo. A construção de uma epistemologia de análise dos movimentos dos anos de 1920, como fenômenos contraditórios, direcionais, revolucionários e conservadores, possibilitou compreender a contribuição desses, especialmente a Coluna Prestes na formação de uma herança geográfica para entendimento da dinâmica espacial por meio da dialética.

A investigação e a análise realizadas na pesquisa propiciaram ressaltar, entre tantos desdobramentos do objeto de estudo, uma materialidade indireta do movimento estudado. A construção do Memorial Coluna Prestes na cidade de Palmas, no estado de Tocantins, trouxe a materialização de um processo histórico que moldou uma paisagem em evolução. Na sua passagem pelas localidades, a Coluna estava também construindo uma paisagem em movimento que evidenciava um acontecimento, destacando a intervenção direta no espaço. Ela estava se espacializando, construindo ideais, e embora sem constituir território, tinha capacidade de espacialização, avolumando-se no território brasileiro. O Memorial Coluna Prestes contribuiu com o propósito de promover uma identidade específica para o estado de Tocantins, no sentido de afirmar o estado como unidade da federação brasileira, bem como significar uma ação da direita conservadora reivindicando a memória da Coluna, considerando a afiliação do governador da época ao principal partido de direita política do país.

Na sequência, o contexto da época, em que ocorreram os movimentos tenentistas e a própria Coluna, foi propício à revolta dos tenentes tendo em vista o domínio político das oligarquias estaduais, especialmente as de São Paulo e Minas Gerais na chamada ‘política do café com leite’ referente às escolhas eleitorais. Esse procedimento não permitia processos de sucessão presidencial legítimos e que refletissem a opinião pública, considerando ainda as fraudes no sistema eleitoral provenientes do voto de cabresto que consolidava o poder dos coronéis. Somada a essa situação, incluíam-se os baixos salários dos oficiais e a defasagem técnica do Exército ocasionando a insatisfação dos soldados com o governo. A persistência daquela conjuntura, apesar das inúmeras contestações, não indicava desfecho por meios legais, mas sim, um caminho pelas armas, maneira que compelia a ação dos militares.

A inquietação no contexto eleitoral da campanha de sucessão de Epitácio Pessoa nas eleições de 1922 intensificou-se após o episódio das cartas falsas, de suposta autoria de Artur

Bernardes, publicadas no jornal ‘Correio da Manhã’. Admitidas inicialmente como autênticas, as cartas constituíram o impulso para a deflagração do primeiro 5 de julho, juntamente com o fechamento do Clube Militar, a prisão de seu presidente, Hermes da Fonseca, vitória de Artur Bernardes nas eleições de 1º de março de 1922 e sua proclamação como presidente.

O Levante do Forte de Copacabana, ou Revolta dos 18 do Forte, ocorrido em 5 de julho de 1922, foi rapidamente debelado e muitos militares que estavam no forte renderam-se e outros desistiram da marcha. Dos dezoito integrantes que permaneceram no confronto com as tropas governistas, a maioria foi morta em combate, sobrevivendo apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Mesmo com o insucesso da revolta de 1922, dois anos depois eclodiu, em 5 de julho de 1924, a Revolução Paulista.

Na segunda insurreição tenentista, os rebelados ocuparam a cidade de São Paulo por três semanas, retirando-se em direção ao sul do país, após enfrentarem intensos ataques das forças do governo Artur Bernardes, vindo a se instalarem na região de Guaíra a Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Em março de 1925, os rebeldes paulistas foram rendidos pelas tropas legalistas, chefiadas pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, na cidade de Catanduvas, estado do Paraná.

Enquanto os paulistas combatiam no oeste paranaense, na noite de 28 para 29 de outubro de 1924, militares do 1º Batalhão Ferroviário da cidade de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, sob os comandos do capitão Luiz Carlos Prestes e tenente Mário Portela Fagundes, rebelaram-se, seguidos por destacamentos de outras localidades gaúchas. No trajeto para encontrar os paulistas no estado do Paraná, os gaúchos travaram várias batalhas com as tropas governistas utilizando as estratégias da guerra de movimento, saindo vitoriosos, diferentemente dos adversários que usavam a guerra de posição. Em 11 de abril de 1925, os soldados da Coluna e as tropas paulistas encontraram-se em Benjamin Constant, oeste do Paraná, e após decisão de seguirem com a luta pelo país, partiram em direção a Mato Grosso, objetivando chegarem à capital federal para deporem o presidente Artur Bernardes.

A completar 100 anos em outubro desse ano de 2024, a Coluna Prestes tornou-se apagada ao longo do tempo, ela passa por esse processo de silenciamento pelo motivo da adesão de Luiz Carlos Prestes aos ideais comunistas em 1930. Já encerrado o movimento, os donos do poder no Brasil, incluindo-se alguns líderes da própria Coluna, silenciaram a história ou mesmo a distorceram. Vimos que obras relevantes sobre o tema não chegam ao conhecimento do grande público por estarem esgotadas há muito tempo, não sendo reeditadas. A memória política, muitas vezes, reitera estereótipos ideológicos da classe dominante, objetivando perpetuar as relações de poder estabelecidas.

A Coluna Prestes, idealizada e organizada por militares, derivou ainda dos movimentos de lutas internas das Forças Armadas que objetivavam construir um caminho de cidadania para os próprios soldados. O movimento surgiu como uma crítica ao tratamento histórico dispensado aos cabos e soldados, buscando proporcionar-lhes recursos e oportunidades para melhoria de suas condições de vida. Tal pretensão estendeu-se por toda a sociedade brasileira à medida que as injustiças internas das Forças Armadas refletiam também fora delas, ressaltando o nacionalismo na promoção de uma consciência coletiva sobre as desigualdades sociais.

A marcha revolucionária percorreu 25 mil quilômetros a pé ou a cavalo, atravessando 13 estados do Brasil por mais de dois anos. Durante essa jornada, mantiveram viva a chama da revolução, atraindo as forças governistas e facilitando as atividades dos militares conspiradores nas grandes cidades costeiras. No trajeto, os integrantes da Coluna tentaram fazer justiça queimando livros e listas de cobranças dos impostos exorbitantes, soltando os prisioneiros injustiçados e destruindo instrumentos de tortura que encontravam nas cadeias, como palmatórias, troncos, correntes e gargalheiras, bem como palmatórias nas escolas públicas.

A Coluna teve como marca sua inabalável determinação, mesmo com a tentativa do governo em ludibriar a opinião pública, publicando nos jornais aliados uma imagem deturpada dos rebeldes de permanente fuga e derrota, objetivando desencorajá-los, os revolucionários continuavam a conspirar. As notícias falsificadas revelaram o despreparo dos comandantes legalistas para lidar com as estratégias empregadas pela Coluna. Na guerra de movimento, os rebeldes deslocavam-se com rapidez, sem perder o contato do inimigo, porém não aceitando combate em condições desfavoráveis. Essa tática foi oportunizada pela ação das potreadas, constituídas de pequenos grupos de combatentes que saíam para arrebanhar animais, e assim obter informações sobre os movimentos dos adversários e dos detalhes da região, a fim de facilitar a mobilidade da Coluna. O laço húngaro utilizado em operação militar, conhecido também por ‘oito de contas’, assemelhava-se ao ornamento em forma de laço, caracterizado por retorno em marcha rápida, na forma de uma extensa curva até atingir o caminho percorrido antes. Foi praticado pela Coluna entre Minas Gerais e Bahia, e outra vez, a partir de Lavras Diamantinas, na Bahia.

A iniciativa de emigrar a Coluna em fevereiro de 1927 foi em decorrência da conclusão a que seus integrantes chegaram ao analisarem o quadro político do interior do país, e compreenderem que o Brasil passava por um problema social desmedido e que a solução

não seria a derrubada de Bernardes e nem a substituição dos líderes no poder. Entenderam que precisavam mudar de tática, estudar o problema e identificar a solução.

A Coluna Prestes deixou um grande legado revolucionário para a sociedade brasileira, moldando o panorama nacional de luta ao longo dos últimos 100 anos. Sua influência ecoou, tanto de maneira direta quanto indireta, permeando uma variedade de questões e temas fundamentais na resistência contra as estruturas opressoras do país. Nesse panorama, a Coluna propiciou ocorrências na política externa brasileira, seu ícone, Luiz Carlos Prestes, atuou por quase quarenta anos como secretário-geral do PCB na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A Aliança Libertadora Nacional, tendo Luiz Carlos Prestes como presidente de honra, combateu o fascismo no Brasil. As inferências de Prestes nos processos de elaboração da Constituição de 1988 foram marcantes para assegurar a conquista de um regime democrático no país. Objetivando marchar por justiça, o movimento organizado pelo MST e Via Campesina reivindicou o direito de Luiz Inácio Lula da Silva candidatar-se à Presidência da República nas eleições de 2018, homenageando lutadores do povo, inclusive a ‘Coluna Prestes’.

O objetivo de compreender a construção do nacionalismo no movimento da Coluna Prestes foi alcançado, na medida em que as leituras e análises nos levaram entender a Coluna como uma ação de reivindicação em movimento pelo país, no sentido de alcançar uma nacionalidade como propriedade imaterial. O nacionalismo foi construído na Coluna Prestes como uma política popular, como uma ideia de que o povo precisava se identificar, exigindo a subtração do poder da classe dominante como uma contradição dentro do sistema capitalista. A Coluna Prestes incorporou a ideia de nação no movimento, agregando o nacionalismo e a identidade, à medida que pessoas reconheciam nela a defesa do povo brasileiro. Embora não tivesse um manifesto teórico formalizado sobre nacionalismo da Coluna, suas ações visavam reformar a estrutura do país para o bem comum, o que, por si só, refletia um movimento nacionalista.

O nacionalismo foi revelado nesta tese em três aspectos distintos: um, como expressão cultural de identidade nacional, outro, atrelado aos interesses da burguesia, apresentando atitudes oportunistas, antidemocráticas e fascistas e um terceiro, que busca um nacionalismo democrático associado à soberania popular.

Sobre o primeiro aspecto, ressalta-se a abordagem do nacionalismo como homogeneidade do povo, ou seja, quando as pessoas se reconhecem como pertencentes a uma nação a partir da língua, do costume, da alimentação, do esporte. Existe nacionalismo quando há o reconhecimento no outro. No segundo aspecto, apresenta-se o nacionalismo de direita da

atualidade, associado ao neoliberalismo pela prevalência de mercado, não cabendo pensar sobre o território nacional, bem como o fascismo da Ação Integralista do Brasil, combatido no país pela ANL, FUA e Comitê Antiguerrero do PCB nos anos de 1930, entre outros exemplos. O terceiro aspecto do nacionalismo é relativo à busca dos direitos de cidadania e à promoção da democracia demonstrada nas ações da Coluna Prestes. O nacionalismo presente na Coluna traz a ideia de uma ideologia que está vinculada a um projeto social, de justiça, um projeto de país diferente daquele que se apresentava durante a República Velha.

A Coluna Prestes estabeleceu uma estratégia de dominação espacial, locomovendo-se sobre o território nacional. Foi um movimento social de massa, de continuidade e de ruptura ao estabelecido, o que confirma uma das hipóteses levantadas na pesquisa ‘O espaço brasileiro foi presumivelmente essencial para o nacionalismo da Coluna Prestes’. Os combatentes estavam caminhando, criando uma ideia de nacionalismo, de transformação da sociedade pelo movimento, desejavam movimentar as estruturas estagnadas. Queriam levar a revolução a uma grande quantidade de estados e resistir o máximo possível, a fim de destacar a incompetência do governo e revelar que organizado o povo poderia reagir em seu próprio benefício. O que pode também comprovar a hipótese ‘Há probabilidade de se entender a Coluna Prestes como um movimento nacionalista’. Os rebeldes levaram o movimento revolucionário pelo interior do país, despertando o interesse das pessoas para os problemas da nação. Defendiam interesses nacionais, supondo-se representantes de uma consciência nacional, na proposta de uma sociedade democrática.

Finalizamos esta tese presumindo nossa contribuição através da Geografia para o resgate de uma parcela histórica de nosso país, tratando principalmente de um tema que abordou o maior desafio de parte das Forças Armadas, com apoio civil às oligarquias dominantes do Brasil.

O texto é destinado aos jovens e às pessoas que necessitam compreender eventos históricos muitas vezes esquecidos propositadamente, permitindo-lhes discernir sobre esses acontecimentos e a conhecer a verdadeira conduta de seus protagonistas. No intuito ainda, de que as atuais gerações possam extrair valores do passado e aplicá-los no presente. O caráter geográfico da tese envolve a construção de espacialidades evidenciadas no movimento da Coluna Prestes, culminando na construção da democracia, espacialidades que processam e organizam a democracia. A Coluna Prestes é um movimento que atua na construção do Estado brasileiro como processo histórico de resistência e luta, por isso é um movimento nacionalista.

A abrangência do texto construído, abordando desde o contexto em que o movimento ocorreu até suas consequências e repercussões, bem como fatos adjacentes a ele, propiciou a nós expandirmos perspectivas no sentido de continuar investigando o tema até às suas especificidades e detalhes, publicando sobre ele na tentativa de favorecer seu maior conhecimento e divulgação na região e no país.

Realizar este estudo foi como estivéssemos confeccionando uma joia cravejada de brilhantes, ou seja, uma joia adornada de diamantes lapidados de forma a obter o corte brilhante próprio para diamantes. Que é o corte projetado para maximizar o brilho e o fogo da pedra exibindo suas qualidades de forma magistral. E assim, trabalhamos nessa joia como um ourives, procurando esmerar na atividade, dispensando todo esforço, cuidado e dedicação. Cada pesquisa realizada, cada obra consultada, representava um brilhante. Todos eles de mesmo valor, porém, cada um com sua especificidade e originalidade. Quando se diz ‘fogo’ de uma pedra preciosa, está se referindo à sua capacidade de criar flashes de arco-íris e foi isso que a elaboração dessa tese nos proporcionou, trazendo flashes de busca de novos conhecimentos e aprimoramento contínuo, retirando cada vez mais brilho desse diamante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Davi Monteiro. Aliancistas e integralistas: disputas políticas e ideológicas no Amazonas. **Manduarisawa**, Manaus, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/issue/view/231>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ADRIANO, Juliana. **Ana Prestes, neta de Carlos Prestes e da Maria Prestes, caminhando nas fileiras da coluna que os homenageiam**. 13 ago. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/marchar-por-um-brasil-mais-justo-conheca-a-historia-da-coluna-prestes/>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- ALBUQUERQUE, Luiz Felipe (ed.). **Em fileiras, camponeses de todo Brasil marcham em três colunas rumo à Brasília**. Goiás, 11 ago. 2018. Site: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/11/em-fileiras-camponeses-de-todo-brasil-marcham-em-tres-colunas-rumo-a-brasilia>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. (Colecion Popular, 498). Disponível em: [NACIONALISMO anderson_benedict_comunidades_imaginadas.pdf - Google Drive](#). Acesso em: 14 jun. 2024.
- ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Agatha. **Marchar por um Brasil mais justo: conheça a história da Coluna Prestes**. [S. l.], 13 ago. 2018. Portal: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/marchar-por-um-brasil-mais-justo-conheca-a-historia-da-coluna-prestes/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 209-227.
- BARBOSA, Tulio. **Manual de anticolonialismo: a construção do anticolonialismo hoje**. Uberlândia: Núcleo Teoria Anticolonial, 2023.
- BARRACÃO, PR. Prefeitura. **História**. Barracão: Prefeitura de Barracão, [2017]. Disponível em: <https://barracao.pr.gov.br/a-cidade>. Acesso em: 3 out. 2022.
- BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O Império e a construção da rede de postos brasileira no exterior. **Cadernos do CHD**, Brasília, DF, ano 21, n. esp., p. 221- 253, 2. sem. 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1200>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BARROS, Luitgarde, Oliveira Cavalcanti. O biográfico frente aos paradigmas das Ciências Sociais: Nelson Werneck Sodré, um pensador brasileiro. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE METODOLOGÍA DE LAS CIENCIAS SOCIALES, 4., 2014,

Heredia. **Memoria Académica**. Buenos Aires: Universidad Nacional de la Plata, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13vzpFBSQO0T3ZNnV-1ykOuL0y5Q3LeSS/view>. Acesso em: 7 fev. 2024.

BERTOLINO, Osvaldo. **Breve história de Luiz Carlos Prestes no Partido Comunista**. Brasília, DF, 3 jan. 2020. Portal: Portal Vermelho. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/01/03/breve-historia-de-luiz-carlos-prestes-no-partido-comunista/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BERTOLINO, Osvaldo; XAVIER, Cezar. **Homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes**. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Anita, 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/42.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral em São Paulo**: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/07/Revolta-Urbana-web.pdf>. Acesso em 20 nov. 2023.

BOLIVIA (Constitucion (2009)). **Constitución Política del Estado**. [La Paz]: Congreso Nacional, 2009. Disponível em: https://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=1525:constitucion-politica-del-estado&catid=233&Itemid=933. Acesso em: 7 fev. 2024.

BOSI, Eclea. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. ½, p. 277-284, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a12v4n12.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Political sociology**. Londres: Pluto Press, 1993.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte [...]. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília, DF: Capes, [2024]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos Capes**. Brasília, DF; Capes, 2020. Portal. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez34.periodicos.capes.gov.br/index.php>? Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890**. Rio de Janeiro: Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BREEN, Timothy H. Interpretando o nacionalismo no novo mundo. *In*: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don Harrison (org.). **Nacionalismo no novo mundo**: [a formação de Estado-nação no século XIX]. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 71-97.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília, DF: ENAP, 1995. (Texto para discussão, 4). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/523/1/4texto.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRUM, Eliane. **Coluna Prestes**: o avesso da lenda. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

CABRAL. Rafael Lamera Giesta. Da resistência ao ajuste: o trabalhador na década de 1930. **Revista Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n.4, p. 2741-2772, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/26411>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/26411>. Acesso em: 21 maio 2023.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207 - 224, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2023.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. *In*: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no novo mundo**: [a formação de Estado-nação no século XIX]. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008. p. 37-70.

CALIKEVSTZ, Viviane Regina; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. O Nacionalismo e a construção da identidade cívica e simbolismo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 533-559, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/695/1051>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CALOGERAS, Pandiá. **Problemas de administração**. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.

CANTALICE, Arthur. Prestes totalmente descrente: Tancredo Neves está totalmente a serviço do poder militar. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, n. 10888, p. 12, 18 jan. 1985. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&Pesq=%22politiqueiros%22&pagfis=18595. Acesso em: 11 dez. 2023.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes; SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. Estado novo português e Estado novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (décadas de 1930 e 1940). In: ARQUIMEMÓRIA 4: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 4., 2013, Salvador. [Trabalhos apresentados]. Salvador: IAB-Bahia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20221/1/Acta_Estado-Novo_VersaoFinal.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

CARONE, Edgard. **O tenentismo**. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARRION, Raul. **Coluna Prestes 90 anos: 1924-2014**. [Porto Alegre]: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, [2014]. Disponível em: http://www.raulcarrion.com.br/publicacoes/coluna_prestes.pdf. Acesso em 12 dez. 2022.

CARTER, Miguel. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a democracia no Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 124-164, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i4p124-164>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/102>. Acesso em: 6 dez. 2023.

CARVALHAIS, Isabel Estrada. Nacionalismo: back to basics. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 62, p. 9-24, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23906/ri2019.62a02>. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/ri/n62/n62a02.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Paula Rodrigues. Narrativas divergentes no processo de desenvolvimento do pensamento histórico em sala de aula. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v.3, n. 4, p. 99-105, jan./jun. 2016. Resenha da obra de GAGO, Marília. Pluralidade de olhares: construtivismo e multiperspetiva no processo de aprendizagem. 1. ed. Maputo: EPM-CELP, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/64611/39454>. Acesso em: 5 dez. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Maria Clara Spada de. **Tenentismo em 1924: a participação civil na revolução paulista**. 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa - Prestes**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

CASTRO, Renan Fernando de; ALVES, Flamarion Dutra. Élisée Reclus: a Geografia política a serviço dos explorados. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 12, p. 69-80, jun. 2013. Edição especial. Trabalho apresentado no 3º Simpósio Nacional de Geografia Política, 2013, Manaus. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1154/1044>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CASTRO, Ricardo de Figueiredo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n.5, p. 354-388, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X0030050015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Tc5z6M7kSmKbrJzsHqVqgzx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2023.

CATANI, Fábio. [Luiz Carlos Prestes]. **Jornal do Almoço**, [Porto Alegre], 2014. 1 vídeo (ca. 5 min). Trecho extraído da matéria Enredo do Meu Samba: Imperatriz Dona Leopoldina vai homenagear Luiz Carlos Prestes. Publicada pela Globoplay. Transcrição. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3169600/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CERULO, Karen A. Symbols and the world system: national anthems and flags. **Sociological Forum**, Oxford, v. 8, n.2, p. 243-271, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01115492>.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 227-238.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIRQUEIRA, José Vandério. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. *Terra Brasilis*: revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia histórica, [s. l.], v. 7, 2016. DOI : <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1787>. Disponível em: <https://redebrasilis.net/MemoriasReclusSP2011/dascanio-oliveira.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

COAKLEY, John. Primordialism in nationalism studies: theory or ideology? **Nations and Nationalism**, Oxford, v. 24, n. 2, p.327-347, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/nana.12349>. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez34.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/nana.12349>. Acesso em: 7 jan. 2024.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

[COLUNA Prestes]. *[S.l.: s.n.]*. Gelatina, p&b, 7,5x12cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926098/mss926098.jpg. Acesso em: 1 nov. 2023.

COSMOPOLITA. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos; TÁVORA, Juarez. Proclamação em Porto Nacional. *In*: LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: (marchas e combates)**. 3. ed. São Paulo: Editora Afa-Omega, 1979. p. 572-573. Apêndice.

CRIME de lesa-pátria. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21.918, p. 1, 5 ago. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1924_21918.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

[DIAS Lopes (chefe da Rebelião Paulista em 1924) – Foz do Iguaçu, outubro de 1924 – Estado Maior da Coluna Miguel Costa antes de se juntar com a Coluna Prestes]. [S. l.: s. n.]. 1 foto. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926063/mss926063.jpg. Acesso em: 18 abr. 2024.

DIRETAS: 300 mil nas ruas sem Brizola. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 10.634, p. 3, 24 mar. 1984. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&Pesq=Prestes&pagfis=15503. Acesso em: 11dez. 2023.

DOMINGOS, Manuel; MARTINS, Mônica Dias. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n.2, p. 80-111, 2006. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/742/656>. Acesso em: 31 out. 2023.

DRUMMOND, José Augusto. **Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Tudo é história, 103).

EM GOYAZ: Ordem do dia do Coronel Pedro Dias de Campos. **O Combate**, São Paulo, ano 12, n. 4252, p. 1, 23 set. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&Pesq=1926&pagfis=9378>. Acesso em: 13 dez. 2022.

EXÓGENO. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 857.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. [Entrevista cedida a] Aspázia Camargo e Walter de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1981.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20. *In*: FAUSTO, Boris. **Pequenos ensaios de história da república: (1889-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 22-39. (Cadernos CEBRAP; 10).

FERNANDES, Florestan. **A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários**. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Luciane Ouriques. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. *In*: FERREIRA, Luciane Ouriques. **Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, cap. 1, p. 29-48.

DOI: 10.7476/9788575415108. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f48w3/pdf/ferreira-9788575415108-03.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>. Acesso em: 29 jan. 2023.

FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes. **Ensino de história, identidade e ideologia: a experiência do Tocantins**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Eug%C3%AAnio_Pacelli_de_Morais_Firmi_no.pdf. Acesso em 17 jan. 2024.

FONSECA, Joyce. [**Marcha Nacional Lula Livre entre os dias 10 e 15 de agosto de 2018**]. 13 ago. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/marchar-por-um-brasil-mais-justo-conheca-a-historia-da-coluna-prestes/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas medias urbanas na crise da primeira república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRANQUEZAS militares. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 54, ed. 133, p. 1, 15 maio 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094170/per094170_1871_00133.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

FREITAS, Eduardo Pacheco *et al.* **História do Brasil Império**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. *E-Book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900124/pageid/74>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br>. Acesso em: 1 dez 2023.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Ed. da UnB: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. San Lorenzo: Alianza Editorial, 1991.

GELLNER, Ernest. **Nationalism**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1997.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

GOIS, Antônio. Memorial para Prestes divide a família. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 out. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u25424.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GOMES, Horieste; MONTENEGRO, Francisco. **A Coluna Miguel Costa/Prestes em Goiás**. Goiânia: Edição do Autor, 2010.

GOOGLE Scholar. Mountain View: Google, [2024]. Disponível em: <https://scholar.google.com/intl/en/scholar/about.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

G. R. E. S. ACADÊMICOS DO GRANDE RIO. **Samba-enredo 1998**: Prestes, o Cavaleiro da Esperança. Compositores: João Carlos, Carlinhos Fiscal, Quaresma. Belo Horizonte, 2003-2024. *Site*: Letras.mus.br. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/academicos-do-grande-rio-rj/474778/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 45 n. 179, p. 245-256, jul./set. 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/179/ril_v45_n179_p245.pdf/view. Acesso em: 4 maio 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYES, Carlton Joseph Huntley. Nationalism: a religion. **Naval War College Review**, Newport, v. 14, n. 9, p. 45, 1961. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7332&context=nwc-review>. Acesso em: 4 maio 2023.

HETERONOMIA. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1016.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**. Brasília, DF: IBICT, [2024]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

JAGUARIBE, Hélio. Estado cartorial. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-cartorial>. Acesso em: 3 maio 2023.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

KAPLAN, David. Nationalism. *In*: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (ed.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p. 248–254, 2009.

KEDOURIE, Elie. **Nationalism**. 4. ed. Oxford: Massachusetts: Blackwell, 1983.

KELLER, Vilma. Lopes, Isidoro Dias. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias>.

Acessos em: 30 abr. 2024.

KOHN, Hans. **The idea of nationalism**: a study in its origins and background. Nova York: The Macmillan Company, 1944.

KONRAD, Diorge Alceno. Do tenentismo à ANL: a disputa de projetos para o Brasil.

Revista Princípios, São Paulo, n. 163, p. 63-95, jan./abr. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.003>. Disponível em:

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/166/81>. Acesso em: 28 jan. 2022.

KORNIS, Mônica. Liga de Ação Revolucionária. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-de-acao-revolucionaria>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KRAAY, Hendrick. O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 - 1881. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, p. 29-55, 1996. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20855/13455>. Acesso em: 7 dez. 2022.

KUPCHAN, Charles. (ed.). **Nationalism and nationalities in the New Europe**. Nova York: Cornell University Press, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LECOURS, André; BÉLAND, Daniel. Federalismo e políticas públicas no Canadá. *In*:

PALOTTI, Pedro *et al.* (org.). **E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. cap. 2, p 73-94.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509>. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12003>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LIMA, Jaime Rollemberg. Ciclo revolucionário brasileiro. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, v. 99, p. 57-58, jul. 1949.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**: (marchas e combates). 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

LLOBERA, Joseph R. **The God of Modernity**. Oxford: Berg, 1994.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**: revolução no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária na atualidade. *In*: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (org.). **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 83-96. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/territorios_ebook.pdf. Acesso em: 9 dez. 2023.

MARTIN, Jean Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 19/20, p. 26-41, 1997. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7248/5352>. Acesso em: 22 set. 2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. *In*: MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. cap. 1, p. 21-102.

MARX, Karl. **O Capital**. New York: International Publishers, 1967. v. 3.

MARX, Karl. Prefácio. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.p. 23-27.

MARX, Karl. Prefácio da segunda edição. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1, p. 15-.21.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e história: rascunhos e anotações (do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846). *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução Rubens Enderle; Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7888155/course/section/6531689/Marx%20_%20Engels%20-%20A%20ideologia%20alem%C3%A3%20%28Boitempo%29.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

MATOS, Júlia Silveira. A inversão da imagem da Coluna Prestes na imprensa: de revoltosos para heróis. *In*: CLEMENTE, Elvo. (org.). **Integração**: história, cultura e ciência: 2003. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 184-196. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1080/A%20invers%c3%a3o%20da%20imagem%20da%20coluna%20prestes%20na%20imprensa%20de%20revoltosos%20para%20her%c3%b3is.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. Ortodoxia da nação. *In*: MEIHY, Murilo Sebe Bom. **Por devoção à República**: nação e revolução no Irã entre 1978 e 1988. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. cap. 1, p. 11-25. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11349@1>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MEMORIAL Coluna Prestes. Palmas, [2015]. 1 fotografia. Portal: Guia das Artes. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/tocantins/palmas/museus/memorial-coluna-prestes>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MILL, John Stuart. Nationality *In*: WOOLF, Stuart (ed.). **Nationalism in Europe: 1815 to the present**. London: Routledge, 1996. cap. 3, p. 40-47. Disponível em: https://mis.kp.ac.rw/admin/admin_panel/kp_lms/files/digital/Core%20Books/History/Nationalism%20in%20Europe%201815%20to%20the%20present,%20A%20reader.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil**: volume 1: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 2.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana a guerrilha dos tenentes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**: [a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século]. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOURA FÉ, Marcelo Martins; SILVA, João Victor Mariano; BRASIL, Josielly Gonçalves. Geocultura: proposta de estudo da relação entre geodiversidade e cultura. *In*: PEREZ FILHO, Archimedes; AMORIM, Raul Reis (org.). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. 1. ed. Campinas: UNICAMP, 2017, v. 1, p. 3066-3075. DOI: <https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.1954>. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1954>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [S. l.], [2023]. Portal. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

NODARI, Paulo César. Artigos preliminares para a paz perpétua. *In*: FERREIRA, Pedro Henrique de Freitas; KLEIN, Joel Thiago Klein (org.). **Comentários às obras de Kant À paz perpétua**. Florianópolis: NéfipOnline, 2022. p. 11-40. Disponível em: <http://www.nefipo.ufsc.br/files/2012/11/Livro-atualizado.-Comenta%CC%81rios-a%CC%80s-obras-de-Kant-A%CC%80-paz-perpe%CC%81tua-2022.-Final.pdf>. Acesso em 7 fev. 2024.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 3 nov. 2023.

NOVA República? *In*: ROLIM, Gustavo Koszeniewski. **Herança, esperança e comunismo**: Luiz Carlos Prestes e o movimento comunista brasileiro: documentos (1980-1995). Marília:

Lutas Anticapital, 2020. p. 395-402. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/43.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIGARQUIA. *In*: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 316.

OUTUBRISMO. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1406.

PACHECO, Iris. Marcha Lula Livre inicia com atos políticos. [S. l.], 11 ago. 2018. Portal: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. *In*: SILVA, Raul Mendes.; CACHAPUZ, P. B.; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p. 175-182.

PEÇANHA, Celso. **Nilo Peçanha e a revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Emebe, 1978.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História**, Lisboa, n. 66, p. 44-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.720>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720>. Acesso em: 19 maio 2023.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. [Hélio Jaguaribe]. *In*: JAGUARIBE, Hélio. **Introdução ao desenvolvimento social**: as perspectivas liberal e marxista e os problemas da sociedade não repressiva. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/colecao-helio-jaguaribe.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sergio Pinheiro, *et al.* **O Brasil Republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 9.

PRADO JUNIOR, Caio. Prefácio de Caio Prado Junior. *In*: LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**: (marchas e combates). 3. ed. São Paulo: Editora Afa-Omega, 1979. p. 11-15.

PRESTES afirma que poder continuará com militares durante o novo governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 94, n. 283, p. 2, 18 jan. 1985. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Prestes%22&pagfis=135781. Acesso em: 11 dez. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho. **Revista de História**, São Paulo, v. 118, p. 29-59, 1985. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i118p29-59>. Disponível em: <https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/118/A003N118.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia Prestes. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 101-120, jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.1.1328>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1328>. Acesso em: 16 dez. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: patriota, revolucionário, comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/patriota.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_prestes_anl_1935.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015a.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes: um jovem militar empenhado na educação dos seus subordinados. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 7-12, dez. 2015b. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.13684>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13684/10440>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes, a Constituinte a Constituição de 1988. **Revista Enfil**: encontros com a filosofia, Niterói, v. 6, n. 9, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44330/25311>. Acesso em: 8 set. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Diz o comandante Luiz Carlos Prestes em carta endereçada ao jornalista gaúcho sr. Barros Cassal. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 03300, p. 1, 25 ago. 1929. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22desassombro%22&pagfis=44937. Acesso em: 30 mar. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Nossa política: o camarada Stálin e a luta emancipadora dos povos nacionalmente oprimidos. **Problemas**: revista mensal de cultura política, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1949. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1949/12/politica.htm>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PRESTES, Luiz Carlos. Líder do PCB quer democracia plena antes da Constituinte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 199, 24 out. 1979, 1º Caderno, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=Prestes&pagfis=166834. Acesso em: 10 dez. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Prestes: voto direto não livra o país da crise. Entrevista cedida a Maria Carolina Falcone. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 10533, p. 5, 23 nov. 1983. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&Pesq=%22politiqueiros%22&pagfis=14285. Acesso em: 11 dez. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Um ‘poder’ acima dos outros. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano, 38, n. 12.022, p. 4, 28 set. 1988. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&Pesq=Prestes&pagfis=37028. Acesso em: 12 dez. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto dos militares rebelados em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924. In: PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 410-412. Anexo n. 10.

PRESTES, Luiz Carlos. Como cheguei ao comunismo? In: PRESTES, Anita Leocádia (org.). **Luiz Carlos Prestes: textos resgatados do esquecimento: Marília: Lutas anticapital**, 2019. p. 39-59. Texto escrito em 1973.

PRESTES, Luiz Carlos. Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário (1980). In: ROLIM, Gustavo Koszeniewski (org.). **Herança, esperança e comunismo: Luiz Carlos Prestes e o movimento comunista brasileiro – documentos (1980-1995)**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 317-324. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/43.pdf>. Acesso em 01 dez. 2023.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Tradução de Marília Caeiro. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

[REBELDES paulistas e gaúchos na fronteira com o Paraguai formam a Coluna Prestes. Foto tirada em Foz do Iguaçu, onde as Colunas Miguel Costa e Prestes se encontraram]. Foz do Iguaçu: [s. n.], 15 nov. 1924. 1 fotografia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926071/mss926071.jpg. Acesso em: 9 nov. 2022.

RECLUS, Elisée. **Anarquia pela educação**. Tradução Plínio Augusto Coêlho São Paulo: Hedra, 2011. (Estudos libertários).

RECLUS, Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anárquico. **Verve**, São Paulo, v. 40, p. 108-127, nov. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/56493/38078>. Acesso em: 15 ago. 2024.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995/1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>. Acesso em: 19 nov. 2023.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Construção do mito do fundador do estado do Tocantins (1988 – 2002). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: Associação brasileira de História Oral, 2010. p. 1-16. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269211351_ARQUIVO_ArtigoRecife.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

RENAN, Ernest. What is a nation. In: WOOLF, Stuart (ed.). **Nationalism in Europe: 1815 to the present**. London: Routledge, 1996. cap. 2, p. 48-60. Disponível em: https://mis.kp.ac.rw/admin/admin_panel/kp_lms/files/digital/Core%20Books/History/Nationalism%20in%20Europe%201815%20to%20the%20present,%20A%20reader.pdf.

Acesso em: 7 jan. 2024.

ROSA, Gideone. **Perolândia e sua história**. Jataí, 2021. Portal: Jataí News. Disponível em: <https://www.jatainews.com.br/noticia/10818/perolandia-e-sua-historia>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROSANVALLON, Pierre. **El siglo del populismo**. Barcelona: Galaxia Gutenberg SL, 2020. Disponível em: https://www.inep.org/images/_Biblio/Rosanvallon-Populismo.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Classe média e política: na Primeira República brasileira (1889-1930)**. São Paulo: Vozes, 1975. (Sociologia brasileira, v. 3).

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Classe média e sistema político no Brasil**. Tradução de Malu Gitahy. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. (Biblioteca básica de Ciências Sociais. Série 1: Estudos brasileiros, v. 6).

SANTA INÊS, Leonardo *et al.* Como a ditadura, a violência e os direitos humanos apareceram na agenda eleitoral de 2018? **Lumina**, Juiz de Fora, v.13, n. 3, p.119-134, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28726>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28726/20023>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

S. B. C. R. IMPERATRIZ DONA LEOPOLDINA. **Samba-enredo 2014: a marcha da Imperatriz Prestes a encontrar Luís**. Compositores: Arilson Trindade *et al.* Belo Horizonte, 2003-2024. *Site*: Letras.mus.br. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/sbcr-imperatriz-dona-leopoldina/samba-enredo-2014/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SILVA, Cleusa Maria. Fragmentação territorial da antiga província de Santa Cruz de Goiás. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 9, n. 4, p. 1-13, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/issue/view/399. Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVA, Hélio. O ciclo de Vargas. *In*: SILVA, Hélio. **1926: a grande marcha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 2. (Coleção Documentos da História Contemporânea, v. 11-A).

SILVA, Josué Pereira da. Marcuse e o conceito de trabalho. **Idéias**, Campinas, v. 8, n.1, p. 21-42, jan./jun. 2017. DOI: 10.20396/ideias.v8i1.8649773. DOI: <https://doi.org/10.20396/ideias.v8i1.8649773>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649773/16413>. Acesso em: 30 out. 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOARES, Alisson Magalhães. **Sociologia e Sociobiologia: autonomia vs. (sócio)biologização da Sociologia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8YNMLF/1/disserta_o_alisson_soares_2009_sociologia_e_sociobiologia.pdf. Acesso em 27 jul. 2024.

SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, v. 27, e2020002, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.85495>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/85495/55989>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SOBRE Isabel Estrada Carvalhais. Bruxelas, 2024. Site: S&D. Disponível em: <https://isabelestradacarvalhais.eu/sobre/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análises e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 162-226.

SOUZA, Rafael Policeno de. A Coluna Prestes: uma abordagem necessária. **Revista Historiador**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 82-91, dez. 2010. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/72/75>. Acesso em: 24 set. 2022.

SOVIETES. In: DICIONÁRIO político. [S. l.], [2024]. Site: Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/soviets.htm>. Acesso em: 1 jan. 2024.

TAUNAY, Affonso de E. **Pequena história do café no Brasil**: (1727-1937). Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

TEIXEIRA, Eduardo Perez. **A Coluna Prestes vista por O Paíz e o Correio da Manhã (1924 - 1927)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32624/1/2018_EduardoPerezTeixeira.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROTSKISMO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 8. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1995. v. 2, p. 1601-1163.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistema de Bibliotecas. **Serviço de Descoberta - UFU (EDS)**. Uberlândia, [2024]. Site: SISBI/UFU. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/servicos/servico-de-descoberta-ufu-eds>. Acesso em: 27 jan. 2024.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a nação e o nacionalismo? *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 239-248.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 129-43. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-363.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2., 2008, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2008. v. 1. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

VITOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. **Vozes, Pretério e Devir**, Teresina, ano 6, v. 10, n. 1, p. 59-78, 2019. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/238/224>. Acesso em: 29 jan. 2022.

VITOR, Amilcar Guidolim. **A Coluna Prestes: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural sul-rio-grandense**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23279/TES_PPGHISTORIA_2021_VITOR_AMILCAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 fev. 2022.

XAVIER, Mateus Fernandez. **A Coluna Prestes e a política externa brasileira na década de 1920 – as relações Brasil-Argentina**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.seminario2014.abri.org.br/resources/download/1339256450_ARQUIVO_DissertacaodeMestradoMateusXavier.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

WEIZENMANN, Cleiton. **Coluna Prestes: a batalha de Dionísio Cerqueira**. São Paulo, 30 mar. 2011. Portal: Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <https://grabois.org.br/2011/03/30/coluna-prestes-a-batalha-de-dionsio-cerqueira/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

WOODCOCK, George. A idéia. *In*: WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2007. v. 1.

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DE GRÁFICOS

Nessa seção apresentamos a descrição textual dos gráficos de números 2, 3, 5 e 6

Gráfico 2 - Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por ano de defesa

No que se refere aos trabalhos recuperados no Catálogo de teses Capes:

- 1 trabalho defendido em cada um dos anos de 1989, 2000, 2003, 2004, 2010, 2012, 2019 e 2022
- 2 trabalhos defendidos em cada um dos anos de 2002, 2005, 2008, 2009, 2015, 2016, 2018 e 2021
- 3 trabalhos defendidos no ano de 2001
- 5 trabalhos defendidos no ano de 2011

No que se refere aos trabalhos recuperados na BDTD

- 1 trabalho defendido em cada um dos anos de 2003, 2005, 2010, 2012, 2017 e 2020
- 2 trabalhos defendidos em cada um dos anos de 2008, 2016, 2019 e 2021
- 3 trabalhos defendidos no ano de 2018
- 5 trabalhos defendidos no ano de 2011

Gráfico 5 – Quantidade de publicações referentes à Coluna Prestes por Programas de Pós-Graduação (PPG)

No que se refere aos trabalhos recuperados no Catálogo de teses Capes

- 18 trabalhos defendidos por PPG em História
- 3 trabalhos defendidos por PPG em Letras
- 1 trabalho defendido em cada um dos Programas de Pós-Graduação em: Literatura Brasileira; Territórios e Expressões Culturais e Cerrado; Relações Internacionais; História, Poder e Práticas Sociais; Patrimônio Cultural; História, Política e Bens Culturais; Ciências Sociais; Educação; Educação nas Ciências; Estudos da linguagem, Multimeios.

No que se refere aos trabalhos recuperados na BDTD

- 9 trabalhos defendidos por PPG em História
- 2 trabalhos defendidos por PPG em Letras
- 1 trabalho defendido em cada um dos Programas de Pós-Graduação em: Literatura Brasileira; Territórios e Expressões Culturais e Cerrado; Relações Internacionais; História, Poder e Práticas Sociais; Patrimônio Cultural; História, Política e Bens Culturais; Ciências Sociais; Desenvolvimento e Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Comunicação social; Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Gráfico 5 – Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto aos termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (Capes)

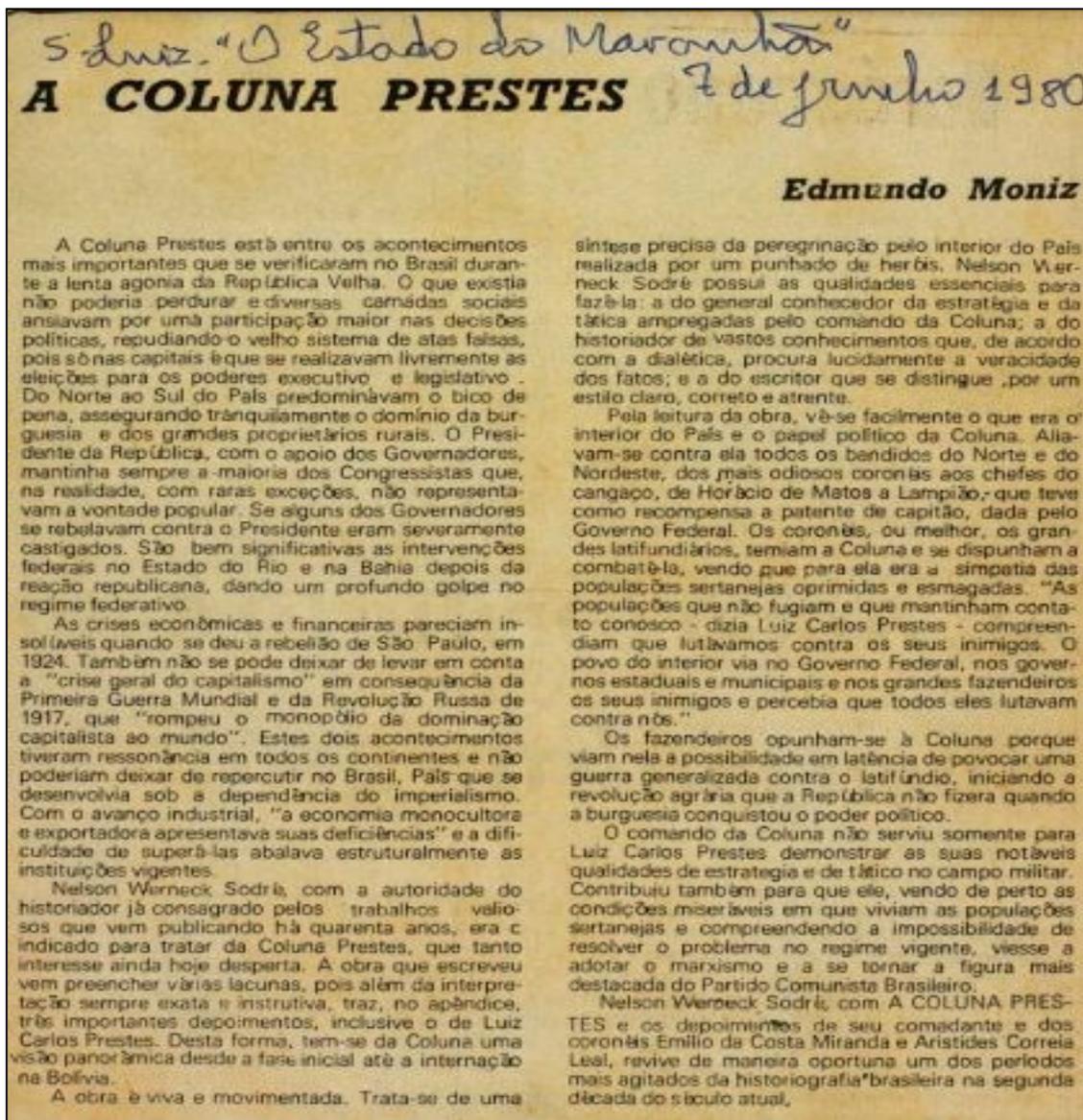
- 1459 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Geografia
- 274 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Ciências
- 142 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Educação
- 109 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Engenharia
- 106 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto

Gráfico 6 – Cinco primeiros Programas de Pós-Graduação em quantidade de publicações quanto aos termos de busca ‘nacionalismo e Geografia’ (BDTD)

- 582 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Geografia
- 106 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Educação Agrícola
- 81 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em História
- 63 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Economia
- 61 trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Engenharia

ANEXO A – IMAGENS HISTÓRICAS ADICIONAIS

Figura 1 – A Coluna Prestes em recorte de jornal



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1353636/mss1353636.pdf

Figura 2 – Respectivamente: 1 – General Isidoro Dias Lopes, 2 – Capitão Djalma Soares Dutra, 3 – Major Alfredo de Simas Enéas, 4 – Arthur Carneiro Leão



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926090/mss926090.jpg.

Figura 3 – General Miguel Costa, Dr. Léo, Tenente Comandante Orlando Alves, Tenente João de Paula, José Maria dos Reis Perdigão, Dr. Reis Perdigão, Tenente Alarico, Tenente Prestes



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=91132

Figura 4 - Prédio onde Lourenço Moreira Lima escreveu o livro ‘Coluna Prestes: marchas e combates

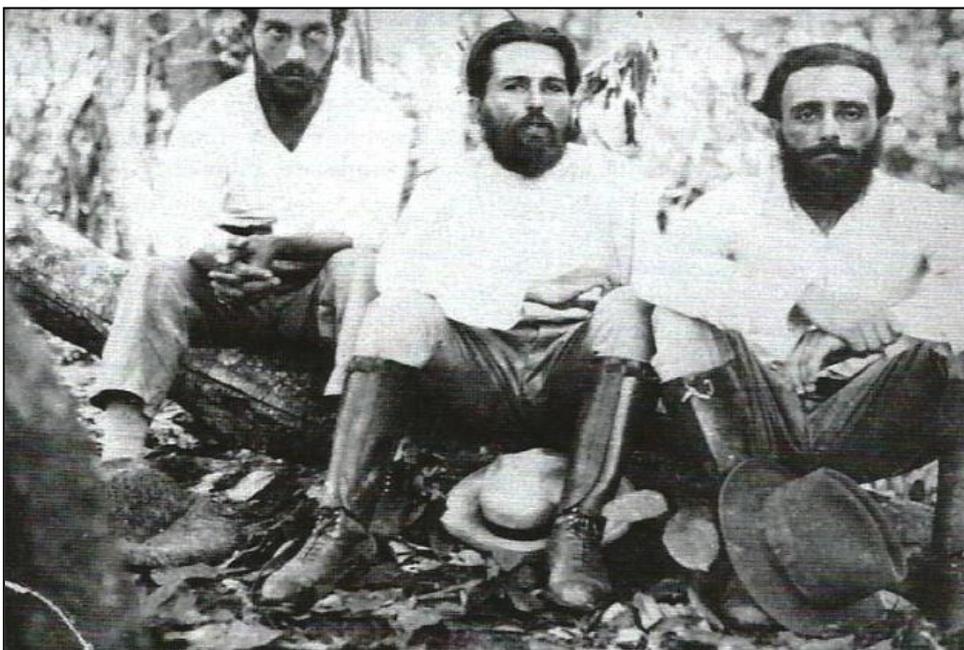


Nota: Quarto indicado como ‘Foto’ do prédio remanescente do antigo Hotel Sul América, em Santa Vitória do Palmar, extremo-sul do Brasil em 1929.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926099/mss926099.jpg.

Figura 5 – Cordeiro de Farias, Prestes e Djalma Dutra na Bolívia em 1927



Fonte: História Mundi.

Disponível em: <https://histormundi.blogspot.com/search?q=prestes>

Figura 6 - Luiz Carlos Prestes e demais comandantes da Coluna Prestes, em Porto Nacional (GO), outubro de 1925



Nota: identificação - sentados, da esquerda para a direita: Djalma Soares Dutra, Antônio de Siqueira Campos, Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Osvaldo Cordeiro de Farias. Em pé na mesma ordem: José Pinheiro Machado, Atanagildo França, Emygdio da Costa Miranda, João Pedro Gonçalves, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Ary Salgado Freire, Nelson Machado de Souza, Manuel Alves de Lira, Sady Valle Machado, André Trifino e Ítalo Landucci.

Fonte: Instituto Luiz Carlos Prestes.

Disponível em: https://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=68:85-anos-da-coluna-prestes-uma-epopeia-brasileira&catid=18:artigos&Itemid=64

Figura 7 - Poeta chileno Pablo Neruda, Luiz Carlos Prestes e escritor Jorge Amado



Fonte: História Mundi.

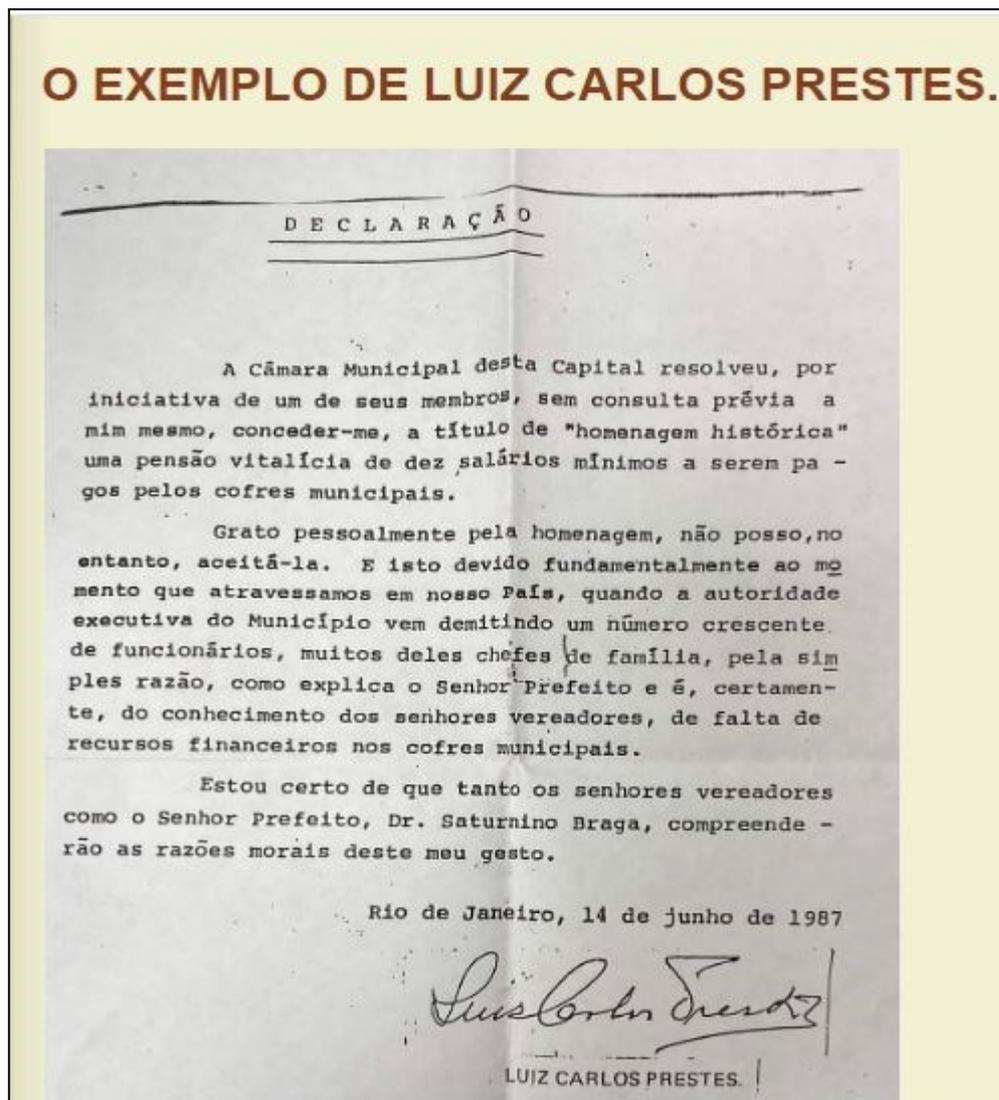
Disponível em: <https://histormundi.blogspot.com/search?q=Prestes>

Figura 8 - Luiz Carlos Prestes sendo diplomado senador pelo PCB em 1945



Disponível em: <https://histormundi.blogspot.com/search?q=Prestes>

Figura 9 – Declaração de Luiz Carlos Prestes em recusa a uma pensão vitalícia



Fonte: Instituto Luiz Carlos Prestes.

Disponível em:

https://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=26&Itemid=81

Figura 10 - São Paulo sob ataque na Revolução de 1924



Fonte: História Mundi.

Disponível em: <https://histormundi.blogspot.com/search?q=prestes>